

Afrodescendientes na América Latina

Rumo a um Marco de Inclusão



GRUPO BANCO MUNDIAL



Afrodescendentes na América Latina

Rumo a um marco de inclusão



GRUPO BANCO MUNDIAL

Prática Global Social, Urbana, Rural e de Resiliência
Prática Global de Pobreza e Equidade
Região da América Latina e Caribe

Elaborado por:

Germán Freire
Carolina Díaz-Bonilla
Steven Schwartz Orellana
Jorge Soler López
Flávia Carbonari



© 2018 International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
1818 H Street NW
Washington DC 20433
Telephone: +1-202-473-1000
Internet: www.worldbank.org

Esta obra foi publicada originalmente em inglês pelo Banco Mundial em 2018 com o título *Afro-descendants in Latin America: Toward a Framework of Inclusion*. Em caso de divergência, prevalecerá a versão original.

Esta obra foi elaborada pela equipe do Banco Mundial com contribuições externas. Os resultados, interpretações e conclusões expressas nesta obra não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, dos membros de sua Diretoria Executiva ou dos governos que eles representam.

O Banco Mundial não garante a acurácia dos dados incluídos nesta obra. As fronteiras, cores, denominações e quaisquer outras informações exibidas em qualquer mapa contido nesta obra não implicam alguma opinião do Banco Mundial sobre o *status* jurídico de qualquer território, tampouco um endosso ou aceitação de tais fronteiras.

Direitos e licenças

O material desta obra está sujeito a direitos autorais. Como o Banco Mundial estimula a disseminação de seu conhecimento, esta obra poderá ser total ou parcialmente reproduzida para fins não comerciais desde que lhe sejam dados os créditos devidos.

Referência — Banco Mundial. 2018. *Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão*. Washington, DC: World Bank. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

Eventuais dúvidas sobre direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: *World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA*; fax: 1-202-522-2625; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Editor: John Dawson
Design Gráfico: Shinnny Montes
Fotografias: Kike Arnal

*Tinha sete anos apenas,
Apenas sete anos.
Sete anos o quê!
Nem sequer chegava a cinco!*

*De repente umas vozes na rua
Me chamaram de “preta”*

*Preta! Preta! Preta! Preta!
Preta! Preta! Preta!*

*Eu sou preta?, me perguntei.
Sim!
O que quer dizer ser preta?*

Victoria Santa Cruz

Sumário

10	Prefácio
12	Agradecimentos
13	Abreviaturas
14	Resumo executivo
27	Introdução
31	Quem é afrodescendente?
34	Raízes históricas das relações raciais na América Latina
45	Implicações políticas, analíticas e de políticas públicas de ser (ou não) afrodescendente atualmente
53	Onde vivem?
54	Distribuição em nível nacional e acesso a serviços
60	Regiões de afrodescendentes
63	Afrodescendentes nas cidades
67	Pobreza e acesso aos mercados
68	Pobreza monetária
75	Deixados para trás
78	Participação no mercado de trabalho
82	Ainda assim, otimistas...
85	Acesso à educação
86	Escolaridade e frequência escolar
90	Discriminação no ambiente escolar
93	A mudança rumo à inclusão étnico-racial na educação é possível
97	Rumo a um marco de inclusão étnico-racial
99	Começar com um bom diagnóstico
101	Criar políticas com metas caras, específicas e mensuráveis
105	Alterar os modelos mentais que motivam a exclusão de afrodescendentes

106		Fortalecer a voz e a participação dos afrodescendentes
107		Aprofundar o conhecimento regional em áreas críticas de desenvolvimento e construir repositórios de boas práticas e experiências
112	Anexo A.	Visibilidade dos afrodescendentes nos censos latino-americanos
114	Anexo B.	Painéis do LAC Equity Lab sobre afrodescendentes
120	Anexo C.	Intervalos de confiança das pesquisas de opinião para o subconjunto entre afrodescendentes e não afrodescendentes (ic 95%)
121	Anexo D.	Construção de variáveis sobre afrodescendentes a partir de pesquisas de opinião
122	Anexo E.	Perguntas sobre etnia nos censos
126	Anexo F.	Pobreza no Brasil, Equador, Peru, Uruguai, Panamá e Colômbia em US\$ 3,2 e US\$ 5,5 por dia
128	Anexo G.	Pobreza crônica no Brasil, Equador, Peru e Uruguai, em torno de 2009-2012 e em torno de 2012-2015
130	Anexo H.	Transição condicional no Brasil, Equador, Peru e Uruguai

Figuras

- 19 **Figura RE1.** Percentual da população urbana residente em favelas, por raça
- 20 **Figura RE2.** Pobreza em 2015, por raça (us\$ 5,5 por dia, ppc de 2011)
- 22 **Figura RE3.** Parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais (geral) versus parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais com nível superior
- 28 **Figura 1.** Marco de inclusão social
- 37 **Figura 2.** Fluidez racial na América Latina colonial
- 40 **Figura 3.** Hernán Cortés y la Malinche, de José Clemente Orozco (1926)
- 46 **Figura 4.** Países que registram afrodescendentes em seus censos
- 58 **Figura 5.** Acesso a redes de esgoto, água e eletricidade entre populações afrodescendentes e não afrodescendentes
- 59 **Figura 6.** Acesso a computador, telefone e televisão por raça (afrodescendentes versus não afrodescendentes)
- 64 **Figura 7.** Percentual da população urbana residente em favelas por etnia
- 69 **Figura 8.** Redução anual média da pobreza entre 2005 e 2015
- 70 **Figura 9.** Pobreza em 2015 por raça (us\$ 5,5 por dia, ppc de 2011)
- 70 **Figura 10.** Tendências de pobreza no Brasil, Equador, Peru e Uruguai (2005-2015)
- 71 **Figura 11.** Pobreza no Brasil: populações negra e parda
- 73 **Figura 12.** Aumento da probabilidade de ser pobre se o chefe da família for afrodescendente em vez de não afrodescendente, mantendo constante todo o resto
- 73 **Figura 13.** Aumento da probabilidade de ser pobre se o chefe de família for afrodescendente residente em área rural
- 74 **Figura 14.** Aumento da probabilidade de ser pobre se o domicílio for rural; famílias afrodescendentes vs. não afrodescendentes
- 74 **Figura 15.** Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe da família afrodescendente for homem em vez de mulher
- 75 **Figura 16.** Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe da família for homem; famílias afrodescendentes vs. não afrodescendentes
- 76 **Figura 17.** Pobreza crônica em famílias afrodescendentes e não afrodescendentes
- 77 **Figura 18.** Transições de pobreza entre afrodescendentes e não afrodescendentes

- 78 **Figura 19.** Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe de família afrodescendente concluir o ensino primário, secundário ou terciário
- 79 **Figura 20.** Situação e tipo de emprego entre afrodescendentes e não afrodescendentes
- 79 **Figura 21.** A probabilidade de trabalhar no setor informal é maior se a pessoa for afrodescendente no Brasil, na Colômbia ou no Uruguai
- 80 **Figura 22.** Diminuição da renda horária para membros de famílias afrodescendentes urbanas em relação a famílias não afrodescendentes urbanas
- 81 **Figura 23.** Diminuição da renda horária para membros de famílias afrodescendentes rurais em relação a famílias não afrodescendentes rurais
- 83 **Figura 24.** Percepções sobre a situação econômica futura: afrodescendentes versus não afrodescendentes
- 83 **Figura 25.** Percepções sobre a situação econômica do país em três anos: afrodescendentes versus não afrodescendentes
- 87 **Figura 26.** Escolaridade entre membros de famílias afrodescendentes e não afrodescendentes
- 87 **Figura 27.** Diminuição da probabilidade de concluir o ensino primário se a pessoa for de uma família afrodescendente
- 88 **Figura 28.** Diminuição da probabilidade de concluir o ensino secundário se a pessoa for de uma família afrodescendente versus uma família não afrodescendente
- 89 **Figura 29.** Frequência escolar de afrodescendentes na faixa etária de 6 a 12 anos por gênero
- 89 **Figura 30.** Frequência escolar de afrodescendentes no ensino médio na faixa etária de 13 a 17 anos
- 90 **Figura 31.** Parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais (geral) versus parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais com nível superior
- 92 **Figura 32.** “El origen de las razas”
- 95 **Figura 33.** População com idade entre 18 e 26 anos no Brasil (esquerda) e população com idade entre 18 e 26 anos matriculada no ensino terciário (direita), por raça, 2002–2015
- 100 **Figura 34.** “Orgulhosamente afro-peruano” – parte de uma campanha de fotos e vídeos elaborada pelo Ministério da Cultura do Peru e pelo Banco Mundial em 2013
- 103 **Figura 35.** Comunidades quilombolas certificadas

Tabelas

24	Tabela RE1.	Políticas étnico-raciais implementadas na região
35	Tabela 1.	População afrodescendente, em torno de 1800, por país (% e total)
38	Tabela 2.	Abolição da escravidão nos países da América Latina
47	Tabela 3.	Abordagens para a identificação de afrodescendentes, décadas de 1980 a 2010
49	Tabela 4.	Aspectos utilizados por brasileiros com 15 anos ou mais para definir sua própria cor ou raça
55	Tabela 5.	População afrodescendente na América Latina (projetada para 2015)
77	Tabela 6.	Declínios anuais médios no Índice de Hiato de Pobreza (FGT1) em torno de 2005-2015
102	Tabela 7.	Políticas étnico-raciais implementadas na região

Quadros

32	Quadro 1.	Morenos
33	Quadro 2.	Crioulos, Garífunas e Miskitos
40	Quadro 3.	Democracia Racial
42	Quadro 4.	A negritude e o México
44	Quadro 5.	O significado mutante de negritude na Colômbia
48	Quadro 6.	Cor da pele e raça no Brasil
49	Quadro 7.	Classe e raça
56	Quadro 8.	Panamá
93	Quadro 9.	Etnoeducação
100	Quadro 10.	Combate à invisibilidade estatística no Peru
103	Quadro 11.	O Longo caminho dos quilombolas rumo ao reconhecimento

Mapa

61	Mapa 1.	Regiões com altas concentrações de afrodescendentes
----	----------------	---



Prefácio

As últimas duas décadas representaram uma transformação positiva na maneira como as sociedades latino-americanas se relacionam com seus cidadãos mais vulneráveis. Entre 2002 e 2012, mais de 80 milhões de pessoas saíram da pobreza, muitas das quais pertencentes a minorias historicamente segregadas. Os afrodescendentes representam um desses grupos minoritários que se beneficiaram durante este período: a histórica diferença de renda que os separava de outros cidadãos latino-americanos reduziu-se em toda a região, e o número de famílias afrodescendentes em situação de pobreza diminuiu drasticamente. Muitos desses avanços podem ser atribuídos a ventos favoráveis na economia e à implementação de políticas progressistas de inclusão social.

Desde 2012, no entanto, a região vem passando por uma desaceleração econômica, o que colocou em evidência a importância da consolidação dos ganhos sociais da década anterior. O novo cenário deixou também evidente a urgente necessidade de um balanço das lições aprendidas durante esse período para que a região pudesse se preparar melhor para o futuro e renovar seus esforços para superar as lacunas persistentes. Uma das lições aprendidas é que, mesmo em meio a um crescimento econômico excepcional, determinados grupos continuam a se beneficiar menos que outros. Certas pessoas são sistematicamente excluídas devido a seu gênero, orientação sexual, raça, religião, deficiências, línguas ou etnia, entre outros fatores. Por serem geralmente estigmatizados e estereotipados, esses grupos enfrentam barreiras estruturais que impedem sua plena inclusão social e econômica. Isso prejudica não somente a eles próprios, mas também as sociedades e economias dos países onde vivem.

Apesar dos ganhos das últimas décadas, os afrodescendentes compõem um desses grupos excluídos. São, de fato, a maior minoria excluída da região. Eles representam cerca de um quarto da população latino-americana e, em todos os países, consistem no grupo com maior representatividade entre as populações pobres. No Brasil, onde reside a maior população afrodescendente fora do continente africano, a probabilidade de serem pobres é duas vezes maior do que a dos brasileiros brancos. No Uruguai, um dos países mais igualitários da região, os afrodescendentes têm uma probabilidade três vezes maior de serem pobres.

Outra lição aprendida é que os afrodescendentes possuem menores chances de mobilidade social. Na América Latina, apresentam 2.5 vezes mais chances de viver sob pobreza crônica que os brancos ou mestiços. Seus filhos nascem, portanto, com oportunidades desiguais e com desvantagens no acesso a serviços e espaços, o que limita o desenvolvimento de seu pleno potencial e determina praticamente o resto de suas vidas. Apesar dessas diferenças, a associação entre raça e pobreza foi negada ou rejeitada na região por muito tempo ao longo do século 20. Conscientemente ou não, os latino-americanos enxergavam-se como sociedades vivendo diferentes versões do que seria romanticamente descrito por Gilberto Freyre como “democracias raciais”.

Como resultado da atuação determinada dos próprios afrodescendentes, e também do crescente reconhecimento de governos sobre a composição multicultural de seus países, a existência de discriminação étnico-racial é atualmente cada vez mais evidente. Embora isso

se manifeste geralmente de forma imperceptível e estrutural, as consequências são muito palpáveis para os afrodescendentes. Aqueles grupos que nascem em casas com menor acesso a oportunidades econômicas e ao capital humano têm menor probabilidade de não serem pobres. É por isso que grupos excluídos necessitam de atenção especial e apoio, a começar por dar-lhes o espaço necessário para expressarem suas preocupações e necessidades. Também fica cada vez mais claro que, caso deixemos de tratar das causas da discriminação estrutural, não somente perpetuaremos a injustiça, mas também desperdiçaremos uma enorme oportunidade para todos. A eliminação das condições que limitam a completa inclusão dos afrodescendentes tornará as sociedades latino-americanas mais justas e igualitárias, como também mais prósperas e resilientes. Tal percepção vem, aos poucos, provocando mudanças.

Um dos primeiros sinais de mudança foi a inclusão gradual de variáveis étnico-raciais nas estatísticas nacionais, o que não ocorria na maioria dos censos até o início dos anos 2000. A invisibilização é um traço comum da exclusão. Outros sinais importantes foram a adoção de várias políticas públicas, como políticas de ação afirmativa; sistemas de cotas no mercado de trabalho e no ensino; campanhas de conscientização; legislação antidiscriminação; e o surgimento de uma classe política de afrodescendentes. Talvez tais mudanças ainda sejam recentes demais para demonstrar resultados definitivos ou permitir uma

avaliação profunda, mas os sinais são, sem dúvida, encorajadores. O presente estudo nem teria sido possível quinze anos atrás, uma vez que não havia dados disponíveis para apresentar ao leitor um panorama da situação e das necessidades dos afrodescendentes.

Acreditamos, portanto, que este relatório seja muito oportuno. Ele visa a oferecer uma contribuição modesta aos debates atuais e futuros nesse longo caminho que busca reverter décadas de negligência política e analítica. Desde o início, o relatório foi concebido como um primeiro passo rumo a uma melhor compreensão das condições em que vivem os afrodescendentes, e tratou de representar as complexidades intrínsecas ao seu estudo, considerar a heterogeneidade das situações e evitar recomendações prescritivas ou generalizantes.

O relatório é moldado pelas lentes da inclusão social, um tema que se encontra no centro dos esforços do Banco Mundial para promover a igualdade de condições a grupos excluídos. Sob essa perspectiva, prestamos atenção especial à melhoria das oportunidades e do acesso a serviços e mercados para grupos excluídos, de maneira que respeitem suas opiniões e aspirações de desenvolvimento. Esperamos, portanto, que os resultados deste relatório ajudem a aprofundar o diálogo com governos, academia, instituições multilaterais e, acima de tudo, os próprios afrodescendentes, de forma a incluí-los como parceiros-chave no desenvolvimento da região.

Laura Tuck

Vice-Presidente

Grupo de Prática de Desenvolvimento Sustentável

Jorge Familiar Calderón

Vice-Presidente

Região da América Latina e Caribe

Agradecimentos

Este estudo resulta da colaboração entre a Vice-Presidência da América Latina e Caribe; a Prática Global Social, Urbana, Rural e de Resiliência; e a Prática Global de Pobreza e Equidade. O estudo foi realizado por Germán Freire, Carolina Díaz-Bonilla, Steven Schwartz Orellana e Jorge Soler López. Flávia Carbonari forneceu subsídios sobre a prevenção da violência e criminalidade, e Andrés Castañeda contribuiu para a elaboração dos conjuntos de dados utilizados em todo o relatório. Santiago Scialabba ofereceu apoio à equipe em vários momentos durante o processo de produção. Leonardo Lucchetti contribuiu com estimativas de mobilidade e pobreza crônica.

A equipe trabalhou sob a supervisão de Jan Weetjens e Oscar Calvo-González e sob a orientação de um comitê diretivo formado por Ede Ijász-Vásquez, Maitreyi Das, Abel Caamano, Kinnon Scott, Dianna Pizarro e Jorge Araujo. Agradecemos a todos por seu apoio e conselhos inestimáveis. A Vice-Presidência da América Latina e Caribe financiou o estudo; agradecemos, em particular, a Jorge Familiar por seu apoio e envolvimento pessoal.

Judith Morrison e Markus Kostner ofereceram opiniões valiosas sobre as versões iniciais deste trabalho. Harry Patrinos, María Beatriz Orlando, María Dávalos, Erwin De Nys e Jorge Villegas proporcionaram comentários e sugestões durante o processo interno de revisão. Também foram recebidos comentários e conselhos de Gabriela Inchauste, Jesko Hentschel, Humberto López, Carole Megevand, Renata Gukovas e Alberto Coelho Gomes Costa, que ajudaram a aprimorar o documento final.

O relatório beneficiou-se de uma série de atividades e do diálogo constante entre o Banco Mundial e vários governos e organizações de afrodescendentes. Em particular, a equipe gostaria de agradecer à Plataforma da Cúpula Mundial de Afrodescendentes e à Organização para o Desenvolvimento Étnico-Comunitário (Odeco – *Organización para el Desarrollo Étnico Comunitario*) por nos ajudar a compreender suas prioridades de pesquisa durante um debate facilitado por Fabio Pittaluga em Washington DC, em 2014.

Em novembro de 2017, o Banco foi convidado a participar do Terceiro Colóquio Internacional de Afrodescendentes em Cali, Colômbia, durante o qual foram apresentados os resultados preliminares do estudo. Agradecemos a Marcia Santacruz e Gilberto Amaya por nos oferecer um espaço de diálogo aberto e franco, e a Edwin Álvarez, Cristian Baez, Ariel Tolentino, Sonia Viveros, Karen Vargas, Roberto Rojas, Antonio Yelpi, Carlos Álvarez, Plashka Meade Webster, Miriam Gómez, Jorge Ramírez, Gustavo Lugo e Yimene Calderón por seus comentários e opiniões.

As fotografias utilizadas neste relatório foram tiradas por Kike Arnal e fazem parte da exposição Afro-Peru, organizada conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo Ministério da Cultura do Peru.

Por fim, este estudo beneficiou-se do apoio excepcional de Ana Gabriela Strand e Erika Salamanca.

Abreviaturas

Dane	Departamento Administrativo Nacional de Estatística (<i>Departamento Administrativo Nacional de Estadística</i>)
PIB	Produto Interno Bruto
IFE	Instituto Federal Eleitoral (<i>Instituto Federal Electoral</i>)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística do Chile (<i>Instituto Nacional de Estadística de Chile</i>)
INM	Instituto Nacional de Migração (<i>Instituto Nacional de Migración</i>)
Ipums	Séries de Microdados de Uso Público Integradas (<i>Integrated Public Use Microdata Series</i>)
Lapop	Projeto de Opinião Pública da América Latina (<i>Latin American Public Opinion Project</i>)
ONE	Órgão Nacional de Estatística
Odeco	Organização para o Desenvolvimento Étnico-Comunitário (<i>Organización para el Desarrollo Étnico Comunitario</i>)
PCMA	Plataforma da Cúpula Mundial de Afrodescendentes (<i>Plataforma de la Cumbre Mundial de Afrodescendientes</i>)
pp	Ponto percentual
PPC	Paridade de poder de compra
Sedlac	Banco de Dados Socioeconômicos da América Latina e Caribe (<i>Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean</i>)
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Resumo executivo

Aproximadamente um em cada quatro latino-americanos identifica-se como afrodescendente. Esses indivíduos formam um grupo populacional altamente heterogêneo, cuja distribuição pela região é muito desigual. Atualmente, muitos deles têm pouco em comum entre si, embora compartilhem uma longa história de deslocamento e exclusão. Até algumas décadas atrás, eles não eram regularmente incluídos na maioria das estatísticas nacionais e, portanto, sua situação e suas necessidades permaneciam, em grande parte, desconhecidas ou ignoradas. Os últimos vinte anos marcaram, no entanto, o início de uma notável transformação. Após décadas de invisibilidade, os afrodescendentes vêm ganhando maior reconhecimento e voz graças à persistente atuação de seus líderes e das organizações que os representam. Esses esforços se traduziram na adoção gradual de reformas étnico-raciais em muitos países e em uma maior inclusão de afrodescendentes em debates sobre políticas e cadastros nacionais. O crescente reconhecimento de afrodescendentes representa uma ruptura drástica com um passado que teve início em um dos capítulos mais sombrios da história da América Latina: a escravidão e seu chocante legado de exclusão social.

A inclusão de afrodescendentes é importante por si só para tornar as sociedades latino-americanas mais justas e equitativas, mas também pelo custo que a exclusão traz para toda a região. Os afrodescendentes são representados de maneira desproporcional entre os mais pobres. No Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Uruguai, os afrodescendentes representam, em conjunto, 38% da população total, mas cerca de metade das pessoas em situação de pobreza extrema.¹ Eles também têm menos anos de educação e

são as vítimas mais frequentes de crimes e de violência. Apesar de sua crescente visibilidade, eles ainda são vastamente sub-representados em funções com poder decisório, tanto no setor privado quanto no público. Gozam, também, de menos chances de mobilidade social, pois são 2,5 vezes mais propensos a sofrer de pobreza crônica. Portanto, a capacidade da América Latina eliminar a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada dependerá, em grande parte, da inclusão social dos afrodescendentes. Para fazê-lo, a região precisa, inicialmente, compreender e visualizar as necessidades e pautas desse segmento da população, revertendo décadas de negligência política e analítica.

O objetivo deste relatório é contribuir para esse tão necessário diagnóstico. Ele oferece uma avaliação inicial dos dados disponíveis e uma síntese de algumas mensagens contidas na literatura que, na nossa opinião, são relevantes para essa pauta. A região realizou avanços enormes ao longo das duas últimas décadas nesse sentido, inserindo variáveis étnico-raciais em várias ferramentas estatísticas e produzindo abundante literatura sobre o tema. O relatório espera ajudar a conectar algumas dessas fontes, contribuindo para a criação de um espaço de intercâmbio de conhecimento que permita melhorar a inclusão dos afrodescendentes.

QUEM É AFRODESCENDENTE?

O estudo de afrodescendentes enfrenta muitos desafios, começando pela falta de concordância, entre vários países e mesmo dentro do mesmo país, sobre quem é ou não afrodescendente. O termo, adotado pela primeira vez por organizações regionais de afrodescendentes no início dos anos 2000, descreve pessoas unidas

¹ Neste relatório, o termo pobreza extrema refere-se às pessoas que vivem com menos de US\$ 3,2 por dia em paridade do poder de compra (PPC) de 2011.

por uma ancestralidade comum, mas vivendo em situações muito distintas, que incluem desde comunidades afroindígenas (como os garífunas da América Central) até grandes segmentos da sociedade tradicional (como os pardos do Brasil). Os termos negro, moreno, pardo, preto, zambo e crioulo, entre muitos outros, são muito mais próximos à compreensão latino-americana de raça e relações raciais. Muito frequentemente, essas categorias trazem estigmas e vieses derivados de uma longa história de discriminação e racismo. Na maioria dos países, a adoção do termo afrodescendente ainda é parcial ou inexistente. Na Venezuela², a população majoritária de morenos (pessoas miscigenadas) geralmente rejeita o termo e suas implicações, ao passo que, na República Dominicana, a maioria dos afrodescendentes miscigenados se identifica como índios.

Também é questionada a maneira como a ancestralidade africana é registrada e relatada nas ferramentas estatísticas. Até recentemente, muitos países latino-americanos rejeitavam a existência de discriminação étnico-racial e desencorajavam seus institutos demográficos de coletar dados sobre afrodescendentes. Esse daltonismo autoimposto tem suas raízes nas ideias liberais do final do século XIX e início do século XX, segundo as quais a constituição étnico-racial das sociedades latino-americanas as impediu de alcançar um padrão europeu de desenvolvimento. Tais visões não somente estimulavam uma política de portas abertas para atrair migrantes europeus brancos em toda a região, embutida nas teorias contemporâneas da eugenia e do branqueamento, mas também incentivavam um viés contrário à inclusão dos componentes indígenas e africanos em relatórios demográficos.

Tais visões misturaram-se, durante o século XX, a ideias de mestiçagem e democracia racial, que sustentavam que, devido à composição populacional preponderantemente mista e à presença esporádica de indivíduos não brancos em posições de poder, as sociedades latino-americanas haviam alcançado a igualdade racial. Como resultado, muitos países consideravam a identificação de afrodescendentes em seus registros estatísticos como um encorajamento ao racismo. A interpretação prática dessas ideias gerou um blecaute gradual, em termos regionais, na situação demográfica e socioeconômica dos afrodescendentes, de forma que, nos anos 1960, somente dois países (Brasil e Cuba) ainda incluíam variáveis raciais em seus censos.

Nos últimos 15 anos, no entanto, houve uma importante transformação dessa tendência, que acompanhou um maior reconhecimento dos desafios e direitos da população afrodescendente. Devido principalmente à atuação persistente de organizações de afrodescendentes, muitos países adotaram dispositivos constitucionais relativos a discriminação, direitos fundiários e reconhecimento de grupos étnico-raciais. Outros ratificaram instrumentos jurídicos que, direta ou indiretamente, salvaguardam os direitos das pessoas de ascendência africana. Ao mesmo tempo, as organizações de afrodescendentes começaram a emergir ou se tornar mais visíveis e relevantes em debates nacionais e regionais.

Esse maior reconhecimento pode ser percebido na reinserção de variáveis étnico-raciais nos censos regionais. Nos anos 2000, quase 50% da região reintroduziu variáveis étnico-raciais em seus censos, ao passo que, para a atual rodada de censos, estima-se que a maioria

2 Nome oficial completo: República Bolivariana da Venezuela.

dos países as incluirá. Embora essa onda de inclusão e reconhecimento estatístico represente um rompimento positivo com décadas de invisibilidade, os afrodescendentes ainda enfrentam muitas barreiras políticas e práticas que os impedem de ganhar voz e reconhecimento.

A definição sobre quem é ou não afrodescendente tornou-se cada vez mais relevante e controversa devido aos novos marcos jurídicos que protegem os direitos de afrodescendentes. Essas mudanças estimulam realinhamentos que podem gerar novas formas de exclusão. Com a criação de cotas para afrodescendentes no mercado de trabalho ou no sistema educacional, por exemplo, pessoas que estavam em desvantagem no passado por não serem “suficientemente brancas” agora correm o risco de serem excluídas por não serem “suficientemente negras”.

Dado esse caráter fluido, relativo e mutável das identificações étnicas e raciais, a estratégia metodológica mais segura para estudar as desigualdades raciais é avaliar as situações dos afrodescendentes a partir de várias perspectivas, usando fontes e métodos alternativos para explicar os padrões observáveis. Tal abordagem deve começar com um tratamento cuidadoso dos dados disponíveis e uma compreensão clara de quem é incluído (ou não) nas estatísticas oficiais e o porquê disso.

Neste relatório, usamos o termo *afrodescendente* para nos referirmos a pessoas negras e miscigenadas de ascendência africana. A análise quantitativa é baseada em dados censitários de 12 a 16 países (dependendo da análise); dados harmonizados de pesquisas domiciliares de seis países; e dados de pesquisas de opinião de 18 países.³ O relatório também incorpora resultados quantitativos encontrados na literatura, como, por exemplo, estudos especializados sobre violência e participação no mercado de trabalho. A combinação dessas diferentes fontes de dados fornece um conjunto mais amplo de informações e uma possível validação cruzada,

além de aproveitar a recente onda de inclusão e reconhecimento estatístico.

Com base nos censos mais recentes de 16 países, a região da América Latina possuía cerca de 133 milhões de afrodescendentes em 2015, o que representa quase 24% de sua população total. No entanto, a distribuição desses indivíduos é altamente desigual em toda a região. Mais de 91% estão concentrados no Brasil e na Venezuela, e outros 7% na Colômbia, em Cuba, no Equador e no México. A narrativa da região é, portanto, fortemente influenciada pelos países do Caribe (Cuba, Venezuela), pelas nações da costa do Pacífico (Colômbia, Equador) e, acima de tudo, pelo Brasil. Mesmo se excluíssemos as categorias miscigenadas no Brasil e na Venezuela (pardo e moreno, respectivamente), essas áreas ainda representariam mais de 80% da população afrodescendente da região. O Brasil, com uma população afrodescendente estimada em 105 milhões de pessoas em 2015, tem não apenas a maior parcela de afrodescendentes na região, mas também a segunda maior em qualquer país do mundo (depois da Nigéria).

O relatório leva em consideração o fato de as organizações afrodescendentes nem sempre concordarem com as estimativas oficiais. Ademais, os países em que variáveis afrodescendentes não são incluídas nos censos oficiais calcularam suas próprias estimativas. Na medida do possível, essas fontes adicionais foram incluídas ou referenciadas no relatório.

O MARCO DE INCLUSÃO SOCIAL

O estudo dos afrodescendentes foi concebido no âmbito do marco de inclusão social desenvolvido pelo Banco Mundial em 2013.⁴ O interesse do Banco Mundial em temas de inclusão social deriva da comprovação empírica de que o investimento em desenvolvimento e o crescimento econômico produzem benefícios desiguais, com alguns grupos constantemente se beneficiando menos do que outros, ou, em alguns casos,

3 Utilizando o banco de dados *Latinobarómetro* e o Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop).

4 Banco Mundial, *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity* (Washington, DC: World Bank, 2013).

sofrendo impactos negativos. Uma análise mais profunda revela que tais grupos frequentemente compartilham traços comuns que os diferenciam da sociedade majoritária. Essas pessoas tendem a ser sistematicamente excluídas com base em seu gênero, orientação sexual, raça, religião, deficiências, idiomas ou etnia, entre outros fatores. Em outras palavras, tais grupos são excluídos devido à sua identidade. Por serem geralmente estigmatizados e estereotipados, eles enfrentam barreiras estruturais que impedem sua plena participação na vida social e econômica de seus países. Os afrodescendentes na América Latina constituem um desses grupos excluídos.

Nosso relatório começa com o reconhecimento de que a exclusão social é um problema complexo e multifacetado. Como outros grupos excluídos, os afrodescendentes enfrentam desvantagens cumulativas, oportunidades desiguais e falta de respeito e reconhecimento. Tais barreiras produzem resultados sociais e econômicos diferenciados. Em média, as famílias afrodescendentes enfrentam mais dificuldades que as famílias brancas, por exemplo, mas as famílias afrodescendentes chefiadas por mulheres são ainda mais desfavorecidas que aquelas chefiadas por homens. Os afrodescendentes também enfrentam oportunidades desiguais desde o nascimento, o que predetermina grande parte de suas trajetórias de vida e impõe barreiras a seu desenvolvimento individual e coletivo.

A falta de reconhecimento ou dignidade representa outra categoria crucial de exclusão. A América Latina possui um conjunto robusto de leis e acordos internacionais de proteção aos direitos dos afrodescendentes, bem como um grande número de políticas e programas direcionados a esses indivíduos. Apesar disso, ainda persistem atitudes e resultados discriminatórios. Isso ocorre porque a discriminação está enraizada em expressões informais da vida cotidiana que naturalizam hierarquias étnico-raciais e reforçam seus vieses associados. Isso inclui desde piadas e práticas de seleção profissional até a aplicação de perfis raciais por autoridades policiais e judiciais, sem que os indivíduos sequer percebam sua existência ou efeitos. Portanto, embora a discriminação

étnico-racial possa parecer intangível para a maioria das pessoas, ela tem consequências muito palpáveis para os afrodescendentes, pois ela faz parte das instituições e prejudica o acesso dos afrodescendentes a mercados, serviços e espaços. Representações discriminatórias em livros didáticos e em sala de aula levam a maiores taxas de abandono escolar, por exemplo, limitando suas escolhas profissionais e suas futuras oportunidades de trabalho.

Logo, a inclusão social refere-se ao *processo de melhorar a capacidade, oportunidade e dignidade dos grupos excluídos para participar da sociedade*. Essa abordagem exige mais que meras análises estatísticas ou de pobreza: é fundamental identificar as causas subjacentes da exclusão. Trata-se de um quadro analítico focado no *porquê* de certos resultados persistirem ou permanecerem ignorados, bem como no *porquê* de certos grupos estarem super-representados entre os pobres ou não terem acesso igual a educação, saúde ou oportunidades de emprego. Embora a inclusão social esteja frequentemente relacionada à redução da pobreza, ela também pode ser necessária na ausência de pobreza. Afrodescendentes com formação superior enfrentam barreiras invisíveis que prejudicam o desenvolvimento de sua carreira, mas sua exclusão pode não representar necessariamente um risco de pobreza. A inclusão social, portanto, considera a exclusão de uma perspectiva mais ampla e multidimensional. No contexto de políticas públicas, tal abordagem exige que as leis e os programas destinados a melhorar a inclusão dos afrodescendentes tenham uma compreensão integral de suas situações e sejam adaptados às suas necessidades específicas. Soluções com foco limitado ou parcial muitas vezes não conseguem abranger os múltiplos fatores que impedem a inclusão social de afrodescendentes. A criação de cotas no mercado de trabalho, por exemplo, pode não gerar o efeito desejado de igualdade de oportunidades se não forem solucionados os problemas que freiam o progresso dos afrodescendentes no sistema educacional.

O primeiro passo dessa abordagem é, portanto, realizar um diagnóstico preciso das necessidades

e aspirações dos afrodescendentes. Este estudo visa a contribuir para esse tão necessário diagnóstico por meio de uma análise inicial dos dados disponíveis e uma síntese de algumas das principais mensagens contidas na literatura disponível sobre o tema. O estudo concentra-se nas áreas em que os afrodescendentes alcançaram menos avanços na última década, ou nas quais os dados indicam um potencial maior para melhorar suas qualificações e oportunidades. As principais áreas identificadas para este estudo – em sintonia com o marco de inclusão social de acesso a *espaços, mercados e serviços* – são sua distribuição territorial nos níveis nacional, subnacional e urbano; sua inserção no mercado de trabalho; e sua inclusão no sistema educacional.

ONDE VIVEM?

A distribuição de afrodescendentes é notavelmente semelhante à do resto da população na maioria dos países. Em outras palavras, os afrodescendentes são predominantemente urbanos: quase 82% vivem em cidades. Esse resultado está ligeiramente acima da média regional de 80%. Portanto, em países altamente urbanizados, como a Argentina, o Uruguai e a Venezuela, os afrodescendentes têm níveis de urbanização igualmente altos. Os casos mais notáveis são a Nicarágua e o Panamá, onde os afrodescendentes apresentam uma proporção muito maior de residentes urbanos do que o resto da população.

Um dos resultados positivos dessa alta concentração urbana é que as disparidades nacionais no acesso a serviços básicos (água, saneamento, eletricidade) não são tão acentuadas quanto as dos povos indígenas ou outros grupos vulneráveis rurais, embora a situação varie muito entre os serviços, assim como entre diferentes países e dentro deles. Essas diferenças, no entanto, não podem ser atribuídas *a priori* à discriminação racial.

Em nível subnacional, os afrodescendentes tendem a se concentrar em algumas regiões e cidades mais do que em outras. Na maioria dos países, algumas poucas regiões são fortemente

associadas à cultura afrodescendente, mesmo que a maioria dos afrodescendentes não viva necessariamente nesses lugares. Essas áreas são, invariavelmente, aquelas com os níveis mais baixos de desenvolvimento. Em geral, são regiões com interconexão precária com o resto do país e com o mercado, e que oferecem menos acesso a serviços públicos. Os principais exemplos são a região Norte do Brasil; a costa pacífica da Colômbia; Esmeraldas no Equador; Barlovento na Venezuela; e as costas atlânticas da Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Panamá.

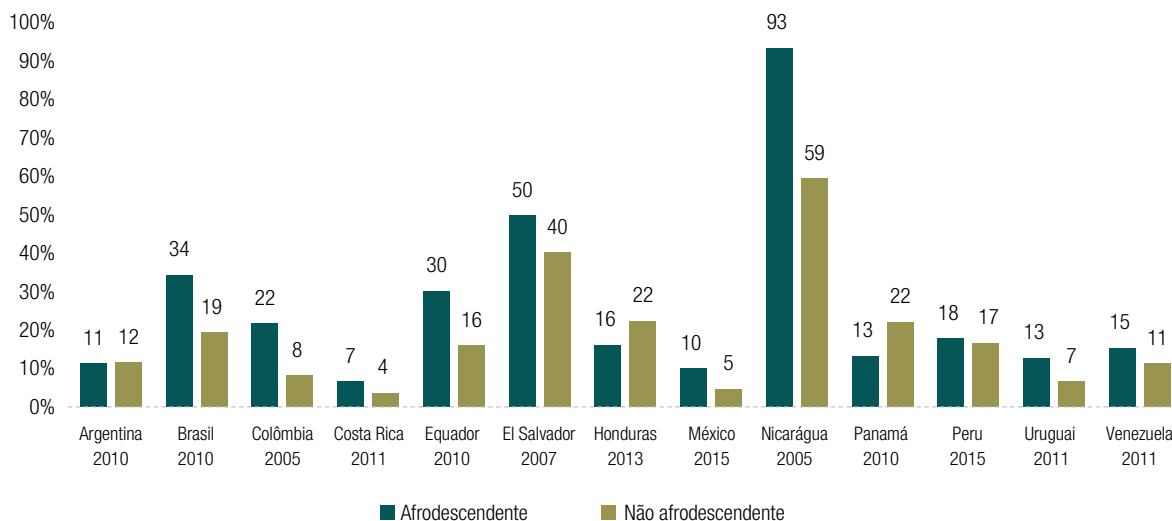
Tal segregação geográfica – relacionada a processos históricos de isolamento e negligência – contribui para perpetuar formas contemporâneas de exclusão social. No estado do Pará, no Norte do Brasil, por exemplo, onde os afrodescendentes compõem mais de três quartos da população, o analfabetismo é três vezes maior que no estado de Santa Catarina, no Sul do país, onde os afrodescendentes representam apenas 16% da população. Além disso, ao passo que o acesso à água é quase universal em Santa Catarina, um em cada quatro domicílios paraenses não goza desse serviço.

Nas cidades, os afrodescendentes também tendem a ser relegados a bairros mais pobres. Embora a maioria dos afrodescendentes viva em áreas com condições macroeconômicas privilegiadas, tais como Caracas, Lima, Montevidéu ou Rio de Janeiro, eles não se beneficiam necessariamente dessas condições. De fato, eles são frequentemente relegados a áreas com pouco acesso a serviços básicos, moradia adequada e empregos, além de serem expostos a níveis mais altos de poluição e de violência e criminalidade. Somente no Brasil, até três em cada quatro vítimas de homicídio são afrodescendentes. Em outros países da região, há poucos dados sobre violência desagregados por raça ou etnia.

Em países como o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica, o Equador, o México e o Uruguai, os afrodescendentes têm duas vezes mais chances de viver em favelas do que a população não afrodescendente (figura RE1). Essa segregação

Figura RE1

Percentual da população urbana residente em favelas, por raça



Fonte: Censos nacionais.

Obs.: A definição de favela é uma versão simplificada da definição adotada pelo programa UN-Habitat: ela é determinada pela ausência de pelo menos um serviço público básico (água, eletricidade, saneamento) em áreas urbanas e/ou a presença de casas sem piso, como sinal da precariedade dos materiais de construção.

O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

urbana pode ser muito maior em nível subnacional – por exemplo, a proporção da população urbana residente em favelas é três vezes maior no Pará que em Santa Catarina.

POBREZA E ACESSO AOS MERCADOS

Na última década, houve uma melhoria considerável nas condições de vida de muitos afrodescendentes. Eles se beneficiaram significativamente da tendência geral de redução da pobreza na região. Mais de 50% das famílias afrodescendentes que viviam com menos de US\$ 5,5 por dia saíram da pobreza no Brasil e no Uruguai, e mais de 20% delas no Equador e no Peru. Além disso, a probabilidade de os afrodescendentes serem pobres, quando comparados com pessoas que vivem em domicílios com condições socioeconômicas semelhantes, diminuiu significativamente em toda a região.

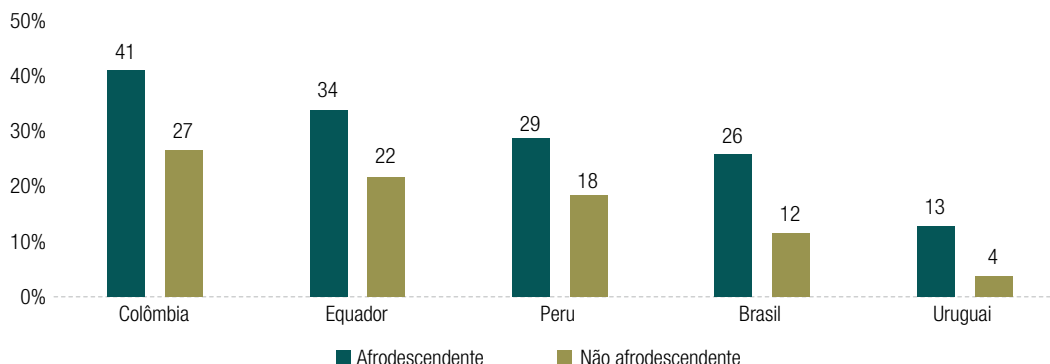
Ainda assim, os benefícios da chamada “década de ouro” não foram uniformemente distribuídos,

e os afrodescendentes se beneficiaram menos que os brancos e mestiços, o que resultou na perpetuação de várias lacunas e em taxas de pobreza acima da média. Portanto, embora os afro-peruanos e os afro-uruguaios tenham gozado de uma redução anualizada dos índices de pobreza de 7% e 10%, respectivamente, entre 2005 e 2015, a redução da pobreza entre os não afrodescendentes nesses países foi de 9% e 14,5%, respectivamente, o que aumentou a distância relativa entre os dois grupos em cada país. As lacunas atuais são, na verdade, consideráveis. Os índices de pobreza entre afrodescendentes no Brasil são o dobro daqueles observados no resto da população; no Uruguai, três vezes maiores; e na Colômbia, no Equador e no Peru, 10 pontos percentuais acima da média nacional (figura RE2).

De fato, nascer de pais afrodescendentes aumenta consideravelmente a probabilidade de uma criança ser pobre, o que coloca as crianças afrodescendentes em uma situação de desvantagem desde o início de suas vidas. No

Figura RE2

Pobreza em 2015, por raça (US\$ 5,5 por dia, PPC de 2011)



Fonte: Cálculos do autor com base no Sedlac.

O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

Brasil, por exemplo, a comparação entre dois domicílios com condições socioeconômicas semelhantes revela que a probabilidade de ser pobre aumenta em aproximadamente 7% se o chefe de família for afrodescendente (homem ou mulher), e 16% se o domicílio for rural. Na Colômbia, no Equador e no Uruguai, embora um pouco mais baixas, as probabilidades de uma família ser pobre simplesmente pelo fato de ser chefiada por um afrodescendente é de 4% a 6% maior que para o resto da população.

Os afrodescendentes também têm menos chances de mobilidade social. Eles são 2,5 vezes mais propensos a sofrerem de pobreza crônica – ou seja, eram pobres no início e no final do período da pesquisa. No Equador, por exemplo, 27% de todas as famílias afrodescendentes foram diagnosticadas como cronicamente pobres entre 2009 e 2012, apesar do crescimento generalizado no país. Entre 2013 e 2015, um período de desaceleração econômica, esse índice foi de 26%. Além disso, as famílias afrodescendentes apresentaram menores taxas de saída da pobreza e maiores taxas de transição para a pobreza que os brancos e mestiços em ambos os períodos.

A armadilha da pobreza aflige muitos afrodescendentes e é exacerbada por outras dimensões, tais como as disparidades encontradas entre ambientes rurais e urbanos,

ou aquelas associadas ao gênero do chefe de família. No Brasil, as famílias chefiadas por homens apresentam uma probabilidade 7% mais baixa de serem pobres que as famílias chefiadas por mulheres, índice que aumentou 2 pontos percentuais ao longo da última década, desde os 5% registrados em 2005.

A persistência de brechas de pobreza entre afrodescendentes e não afrodescendentes e a tendência mais alta de famílias afrodescendentes permanecerem pobres ao longo do tempo podem ser parcialmente atribuídas à maneira como os afrodescendentes entram no mercado de trabalho. Sua escolaridade e o retorno que recebem de seus investimentos em educação desempenham, sem dúvida alguma, papéis fundamentais nesse processo. Em geral, os afrodescendentes apresentam índices de desemprego mais altos em todos os países. Entre os empregados, a maioria desempenha funções de baixa qualificação.

Uma das maiores lacunas entre afrodescendentes e não afrodescendentes está relacionada aos níveis de renda. Em muitos países, na verdade, a diferença salarial aumenta proporcionalmente ao nível de escolaridade. Numa comparação entre trabalhadores com a mesma escolaridade, idade, gênero, estado civil, experiência, setor profissional e característica familiares – mas de raças diferentes – os afrodescendentes tendem a ganhar 16% menos em todos os tipos de

emprego no Brasil; 11% no Uruguai; e 6,5% menos no Peru. Eles também enfrentam barreiras invisíveis em seu desenvolvimento profissional: no Uruguai, somente 0,8% dos cargos de chefia são ocupados por afrodescendentes; no Brasil, menos de 6%.

Apesar da situação descrita acima, a probabilidade de pobreza entre as famílias afrodescendentes vem se reduzindo ao longo do tempo, e a educação parece ser a chave para compreender essa tendência positiva. No Brasil, a conclusão do ensino primário pode reduzir a probabilidade de pobreza entre afrodescendentes em mais de 9%, ao passo que a conclusão do ensino secundário e terciário pode reduzir tal probabilidade em 16% e 23%, respectivamente. Na Colômbia, no Equador, no Peru e no Uruguai, a conclusão do ensino superior pode reduzir de 21% a 31% a probabilidade de pobreza entre afrodescendentes. Esses resultados são muito significativos, pois indicam a urgência de investimentos em políticas de inclusão educacional com viés racial. Tais políticas podem romper o ciclo de pobreza crônica que aflige um número desproporcional de famílias afrodescendentes.

ACESSO À EDUCAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a América Latina obteve grandes avanços na expansão da cobertura de seu sistema educacional a todas as áreas do continente, principalmente no ensino primário e secundário. O acesso ao ensino primário é praticamente universal em grande parte da região, e o acesso ao ensino secundário mais que dobrou desde a década de 1980. Os afrodescendentes beneficiaram-se significativamente dessa expansão. O número de afrodescendentes que não havia concluído o ensino primário e secundário caiu entre as duas últimas rodadas de censos. Alguns países criaram ou fortaleceram programas existentes de ação afirmativa para o ensino superior, o que provocou resultados positivos nos índices de matrícula e desempenho. Outros adotaram legislações antidiscriminação para a educação, bem como outras medidas visando à incorporação de conteúdos de história, línguas

e cultura afrodescendentes nos currículos nacionais. No entanto, apesar dessas medidas positivas, ainda persistem muitas lacunas, e os sistemas educacionais continuam a excluir os afrodescendentes em diversos níveis.

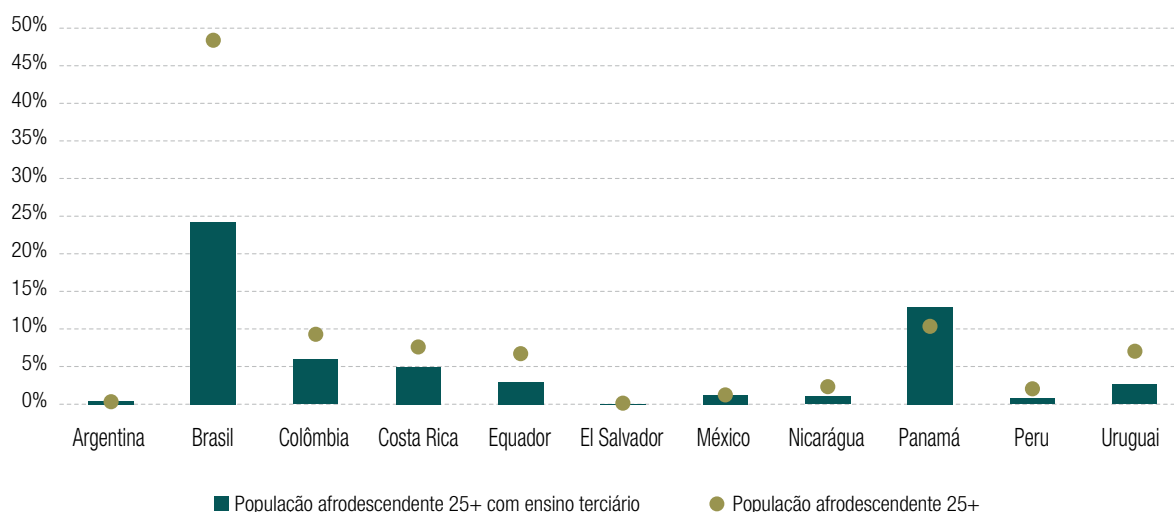
Os afrodescendentes ainda apresentam níveis significativamente mais baixos de educação formal – 64% dos afrodescendentes versus 80% dos não afrodescendentes no ensino primário. Numa comparação entre domicílios com condições socioeconômicas semelhantes, as crianças afrodescendentes apresentam menos probabilidade de concluir o ensino formal. No Uruguai, por exemplo, elas têm 14% menos probabilidade de concluir o ensino primário e 24% menos chances de concluir o secundário. No Brasil, por outro lado, embora a probabilidade de não concluir o ensino primário permaneça alta entre as crianças afrodescendentes em comparação às não afrodescendentes, a diferença vem se reduzindo ao longo do tempo (de 17% em 2005 para 9% em 2015).

Em contraste, os resultados para o ensino secundário não apresentaram melhoras significativas em nenhum país da região durante a última década. Pelo contrário, atualmente as lacunas são mais acentuadas, e a probabilidade de conclusão é muito menor (mantendo constantes todas as outras variáveis). Isso se deve ao fato de os afrodescendentes geralmente apresentarem índices mais altos de evasão e abandono escolar. Na Colômbia, por exemplo, as crianças afrodescendentes têm uma probabilidade maior de defasagem escolar, bem como de evasão e abandono. O mesmo se observa no Uruguai, onde a taxa de evasão e abandono escolar entre crianças (abaixo de 18 anos) afro-uruguaias é de duas em cada três, ao passo que a média nacional é de uma em cada três.

No nível terciário, as lacunas são ainda mais amplas, e os afrodescendentes são sub-representados em todos os países da região. Em geral, os afrodescendentes representam 25% da população com 25 anos ou mais, mas somente 12% dos adultos com diploma de nível superior (figura RE3).

Figura RE3

Parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais (geral) versus parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais com nível superior



Fonte: Censos nacionais.

A discriminação desempenha um papel importante para a compreensão de algumas das lacunas e resultados educacionais. Os sistemas educacionais de toda a região não promovem o reconhecimento das identidades afrodescendentes; pelo contrário, eles contribuem para a promoção de representações estereotipadas e folclóricas. A ausência de financiamento público, a inadequação das instalações e materiais didáticos e a falta de apoio aos professores são outros fatores que limitam o desempenho de jovens e crianças afrodescendentes. As famílias afrodescendentes também enfrentam obstáculos relativos aos gastos com educação, tais como as mensalidades escolares, o transporte e os insumos.

Em síntese, apesar dos grandes avanços da última década, a região não vem atingindo o pleno potencial da educação em termos de inclusão étnico-racial.

RUMO A UM MARCO REGIONAL DE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

Em todo este relatório, enfatizamos que a exclusão social dos afrodescendentes é um problema

complexo. Uma vez que esse grupo constitui uma população heterogênea, as soluções para seus problemas não podem ser as mesmas em todos os lugares. As políticas precisam ser adaptadas às condições específicas de cada país, cada sub-região dentro de cada país e, em muitos casos, cada situação individual. Consequentemente, em vez de oferecer recomendações de políticas específicas, a seção final propõe recomendações que, em nossa opinião, podem contribuir para a análise da situação e para o desenho de soluções apropriadas.

Começar com um bom diagnóstico

A elaboração de políticas destinadas a promover a inclusão de afrodescendentes deve começar com um bom diagnóstico. É importante levar em consideração as desvantagens sobrepostas que impedem o pleno desenvolvimento de seu potencial em todos os cenários, situações e momentos. A crescente desagregação de dados com base em características étnicas e raciais foi fundamental para desenvolver uma melhor compreensão sobre os impactos da discriminação estrutural nos afrodescendentes, bem como sobre as áreas em que eles são desfavorecidos e sobre as oportunidades e lições disponíveis

para eliminar as diferenças. Os dados utilizados neste relatório representam apenas uma pequena fração dos dados compilados e processados pelo Banco Mundial no contexto deste estudo. Como parte do projeto total, criamos também um conjunto de ferramentas (bancos de dados e painéis de controle para visualização de dados) que oferecem uma abundância de informações adicionais capazes de viabilizar análises mais profundas. Essas ferramentas estão disponíveis ao público no *site* do Laboratório de Igualdade na América Latina e Caribe do Banco Mundial (*LAC Equity Lab* – ver anexo B).

O acesso a dados estatísticos é apenas o primeiro passo para compreender a exclusão social. A análise deve ir além das medições e investigar por qual motivo persistem os resultados ruins. Serão necessárias abordagens inovadoras e integrais para desmembrar a série de fatores interconectados e buscar formas ocultas de exclusão nos dados, como, por exemplo, distorções estatísticas produzidas pela subnotificação de categorias raciais desfavorecidas; ou, inversamente, uma maior identificação, entre jovens politicamente motivados, com categorias de pele mais escura resultante dos movimentos afrodescendentes. Frequentemente, alterações na adscrição e na identidade anulam os resultados esperados. O diagnóstico das situações vividas pelos afrodescendentes deve considerar esses aspectos não métricos e reconhecer a natureza fluida e contextual das identidades raciais.

Criar políticas com metas claras, específicas e mensuráveis

Com base no diagnóstico correto, os países devem concentra-se em políticas que ajudam a lidar com as situações específicas identificadas. Políticas étnico-raciais adotadas de maneira dogmática tendem a produzir resultados ruins, pois não conseguem explicar as múltiplas camadas de exclusão que prejudicam as famílias afrodescendentes, ou deixam de fazer todas as conexões corretas. Políticas de ação afirmativa podem gerar resultados

louváveis no ensino superior. Contudo, se não forem superados os obstáculos que afetam crianças e jovens afrodescendentes nos níveis primário e secundário, os sistemas de cotas terão um impacto limitado. Na verdade, o resultado final pode ser até pior: eles podem não beneficiar os mais pobres ou mais vulneráveis. Nos níveis primário e secundário, são necessárias abordagens mais integrais para abordar as causas da exclusão de crianças afrodescendentes. Muitas vezes, as intervenções necessárias para ajudar essas crianças a romper o ciclo de exclusão não exigem que o governo realize gastos adicionais substanciais, nem adote programas direcionados. Pequenas modificações ou mudanças de escopo em programas preexistentes podem ser suficientes.

Ao longo das três últimas décadas, a região experimentou políticas que beneficiam direta ou indiretamente os afrodescendentes. Tais iniciativas são enquadradas em três conjuntos distintos de políticas de direitos e desenvolvimento: (a) políticas destinadas a afirmar o direito à diferença cultural e à autodeterminação; (b) políticas de igualdade racial e não discriminação; e (c) políticas de desenvolvimento territorial geral (não direcionadas), que geralmente não são enquadradas em um discurso de igualdade racial, mas são implementadas em áreas carentes com altas concentrações de afrodescendentes (tabela RE1). Esses conjuntos de políticas não são mutuamente excludentes (na verdade, eles geralmente se complementam), mas a região precisa ter mais clareza sobre quais situações essas diferentes políticas devem abordar e quais podem ser os resultados esperados. Um marco mais claro de políticas étnico-raciais ajudará a aprimorar o foco dos processos decisórios e a adaptar as estratégias de inclusão social para enfrentar os problemas reais que prejudicam os afrodescendentes. Para tanto, é importante, primeiramente, entender as situações específicas que afetam os afrodescendentes, para então identificar as mudanças que precisam ser promovidas e as políticas disponíveis para alcançá-las.

Tabela RE1

Políticas étnico-raciais implementadas na região

	Políticas étnicas	Políticas de igualdade racial	Desenvolvimento territorial
Marcos internacionais de referência	Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, Programa de Ação de Durban	Acordos e políticas intersetoriais
Discurso dominante	Etnia, direito à diferença	Raça, direito à igualdade de tratamento	Desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas
População-alvo	Comunidades afrodescendentes rurais, enclaves e minorias afroindígenas	População afrodescendente em geral que enfrenta desvantagens estruturais	Afrodescendentes residentes em regiões menos desenvolvidas
Tipo de reformas promovidas	Proteção e promoção de direitos coletivos	Políticas de inclusão social e igualdade de tratamento	Desenvolvimento multisetorial
Exemplos de políticas promovidas	Direitos territoriais, autonomia política, desenvolvimento motivado pela comunidade, etnoeducação, consulta e consentimento em processos decisórios (inclusão do consentimento livre, prévio e informado), reconhecimento cultural, recuperação e proteção da memória histórica, salvaguardas de desenvolvimento, proteção dos meios tradicionais de subsistência, cotas de representação política etc.	Ação afirmativa na educação e no trabalho, engajamento e representação política, revalorização das contribuições de afrodescendentes para a sociedade, conscientização, aplicação da legislação antirracismo, visibilidade estatística, acesso à justiça, prevenção de criminalidade e violência etc.	Desenvolvimento de infraestrutura, inclusão em sistemas nacionais de educação e saúde, conexão a mercados, moradia etc. (políticas que visam a uma melhor integração de regiões menos desenvolvidas, independentemente da raça).

Alterar os modelos mentais que motivam a exclusão de afrodescendentes

A região também deve abordar as crenças e modelos mentais que motivam a exclusão de afrodescendentes. Há provas crescentes de que modelos mentais moldam as percepções dos indivíduos sobre eles próprios e sobre o mundo, influenciando não apenas como eles percebem e reconhecem certas oportunidades, mas também

como agem (ou não) em relação a elas. Os modelos mentais, portanto, contribuem para a exclusão social e devem ser alvo de intervenções de políticas públicas.

Pesquisas sobre relações raciais nas escolas demonstraram que, em muitos países latino-americanos, o ambiente escolar repete e reforça assimetrias tradicionais entre brancos e

afrodescendentes. As hierarquias raciais existentes no ambiente escolar manifestam-se de inúmeras formas, tais como a probabilidade diferencial de receber elogios ou críticas verbais; práticas não verbais de demonstração (ou não) de afeto; e práticas pedagógicas que – conscientemente ou não – reforçam os estereótipos raciais ou a invisibilidade dos afrodescendentes. Lidar com esses modelos mentais é essencial para dar conteúdo à expansão da educação primária e secundária. Uma grande parte do impacto que a educação formal tem sobre as comunidades excluídas está ligada às esperanças e aspirações que ela instiga – ou deixa de instigar – nas crianças.

Fortalecer a voz e a participação dos afrodescendentes

Aumentar a voz e a participação dos afrodescendentes nos processos decisórios é um meio eficaz de combater modelos e estereótipos mentais negativos. O reconhecimento raramente ocorre sem a pressão de organizações que representam grupos sociais excluídos. Os afrodescendentes têm um longo histórico de negociações e engajamento político. As legislações pró-afrodescendentes aprovadas em toda a região só foram possíveis graças à tenacidade dos movimentos afrodescendentes. No entanto, até hoje esses indivíduos permanecem imensamente sub-representados nas arenas decisórias, tanto no âmbito privado quanto no público, pois encontram numerosos obstáculos para o exercício de seus direitos políticos, econômicos e culturais. A região precisa dedicar maiores esforços para superar tais obstáculos.

Os países latino-americanos devem também investir mais na capacitação técnica e organizacional dos afrodescendentes por meio de suas organizações representativas. Isso é fundamental para ajudá-los a elaborar e transmitir uma visão comum de suas necessidades e aspirações de desenvolvimento em âmbito local, nacional e regional. A América Latina possui experiência e conhecimento suficientes para tratar de muitas das lacunas descritas neste estudo com estratégias que respeitem as identidades e a dignidade dos afrodescendentes. No entanto, para se beneficiar dessas lições e

conhecimentos, a região deve reconhecer que os afrodescendentes são parceiros indispensáveis na trajetória de crescimento sustentável e de prosperidade inclusiva.

Aprofundar o conhecimento regional em áreas críticas de desenvolvimento e construir repositórios de boas práticas e experiências

O rápido aumento na inclusão estatística de afrodescendentes foi acompanhado por uma expansão igualmente rápida da literatura e de estudos especializados sobre o tema. No entanto, grande parte da pesquisa relevante ainda é limitada, tanto em escopo quanto em abrangência, a países ou populações específicas. Consequentemente, ainda se observam grandes lacunas analíticas e de dados em áreas críticas para os afrodescendentes, tais como seu estado de saúde ou as estratégias disponíveis para combater a onda de criminalidade e violência que aflixe jovens afrodescendentes em muitos países.

O estudo dos afrodescendentes latino-americanos também está desconectado das discussões e lições sobre inclusão social aprendidas em outras regiões – relacionadas à diáspora africana mais ampla e a outros grupos excluídos com base em sua identidade étnico-racial. Um comparador comum para análises sobre políticas e desenvolvimento de afrodescendentes são os povos indígenas. Todavia, isso muitas vezes se traduz em estudos e debates sobre políticas focados unicamente em questões relevantes para uma minoria de comunidades afrodescendentes rurais. Apesar de serem argumentos importantes em si, eles não representam adequadamente as necessidades e pontos de vista da maioria da população afrodescendente, que nem é rural, nem é definida pela etnia. São necessárias mais pesquisas para entender os múltiplos aspectos da exclusão que afetam os afrodescendentes em uma escala mais ampla e extrair experiências de outros lugares.

Ao longo deste relatório, destacamos as lacunas persistentes na educação e no mercado de trabalho. Atualmente, a educação é a principal ferramenta disponível para transformar os termos da inclusão de afrodescendentes na região, mas



a maioria dos países não está aproveitando ao máximo seu potencial. Os diferenciais salariais podem ser, em grande parte, atribuídos a vieses discriminatórios. No entanto, as razões pelas quais essas barreiras invisíveis persistem – apesar dos avanços em leis e políticas progressivas observados nas últimas décadas – exigem mais atenção. A América Latina deve aproveitar a experiência acumulada em outras regiões para incorporar programas de diversidade e melhores práticas para a inclusão no local de trabalho.

Outro aspecto de grande preocupação (que foi apenas ligeiramente abordado neste relatório) é a incidência muito maior de criminalidade e violência entre jovens afrodescendentes. Embora grande parte da violência vivida pelos afrodescendentes possa ser explicada por sua localização geográfica desfavorecida e suas condições socioeconômicas, há provas abundantes em outras regiões – especialmente na América do Norte – de que preconceitos raciais exacerbam essa predisposição dos afrodescendentes a serem vítimas de criminosos e instituições (por exemplo, um tratamento judicial mais rigoroso e o uso excessivo da força pelos órgãos de segurança).

Por fim, as organizações multilaterais precisam entender e integrar melhor as necessidades e

vozes dos afrodescendentes em suas operações e pautas políticas. Ao longo das últimas décadas, bancos multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, desenvolveram políticas e diretrizes robustas para salvaguardar comunidades indígenas. Tais políticas e diretrizes não somente protegem as comunidades dos efeitos indesejáveis do desenvolvimento, mas também buscam incorporar sua inclusão como parceiros-chave para o desenvolvimento (desde a concepção inicial dos projetos, e durante todo o seu ciclo de vida). O mesmo não acontece com muitas comunidades afrodescendentes, apesar de elas representarem uma grande parte das pessoas mais vulneráveis em muitos países. Os bancos de desenvolvimento carecem de um repositório de conhecimentos sobre melhores práticas e de informações fundamentais relativas ao impacto de seus projetos em comunidades afrodescendentes, uma vez que essas comunidades não são regularmente incluídas nas salvaguardas. Isso reduz a capacidade dessas instituições de alinhar esse segmento da população a seus objetivos de desenvolvimento. Ademais, desperdiça o benefício potencial das contribuições de mais de um quarto da população latino-americana para sua pauta de desenvolvimento.

Introdução

Após uma década de grandes avanços sociais e econômicos na América Latina, durante os quais mais de 80,5 milhões de pessoas saíram da pobreza e a classe média se expandiu para mais de um terço da população, o processo de redução da pobreza foi interrompido em 2015.⁵ O crescimento da renda chegou a ficar negativo para as famílias em risco de voltar à pobreza (os mais vulneráveis), e os crescentes índices de desemprego afetaram mais intensamente as famílias mais pobres.⁶ Nesse contexto, impulsionar o crescimento econômico e proteger os pobres e os vulneráveis tornaram-se prioridades regionais para evitar reversões nos ganhos sociais da última década. Também se tornou evidente a necessidade de entender melhor quem são os pobres e os vulneráveis, bem como saber por que tantos latino-americanos ficaram para trás durante uma década de crescimento excepcional.

Parte do desafio que a região enfrenta deve-se ao fato de a pobreza e a exclusão não afetarem todos os latino-americanos da mesma maneira. Apesar de se beneficiarem significativamente dos ganhos da última década, os afrodescendentes ainda apresentam taxas mais altas de pobreza que a população branca e mestiça; possuem níveis mais baixos de educação e taxas mais altas de desemprego; e enfrentam barreiras invisíveis no mercado de trabalho. Além disso, os afrodescendentes continuam a ser, politicamente, a minoria mais sub-representada na região.⁷ Juntamente com os povos indígenas, que foram o

foco de um estudo anterior⁸, os afrodescendentes conferem um aspecto predominantemente étnico-racial à exclusão na América Latina. Eles não apenas compartilham uma história comum de subjugação e deslocamento, mas também enfrentam formas persistentes de discriminação e exclusão.

A inclusão dos afrodescendentes é, por si só, fundamental para a construção de sociedades mais equitativas, justas e prósperas. Além disso, ela também é importante para a América Latina como um todo, pois esse grupo representa quase um quarto da população regional (cerca de 133 milhões de pessoas) e uma parcela desproporcional dos pobres em muitos países. Quando adotamos como variáveis de controle a educação, o histórico socioeconômico e outros fatores, os afrodescendentes estão, de fato, entre os mais pobres da região, excluindo a população indígena. Em seis países para os quais existem dados sobre a renda desagregados por raça (Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Uruguai), eles representam 47% dos pobres e 49% dos extremamente pobres⁹, apesar de constituírem apenas 38% da população total.¹⁰ Eles também são 2,5 vezes mais propensos a serem cronicamente pobres do que os brancos e mestiços. As pessoas que vivem sob pobreza crônica têm oportunidades de renda limitadas e retornos menores para seus investimentos, de modo que o crescimento econômico por si só não é suficiente para retirá-las da pobreza, como demonstra um relatório recente do Banco Mundial.¹¹

5 Banco Mundial, *Social Gains Show Signs of Stagnation in Latin America: Poverty and Inequality Monitoring in Latin America and Caribbean* (Washington, DC: World Bank, 2017). Esses 80,5 milhões de pessoas representam a estimativa para o período de 2002 a 2012 com base na linha de pobreza global de US\$ 5,5 por dia (PPC de 2011).

6 Ibid.

7 Ver Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *The Situation of People of African Descent in the Americas*, 11; Edward Telles, "Race and Ethnicity and Latin America's United Nations Millennium Development Goals," in *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 2, no. 2 (2007): 185–200; e Judith A. Morrison, "Social Movements in Latin America: The Power of Regional and National Networks," in *Comparative Perspectives on Afro-Latin America*, eds. John Burdick e Dixon Kwame (Gainesville, FL: University Press of Florida, 2012).

8 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century: The First Decade* (Washington, DC: World Bank, 2015).

9 Neste relatório, a medição da pobreza adota como referência a linha de pobreza global de US\$ 5,5 por dia (PPC de 2011); e a da pobreza extrema, a linha de pobreza global de US\$ 3,2 por dia (PPC de 2011). As famílias são consideradas pobres se sua renda per capita for inferior a US\$ 5,5 por dia. Elas encontram-se em situação de pobreza extrema se sua renda per capita for inferior a US\$ 3,2 por dia (PPC de 2011).

10 Embora sejam poucos, esses países abrigam quase 85% da população total de afrodescendentes da região.

11 Renos Vakis, Jamele Rigolini, e Leonardo Lucchetti, *Left Behind: Chronic Poverty in Latin America and the Caribbean* (Washington, DC: World Bank, 2016).

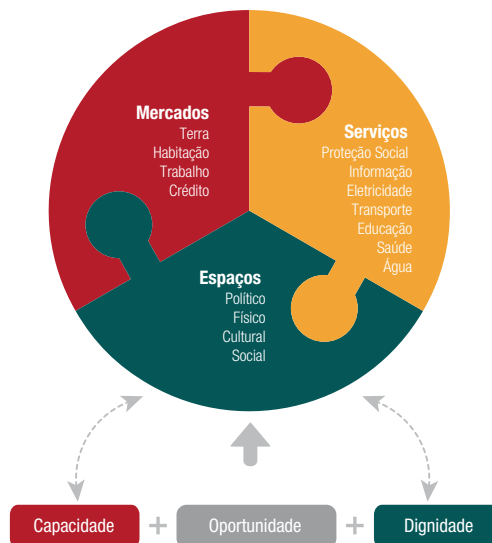
Além disso, a inclusão de afrodescendentes representa uma oportunidade única para a região. As famílias afrodescendentes representam um grande segmento da população em vários países. Elas também tendem a ser mais jovens, ter mais integrantes e, de acordo com vários estudos e pesquisas de opinião, ter uma visão mais otimista sobre o futuro. O otimismo dos afrodescendentes é um recurso inestimável para a região, pois reflete seu desejo de melhorar a situação, desde que tenham as condições certas. Também sinaliza uma maior capacidade de resiliência, adquirida em sua longa história de luta e trabalho coletivos. Isso contribuiu para o desenvolvimento de fortes redes comunitárias de proteção e um maior senso de esperança e progresso. Os afrodescendentes também possuem um potencial inexplorado para contribuir para o crescimento tecnológico, cultural, social e econômico de suas nações. Isso é prejudicado por uma série de barreiras invisíveis e estruturais que limitam o desenvolvimento das economias regionais onde vivem.

Abordamos o estudo dos afrodescendentes sob a perspectiva da inclusão social, seguindo o marco analítico proposto pelo Banco Mundial em 2013.¹² Assim como outros grupos excluídos, os afrodescendentes enfrentam desvantagens cumulativas, oportunidades desiguais e falta de respeito e reconhecimento. Eles são afetados simultaneamente por múltiplas estruturas sociais que interagem de formas complexas para produzir diferentes experiências, relações sociais e resultados. Ademais, sofrem com a desigualdade de oportunidades, o que limita a realização de todo o seu potencial humano. Devido a essas desigualdades, os afrodescendentes enfrentam injustiças desde o início e ao longo de toda a sua vida, pois as oportunidades e necessidades mudam com a idade. A falta de reconhecimento ou dignidade, por sua vez, cria barreiras no acesso a serviços, tornando os afrodescendentes estatisticamente “invisíveis”, por exemplo, ou expondo-os a representações discriminatórias de si mesmos nos sistemas escolares e serviços de saúde, entre outros. Logo, a inclusão social refere-se ao processo de melhorar a capacidade, a oportunidade e a dignidade dos

afrodescendentes para que eles possam ter acesso a mercados, serviços e espaços (figura 1).

Figura 1

Marco de inclusão social



Fonte: Banco Mundial, *Inclusion Matters*.

Para promover mudanças, o primeiro passo a seguir deve ser a realização de um diagnóstico preciso das necessidades e aspirações dos afrodescendentes. As transformações rumo à inclusão social precisam ir além do estudo da pobreza ou das tendências estatísticas; elas devem investigar por que certos resultados persistem. Perguntar o porquê das coisas “expõe a natureza interligada e multidimensional da privação crônica decorrente da exclusão social (como, por exemplo, a discriminação, os efeitos sobre grupos de pares e a incorporação adversa), que desempenha um papel fundamental na motivação dos correlatos de pobreza mais simples e facilmente observáveis (falta de instrução, saúde precária e restrições no mercado de trabalho)”.¹³

Este estudo visa a contribuir para esse tão necessário diagnóstico por meio de uma análise inicial dos dados disponíveis e uma síntese de algumas das principais mensagens contidas na literatura sobre afrodescendentes na América Latina. O estudo concentra-se nas áreas em que os afrodescendentes alcançaram menos avanços

¹² Banco Mundial, *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity* (Washington, DC: World Bank, 2013), 4.

¹³ Banco Mundial, *Inclusion Matters*, 52.

na última década, ou nas quais os dados indicam que há um potencial maior para melhorar suas qualificações e oportunidades. As principais áreas identificadas para este estudo são sua distribuição territorial nos níveis nacional, subnacional e urbano (referenciada no marco de inclusão social como *espaços*); sua inserção no mercado de trabalho (*mercados*); e sua inclusão no sistema educacional (*serviços*).

O estudo beneficia-se do enorme progresso alcançado pela região nas últimas duas décadas em relação à visibilidade das situações e necessidades dos afrodescendentes. Muitos institutos nacionais de estatística introduziram variáveis étnico-raciais em seus censos e pesquisas domiciliares, e muitos estudos especializados ajudaram a esclarecer as diferentes situações enfrentadas pelos afrodescendentes em cada país. O relatório espera ajudar a estruturar o debate regional ao conectar algumas dessas fontes, criando, assim, um espaço de intercâmbio de conhecimentos que permita melhorar a compreensão e a inclusão dos afrodescendentes na agenda de desenvolvimento. A seção final propõe algumas áreas analíticas e de políticas que, talvez, exijam mais trabalho e consideração. Este relatório é, portanto, um primeiro passo rumo ao desenvolvimento de estratégias adaptadas às necessidades e condições específicas de cada país.

O estudo baseia-se em várias atividades iniciadas em 2013 no âmbito de um esforço analítico que visava a atualizar a compreensão do Banco Mundial sobre as necessidades especiais e os pontos de vista das minorias étnico-raciais na América Latina. Desde o início, este estudo foi concebido como uma oportunidade para trazer à tona as metas e estratégias de desenvolvimento dos próprios afrodescendentes.

Consequentemente, desde 2014 o Banco Mundial vem dialogando com acadêmicos, representantes de afrodescendentes, governos e organizações internacionais.¹⁴ Nesses intercâmbios, os representantes de afrodescendentes destacaram repetidamente a necessidade de aumentar a visibilidade e a compreensão das situações e necessidades especiais dos afrodescendentes, particularmente no que diz respeito à sua exclusão de importantes debates sobre políticas públicas.

Este trabalho coincide com a Década Internacional de Afrodescendentes das Nações Unidas 2015–2024 (de agora em diante denominada a Década Internacional) e visa a subsidiar os debates sobre políticas públicas que contribuirão para a obtenção de reconhecimento, justiça e desenvolvimento, conforme preconiza a Assembleia Geral das Nações Unidas. Os dados aqui analisados cobrem o período de 2005 a 2015, e os resultados do estudo coincidem com o início da Década Internacional. Esperamos que as conclusões deste estudo sirvam como ponto de referência para avaliações subsequentes sobre o progresso rumo aos objetivos da década.

O presente estudo segue-se à publicação de um relatório anterior sobre a situação dos povos indígenas na América Latina que identificou importantes e persistentes brechas em termos de bem-estar e oportunidades entre esses grupos e o resto da população.¹⁵ Este estudo demonstra que os afrodescendentes também enfrentam níveis mais baixos de bem-estar, acesso a serviços básicos e oportunidades em toda a região, e tenta determinar a dimensão dessas lacunas e alguns dos fatores que as motivam. A maioria das comparações é feita em relação à população branca e mestiça¹⁶, que constitui, em geral, o segmento mais rico das sociedades

14 Diversas atividades de diálogos e trocas de conhecimentos subsidiaram este relatório. Em maio de 2014, o Banco Mundial reuniu-se com a Plataforma da Cúpula Mundial de Afrodescendentes (*Plataforma de la Cumbre Mundial de Afrodescendientes* – PCMA) e a Organização para o Desenvolvimento Étnico-Comunitário (*Organización para el Desarrollo Étnico Comunitario* – Odeco) para elaborar uma pauta comum de cooperação. Em abril de 2015, um intercâmbio de alto nível com representantes do governo da Colômbia, Costa Rica, Panamá e Uruguai foi organizado em Washington DC, presidido pelo Vice-Presidente Regional para a América Latina e o Caribe. Em dezembro de 2015, o Banco Mundial participou de um simpósio sobre o estado dos movimentos afrodescendentes na América Latina promovido pela Universidade de Harvard. Paralelamente, em 2014, o Banco Mundial desenvolveu uma série de atividades destinadas a melhorar a visibilidade da população afrodescendente no Peru. Atualmente, o Banco está desenvolvendo uma pauta semelhante com a Diretoria de Afrodescendentes da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina. Por fim, em novembro de 2017, o Banco participou do Terceiro Colóquio Internacional de Afrodescendentes em Cali, Colômbia, durante o qual representantes de 21 países da América Latina e Caribe, três países africanos, Espanha e França debateram sobre os progressos e os desafios para o restante da Década Internacional de Afrodescendentes. Durante o evento, o Banco apresentou os resultados preliminares deste estudo, que foram debatidos e comentados pelos representantes de afrodescendentes. Suas recomendações foram incorporadas a este relatório. Uma série de reuniões adicionais foi agendada para 2018.

15 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*.

16 Na América Latina, o termo *mestiço* geralmente se refere a pessoas de ascendência branca e indígena; é uma categoria relevante para descrever um grande segmento da população em países como Equador, Guatemala, México ou Peru. O termo é menos relevante e pode criar confusão em países como o Brasil ou a Venezuela, onde a maioria da miscigenação ocorreu entre pessoas brancas e de origem africana. Acatando a sabedoria popular, ao longo deste relatório usamos o termo *mestiço* para nos referirmos a pessoas de ascendência mista branca e indígena, e *miscigenado* para nos referirmos a pessoas de ascendência mista africana.

latino-americanas. Também excluímos os países anglófonos e francófonos do Caribe por dois motivos principais: o primeiro é a falta de dados raciais desagregados ou precisos em muitas ilhas do Caribe; o segundo é a composição relativa de vários Estados insulares, como Haiti e Santa Lúcia, que faz com que o *status* dos afrodescendentes nesses países seja mais dependente de processos nacionais e internacionais do que de relações raciais ou dinâmicas internas de exclusão social, que são o foco deste estudo. Além disso, as histórias e a formação sociocultural dos Estados insulares do Caribe os diferenciam muito da maioria dos países latino-americanos, incluindo as ilhas caribenhas de língua espanhola, que estabeleceram relações muito diferentes com a escravidão e com o conceito de raça após sua emancipação.¹⁷ Os autores estão cientes da importância do Caribe para a compreensão dos padrões históricos e atuais dos afrodescendentes na América Latina, mas também reconhecem que a situação dos afrodescendentes nos países não espanhóis do Caribe exige uma análise mais profunda. Esperamos que esta primeira avaliação centrada na América Latina possa estabelecer as bases para uma futura pesquisa no Caribe.

O estudo dos afrodescendentes enfrenta vários desafios que foram levados em consideração neste relatório, inclusive um apagão estatístico entre a década de 1940 e o início do século atual, durante o qual as variáveis raciais foram excluídas de praticamente todos os censos nacionais (exceto em dois países: Brasil e Cuba). O termo *afrodescendente*, adotado por organizações regionais de afrodescendentes no início dos anos 2000, é, por si só, complexo. Ele descreve grupos sociais que vivem em condições extremamente variadas, que incluem tanto comunidades afroindígenas (como os garífunas na América Central) quanto grandes grupos sociais (como os pardos no Brasil). O mesmo termo também descreve pessoas que vivem em enclaves rurais historicamente isolados, como os de San Basilio de Palenque, na Colômbia, e populações urbanas grandes e bem integradas como as de Salvador da Bahia, no Brasil, ou Esmeraldas, no Equador.

O estudo presta especial atenção a essa diversidade de situações, bem como ao peso diferencial que os afrodescendentes têm em cada país e em toda a região. Embora os afrodescendentes estejam presentes em todos os países da América Latina, mais de 98% deles estão concentrados no Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, México e Venezuela. A narrativa da região é fortemente influenciada pelos países da orla caribenha (Cuba, Venezuela), da costa do Pacífico (Colômbia, Equador) e, sobretudo, pelo Brasil, que concentra a segunda maior população afrodescendente do mundo (depois da Nigéria) e, portanto, muitas vezes influencia os resultados da análise estatística. Por esse motivo, o estudo se concentra em dados específicos de cada país e tenta mostrar uma série de resultados a partir de várias perspectivas alternativas.

Cientes de que a exclusão social dos afrodescendentes é um problema multifacetado e que essa população é altamente heterogênea, o estudo propõe que as soluções para suas situações não sejam as mesmas em todos os lugares. Recomenda-se que elas sejam adaptadas às condições específicas de cada país, cada sub-região dentro de cada país e, em muitos casos, cada situação individual. Dado o escopo da pesquisa, o relatório propõe uma estrutura para organizar e considerar as inúmeras opções disponíveis - em vez de fazer recomendações específicas - com base na experiência acumulada pela região até hoje e nos dados disponíveis.

Independentemente das soluções desenvolvidas por cada país, é essencial que os próprios afrodescendentes participem da concepção, implementação e avaliação das políticas destinadas a eliminar as lacunas raciais na região. A experiência do Banco Mundial e de outros lugares mostra que somente por meio do fortalecimento de sua voz e participação é que as minorias étnico-raciais conseguirão estabelecer um diálogo produtivo com a sociedade majoritária, que ajudará a reverter o terrível legado de décadas de negligência e séculos de opressão.

17 Além das diferenças linguísticas, os estados insulares coloniais não eram regidos por um sistema de estratificação social por castas, por exemplo, e a miscigenação não era um determinante de mobilidade social na mesma medida em que isso ocorria nas colônias espanholas e portuguesas. Importantes marcos históricos em países de língua espanhola e portuguesa (por exemplo, independência, guerras federais, disseminação de ideologias mestiças, consolidação de democracias) também seguiram diferentes ciclos e padrões no Caribe.

Quem é afrodescendente?



O uso do termo *afrodescendente* é relativamente recente na América Latina. Ele foi adotado pela primeira vez em uma declaração oficial por representantes latino-americanos e caribenhos reunidos na Conferência Regional contra o Racismo em Santiago, Chile, no ano 2000. A conferência foi convocada para articular a agenda regional antes da Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, África do Sul, no ano seguinte. Apesar de o termo se referir, de forma geral, a pessoas da diáspora africana, nas Américas ele é principalmente associado aos descendentes de africanos trazidos para o continente entre o século XVI e o final do século XIX para servir como mão de obra escrava nas plantações, minas, fábricas e casas das elites brancas e mestiças.

O termo *afrodescendente* engloba uma variedade de outros termos que descrevem percepções locais e nacionais da raça. Os termos negro, moreno, pardo, zambo, *cimarrón*, mulato, *tercerón*, preto e crioulo, entre muitos outros, são muito mais próximos à compreensão de raça e relações raciais dos latino-americanos. Muitas

dessas categorias raciais denotam a percepção das pessoas sobre raça e miscigenação (em vez de identidades de grupo) e, muito frequentemente, incluem estigmas e preconceitos derivados de uma longa história de discriminação e racismo. Essas percepções não são apenas (ou principalmente) baseadas na aparência física ou na cor da pele. Identificar-se (ou ser identificado por outros) com uma categoria específica é algo motivado por muitos fatores sociais, tais como classe social, cultura, origem familiar, escolha pessoal, histórico de vida e discriminação, entre outros.¹⁸ A variedade de termos que descrevem diferentes gradações de miscigenação é o resultado de uma história complexa de relações raciais na região que começou durante o período colonial e continuou a evoluir até os tempos atuais.

Neste relatório, o termo *afrodescendente* refere-se tanto a negros quanto a *afrodescendentes* miscigenados. No entanto, os autores estão cientes de que o termo *afrodescendente* em si assumiu diferentes interpretações em toda a região. Na Venezuela, por exemplo, a maioria da população morena geralmente não se reconhece

Quadro 1 | Morenos

A Venezuela é um bom exemplo dos desafios que o estudo dos afrodescendentes enfrenta para a definição de critérios unificados ou comparáveis de identificação que ultrapassem fronteiras nacionais. Segundo o último censo (2011), cerca de 50% dos venezuelanos se identificam como morenos, uma categoria racial que descreve pessoas de ascendência africana com pigmentação mais clara do que as consideradas negras ou afrodescendentes. O termo *moreno* é frequentemente adotado para suavizar as implicações discriminatórias de identificar alguém como negro ou afrodescendente.

Embora os *morenos* sejam inequivocamente afrodescendentes em sua origem e em muitos traços culturais, eles têm, de fato, uma longa história de participação e influência na política venezuelana. Essa participação teve início com seu envolvimento decisivo na guerra da independência (contribuindo para a ruptura da ordem social colonial) e culminou no início do atual período democrático (1959), quando a votação da maioria morena foi um fator crucial dos processos decisórios e eleitorais. O falecido presidente Hugo Chávez identificava-se frequentemente como *moreno*, e o *Acción Democrática*, um partido político dominante ao longo da segunda metade do século XX, foi muitas vezes liderado pela maioria morena e regularmente identificado como seu partido ou como “o partido do povo”.

Como tal, embora os brancos gozem de uma posição socioeconômica privilegiada na sociedade venezuelana¹⁹, os *morenos* não são necessariamente uma minoria social, pois historicamente tiveram amplo acesso a instâncias de poder e de tomada de decisões. O mesmo não se verificou no caso dos negros e afrodescendentes que, em geral, encontram-se em uma posição muito mais desfavorecida e tendem a ser relegados a enclaves pobres ao longo da costa caribenha. Portanto, os *morenos* não têm muitos equivalentes entre a população afrodescendente da América Latina em termos de influência social e política.

18 Peter Wade, *Race and Ethnicity in Latin America* (London: Pluto Press, 1997).

19 Winthrop R. Wright, *Café con Leche: Race, Class, and National Image in Venezuela* (Austin: University of Texas Press, 1990).

como afrodescendente, pois localmente esse termo é usado para descrever pessoas com tons de pele mais escuros (negros) ou pessoas que vivem em enclaves negros ao longo da costa caribenha, como a região costeira de Barlovento (quadro 1).

Existem também grupos étnicos de ascendência africana na América Latina – ou seja, pessoas que se reconhecem como afrodescendentes devido à sua identidade étnica e não apenas por suas características raciais percebidas. Geralmente, são descendentes de escravos fugitivos que se instalaram em áreas remotas (como no caso das comunidades palenques ou quilombolas) para

fugir das condições abomináveis da escravidão. Algumas dessas pessoas se misturaram com populações indígenas, desenvolvendo línguas e culturas híbridas e únicas, tais como os garífunas e os miskitos na América Central (quadro 2).

Contudo, a maioria das categorias étnico-raciais é relacional e situacional. Portanto, as fronteiras entre elas são tênues e permeáveis em vários graus. O entorno social, o *status* econômico e o histórico educacional dos indivíduos, entre outros fatores, podem determinar sua própria percepção de raça ou a maneira como ela é percebida pelos outros. Situações específicas podem fazer com que uma pessoa se desloque de uma a outra

Quadro 2 | Crioulos, Garífunas e Miskitos

Na Nicarágua, cerca de 88% da população afrodescendente vive nas regiões autônomas do norte e do sul da costa caribenha (principalmente no sul). A alta concentração de afrodescendentes resulta de diferentes processos de ocupação colonial do Caribe durante os séculos XVII e XVIII. A população afrodescendente das regiões autônomas não é homogênea, mas pode ser dividida em três grupos principais: crioulos, garífunas e miskitos.

Os crioulos são descendentes de imigrantes anglo-caribenhos (principalmente das Índias Ocidentais). A ocupação britânica da Jamaica (1655) e de São Vicente e Granadinas (1763) levou a um influxo de trabalhadores africanos escravizados para sustentar a economia açucareira, muitos dos quais fugiram para as costas da Nicarágua e de Honduras, onde estabeleceram comunidades autônomas.²⁰ A atual população crioula está localizada ao longo da zona costeira da Nicarágua e de Honduras²¹, onde falam uma forma de crioulo inglês. Cerca de metade dos crioulos nicaraguenses vive na cidade de Bluefields e trabalha na agricultura, na pesca e em cargos assalariados nos setores público e privado.²²

Os garífunas são um grupo afrodescendente culturalmente distinto que possui um *status* semelhante ao da população indígena e ocupa uma área que cobre partes de Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Eles descendem de escravos fugitivos que ocuparam a ilha de São Vicente (após um naufrágio), onde se misturaram com a população indígena Kalinago (os caribes, ou caraíbas) e adotaram muitas práticas indígenas – inclusive o uso de uma língua crioula Ameríndia (que incluía um grande número de palavras de línguas caribes/arauaca e de várias línguas europeias), técnicas de cultivo da mandioca e sistemas fundiários. Embora inicialmente tenham convivido de forma pacífica com os colonizadores franceses, no final do século XVIII eles passaram a participar de uma série de revoltas contra as autoridades coloniais britânicas. Após perderem a guerra, os garífunas foram reassentados pelas forças britânicas na ilha de Roatán (na costa de Honduras), de onde migraram para as costas atlânticas de Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Desde a década de 1970, os garífunas se mobilizaram ao lado de movimentos indígenas e pressionaram seus países pela adoção da Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989.²³ Atualmente, eles são reconhecidos como um “grupo étnico” na Guatemala, em Honduras e na Nicarágua.²⁴

20 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos* (Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2017), 57.

21 Outros vivem nas ilhas colombianas de San Andrés e Providencia.

22 Universidade das Regiões Autônomas da Costa Caribe Nicaraguense, *Pueblos originarios y afrodescendientes de Nicaragua. Etnografía, ecosistemas naturales y áreas protegidas*.

23 Mark Anderson, “When Afro Becomes (like) Indigenous: Garífuna and Afro-Indigenous Politics in Honduras,” *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology* 12, no. 2 (2007): 384–413.

24 Desde 1995, os garífunas possuem *status* de população indígena na Guatemala no âmbito do Acordo sobre Identidade e Direitos dos Povos Indígenas (*Acuerdo Sobre Identidad y Derechos de los Pueblos Indígenas*). Ver Judith Morrison, Adam Ratzlaff, Marco Rojas, Miguel Jaramillo, Cesar Lins e María Olga Peña, *Counting Ethnicity and Race: Harmonizing Race and Ethnicity Data in Latin America (2000–2016)* (Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2017).

Os miskitos são um grupo afro-ameríndio resultante da mistura de povos indígenas do grupo macro-chibchan e escravos fugitivos que se estabeleceram ao longo da costa norte da Nicarágua.²⁵ Atualmente, aproximadamente 200.000 habitantes de Honduras e da Nicarágua identificam-se como miskitos em seus respectivos censos nacionais. A maioria dos miskitos fala inglês e trabalha na agricultura ou na pesca (especialmente na pesca da lagosta). Os miskitos também se mobilizaram para a proteção de seus direitos indígenas, a promoção da educação intercultural bilíngue e a criação de programas de conservação ambiental.²⁶

categoria. As categorias que descrevem uma tez mais clara ou a presença de miscigenação, por exemplo, são geralmente utilizadas para suavizar as implicações discriminatórias da identificação de alguém como negro ou afrodescendente. As categorias étnico-raciais variam conforme a interação social porque se referem a percepções, que por sua vez são afetadas pelo contexto.²⁷

Embora tais percepções sejam permeáveis, ao longo deste relatório demonstraremos que as categorias étnico-raciais contribuem para criar fronteiras entre pessoas e grupos com base em sua raça percebida, e que isso exerce efeitos duradouros sobre suas oportunidades, habilidades e dignidade. Essas fronteiras contribuem para formar hierarquias que podem efetivamente impor limites, ou (no caso dos brancos) impulsionar o desenvolvimento pessoal e coletivo. Isso ocorre porque as categorias raciais possuem ideais, conotações e regras de interação que guiam os indivíduos na vida cotidiana.²⁸ Essas fronteiras, e os efeitos que elas têm nas oportunidades sociais e econômicas das pessoas, são o objeto deste relatório.

RAÍZES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES RACIAIS NA AMÉRICA LATINA

Em sua análise das sociedades afro-caribenhas, o antropólogo Sydney Mintz observou que as relações que diferentes sociedades caribenhas haviam estabelecido com a escravidão, o momento

em que essas relações foram estabelecidas e a interseção entre os processos locais e a economia global deram origem não apenas a diversas formas de exploração, mas também a diversos tipos de sociedades. As consequências dessas histórias são visíveis nos dias de hoje em seu desenvolvimento econômico, bem como em seus atuais arranjos sociais, relações de gênero, visões de mundo, culturas e identidades.²⁹ Obviamente, isso também se aplica à América Latina. Os processos iniciados durante a era colonial são altamente relevantes para compreender a configuração heterogênea das relações raciais na região, o papel que os afrodescendentes desempenham nas economias e sociedades nacionais e a forma como têm sido representados e visualizados (ou não) em estatísticas nacionais. Eles também são importantes para entender as políticas de inclusão social que foram direcionadas aos afrodescendentes nas últimas décadas, bem como a ausência delas.

A configuração histórica das relações raciais é, portanto, importante para a compreensão dos padrões e percepções atuais não apenas da raça, mas também da discriminação racial. Afinal, as pessoas interagem e se socializam a partir de suas experiências passadas e dos valores herdados de antigas gerações.³⁰ Levando isso em consideração, nas páginas seguintes revisaremos brevemente quatro períodos que foram particularmente importantes na formação das relações raciais na região. Nossa intenção é desvendar as

25 Universidade das Regiões Autônomas da Costa Caribe Nicaraguense, *Pueblos originarios y afrodescendientes de Nicaragua*.

26 Valerie Smith, "Honduras and Nicaragua: Miskito Indians," in *Encyclopedia of the African Diaspora: Origins, Experiences, and Culture*, vol. 2, ed. Carole E. Boyce Davies (Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2008), 539-40.

27 Peter Wade, *Race and Ethnicity in Latin America*, 39; Livio Sansone, *Blackness without Ethnicity: Constructing Race in Brazil* (New York: Palgrave, 2003).

28 Teun A. van Dijk, "Racism and Discourse," in *Racism and Discourse in Spain and Latin America* (Philadelphia: John Benjamins Pub. Co., 2005).

29 Sidney W. Mintz, "The Caribbean as a Socio-Cultural Area," *Journal of World History* 9, no. 4 (1966): 911-32; Sidney W. Mintz e Richard Price, *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective* (Boston: Beacon Press, 1992).

30 Banco Mundial, *Inclusion Matters*.

complexidades que estão por trás do estudo atual dos afrodescendentes, bem como o processo pelo qual esses indivíduos foram omitidos dos registros estatísticos e dos debates sobre políticas públicas até recentemente e as implicações desse processo para sua atual luta por reconhecimento.

Escravidão

Uma das primeiras características dos afrodescendentes que podem ser explicadas pelo passado colonial da região é sua proporção e distribuição desigual. Estima-se que entre 5 e 10 milhões de africanos tenham sido trazidos à força para as colônias espanholas e portuguesas entre os séculos XVI e XIX.³¹ Inicialmente, eles foram trazidos para as colônias para substituir a população indígena em rápido declínio de Hispaniola (hoje República Dominicana e Haiti), onde foram escravizados e forçados a trabalhar em plantações de açúcar. À medida que as

colônias se expandiram para o México, Nova Granada (Colômbia e Venezuela) e Peru a partir da década de 1520, eles também foram levados para essas regiões para substituir a população indígena afetada pelo enorme impacto que as doenças do Velho Mundo tiveram no Novo Mundo.³²

A escala do tráfico de escravos era tal que, somente cinquenta anos após o estabelecimento da colônia espanhola no México, a população branca já havia sido superada em número, não apenas pela população nativa indígena, mas também pelos africanos.³³ A América Latina colonial era, portanto, uma sociedade predominantemente não branca brutalmente governada por uma pequena elite branca. Essa tendência se repetiu em todas as colônias, de modo que, três séculos depois, no início do século XIX, os afrodescendentes ainda constituíam 67% dos brasileiros, 66% dos panamenhos e 61% dos venezuelanos (tabela 1).

Tabela 1 População afrodescendente, em torno de 1800, por país (% e total)

País	Afrodescendentes		
	Negros livres	Escravos	Total de AD
Brasil	30%	37%	67%
	587.000	718.000	1.305.000
México	10%	>1%	~10%
	625.000	10.000	635.000
Venezuela	49%	12%	61%
	440.000	112.000	552.000
Cuba	19%	35%	54%
	114.000	212.000	326.000
Colômbia	31%	8%	39%
	245.000	61.000	306.000
Peru	3%	3%	6%
	41.000	40.000	81.000

continua

31 Durante o período da escravidão, Andrews estima que 10 vezes mais africanos tenham sido levados para a América Latina (cerca de 5,7 milhões) do que para os Estados Unidos (cerca de 560.000). Ver George Reid Andrews, *Afro-Latin America, 1800–2000* (New York: Oxford University Press, 2004).

32 George Reid Andrews, *Afro-Latin America*; Germán Freire, ed., *Perspectivas en salud indígena: Cosmovisión, enfermedad y políticas públicas* (Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011).

33 Claudio Lomnitz-Adler, *Exits from the Labyrinth: Culture and Ideology in the Mexican National Space* (Berkeley: University of California Press, 1992).

País	Afrodescendentes		
	Negros livres	Escravos	Total de AD
Argentina	—	—	37%
			69.000
Panamá	60%	6%	66%
	37.000	4.000	41.000
Equador	7%	1%	8%
	28.000	5.000	33.000
Chile	—	—	8%
			31.000
Paraguai	7%	4%	11%
	7.000	4.000	11.000
Costa Rica	—	—	16%
			9.000
Uruguai	—	—	23%
			7.000

Fonte: George Reid Andrews, *Afro-Latin America*.

AD = afrodescendente.

— = dados não disponíveis.

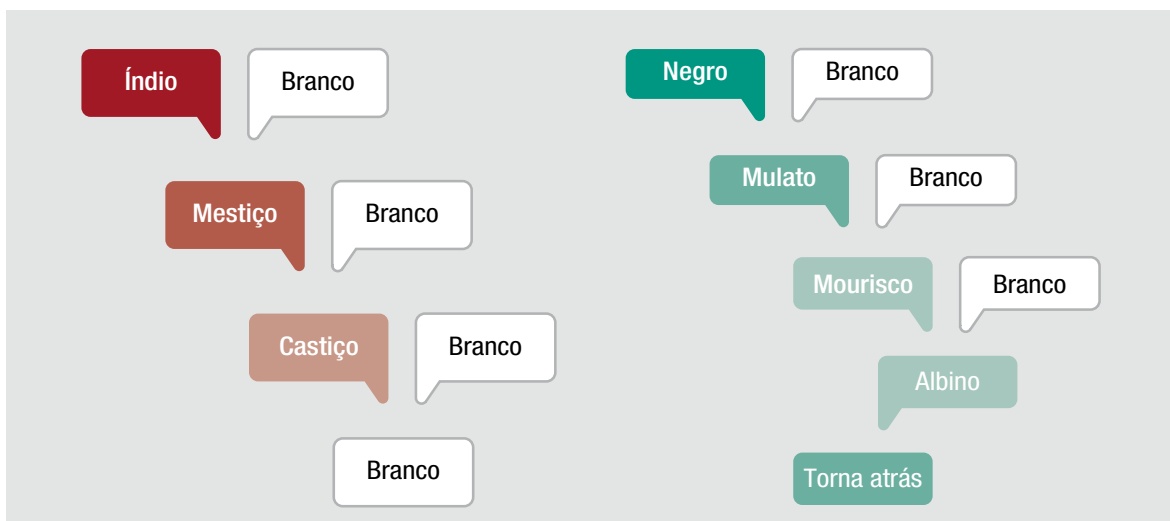
Embora nem todas as regiões tenham recebido um número proporcional de escravos, todas elas estavam sujeitas às leis coloniais de estratificação social, conhecidas como o sistema de castas, que colocava os não brancos em posição de inferioridade jurídica e social. Motivada por ideias europeias de pureza racial e linhagem sanguínea, a branquitude era um índice de honra e valor, que dava direito aos indivíduos a cargos públicos, reconhecimento e riqueza. Embora as leis raciais nas colônias espanholas e portuguesas tendessem a ser mais flexíveis na prática do que na teoria, o que aumentou o número de “negros livres” e descendentes miscigenados, os afrodescendentes foram sistematicamente relegados à base da escala social. Eles gozavam de pouca mobilidade social e enfrentavam formas extremas de privação. Pertencer a uma casta acarretava impactos não somente sobre os direitos civis e religiosos das pessoas, mas também

determinava aspectos tributários, impedimentos de assumir cargos públicos e religiosos, restrições de movimento e propriedade etc.

Em princípio, no entanto, a ideologia baseada na linhagem sanguínea permitia certa mobilidade por meio da miscigenação. Indivíduos de castas inferiores poderiam “embranquecer” sua descendência por meio de casamentos interraciais, diminuindo, assim, sua classificação automática em determinadas castas. Entretanto, havia uma diferença notável entre a miscigenação com ameríndios e aquela com afrodescendentes. A mistura com sangue indígena poderia resultar em descendentes brancos após três gerações, ao passo que o mesmo não se aplicava a pessoas de origem africana. Uma fórmula de transformação bem-conhecida no âmbito do sistema prescrito de castas é apresentada na figura 2.

Figura 2

Fluidez racial na América Latina colonial

Fonte: Mara Loveman, *National Colors*.

Embora houvesse alguma variação entre as colônias, a regra geral era que a miscigenação com indígenas levava ao branqueamento, ao passo que a mistura com negros gerava mulatos ou *torna atrás*. Logo, era impossível romper o ciclo de subordinação. Na tentativa de regular a crescente complexidade das relações raciais, até 53 dessas categorias raciais foram relatadas apenas no México do século XVIII, a maioria das quais descrevendo o resultado da miscigenação com várias gerações de afrodescendentes de sangue mestiço.³⁴

Também ocorreram uniões inter-raciais nos Estados Unidos.³⁵ Todavia, nas colônias espanholas e portuguesas, indivíduos mestiços eram reconhecidos publicamente e podiam atravessar mais facilmente as fronteiras étnico-raciais. Logo, embora as hierarquias sociais raciais nunca tenham sido eliminadas, houve um maior grau de aceitação da miscigenação.³⁶ O elevado número de categorias miscigenadas

desenvolvidas durante aquele período explica parte das dificuldades atuais para definir grupos étnico-raciais na região, além de ser a fonte da maioria da nomenclatura popular atualmente usada para se referir a pessoas de ascendência africana e miscigenada.

Atualmente, o legado da escravidão manifesta-se nas dimensões intergeracionais de pobreza crônica que afetam os afrodescendentes. Embora os vínculos entre escravidão e formas contemporâneas de desigualdade nem sempre sejam explícitos, é possível traçar alguma continuidade histórica entre formas passadas de opressão e padrões atuais de segregação territorial, além de sua exclusão sistemática em áreas como educação, saúde, moradia, emprego e participação política, entre outras.³⁷ Existe, evidentemente, uma conexão entre o ponto de entrada dos africanos nas Américas – na base da escala social, como escravos – e sua história de exclusão a partir de então.

34 Mara Loveman, *National Colors: Racial Classification and the State in Latin America* (New York: Oxford University Press, 2014).

35 As pessoas miscigenadas eram reconhecidas no censo dos EUA de 1850 a 1910, até a promulgação das leis de segregação racial e a ampla adoção da regra da hipodescendência (a chamada "regra de uma só gota").

36 Peter Wade, *Race and Ethnicity in Latin America*.

37 Na América do Norte, alguns estudos chegaram até a comparar os numerosos casos de abuso policial e o número desproporcional de pessoas negras encarceradas a uma "ordem social racializada", cujos efeitos dão continuidade às antigas leis de segregação racial e escravidão, em um sentido mais amplo. Ver Michelle Alexander, *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness* (New York: New Press, 2010), 17. Na América Latina, paralelos semelhantes também podem ser encontrados em relação à exposição desproporcional dos afrodescendentes à criminalidade e violência.

Teorias de branqueamento

Na década de 1830, a maioria dos países da América Latina já havia conquistado sua independência dos impérios espanhol e português, e as novas nações progressivamente desmantelaram o sistema colonial de castas. As elites brancas, no entanto, esforçaram-se para preservar seu *status* privilegiado. Por exemplo, na maioria das primeiras repúblicas, a participação política era reservada a homens ricos e alfabetizados, que virtualmente excluía os não brancos e as mulheres de qualquer processo decisório.³⁸ O branqueamento – o conjunto de políticas, discursos e práticas baseados na ideia de que elementos brancos e europeus eram superiores aos africanos ou indígenas – foi amplamente adotado na segunda metade do século. Influenciado pelas teorias

contemporâneas da eugenia e da supremacia biológica, o branqueamento considerava as populações negras e miscigenadas como “raças inferiores” e, portanto, como obstáculos para um padrão europeu de desenvolvimento e progresso. No Brasil, as políticas sociais voltadas à melhoria das condições de saneamento e trabalho, aliadas à regulação do acesso à educação e às forças armadas, visavam implicitamente a proteger os brancos da “contaminação” racial.³⁹

Mesmo após a abolição da escravidão, a imagem negativa dos negros persistiu ao longo do século XIX, ainda que nunca tenha sido formalizada na lei, como nos Estados Unidos ou na África do Sul. A subjugação dos afrodescendentes mudou pouco com o fim da escravidão (tabela 2).

Tabela 2 Abolição da escravidão nos países da América Latina

País	Proibição do tráfico de escravos	Lei do Ventre Livre	Abolição final
República Dominicana	1822	–	1822
Chile	1811	1811	1823
México	1824	–	1829
Uruguai	1825 (1838)	1825	1842
Equador	1821	1821	1851
Colômbia	1821	1821	1852
Argentina	1813 (1838)	1813	1853
Peru	1821	1821	1854
Venezuela	1821	1821	1854
Bolívia	1840	1831	1861
Paraguai	1842	1842	1869
Cuba	1820, 1835 (1866)	1870	1886
Brasil	1830, 1850 (1852)	1871	1888

Fonte: George Reid Andrews, *Afro-Latin America*.

³⁸ George Reid Andrews, *Afro-Latin America*.

³⁹ Dain Borges, “Puffy, Ugly, Slothful and Inert: Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880–1940,” *Journal of Latin American Studies* 25, no. 2 (1993): 235–56.

O impacto das ideologias de branqueamento sobre a formulação de políticas públicas era claramente visível nas políticas migratórias da época, que encorajavam imigrantes europeus a se estabelecerem no continente com o intuito de progressivamente branquear a população. De 1880 a 1930, a Argentina, o Brasil, Cuba e o Uruguai receberam mais de 11 milhões de imigrantes europeus. Em 1925, o governo uruguaio orgulhosamente anunciou que o país era, naquele momento, “totalmente de origem europeia”, apesar de sua grande população afrodescendente.⁴⁰ Outros países, como o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, o México, o Peru e a Venezuela, também aprovaram leis para incentivar a imigração branca com vários graus de sucesso.

Mestiçagem e o mito da democracia racial

As teorias de branqueamento começaram a cair em desuso a partir dos anos 1930, como resultado do surgimento de um novo paradigma nas ideologias raciais que sustentavam o *status quo* em toda a região. Encabeçadas pelo México pós-revolucionário, as elites nacionais começaram a abandonar as ideologias de branqueamento em favor de narrativas que enfatizassem relações raciais harmoniosas, sintetizadas na celebração da composição mestiça (ou miscigenada) da nação. A identidade mestiça foi adotada como uma forma de distanciamento do passado colonial e dos antagonismos raciais do início do período republicano. Os mestiços combinavam os supostos traços liberais e progressistas dos europeus brancos às tradições e raízes incorporadas no componente indígena do país. A mestiçagem espalhou-se rapidamente pela região, e a maioria dos países começou a promover identidades mestiças nacionais como uma solução para as tensões de classe e raça acumuladas depois que as jovens repúblicas não conseguiram cumprir as promessas feitas para a

maioria da população de trabalhadores mestiços. Portanto, a mestiçagem subverteu as ideologias que posicionavam a branquitude como uma categoria superior ao redefinir o mestiço como o latino-americano mais puro.

No entanto, os projetos nacionais de mestiçagem não eram os mesmos em todos os lugares. Brasil e Cuba incorporaram a cultura africana como elemento central de sua identidade miscigenada, ao passo que a Colômbia, o México e o Peru enfatizaram o legado de seus ancestrais indígenas. Outros países, como a Argentina, a Costa Rica, o Panamá e o Uruguai, não adotaram a mestiçagem como projetos nacionais.

Todavia, a mestiçagem não era simplesmente um projeto imposto pelas elites. Ela também influenciou a identidade étnico-racial das pessoas comuns.⁴¹ As percepções dos cidadãos latino-americanos adotaram cada vez mais a noção de que todos eles eram mestiços. A ausência de leis de segregação semelhantes às dos Estados Unidos e a falta de categorias raciais institucionalizadas criaram a sensação de que as sociedades latino-americanas viviam em harmonia racial. Políticos, intelectuais e elites artísticas reiteraram o valor da miscigenação, sintetizada em livros populares como *A Raça Cósmica*⁴², *Sobrados e Mucambos*⁴³ e *Contraponto Cubano*⁴⁴, bem como em expressões artísticas e na exaltação de expressões religiosas híbridas, como Maria Lionza na Venezuela e a Virgem de Guadalupe no México.

Ao mudar as percepções do público sobre raça e revalorizar expressões culturais africanas ou indígenas, o conceito de mestiçagem e as ideias de “democracia racial”, sintetizadas no caso brasileiro por Gilberto Freyre, marcaram o início de um processo de “escurecimento” da América Latina (quadro 3).⁴⁵

40 Tanya Katerí Hernández, *Racial Subordination in Latin America: The Role of the State, Customary Law, and the New Civil Rights Response* (New York: Cambridge University Press, 2013), 26.

41 Peter Wade, “Rethinking Mestizaje: Ideology and Lived Experience,” *Journal of Latin American Studies* 37, no. 2 (2005): 239–57.

42 José Vasconcelos, *The Cosmic Race: A Bilingual Edition* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1997).

43 Gilberto Freyre, *The Mansions and the Shanties (Sobrados e Mucambos): The Making of Modern Brazil* (New York: Knopf, 1963).

44 Fernando Ortiz, *Cuban Counterpoint: Tobacco and Sugar* (New York: A. A. Knopf, 1947).

45 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects: Movements and Ethno-Racial Rights in Colombia and Brazil* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016), 52.

Gilberto Freyre cunhou o termo *democracia racial* como forma de retratar as relações raciais no Brasil. Em seu livro *Sobrados e Mucambos* (1936), Freyre afirmou que, no Brasil, a segregação estava ausente, a escravidão tinha sido mais benigna e a miscigenação era celebrada publicamente. Influenciado pelo renomado antropólogo Franz Boas, o livro de Freyre desafiou a visão negativa sobre a miscigenação e transformou-a em um símbolo nacional positivo. Ele argumentou que o Brasil estava profundamente dividido por classes, mas não por raças. Embora estudos subsequentes tenham desmascarado muitas de suas alegações, até hoje seu trabalho exerce uma influência profunda na formação das percepções públicas sobre grupos étnico-raciais e sobre os afrodescendentes.

A mestiçagem não estava livre de contradições. Em alguns países, ela tendia a favorecer a inclusão seletiva de atributos indígenas, ao passo que minimizava os elementos africanos. No México, por exemplo, a ênfase no valor histórico da miscigenação branco-indígena e a glorificação de um passado indígena idealizado ignoravam o fato de que, no início do século XVII, o México era o principal importador de escravos do mundo.⁴⁶ Ainda hoje, o México tem uma população de cerca de um milhão e meio de afrodescendentes. Na República Dominicana, um país com uma alta concentração de afrodescendentes, o Estado celebrava a cultura europeia e a cultura indígena taíno, ao passo que rejeitava a negritude como algo estrangeiro e associado ao Haiti, seu vizinho mais pobre.⁴⁷ Essa ideia ainda tem importantes consequências para a identificação de afro-dominicanos, que, em sua maioria, são registrados como índios no censo nacional, mas não como afrodescendentes.

Por outro lado, a mestiçagem foi imaginada como um caminho que levaria a um futuro de progresso e modernidade, mas esse futuro continuava associado à branquitude e ao estilo europeu de desenvolvimento. Os povos indígenas e os afrodescendentes eram comumente associados ao passado, à tradição e ao folclore, ao passo que a branquitude continuava a simbolizar a

modernidade à qual aspiravam as sociedades latino-americanas. No México, por exemplo, a miscigenação era invariavelmente representada

Figura 3

Hernán Cortés y la Malinche, de José Clemente Orozco (1926)



⁴⁶ Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*; Christina A. Sue, *Land of the Cosmic Race: Race Mixture, Racism, and Blackness in Mexico* (New York: Oxford University Press, 2013).

⁴⁷ Ver David Howard, *Coloring the Nation: Race and Ethnicity in the Dominican Republic* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2001); Kimberly E. Simmons, *Reconstructing Racial Identity and the African Past in the Dominican Republic* (Gainesville, FL: University Press of Florida, 2009).

por artistas e pensadores pós-revolucionários como a união entre uma mulher indígena e um conquistador branco (figura 3), o que ressalta o *status* da branquitude na visão da ordem política e social dominada pelos homens. De maneira consciente ou não, as teorias da mestiçagem enfatizavam o *status* superior da branquitude sobre outras contribuições raciais aos projetos nacionais.

Nesse contexto, as tentativas de visualizar a diferenciação racial eram cada vez mais consideradas contrárias ao discurso nacional de progresso e unidade e eram frequentemente caracterizadas como promotoras de racismo. Em conformidade com isso, os institutos de estatística de toda a região começaram a eliminar as variáveis de raça de seus censos e outras ferramentas estatísticas. Assim, na década de 1960 apenas dois países ainda mantinham registros sobre sua população negra (Brasil e Cuba).⁴⁸

Ao promover o daltonismo, a visão idealizada das democracias raciais contribuiu para silenciar ou desacreditar as críticas à crescente desigualdade racial.⁴⁹ Devido a isso, Stutzman descreveu a mestiçagem como a “ideologia abrangente da exclusão”.⁵⁰ A mestiçagem reforçou a ideia de que as relações étnico-raciais na América Latina não exigiam atenção ou reforma. Tal visão ainda é dominante e constitui um dos principais obstáculos ao endosso de políticas focalizadas nas populações afrodescendentes. Uma narrativa recorrente entre aqueles que se opõem à ação afirmativa ou a políticas afrocêntricas de desenvolvimento alega que essas políticas criam divisões raciais onde elas não existiam antes. Em 2006, mais de 114 acadêmicos brasileiros assinaram um “manifesto” contrário à ação afirmativa racial nas universidades brasileiras, denunciando-a como inconstitucional e um convite ao conflito e à intolerância.⁵¹ No entanto, conforme demonstram os dados apresentados

neste relatório e em muitos outros estudos, a miscigenação não eliminou a desigualdade racial. Na melhor das hipóteses, criou um espaço no qual as hierarquias raciais se manifestam de maneira mais sutil, dificultando sua identificação e contestação explícita.

Esse processo gerou consequências estatísticas ainda palpáveis nos dados analisados neste relatório. Os afrodescendentes residentes em países que adotaram ideologias de mestiçagem começaram a se identificar com categorias mestiças (como, por exemplo, moreno e pardo), pois essas categorias lhes ofereciam a possibilidade de escapar do estigma de pertencer a categorias raciais historicamente discriminadas, como os negros ou pretos. Assim, a partir da década de 1930, ter ascendência africana na América Latina cada vez significava ser “pardo”, em vez de negro.⁵² No Brasil, por exemplo, a população que se identifica como negra nos censos declinou de forma constante após a década de 1940, ao passo que o número de pessoas que se identificavam como miscigenadas cresceu em proporções semelhantes. De 1950 a 1980, houve um fluxo de cerca de 38% entre as duas categorias.⁵³

No entanto, se é verdade que a mestiçagem invisibilizou grupos sociais historicamente discriminados (quadro 4), ela também criou novos espaços e oportunidades de mudança e mobilidade social. Um estudo descobriu que os países que adotaram a mestiçagem como parte de seu projeto nacional são mais tolerantes com relações inter-raciais.⁵⁴ As ideias de mestiçagem podem, de fato, promover uma maior conscientização sobre a discriminação estrutural. Consequentemente, as ideologias de mestiçagem podem ser utilizadas como um meio para imaginar a igualdade através das fronteiras étnico-raciais e estabelecer metas para a inclusão racial.

48 Mara Loveman, *National Colors*.

49 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*.

50 Ronald Stutzman, “El Mestizaje: An All-Inclusive Ideology of Exclusion,” in *Cultural Transformations and Ethnicity in Modern Ecuador*, ed. Norman E. Whitten Jr. (Urbana, IL: University of Illinois Press, 1981), citado em Peter Wade, “Rethinking Mestizaje: Ideology and Lived Experience,” *Journal of Latin American Studies* 37, no. 2 (2005), 241.

51 Tanya Katerí Hernández, *Racial Subordination in Latin America*, 154.

52 George Reid Andrews, *Afro-Latin America*, 157.

53 *Ibid.*, 157.

54 Edward Telles e Denia Garcia, “‘Mestizaje’ and Public Opinion in Latin America,” *Latin American Research Review* 48, no. 3 (2013): 130–52.

O México é um bom exemplo de como os projetos nacionais de mestiçagem contribuíram para a invisibilização dos afrodescendentes. No século XVIII, o México era o país que havia recebido o maior número de escravos nas Américas (cerca de 200.000), principalmente pelo porto de Veracruz (ao longo do Golfo do México). No México colonial, as comunidades negras excediam a população branca.⁵⁵ Contudo, apesar da grande diáspora africana, os governos mexicanos pós-revolucionários promoveram uma ideologia de mestiçagem centrada na glorificação do passado indígena pré-colonial e suas contribuições para o caráter e potencial de desenvolvimento do México moderno. A negritude foi apagada da imagem nacional mexicana, tanto como categoria racial separada quanto como componente da população mestiça. Essas noções persistiram ao longo do século XX e, ainda em 1996, relatórios apresentados em nome do Estado mexicano às Nações Unidas afirmavam que o racismo era inexistente no país e que a maioria da população mexicana era mestiça (miscigenada indígena e branca).⁵⁶

Os atuais residentes de Veracruz, embora reconhecendo o legado da escravidão, enfrentam “a realidade da conexão multifacetada do Estado com a negritude e com a narrativa nacional, que minimiza e, às vezes, até apaga a negritude da imagem da nação mexicana”.⁵⁷ Dado que a negritude e a mexicanidade tiveram uma relação contraditória, a maioria dos moradores tem uma relação ambivalente com sua identidade étnico-racial, uma vez que “afirmar uma forte identidade negra colocaria em risco sua identidade nacional”.⁵⁸ Portanto, embora alguns cidadãos possam se identificar como negros – ou reconhecer sua herança cultural africana – talvez eles evitem assumir sua relação direta com a África. Analogamente, para outros *veracruzanos*, a negritude está associada a algo estrangeiro (em grande parte de origem cubana ou afro-americana).

Em 2015, a Pesquisa Intercensitária Mexicana documentou 1,38 milhão de afro-mexicanos, o que equivalia a 1,2% da população. Apesar disso, a visão da negritude como algo estrangeiro ainda afeta os afro-mexicanos em suas vidas cotidianas. Algumas organizações afro-mexicanas de Oaxaca, outro estado com uma população negra significativa, relataram que os funcionários aduaneiros mexicanos do Instituto Nacional de Migração (*Instituto Nacional de Migración* – INM) detiveram afrodescendentes e os deportaram para outros países – Cuba, Haiti e Honduras – sob a suspeita de portarem passaportes falsos.⁵⁹ Em sua recomendação 58/2015, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México (*Comisión Nacional de los Derechos Humanos*) relatou 15 casos em que afro-mexicanos foram tratados de maneira inadequada por autoridades migratórias.⁶⁰

Em um incidente, dois irmãos de Santo Domingo Armenta (Oaxaca) foram detidos por oficiais aduaneiros mexicanos em Tijuana. Embora ambos estivessem em posse de suas identidades eleitorais do Instituto Federal Eleitoral (*Instituto Federal Electoral* – IFE), que é a forma mais comum de identificação no México, a polícia ameaçou deportá-los para Santo Domingo, na República Dominicana. Ambos os irmãos foram detidos por 15 dias em Tijuana antes de serem liberados para se unirem a seus pais.⁶¹

55 Christina A. Sue, *Land of the Cosmic Race*.

56 Ibid., 16.

57 Ibid., 115.

58 Ibid., 125.

59 “Los negros de México que han sido ‘borrados de la historia,’” BBC Mundo, 11 de abril de 2016.

60 “Afromexicanos: La discriminación visible,” Proceso, 1.º de abril de 2017.

61 Ibid.

Multiculturalismo e o retorno da negritude

Na década de 1980, quando as democracias se espalharam pela América Latina, os movimentos sociais afrodescendentes e as organizações indígenas começaram a demandar de seus governos o reconhecimento de seus direitos como segmentos distintos e negligenciados da população. Pressionados por esses movimentos, os Estados passaram a adotar aspectos de cidadania multicultural, o que favoreceu o reconhecimento de diferenças culturais e dos direitos de grupos étnico-raciais. Embora os ganhos da comunidade afrodescendente tenham sido mais modestos que os dos povos indígenas⁶², a transição rumo ao multiculturalismo foi um divisor de águas para os afrodescendentes. Pela primeira vez na história, a região os tratava não apenas como indivíduos, mas como um grupo social com direitos coletivos e uma história comum de deslocamento e exclusão.⁶³

Nos anos seguintes, a atuação dos movimentos afrodescendentes levou muitos países a aprovar legislações que protegiam os direitos dos afrodescendentes, inclusive leis que proibiam todas as formas de racismo e discriminação, bem como o reconhecimento de seus direitos fundiários e seu patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, novas organizações de afrodescendentes surgiam ou se tornavam mais visíveis e relevantes em debates nacionais e regionais. Juntos, esses realinhamentos começaram a transformar a percepção pública sobre as identidades étnico-raciais e, principalmente, o significado de ser negro na América Latina. Os movimentos sociais de afrodescendentes desafiavam os estereótipos

negativos em torno da negritude e incentivavam as pessoas miscigenadas a reconhecerem suas raízes e legados africanos. Alguns governos começaram a reconhecer as desvantagens dos grupos étnico-raciais e a implementar esforços para compensar tais assimetrias.⁶⁴

Essa reafirmação de identidades e direitos afrodescendentes também teve um impacto estatístico no número de indivíduos que se identificavam como miscigenados ou negros. No Brasil, embora a população que se identificava como negra tenha declinado de forma constante a partir da década de 1940 (de 15% em 1940 para 5% em 1991), ela voltou a subir nas últimas décadas, atingindo 7,5%. Embora tais variações demográficas possam resultar de mudanças nas técnicas de coleta de dados, uma pesquisa argumenta que é mais provável que elas indiquem uma “classificação racial em mutação, com preferências crescentes para as categorias polares negra e branca”.⁶⁵

No entanto, essa virada multicultural não escapou de críticas em relação ao tipo de populações negras reconhecidas versus aquelas que não o são, ou quanto às políticas promovidas à luz dessas percepções. Por exemplo, a criação de cotas reservadas para o ensino superior no Brasil levou a debates sobre quem tem direito de se beneficiar das cotas – isto é, quem é “suficientemente negro” para tal.⁶⁶ De qualquer maneira, o conceito de quem é ou não afrodescendente sofreu alterações como resultado desses realinhamentos, o que transformou gradualmente o sentido de ser negro e afrodescendente em toda a região (quadro 5).

62 Juliet Hooker, “Indigenous Inclusion/Black Exclusion: Race, Ethnicity and Multicultural Citizenship in Latin America,” *Journal of Latin American Studies* 37, no. 2 (2005): 285–310; Juliet Hooker, “Afro-descendant Struggles for Collective Rights in Latin America: Between Race and Culture,” *Souls* 10, no. 3 (2008): 279–91.

63 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*, 8.

64 Tianna Paschel e Mark Q. Sawyer, “Contesting Politics as Usual: Black Social Movements, Globalization, and Race Policy in Latin America,” *Souls* 10, no. 3 (2008): 197–214.

65 Edward Telles, *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006), 52.

66 Ver “Brazil’s New Problem with Blackness,” *Foreign Policy*, 5 de abril de 2017, <http://foreignpolicy.com/2017/04/05/brazils-new-problem-with-blackness-affirmative-action/>; e “One Woman’s Fight to Claim Her ‘Blackness’ in Brazil,” *Foreign Policy*, 24 de julho de 2017, <http://foreignpolicy.com/2017/07/24/one-womans-fight-to-claim-her-blackness-in-brazil/>.

Após a independência, o reconhecimento das populações negras na Colômbia era mínimo. Influenciados por ideologias liberais, intelectuais públicos e líderes políticos enfatizavam a mistura racial e a homogeneidade cultural da nação. Referências à “raça negra” eram perceptíveis em relação às comunidades na costa do Pacífico, bem como em torno de expressões culturais de origem africana. Contudo, em geral, durante a primeira metade do século XX, a negritude era usada como um termo pejorativo ou como uma maneira de se referir a grupos pobres. De fato, as categorias raciais estiveram ausentes dos censos colombianos durante todo esse período.

No entanto, a Constituição de 1991 introduziu várias reformas multiculturais. A Assembleia Constituinte aprovou o Artigo Transitório 55, que acabou levando à Lei 70 de 1993, que reconheceu os direitos das comunidades negras rurais da costa do Pacífico. A Lei 70 concedeu às comunidades negras o direito de posse de seu território coletivo, bem como o direito de manterem suas economias tradicionais baseadas no meio rural e de se desenvolverem de maneiras compatíveis com suas identidades culturais e práticas sociais. Ela também determinou a inclusão da história e da cultura afro-colombianas nos currículos das escolas públicas. Por fim, ela reservou dois assentos no Congresso Nacional e mais de 300 cargos públicos para membros das comunidades negras. Tal reforma constitucional foi possível devido ao ativismo dos movimentos sociais afrodescendentes.

Embora a Constituição fosse inovadora, alguns observadores notaram que os direitos dos afrodescendentes foram moldados em consonância com aqueles dos povos indígenas.⁶⁷ Os povos indígenas, de fato, haviam conquistado importantes direitos jurídicos e influência política. Logo, a negritude era imaginada como algo eminentemente relacionado a comunidades rurais culturalmente distintas e cujas principais preocupações giravam em torno do reconhecimento cultural e fundiário. Várias razões estavam por trás dessa mudança. Alguns destacam a influência de ativistas negros, da Igreja Católica e de acadêmicos que haviam se alinhado anteriormente a movimentos indígenas. Outros argumentam que o Estado colombiano estava mais disposto a aceitar demandas semelhantes aos “modelos indígenas” de governança.⁶⁸ O apoio estatal a essa noção de negritude tornou-se evidente no censo de 1993. O censo perguntava aos entrevistados: “Você pertence a um grupo étnico, grupo indígena ou comunidade negra? Em caso afirmativo, qual?”.⁶⁹ A ideia de pertencer a um grupo ou comunidade era incongruente com a experiência da população afrodescendente que vivia em ambientes urbanos ou que tinha identidades miscigenadas.⁷⁰

O reconhecimento das comunidades negras foi um passo importante, mas excluiu outros grupos afrodescendentes. Por exemplo, os afrodescendentes urbanos que viviam fora da costa do Pacífico não se encaixavam na definição de comunidades negras. Além disso, embora a Lei 70 tenha sido reconhecida por afrodescendentes fora da bacia do Pacífico, seu uso tem se limitado a questões relativas a diferenças culturais e a direitos fundiários, e não à discriminação étnico-racial e ao racismo.⁷¹

Nos anos seguintes à Lei 70, as comunidades negras fora da costa do Pacífico contestaram essas ideias de negritude. Em meados da década de 1990, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Fundação Interamericana e as Nações Unidas começaram a apoiar pesquisas sobre afrodescendentes na região. Em 1996, a ativista brasileira Sueli Carneiro cunhou o termo afrodescendente, que se disseminou amplamente na Colômbia após a Conferência de Durban de 2001. No início dos anos 2000, outras organizações multilaterais começaram a trabalhar com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (*Departamento Administrativo Nacional de Estadística* – Dane) na definição de estratégias para promover uma maior participação dos afrodescendentes. A participação de organizações que representavam afrodescendentes urbanos levou à adoção de uma pergunta censitária

continua

67 Eduardo Restrepo, “Ethnicization of Blackness in Colombia: Toward De-racializing Theoretical and Political Imagination,” *Cultural Studies* 18, no. 5 (2004): 698–753; Bettina Ng’weno, “Can Ethnicity Replace Race? Afro-Colombians, Indigeneity and the Colombian Multicultural State,” *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology* 12, no. 2 (2007): 414–40.

68 Tianna Paschel, “The Beautiful Faces of My Black People: Race, Ethnicity and the Politics of Colombia’s 2005 Census,” *Ethnic and Racial Studies* 36, no. 10 (2013): 1544–63. Ver também Tianna Paschel, “The Right to Difference: Explaining Colombia’s Shift from Color-Blindness to the Law of Black Communities,” *American Journal of Sociology* 116, no. 3 (2010): 729–69.

69 Tianna Paschel, “The Beautiful Faces of My Black People,” 1551.

70 Bettina Ng’weno, “Can Ethnicity Replace Race?”

71 Bettina Ng’weno, “Can Ethnicity Replace Race?”

menos culturalmente específica e menos espacialmente confinada. Uma dessas organizações – a Cimarrón – queria uma definição baseada em “uma história comum de escravidão e experiências contínuas de discriminação racial, ao invés de uma negritude especificamente ligada à geografia ou a práticas culturais específicas”.⁷²

A nova categoria de “afro-colombiano” (que englobava negros, miscigenados e afrodescendentes) resultou de tais negociações. Combinando elementos culturais e raciais, o Dane definiu como afro-colombianos os indivíduos de ascendência africana com características culturais únicas. “Eles compartilham uma tradição e preservam sua própria cultura de uma maneira que revela a identidade que os distingue de outros grupos, independentemente de viverem em áreas rurais ou urbanas. Eles também são conhecidos como população negra ou afrodescendente, entre outros nomes.”⁷³ Em 2005, a questão do censo mudou em consonância, pois perguntava se “de acordo com sua cultura, comunidade ou características físicas... você se reconhece como ...: (1) Indígena; (2) Cigano (Rom); (3) De San Andrés e Providencia; (4) Negro, mulato, afro-colombiano, afrodescendente; e (5) Nenhuma das respostas acima.”⁷⁴

Embora os resultados do censo de 2005 tenham sido criticados por muitas organizações, 10% dos colombianos identificaram-se como afrodescendentes. Esse número foi significativamente superior ao do censo de 1993, quando apenas 1,5% da população se identificou como tal, mas muito inferior às estimativas das organizações locais (cerca de 26%). Alguns alegaram que o Dane cometeu o erro de omitir categorias populares como moreno e zambo e de não realizar uma campanha de mídia mais eficaz.

Além dos resultados do censo, esse caso mostra como, no âmbito de uma década, a definição de afrodescendente mudou drasticamente na Colômbia, em parte devido à interação de especialistas, ativistas e uma série de atores locais e internacionais.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, ANALÍTICAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SER (OU NÃO) AFRODESCENDENTE ATUALMENTE

A configuração histórica da negritude e os padrões mutáveis da classificação étnico-racial contribuíram para tornar o afrodescendente uma categoria complexa. As populações afrodescendentes da América Latina são muito diversas cultural, racial e socioeconomicamente, pois abrangem uma vasta gama de possibilidades que vão desde grupos sociais relativamente pequenos ou isolados – por exemplo, sociedades afroindígenas – até grandes populações urbanas. Além disso, o registro de afrodescendentes é ainda mais dificultado por vários tipos de processos políticos, que podem beneficiar algumas identidades raciais em detrimento de outras. Conforme demonstrado acima, a disseminação de ideias de “democracia racial” levou a processos de

invisibilização da população afrodescendente, que só recentemente começaram a ser contestados. A onda de reinclusão estatística das duas últimas décadas tem levado a mudanças significativas na quantidade de pessoas relatadas como afrodescendentes ou não, provavelmente devido a melhorias nas técnicas de coleta de dados, mas também a mudanças nos contextos político ou jurídico e à atuação dos ativistas de base.

A definição sobre quem é ou não afrodescendente tornou-se cada vez mais relevante e controversa devido aos novos marcos jurídicos que protegem os direitos de afrodescendentes. Essas mudanças estimulam realinhamentos que podem moldar as percepções das pessoas e gerar novas formas de exclusão. Diferenças historicamente tênues tornam-se mais rígidas com a criação de cotas para afrodescendentes no mercado de trabalho ou no sistema educacional. Com essas transformações, as pessoas que estavam em desvantagem no

72 Tianna Paschel, “The Beautiful Faces of My Black People,” 1555.

73 Ibid., 1557.

74 Ibid., 1556.

passado por não serem “suficientemente brancas” agora correm o risco de serem excluídas por não serem “suficientemente negras”.

Os afrodescendentes encontram-se também no processo de incorporar as implicações de se identificarem ou não com categorias historicamente estigmatizadas. A inclusão de variáveis étnico-raciais em ferramentas estatísticas não é suficiente para reverter décadas ou séculos de invisibilização. As organizações afrodescendentes e os governos devem trabalhar arduamente para aumentar a relevância da inclusão dessas variáveis. Experiências demonstram que a inclusão estatística precisa ser acompanhada por campanhas efetivas de conscientização que esclareçam a importância da expressão e identificação com as categorias étnico-raciais disponíveis nos censos ou outras ferramentas. Além disso, a autoadscrição é afetada por múltiplos fatores, tais como a redação das perguntas étnico-raciais, as categorias adotadas e a identidade dos entrevistadores e dos entrevistados.

Dado esse caráter fluido, relativo e mutável das identificações étnicas e raciais, a estratégia metodológica mais segura para estudar as desigualdades raciais é avaliar as situações dos afrodescendentes a partir de várias perspectivas, usando fontes e métodos alternativos para explicar

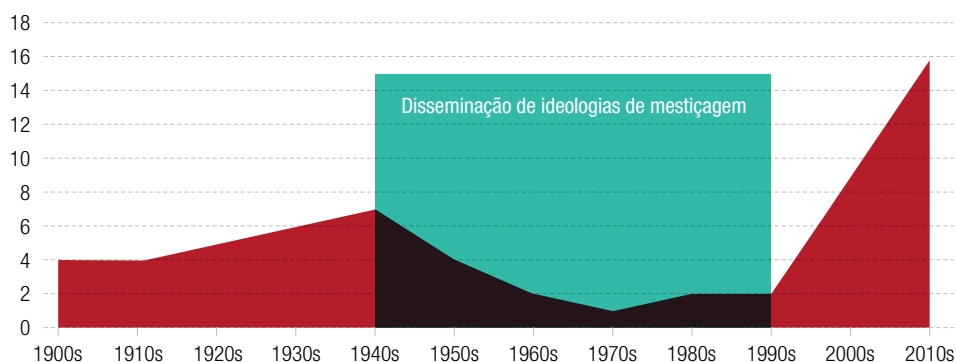
os padrões observáveis.⁷⁵ Essa abordagem deve começar com um tratamento cuidadoso dos dados disponíveis e uma compreensão clara de quem é incluído (ou não) nas estatísticas oficiais e o porquê disso.

Quem é afrodescendente nas estatísticas oficiais?

O aumento do reconhecimento dos afrodescendentes nas últimas décadas manifestou-se objetivamente no reaparecimento de variáveis étnico-raciais nas estatísticas oficiais de toda a região (figura 4). Assim, ao passo que na década de 1990 apenas 2 dos 19 países incluíam dados sobre sua população afrodescendente em seus censos (Brasil e Cuba), na década de 2000 quase a metade deles já havia reinserido variáveis étnico-raciais e, para a rodada atual (2010-2020), a maioria dos países as incluirá (ver anexo A). Embora essa onda de inclusão e reconhecimento estatístico represente um rompimento positivo com décadas anteriores, os afrodescendentes ainda enfrentam muitas barreiras políticas e práticas que os impedem de ganhar visibilidade e voz em debates nacionais e regionais. Há, também, deficiências na forma como as perguntas são formuladas nos censos e pesquisas domiciliares, o que tende a afetar a participação geral dos afrodescendentes.⁷⁶

Figura 4

Países que registram afrodescendentes em seus censos



Fonte: Mara Loveman, *National Colors*.

⁷⁵ Marisa Bucheli e Rafael Porzecanski, "Racial Inequality in the Uruguayan Labor Market: An Analysis of Wage Differentials between Afro-descendants and Whites," *Latin American Politics and Society* 53, no. 2 (2011), 137.

⁷⁶ Leonardo Reales Jiménez, "Ethnic Identity and Political Mobilization: The Afro-Colombian Case," in *Afro-descendants, Identity, and the Struggle for Development in the Americas*, eds. Bernd Reiter e Kimberly E. Simmons (East Lansing, MI: Michigan State University Press, 2012): 120.

Até a década de 1990, as perguntas censitárias destinadas a identificar os afrodescendentes baseavam-se, nos poucos países em que foram identificadas, em questões de “raça” ou “cor”. Os povos indígenas, entretanto, que foram mais amplamente incluídos nos censos, eram identificados principalmente por meio de questões relacionadas a aspectos culturais e identidade (linguagem, identificação étnica etc.). Isso contribuiu para a invisibilidade da maioria dos afrodescendentes na região, pois pouquíssimos deles se identificavam como pertencentes a uma minoria étnica ou indígena (com raras exceções, como os garífunas – ver quadro 2).

A partir da década de 1990, porém, os censos nacionais começaram a incluir questões relacionadas à identidade individual, adesão ou sensação de pertencimento a grupos étnico-raciais específicos (tabela 3). Implícita ou explicitamente, essa mudança “admitia a base fundamentalmente intersubjetiva das distinções étnico-raciais, provocando uma ruptura com os conceitos e medidas objetivistas que prevaleciam no passado (inclusive questões sobre raça ou cor e questões sobre práticas culturais)”.⁷⁷

Atualmente, as perguntas que identificam os afrodescendentes são baseadas em autorrelato

Tabela 3

Abordagens para a identificação de afrodescendentes, décadas de 1980 a 2010

	1980s	1990s	2000s	2010s
Argentina				A, I
Bolívia				M
Brasil	P	P, R	P, R	P, R
Chile				
Colômbia		M	C, I, M, P	U
Costa Rica			M	I
Cuba	P		P	P
República Dominicana				
Ecuador			I	C, I
El Salvador			I	
Guatemala			M	U
Honduras			M	I, M
México				U(S)
Nicarágua			M	U
Panamá				I
Paraguai				C, I, P
Peru				U
Uruguai				A
Venezuela				A, C, I, P

Fonte: Mara Loveman, *National Colors*. Observações: A = afrodescendente identificado por meio de ancestralidade; C = costumes; I = identidade; M = adesão; P = aparência física; R = raça; U = desconhecido (ainda não conduzido); (S) = censo separado.

77 Mara Loveman, *National Colors*, 256.

e aplicam vários critérios, tais como tradição, ascendência, identidade, associação a grupos, aparência física e raça (ver anexo E). Embora isso esteja de acordo com padrões internacionais, o autorrelato da ascendência africana depende, em última análise, de percepções. Essas são afetadas por vários componentes além da identificação racial ou da cor da pele, tais como a classe socioeconômica do entrevistado, o contexto regional, sua identidade e preferências culturais. Embora vários estudos tenham tentado testar a influência desses aspectos na identificação racial de uma pessoa, os resultados têm sido

heterogêneos e provam que a identidade racial é algo social e historicamente contingente. Contrariamente a essa tendência, pelo menos um estudo sugeriu que a classificação racial realizada pelo entrevistador ainda poderia ser apropriada, pois a desigualdade racial resulta da discriminação racial, que depende de como os outros classificam uma pessoa, e não apenas de como uma pessoa se percebe.⁷⁸ O Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop) inclui a classificação do entrevistador, juntamente com a identificação racial do entrevistado (quadros 6 e 7).

Quadro 6 | Cor da pele e raça no Brasil

De acordo com Edward Telles⁷⁹, o Brasil possui três sistemas principais de classificação racial: as categorias censitárias (branco, pardo, amarelo, preto e indígena); as categorias usadas na vida cotidiana (que incluem termos fluidos como moreno); e as categorias que estão sendo promovidas por movimentos sociais negros (como a adoção generalizada do termo negro).

No Brasil, é mais comum usar o termo “cor” do que raça para se referir a grupos étnico-raciais. “Muitas vezes, prefere-se falar de cor porque o termo captura os aspectos contínuos dos conceitos raciais brasileiros nos quais os grupos se fundem uns com os outros”.⁸⁰ Historicamente, os grupos étnico-raciais têm sido classificados segundo categorias de cores. A cor depende principalmente do tom da pele e das feições corporais (incluindo a cor do cabelo e características faciais e corporais), embora observadores anteriores tenham notado que a renda mais alta faz com que os indivíduos se identifiquem e sejam percebidos publicamente como pertencentes a grupos mais brancos.⁸¹ No entanto, a ascensão dos movimentos afrodescendentes no Brasil durante as últimas décadas fez com que afrodescendentes com formação superior se identificassem cada vez mais com categorias associadas a cores de pele mais escuras (negros – ver abaixo).

Outro estudo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2008, descobriu que as fronteiras étnico-raciais estavam mudando menos em relação ao *status* social. Cada vez mais, a cor dependia mais da cor da pele, das características físicas, da origem familiar e das tradições culturais do que do *status* socioeconômico (tabela 4).⁸²

Além disso, os nomes das cores geralmente vão além das categorias censitárias. Por exemplo, uma pesquisa realizada em 1976 com mais de 82.000 entrevistados identificou mais de 100 categorias de cores.⁸³ Uma pesquisa nacional de 1995 (que também adotou um formato aberto) obteve resultados semelhantes. A categoria mais popular foi a dos brancos (42%), seguida pelos morenos (32%). A categoria dos pardos (a terminologia censitária oficial para indivíduos miscigenados) foi escolhida por apenas 7% dos entrevistados, seguida pela dos morenos claros (6%, embora essa categoria não faça parte dos censos). Cinco por cento dos entrevistados se identificaram como pretos (a categoria censitária para negros), ao passo que 3% descreveram-se como negros (um termo promovido pelos movimentos sociais negros, mas ainda não adotado nos censos oficiais).⁸⁴

continua

78 Edward Telles, “Multiple Measures of Ethnoracial Classification in Latin America,” *Ethnic and Racial Studies* 40, no. 13 (2017): 2340–6.

79 Edward Telles, *Race in Another America*, 87.

80 Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “The Brazilian System of Racial Classification,” *Ethnic and Racial Studies* 35, no. 7 (2011): 1157–62. O censo de 1872 criou quatro grupos de cores: branco, caboclo (miscigenação indígena-europeia), negro e pardo.

81 Carl N. Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (New York, Macmillan, 1971); Marvin Harris, “Race Relations in Minas Valhas, a Community in the Mountain Region of Central Brazil,” in *Race and Class in Rural Brazil*, ed. Charles Wagley (Paris: Unesco, 1952).

82 Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “The Brazilian System of Racial Classification,” 1159.

83 Edward Telles, *Race in Another America*. No entanto, 95% dos entrevistados utilizaram apenas seis categorias.

84 Ibid.

Tabela 4

Aspectos utilizados por brasileiros com 15 anos ou mais para definir sua cor ou raça

Aspecto	%
Cor da pele	82,3
Traços físicos	57,5
Origem familiar, antepassados	47,6
Cultura, tradição	28,1
Origem socioeconômica	27,0
Opção ideológica/política	4,0
Outros	0,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Quadro 7 | Classe e raça

A identificação com categorias afrodescendentes também pode variar conforme a classe, uma tradição que remonta a visões coloniais e leis de distribuição de riqueza e raça. Na América Latina colonial, indivíduos ricos e miscigenados podiam comprar um documento da Coroa – *gracias al sacar*, ou “obrigado pela exclusão” – que lhes conferia o *status* de pessoas brancas. Em outras palavras, eles podiam adquirir seu ingresso para uma casta superior. A associação entre negritude e pobreza, e entre branquitude e riqueza, sobreviveu ao colapso do sistema jurídico colonial. Em outras palavras, as pessoas atualmente classificadas como negros permanecem associadas à pobreza na maioria dos países, ao passo que as categorias miscigenadas são utilizadas para descrever pessoas de *status* socioeconômico mais alto (ver quadro 8 e o capítulo sobre pobreza para exceções relativas ao Panamá e ao Brasil). Além disso, Peter Wade argumenta que indivíduos negros bem-sucedidos tendem a se integrar em espaços sociais não negros, reforçando os padrões de desigualdade racial.⁸⁵

No entanto, a relação entre as classes e as categorias étnico-raciais não é clara ou homogênea em toda a região. Um estudo realizado em quatro países descobriu que a renda mais alta exercia efeitos dispare sobre a identidade racial das pessoas.⁸⁶ No Brasil, por exemplo, ela tinha um efeito polarizador (poderia igualmente embranquecer ou escurecer os indivíduos), ao passo que, na República Dominicana, ela escurecia os indivíduos (os indivíduos de *status* mais elevado tendiam a se identificar como afrodescendentes). Na Colômbia, a renda mais alta favorecia a adoção de identidades mestiças, ao passo que, no Panamá, ela não tinha efeito algum. Logo, os autores concluíram que pertencer a uma classe superior nem sempre está relacionado a um branqueamento, mas pode, na verdade, escurecer os entrevistados, ou até mesmo não ter efeito algum. Os efeitos discrepantes de rendas mais altas na classificação étnico-racial dependiam de “narrativas nacionalistas, das visões populares sobre raça e dos incentivos variáveis para a identificação com categorias específicas”.⁸⁷

Isso não significa que a raça não tenha importância socioeconômica, mas sim que as identidades étnico-raciais não coincidem exatamente com o *status* socioeconômico.

85 Peter Wade, *Race and Ethnicity in Latin America*.86 Edward Telles e Tianna Paschel, “Who is Black, White, or Mixed Race? How Skin Color, Status, and Nation Shape Racial Classification in Latin America,” *American Journal of Sociology* 120, no. 3 (2014): 864–907.87 *Ibid.*, 899.

Quem é afrodescendente neste relatório?

A análise quantitativa realizada neste relatório é baseada em dados censitários de 12 a 16 países⁸⁸ (Ipums⁸⁹ e sites de órgãos nacionais de estatísticas, ONEs); dados harmonizados de pesquisas de domicílios de seis países (Sedlac⁹⁰); e dados de pesquisas de opinião de 18 países (*Latinobarómetro* e *Lapop*⁹¹). A combinação dessas três diferentes fontes de dados fornece um conjunto mais amplo de informações e uma possível validação cruzada, além de aproveitar a recente onda de inclusão e reconhecimento estatístico de afrodescendentes por parte dos ONEs da região.⁹² O projeto geral também inclui a criação de um conjunto de ferramentas (painéis para visualização de dados) que permitem análises adicionais ou mais profundas do que as fornecidas neste relatório (ver anexo B).⁹³

Não obstante, ainda existem grandes inconsistências e lacunas de dados, que são levadas em consideração ao longo desta análise. Por exemplo, as variáveis existentes de raça e etnia são propensas a mudanças devido a flutuações nos autorrelatos e percepções, conforme mencionado anteriormente. Em países como o Panamá e o Brasil, as classes de renda mais alta são aquelas que, agora, estão mais dispostas a se identificar como negras do que como mestiças. Isso resulta em um nível de bem-estar aparentemente mais alto entre os negros. Além disso, embora os atuais aumentos na inclusão estatística tenham resultado em mais variáveis étnico-raciais nos censos, a grande maioria das pesquisas domiciliares ainda não incluem essas variáveis, ou os dados carecem de poder estatístico devido à sub-

representação desses domicílios na pesquisa. Portanto, os resultados baseados nos censos são razoavelmente robustos, ao passo que os resultados das pesquisas domiciliares podem ser menos representativos em algumas partes da região, como a América Central e o México. Além disso, o Brasil possui a maior população de afrodescendentes e, portanto, muitas vezes influencia os resultados regionais. Por esse motivo, o estudo se concentra em dados específicos de cada país e tenta apresentar resultados variados para fins de comparação. Quando são apresentados dados agregados, isso significa que os resultados são consistentes ou representativos de grande parte da região – com ou sem o Brasil, por exemplo.

Este estudo segue-se à publicação de um relatório anterior sobre a situação dos povos indígenas na América Latina.⁹⁴ Dadas as sérias desvantagens enfrentadas pelos povos indígenas na região, tentamos evitar comparações entre eles e os afrodescendentes. Em vez disso, comparamos os resultados dos afrodescendentes aos da população branca e mestiça⁹⁵, que é, em geral, o segmento mais rico das sociedades latino-americanas. Assim, ao longo do texto, o termo *não afrodescendente* também se refere aos povos não indígenas.

Por fim, o relatório usa dados de censos e pesquisas domiciliares de duas maneiras distintas. A primeira é puramente descritiva, para apresentar lacunas no acesso a serviços, a distribuição geral da população e outros parâmetros. Estes dados não são controlados

88 Dados de 16 censos foram utilizados para estimar a população total de afrodescendentes em 2015, ao passo que dados de 13 países (11 censos, 1 pesquisa intercensitária no México e a Pesquisa de Medição de Padrões de Vida no Peru de 2015) foram usados para analisar o acesso a serviços, dados demográficos e alguns resultados relativos à educação e ao mercado de trabalho.

89 Séries de Microdados de Uso Público Integradas, Internacional (*Ipums-International*): este é um projeto da Universidade de Minnesota dedicado a coletar, documentar, harmonizar e distribuir dados censitários de todo o mundo. Quando os dados do Ipums não estavam disponíveis ou não possuíam variáveis étnicas harmonizadas, o relatório usou dados censitários do site oficial do ONE usando a programação do sistema REDATAM.

90 Banco de Dados Socioeconômicos da América Latina e Caribe (Banco Mundial e Cedlas).

91 *Latinobarómetro* www.latinobarometro.org e Projeto de Opinião Pública da América Latina (*Lapop*) www.vanderbilt.edu/Lapop.

92 O projeto geral também inclui a criação de um conjunto de ferramentas (painéis para visualização de dados) que permitem análises adicionais ou mais profundas do que as fornecidas neste relatório. Tal painel será disponibilizado por meio do Laboratório de Igualdade na América Latina e Caribe do Banco Mundial (*LAC Equity Lab*). As ferramentas desenvolvidas para este relatório oferecem uma melhoria tanto da margem intensiva quanto da extensiva do volume de informações em relação a fontes anteriores na região e aos conteúdos produzidos pelo Banco Mundial.

93 Para mais informações, ver o anexo B. Os painéis estão disponíveis na página do Laboratório de Igualdade na América Latina e Caribe do Banco Mundial (*LAC Equity Lab*).

94 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*.

95 Neste relatório, o termo mestiço refere-se a pessoas com ascendência mista branca e indígena, que é uma categoria social importante em países como o Equador, o México e o Peru e em grande parte da América Central, entre outros.

e geralmente são extraídos dos censos. Seu objetivo é fornecer ao leitor um retrato do *status* da população afrodescendente na região em relação a vários comparadores internos e externos (como, por exemplo, rurais versus urbanos, afrodescendentes versus outros, homens versus mulheres). Essas apresentações não pretendem explicar as lacunas, muitas das quais podem ser devidas à concentração de afrodescendentes em áreas menos desenvolvidas e não a um processo de discriminação racial *per se*. O segundo tipo de análise é baseado em dados nacionais, que são usados para avaliar os possíveis fatores por trás de muitas dessas lacunas. Embora

esses dados estejam disponíveis em apenas seis países (dois dos quais não possuem dados raciais temporais), eles abrangem quase 85% da população afrodescendente na América Latina. A análise de regressão inclui estimativas sobre a probabilidade de pobreza em diferentes dimensões, os retornos à escolaridade, as regressões salariais de Mincer e a probabilidade de emprego informal. Além disso, a análise inclui o uso de uma abordagem de painel sintético não paramétrico para estimar a mobilidade econômica intrageracional e a pobreza crônica dos quatro países com dados disponíveis ao longo do tempo.⁹⁶

96 Com base em Leonardo Ramiro Lucchetti, *Who Escaped Poverty and Who Was Left Behind? A Non-Parametric Approach to Explore Welfare Dynamics Using Cross-Sections*, Policy Research Working Paper no. WPS 8220 (Washington, DC: World Bank, 2017), <http://documents.worldbank.org/curated/en/608131508157256196/Who-escaped-poverty-and-who-was-left-behind-a-non-parametric-approach-to-explore-welfare-dynamics-using-cross-sections>.

¿Onde
vivem?



Com base nos censos mais recentes de 16 países, havia cerca de 133 milhões de afrodescendentes na região da América Latina em 2015, o que representa quase 24% da população total. É difícil determinar a quantidade e distribuição exatas dos afrodescendentes por razões que vão desde a natureza das identidades afrodescendentes e seus processos históricos até lacunas nos dados estatísticos e deficiências na maneira como são coletados ou relatados. Para fins de esclarecimento, podemos dizer que, atualmente, cerca de um em cada quatro latino-americanos se autoidentifica como afrodescendente.

Devido a processos históricos relacionados ao tráfico de escravos e às necessidades e demandas das economias coloniais por mão de obra escrava, a distribuição de afrodescendentes é altamente desigual em toda a região. Mais de 91% estão concentrados no Brasil e na Venezuela, e outros 7%, na Colômbia, em Cuba, no Equador e no México. A narrativa da região é, portanto, fortemente influenciada pelos países do Caribe (Cuba, Venezuela), pelas nações da costa do Pacífico (Colômbia, Equador) e, acima de tudo, pelo Brasil. Mesmo se excluíssemos as categorias miscigenadas no Brasil e na Venezuela (pardo e moreno, respectivamente), essas áreas ainda representariam mais de 80% da população afrodescendente da região. O Brasil, com uma população afrodescendente estimada em 105 milhões de pessoas em 2015, tem não apenas a maior população afrodescendente na região, mas também a segunda maior em qualquer país do mundo (depois da Nigéria). Ao Brasil seguem-se a Venezuela (17 milhões), a Colômbia (5 milhões), o México (1,5 milhão), o Equador (1,2 milhão) e Cuba (1,2 milhão). Todos os países restantes têm menos de 1 milhão de afrodescendentes, com a Bolívia, El Salvador e o Paraguai, no extremo inferior, com o menor número e proporção de afrodescendentes.

Como percentual da população, muitos pequenos países do Caribe não incluídos neste estudo estão no topo da lista da região, como a Jamaica (92%) e Santa Lúcia (87%). Na América Latina, a Venezuela tem a maior proporção de afrodescendentes: 55% dos venezuelanos são afrodescendentes, e mais de 50% são morenos. Em seguida vem o Brasil (51%), onde os pardos representam quase 43% do total. Após a Venezuela e o Brasil, encontram-se a Colômbia e Cuba (cerca de 10% cada), o Panamá (9%), o Uruguai e a Costa Rica (8%), o Equador (7%) e a Nicarágua (3%). Entre os países restantes para os quais há dados disponíveis, os afrodescendentes representam 2% do total no Peru, 1,4% em Honduras, 1,2% no México, 0,4% na Argentina, 0,2% na Bolívia e 0,1% em El Salvador.

A tabela 5 apresenta os dados oficiais dos censos nacionais, embora os autores deste estudo estejam cientes de que as organizações afrodescendentes nem sempre concordam com as estimativas oficiais e calcularam suas próprias estimativas em países em que variáveis afrodescendentes não são incluídas nos censos oficiais, como, por exemplo, no caso do Chile.⁹⁷

DISTRIBUIÇÃO EM NÍVEL NACIONAL E ACESSO A SERVIÇOS

Em nível nacional, os afrodescendentes apresentam uma distribuição geográfica similar à do resto da população na maioria dos países. Em outras palavras, os afrodescendentes são predominantemente urbanos (quase 82% vivem em cidades). Esse resultado está ligeiramente acima da média regional (80%). Portanto, em países altamente urbanizados, como a Argentina, o Uruguai e a Venezuela, os afrodescendentes apresentam níveis de urbanização igualmente altos. O Equador e o Panamá têm a distribuição

97 Um censo parcial realizado por organizações afro-chilenas e pelo Instituto Nacional de Estatística do Chile (*Instituto Nacional de Estadística do Chile* – INE) em 2014 constatou que, em Arica e Parinacota, cerca de 8.400 chilenos se autoidentificaram como afrodescendentes. Embora a variável afrodescendente não tenha sido incluída no censo geral de 2012 ou na recontagem abreviada de 2017, as organizações afro-chilenas continuam a lutar por visibilidade e reconhecimento. Ver Cristian Alejandro Báez Lazcano, "Reflections on the Afro-Chilean Social Movement: We Entered as Blacks, and We Left as Afrodescendants ... and Afro-Chileans Appeared on the Scene," *ReVista: Harvard Review of Latin America* (Winter 2018), <https://revista.drclias.harvard.edu/book/reflections-afro-chilean-social-movement-we-entered-blacks-and-we-left>.

Tabela 5

População afrodescendente na América Latina (projetada para 2015)

País	Ano dos dados	Proporção de AD/ População Total	População de AD no ano do censo (milhões)	População total em 2015 (IDM)	População de AD em 2015 (milhões)
Brasil	2010	50,7%	96,8	206,0	104,5
Venezuela	2011	55,0%	14,5	31,2	17,1
Colômbia	2005	10,6%	4,31	48,2	5,1
México	2015	1,2%	1,38	125,9	1,5
Equador	2010	7,2%	1,04	16,1	1,2
Cuba	2002	10,1%	1,1	11,5	1,2
Peru	2015	2,3%	0,74	31,4	0,72
Costa Rica	2011	8,0%	0,34	4,8	0,38
Panamá	2010	9,2%	0,3	4,0	0,37
Uruguai	2011	8,1%	0,26	3,4	0,28
Argentina	2010	0,4%	0,15	43,4	0,17
Nicarágua	2005	2,8%	0,14	6,1	0,17
Honduras	2013	1,4%	0,11	9,0	0,13
Bolívia	2012	0,2%	0,02	10,7	0,02
Paraguai	2012	0,2%	0,3	6,6	0,01
El Salvador	2007	0,1%	0,01	6,3	0,01
Total		23,4%		564.6	132.86

AD = afrodescendente; IDM = Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Obs.: A proporção de AD sobre a população total refere-se aos que responderam à pergunta sobre etnia/raça. As projeções populacionais presumem proporções constantes entre o último censo e os dados demográficos atualizados.

mais excepcional. Nesses países, os afrodescendentes apresentam uma proporção muito maior de residentes urbanos que seus compatriotas (87% versus 63% no Panamá, e 75% versus 62% no Equador). Na maioria dos outros países, a distribuição tende a ser semelhante ou ligeiramente acima da média nacional. As organizações afro-panamenhas, no entanto, reclamam que as estatísticas nacionais tendem a

subestimar seus números e deturpar sua situação socioeconômica devido a um processo histórico de invisibilização. Por esse motivo, recomenda-se cautela na interpretação dos resultados do Panamá contidos neste relatório (quadro 8).⁹⁸

Em geral, as famílias afrodescendentes tendem a ser mais jovens, a ter mais integrantes e a apresentar razões de dependência mais baixas

98 Banco Mundial, *Panamá—Locking in Success: A Systematic Country Diagnostic* (Washington, DC: World Bank, 2015).

No Panamá, os afrodescendentes parecem ocupar uma posição excepcional. Com base em dados censitários, os afrodescendentes estão em melhor situação do que os não afrodescendentes em termos de educação, alfabetização e acesso a serviços e bens básicos. Os afrodescendentes também apresentam um índice de pobreza mais baixo que outros domicílios panamenhos e não se encontram super-representados entre a população que vive em favelas. Apesar desses resultados positivos, estudos qualitativos revelam uma percepção generalizada de que os afrodescendentes foram excluídos do crescimento econômico do país e enfrentam exclusão no acesso a empregos, serviços de saúde e na participação política, o que os coloca entre os grupos mais pobres e vulneráveis do país. Como podemos entender tal diferença entre os dados censitários e as percepções públicas?

Algumas organizações de afrodescendentes do Panamá alegaram que, no último censo, apenas os indivíduos em melhor situação econômica e com maior autonomia identificaram-se como afrodescendentes, o que levou a uma superestimativa do bem-estar e da situação positiva do grupo no país. A pesquisa *Latinobarómetro* concorda com essa explicação, pois uma proporção maior de afrodescendentes panamenhos se considerava de classe alta ou média alta em comparação com os não afrodescendentes (11,3% versus 6,9%). O estigma que impede o autorrelato da maioria dos afro-panamenhos emergiria da complexa e antagônica política racial do país.

Como na maioria das colônias espanholas, o desenvolvimento da economia ístmica dependia da mão de obra escrava, especialmente na região de Portobelo. Essa situação acabou levando os escravos a se tornarem conhecidos como “negros coloniais”.⁹⁹ Antes da independência do Panamá da Colômbia (1903), as elites regionais promoviam um discurso que, embora valorizasse a branquitude, enfatizava a mistura de indígenas, negros e espanhóis, o que resultou em uma grande população mestiça e mulata. Até então, o Panamá não possuía formas rígidas de segregação racial. De fato, a região era conhecida como a “provincia negra” entre os colombianos devido à sua grande população miscigenada.¹⁰⁰

No entanto, essa ideia de negritude mudou na virada do século XX, quando os Estados Unidos assumiram a liderança da construção do canal. A presença dos EUA atraiu mais de 150.000 trabalhadores das Índias Ocidentais (Barbados, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Névis e Trinidad) entre 1904 e 1914, que permaneceram no Panamá depois que o canal foi construído. A Zona do Canal alterou as relações raciais no Panamá, pois os Estados Unidos criaram um sistema “Jim Crow” de segregação trabalhista que separava os brancos (os funcionários “ouro”) dos não brancos (os funcionários “prata”). Esses últimos consistiam nos oriundos das Índias Ocidentais e *todos* os panamenhos.¹⁰¹ Os panamenhos não eram apenas categorizados como negros e, portanto, tratados como uma força de trabalho segregada e desprivilegiada. Eles também eram impedidos de competir com os trabalhadores das Índias Ocidentais que falavam inglês. Em resposta a isso, os panamenhos (inclusive os “negros coloniais”) começaram a protestar contra a presença dos imigrantes das Índias Ocidentais, e os movimentos nacionalistas nos anos 1940 transformaram a negritude em uma categoria associada aos estrangeiros. Esse sentimento anti-imigrantes foi acompanhado por atitudes de racismo e xenofobia contra os afro-antilhanos, que eram tratados pelo termo depreciativo *chombos*.¹⁰² Em suma, o sistema de fluidez racial se transformou em um sistema rígido, no qual a negritude era vista como algo antipanamenho.

Embora o sistema de segregação racial tenha se encerrado após 1977, a discriminação racial e a antinegritude existem até hoje. Apesar dos sinais de que a situação está mudando lentamente¹⁰³, a história sombria do Panamá pode explicar por que os indivíduos instruídos e mais ricos vêm adotando, de maneira desproporcional, a categoria de afrodescendentes, ao passo que os menos instruídos e mais vulneráveis tendem a evitar o autorrelato como afro-panamenhos.

99 Em 1789, dos 35.920 habitantes da Cidade do Panamá, 22.504 eram escravos negros. Ver Michael L. Conniff, *Black Labor on a White Canal: Panama, 1904–1981* (Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1985).

100 Michael L. Conniff, *Black Labor on a White Canal*, 11.

101 Renée Alexander Craft, *When the Devil Knocks: The Congo Tradition and the Politics of Blackness in Twentieth-Century Panama* (Columbus, OH: Ohio State University Press, 2015).

102 De fato, nos anos 1940, a Constituição proibia a imigração de indivíduos negros “cuja primeira língua não [fosse o] castelhano (Art. 23)”, e negava a cidadania a crianças nascidas no país cujos pais fossem antilhanos negros. Ver Michael L. Conniff, *Black Labor on a White Canal*.

103 Na década de 1980, o governo criou um Museu Afro-Antilhano e apoiou o Segundo Congresso sobre Cultura Negra das Américas. No ano 2000, o governo criou o Dia da Etnia Negra e, em 2006, o primeiro Festival Afro-Panamenho. O país tomou outras medidas jurídicas para combater o racismo e dar maior visibilidade aos afrodescendentes. Em 2005, criou uma lei que proíbe a discriminação no trabalho (Lei 11 de 2005) e formou uma comissão nacional contra a discriminação (Conselho Nacional da Etnia Negra) e uma Secretaria Nacional para o Desenvolvimento dos Afro-Panamenhos (Lei 64 de 2016). A atual Constituição (reformada em 1994) também contém vários artigos contra a discriminação no trabalho, na educação e nos espaços políticos. Desde 1999, o movimento social negro tem dado passos importantes para ganhar maior visibilidade. Ver George Priestley e Alberto Barrow, “The Black Movement in Panamá: A Historical and Political Interpretation, 1994–2004,” *Souls* 10, no. 3 (2008): 227–55.

que as outras famílias na maioria dos países. As famílias afrodescendentes tendem a ser de 1 a 7 anos mais jovens que as com brancos e mestiços, sendo compostas por mais integrantes jovens e menos pessoas com 60 anos ou mais. Portanto, elas tendem a ter menores razões de dependência em quase todos os países, exceto no Brasil, na Colômbia, no Equador, na Nicarágua e no Peru. As crianças e jovens afrodescendentes têm menos anos de educação em todos os níveis. Os afrodescendentes em idade ativa são afetados de forma desproporcional pelo desemprego (os índices são duas vezes mais altos que os dos brancos e mestiços em grande parte da região). Além disso, aqueles que estão empregados têm mais probabilidade de ocupar funções de baixa qualificação que o resto da população (75% versus 69%). Portanto, as famílias afrodescendentes tendem a ser mais pobres que as brancas e mestiças, e as famílias rurais tendem a ser mais pobres que as urbanas.

Um dos resultados positivos dessa alta concentração urbana é que, em geral, as disparidades nacionais no acesso a serviços básicos não são muito acentuadas quando comparadas às dos povos indígenas ou outros grupos rurais vulneráveis. No entanto, a situação varia muito entre os serviços, assim como entre diferentes países e dentro deles (figura 5), embora essas diferenças não possam ser atribuídas *a priori* a questões raciais.¹⁰⁴ O acesso à eletricidade, à água e ao saneamento tende a ser alto em todos os países, tanto para afrodescendentes quanto para brancos e mestiços, com poucas exceções. Na Nicarágua, no entanto, em contraste com o resto da região, o acesso à água é de apenas 15% entre a população afrodescendente (em comparação com 65% para a população não afrodescendente), provavelmente devido à sua maior concentração em áreas remotas da costa atlântica.

O acesso a redes de esgoto apresenta variações ainda maiores entre os países e dentro deles. Os afrodescendentes têm altos níveis de acesso na Argentina (88%), na Costa Rica (93%), no México (89%), no Uruguai (98%) e na Venezuela (91%). Tais níveis tendem a ser altos tanto entre os afrodescendentes quanto entre os não afrodescendentes. Em El Salvador (35%), pouco mais de um terço das duas populações têm acesso a redes de esgoto, ao passo que, na Nicarágua, apenas 9% da população afrodescendente e 26% da população não afrodescendente têm acesso a esse serviço. Em alguns países, contudo, como Honduras e Panamá, a população afrodescendente apresenta maior acesso a redes de esgoto. No extremo oposto, o Brasil tem a segunda maior diferença (depois da Nicarágua) entre não afrodescendentes e afrodescendentes (75% versus 59% de acesso, respectivamente).

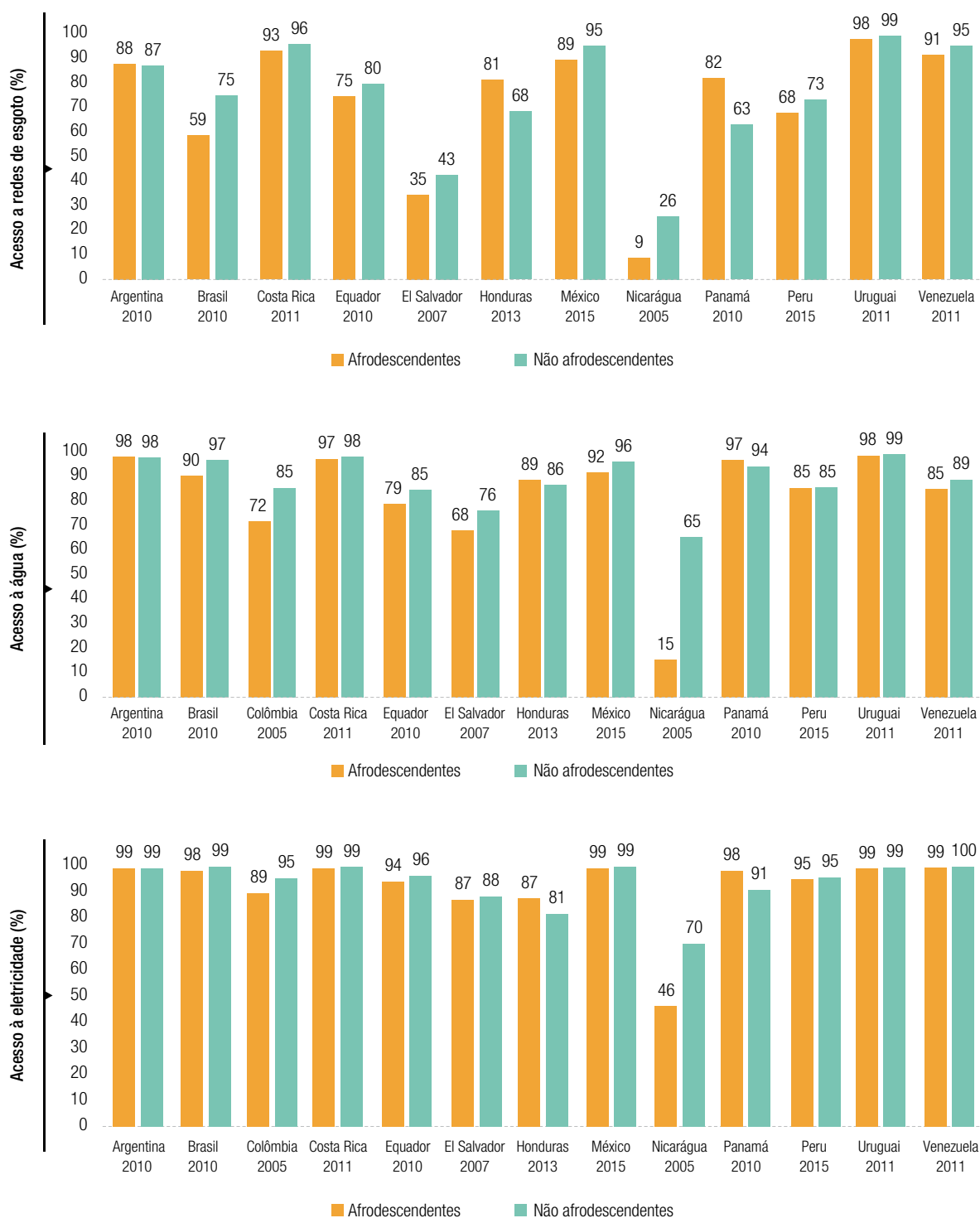
Da mesma forma, as diferenças no acesso a ativos – tais como computadores, telefones e aparelhos de televisão – tendem a ser maiores entre países distintos do que dentro deles (figura 6). O acesso a televisores tende a ser alto em todos os países considerados, com pequenas diferenças internas entre os afrodescendentes e os brancos/mestiços.¹⁰⁵ O acesso a computadores tende a ser baixo em geral. Na Argentina e no Uruguai, os índices chegam a 54%, mas não superam 2% e 7% na Nicarágua e em El Salvador, respectivamente. As maiores diferenças no acesso a computadores entre afrodescendentes e brancos/mestiços são verificadas no Brasil (23 pontos percentuais), Equador (15 pp), Uruguai (14 pp), Peru (12 pp), Venezuela (12 pp) e Costa Rica (11 pp). O acesso a telefones apresenta diferenças comparáveis entre os dois grupos na maioria dos países. Por fim, a posse de automóveis é relativamente baixa entre os afrodescendentes em geral (ver painéis no anexo B).

104 Embora a análise a seguir apresente dados nacionais, as diferenças de acesso também podem ser examinadas em nível sub-regional por meio de ferramentas desenvolvidas pela equipe do projeto. Tais ferramentas permitem analisar diferenças entre grupos populacionais em diferentes dimensões: rural versus urbano; nível geográfico; homens versus mulheres (para os dados de educação e trabalho); e, caso necessário, a equipe também poderia adicionar variáveis etárias. No caso do Brasil e da Venezuela, a análise pode aprofundar o estudo com foco nas diferenças entre negros, mulatos e mestiços.

105 As exceções são a Colômbia e o Panamá, por um lado, com diferenças de 8 pontos percentuais; e a Nicarágua, com uma diferença de 30 pontos percentuais.

Figura 5

Acesso a redes de esgoto, água e eletricidade entre populações afrodescendentes e não afrodescendentes

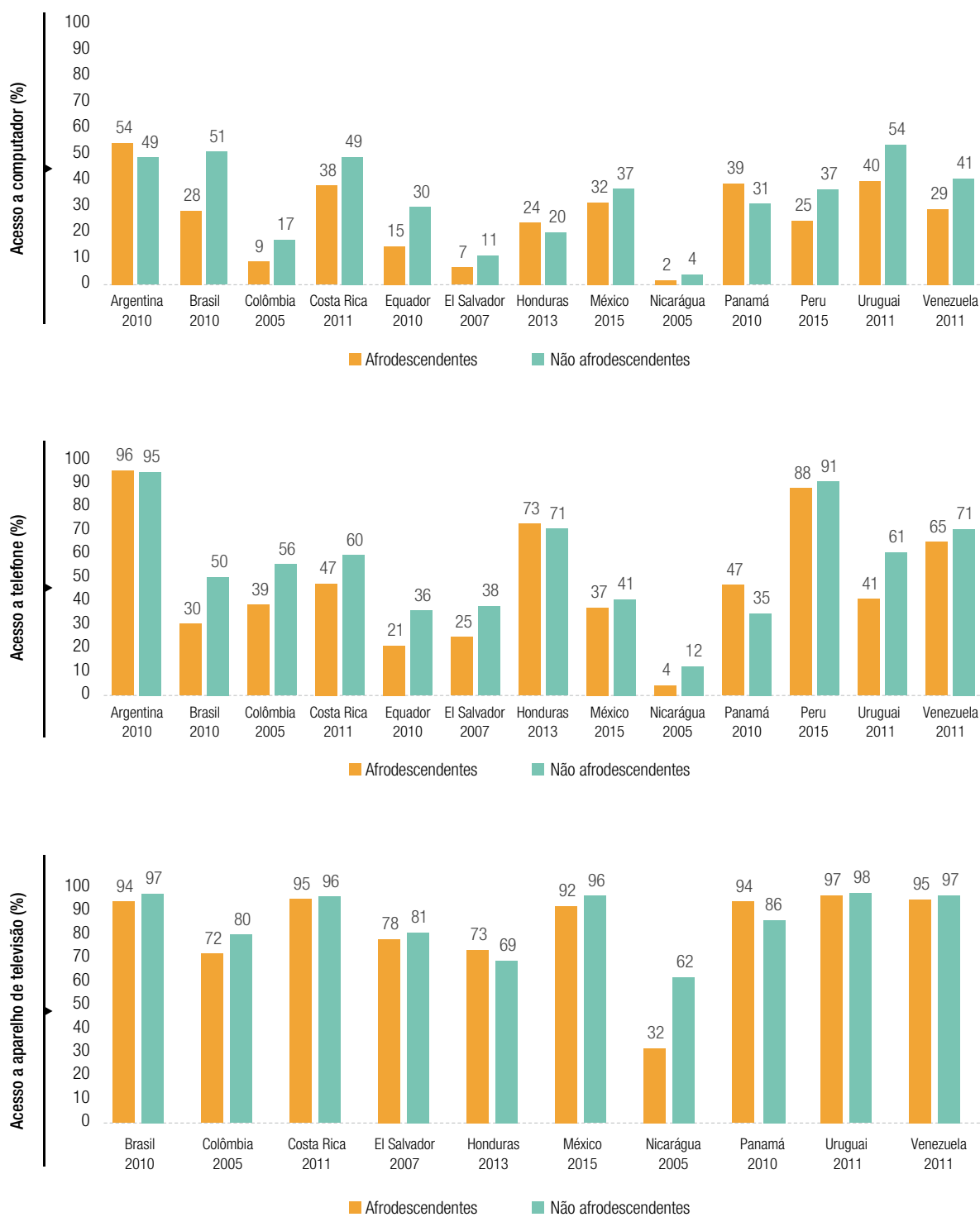


Fonte: Censos nacionais.

O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

Figura 6

Acesso a computador, telefone e televisão por raça (afrodescendentes versus não afrodescendentes)



Fonte: Censos nacionais.

O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

Nota: Argentina, Honduras, Peru e Venezuela incluem acesso a celulares e telefones de linha fixa.

Em comparação com os indicadores dos povos indígenas, os resultados nacionais dos afrodescendentes relativos ao acesso a serviços e tecnologias são consideravelmente melhores, embora ainda se encontrem na extremidade inferior da distribuição nacional.¹⁰⁶ Isso se explica parcialmente pela concentração muito maior de afrodescendentes em áreas urbanas, o que, em geral, aumenta notavelmente a probabilidade de acesso a serviços, empregos e educação. O mesmo se aplica aos indígenas urbanos, que têm 30% menos probabilidade de serem pobres nas áreas urbanas do Equador e do Peru; e menos 17% e 26% no México e na Bolívia, respectivamente.¹⁰⁷

A distribuição geográfica dos afrodescendentes pode ofuscar grandes lacunas no acesso a serviços e mercados em certas regiões. O acesso à eletricidade, por exemplo, tende a ser alto para todos os grupos em todos os países e, embora o acesso a redes de água e esgoto apresente variações significativas, essas não podem ser atribuídas a distinções raciais. No entanto, quando analisamos as áreas com altas concentrações de afrodescendentes dentro de cada país, um padrão diferente começa a surgir.

REGIÕES DE AFRODESCENDENTES

Em nível subnacional, os afrodescendentes tendem a se concentrar em algumas regiões e cidades mais do que em outras (mapa 1). A distribuição corresponde a processos históricos e séculos de isolamento ou assimilação que se seguiram à sua distribuição forçada em toda a região. Na maioria dos países, esses processos históricos resultaram em algumas poucas regiões fortemente associadas à cultura afrodescendente; essas áreas são, invariavelmente, aquelas com os níveis mais baixos de desenvolvimento. Em geral, são regiões com interconexão precária com o

resto do país e com o mercado. Alguns exemplos esclarecedores dessa segregação territorial são os departamentos de Chocó, na Colômbia; Esmeraldas, no Equador; os estados do Pará e da Bahia, no Brasil; e a região atlântica da Nicarágua.

O departamento colombiano de Chocó, que se estende desde a costa pacífica da Colômbia até o Oceano Atlântico, na fronteira com o Panamá, tem a maior proporção de afrodescendentes em sua composição, com mais de 80%. Nos séculos XVI e XVII, a descoberta de jazidas de ouro e o rápido declínio da população indígena levaram a um influxo de escravos da África Ocidental, que entraram pelo porto de Cartagena das Índias. Tais escravos eram muito procurados devido ao seu conhecimento de técnicas de mineração de ouro e à sua melhor adaptação às condições altamente quentes e úmidas da floresta tropical, que tornavam a região intolerável para os europeus e os indígenas andinos. Os administradores coloniais, portanto, dependiam dos africanos não somente para prover mão de obra escrava para as *cuadrillas* (equipes de mineradores), mas também para supervisionar as atividades locais (em muitos casos, a supervisão ficava a cargo de negros ou mulatos livres).¹⁰⁸ Após a abolição da escravatura em 1851, e após a desaceleração da corrida do ouro, Chocó foi esquecida pelo resto do país e permaneceu uma das regiões mais negligenciadas da Colômbia até os dias de hoje. Atualmente, 82% da população de Chocó é afrodescendente; mais de 80% da população urbana vive na pobreza; e somente 20% têm acesso à água encanada. O analfabetismo é três vezes maior que a média nacional, e a região carece de infraestrutura, transporte e serviços básicos adequados.¹⁰⁹ A costa do Pacífico também foi enormemente afetada pelos conflitos internos colombianos. Algumas comunidades se encontraram no meio do fogo cruzado entre o exército e as várias

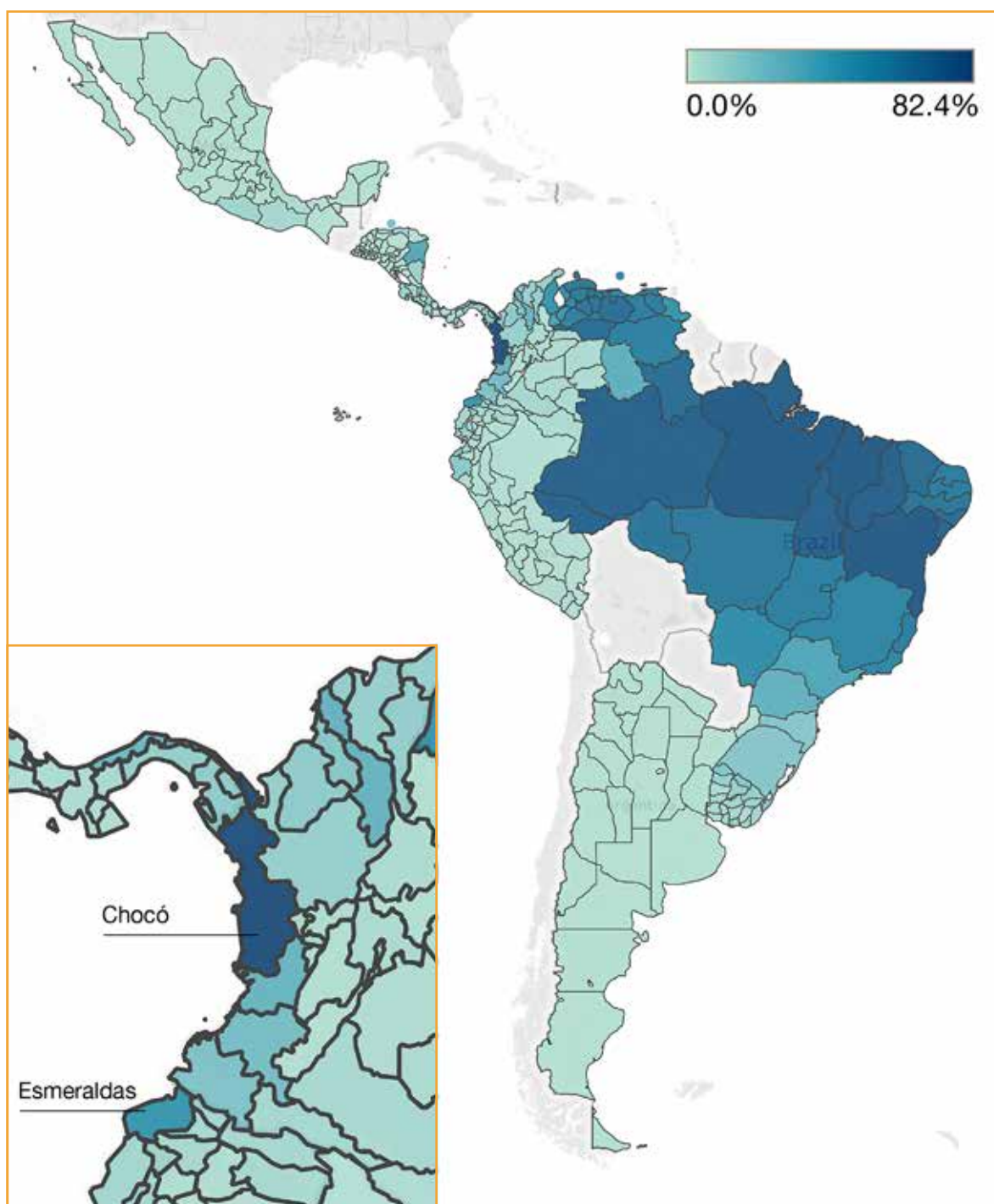
106 Ver Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*.

107 Ibid.

108 George Reid Andrews, *Afro-Latin America*, 14.

109 Paula Moreno-Zapata, "Colombia: Afro-Colombians," in *Encyclopedia of the African Diaspora: Origins, Experiences, and Culture*, vol. 1, ed. Carole E. Boyce Davies (Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2008), 317; Nações Unidas, *Chocó: la dimensión territorial y el logro de los ODM* (Bogotá: Fondo para el Logro de los Objetivos del Milenio, 2012).

Mapa 1 | Regiões com altas concentrações de afrodescendentes



Fonte: Censos nacionais.

facções armadas que disputaram o controle do território nos últimos 60 anos.¹¹⁰

As disparidades que afetam Chocó são frequentemente normalizadas por meio de estereótipos que as explicam como “diferenças morais e intelectuais das pessoas que residem [no departamento], e não como consequência de políticas estatais racializadas”.¹¹¹ Um aspecto positivo dessa história foi o fato de Chocó ter dado origem a importantes organizações afro-colombianas que estimularam mudanças significativas no reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes em nível nacional e internacional. Sua mobilização contribuiu decisivamente para o reconhecimento constitucional dos direitos dos afro-colombianos; a aprovação de leis inovadoras que concedem direitos territoriais e culturais às comunidades negras do litoral do Pacífico (Lei 70 de 1993); e a criação de programas etnoeducacionais que refletem sua herança, identidade e conhecimento cultural.¹¹²

Da mesma forma, no Brasil, os afrodescendentes representam 77% da população total dos estados do Pará, Bahia e Maranhão, todos no Nordeste do país, mas apenas 16% da população do estado de Santa Catarina, que é mais rico e fica na região Sul. Durante os períodos colonial e imperial, o Nordeste desenvolveu uma economia baseada no cultivo da cana de açúcar e na mineração de ouro, que dependia fortemente da mão de obra escrava. A cidade de Salvador da Bahia, capital colonial até 1763, era o principal porto de entrada dos escravos.¹¹³ No final do século XIX, no entanto, a

produção caribenha de açúcar tomou o lugar dos engenhos de açúcar baianos. Em seguida, durante o século XX, a Bahia também não conseguiu se beneficiar da onda de industrialização que transformou o Sul e o Sudeste. Da mesma forma, a mineração levou um importante contingente de trabalhadores escravizados ao estado do Pará¹¹⁴, que atualmente é o estado mais populoso do Norte do Brasil. O Pará também vivenciou o ciclo da borracha nos séculos XIX e XX¹¹⁵, que atraiu pequenos agricultores e camponeses miscigenados e negros dos estados do Ceará e Maranhão. Nas últimas décadas, houve uma expansão da mineração de minério de ferro e bauxita, da pecuária e do cultivo da soja. O Pará também possui a maior concentração de quilombolas com títulos de terra (ver quadro 11).

O Norte e o Sul do Brasil não são apenas racialmente divididos; essas regiões também apresentam importantes lacunas socioeconômicas.¹¹⁶ No Pará, o acesso a serviços é significativamente menor do que a média nacional, especialmente em relação ao fornecimento de água (73% versus 93%) e à conexão a redes de esgoto (29% versus 50%). Da mesma forma, quase 64% das famílias paraenses vivem em favelas (ver definição abaixo) – mais do que o dobro da média nacional (34%). Além disso, o desemprego também é mais acentuado no estado (16% versus 6%). No entanto, as condições desiguais do Pará tornam-se mais visíveis quando comparadas com Santa Catarina, um estado predominantemente branco do Sul do país, que tem a menor concentração de afrodescendentes do Brasil (16%). Ao passo

110 A costa do Pacífico é um território disputado há várias décadas, com histórias de deslocamentos em massa, trabalho forçado em minas e plantações de coca, recrutamento forçado, tortura e desaparecimento, entre outras violações sistemáticas dos direitos humanos. Na Colômbia, mais de 650 mil afrodescendentes foram afetados pelos 60 anos de conflito, o que reforçou sua vulnerabilidade e confinou comunidades afro-colombianas inteiras às áreas mais pobres do país. Ademais, a quantidade de recursos necessários para mitigar e lidar com as consequências da violência consumiu, por várias décadas, os recursos econômicos, humanos, naturais e institucionais que serviriam para o desenvolvimento de comunidades já empobrecidas. Ver Banco Mundial, *Towards Sustainable Peace, Poverty Eradication, and Shared Prosperity* (Washington, DC: World Bank, 2014); César Rodríguez Garavito e Yukyan Lam, *Etnorreparaciones: la justicia colectiva étnica y la reparación a pueblos indígenas y comunidades afrodescendientes* (Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2011); Catalina Díaz Gómez, Nelson Camilo Sánchez, Rodrigo Uprimny Yepes, eds., *Reparar en Colombia: los dilemas en contextos de conflicto, pobreza y exclusión* (Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, Centro Internacional para la Justicia Transicional, ICTJ, and the European Union, 2009).

111 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*, 43.

112 Paula Moreno-Zapata, “Colombia: Afro-Colombians,” 317.

113 Hendrik Kraay, “Introduction: Afro-Bahia, 1790s–1990s,” in *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s*, ed. Hendrik Kraay (Armonk, NY: M. E. Sharpe, 1998).

114 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Situación de las personas afrodescendientes*, 60.

115 Barbara Weinstein, *The Amazon Rubber Boom, 1850–1920* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1983).

116 Edward Telles, *Race in Another America*.

que, em Santa Catarina, o acesso à água é quase universal, no Pará um quarto da população não tem acesso regular a esse serviço (padrões semelhantes são observados em relação à eletricidade, a redes de esgoto e ao acesso a computadores e à internet). A população residente em favelas no Pará é quase três vezes a proporção de Santa Catarina (64% versus 25%), e a taxa de analfabetismo é quase duas vezes maior (11% versus 6%).

O estado da Bahia, apesar de ter uma economia industrial e um setor de turismo mais desenvolvidos, também experimenta maiores privações que os estados do Sul. Além das lacunas no acesso a serviços básicos, a proporção da população baiana residente em favelas é significativamente superior à de Santa Catarina (35% versus 25%), e o índice de desemprego também é quase três vezes maior (19% versus 6%).

No início do século XX, intelectuais públicos atribuíram a marginalização do Norte ao componente miscigenado e negro da população.¹¹⁷ Embora o *boom* industrial do século XX tenha desencadeado uma migração interna de trabalhadores afrodescendentes para o Sudeste, ele não alterou significativamente a distribuição geográfica dos grupos étnico-raciais entre os estados, nem ajudou a eliminar as lacunas socioeconômicas entre as regiões predominantemente afrodescendentes e aquelas predominantemente brancas.¹¹⁸

AFRODESCENDENTES NAS CIDADES

Uma das características mais evidentes da população afrodescendente na América Latina é seu caráter predominantemente urbano. Com índices superiores a 82%, a concentração de afrodescendentes em ambientes urbanos

é superior à média da América Latina (80%), que já é uma das regiões mais urbanizadas do mundo. No entanto, embora os afrodescendentes geralmente residam em áreas com condições macroeconômicas privilegiadas, tais como Caracas, Lima, Montevideu ou Rio de Janeiro, eles não se beneficiam proporcional e necessariamente dessas condições. De fato, nas cidades, os afrodescendentes são mais frequentemente relegados a áreas com pouco acesso a serviços e empregos, além de serem expostos a níveis mais altos de poluição, criminalidade, violência e desastres naturais.

Com base em uma versão simplificada da definição de favela adotada pelo programa UN-Habitat, determinada pela ausência de pelo menos um serviço público básico (água, eletricidade, saneamento) e a presença de casas sem piso como sinal da precariedade dos materiais de construção, dados censitários indicam que, na maioria dos países incluídos neste relatório, a proporção de afrodescendentes residentes em favelas é consideravelmente maior do que a dos brancos ou mestiços (aproximadamente o dobro em países como o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica, o Equador, o México e o Uruguai). Na Nicarágua, cerca de 93% das famílias afrodescendentes vivem em favelas. Outras populações afrodescendentes com altas taxas de precariedade habitacional incluem as de El Salvador (50%), do Brasil (34%) e do Equador (30%) (figura 7).

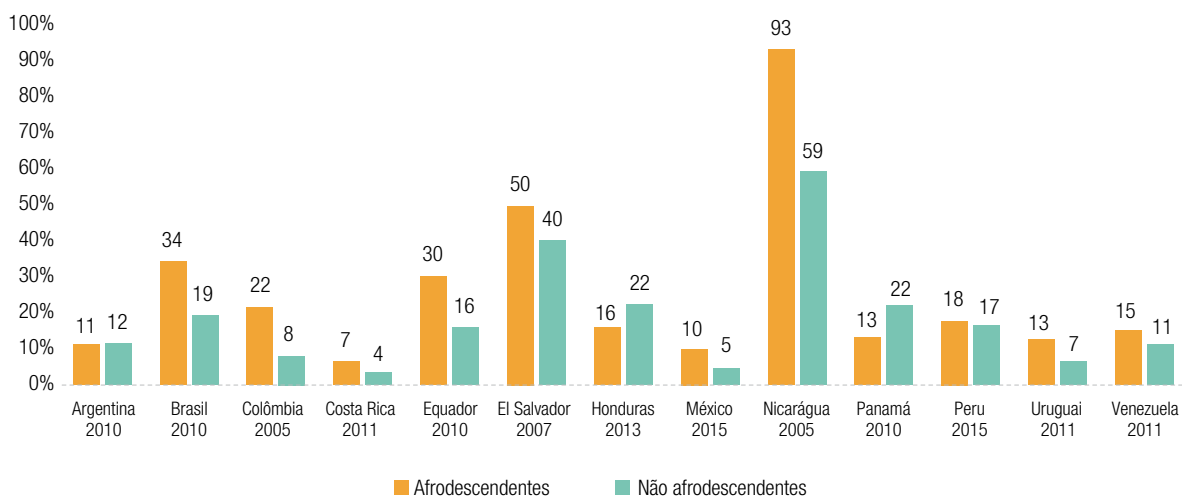
A maior diferença entre os afrodescendentes e o resto da população em relação à percentagem de famílias vivendo em condições precárias é encontrada na Nicarágua, onde a situação dos afrodescendentes é 34 pontos percentuais pior que a do resto da população. Essa diferença também é significativa no Brasil (15 pp), no Equador (14 pp) e na Colômbia (14 pp).

117 Durval Muniz de Albuquerque Jr., *The Invention of the Brazilian Northeast* (Durham, NC: Duke University Press, 2014).

118 Edward Telles, *Race in Another America*, 197.

Figura 7

Porcentaje de la población urbana que vive en barrios pobres o favelas, por raza



Fuente: Censos nacionales.

Nota: La definición de barrios pobres o favelas es una versión simplificada de la definición de ONU-Hábitat, determinada por la ausencia de al menos un servicio público (agua, electricidad o saneamiento) y/o la presencia de pisos de tierra, como un indicador de materiales de construcción precarios.

"No afrodescendiente" no incluye personas indígenas.

Mesmo em capitais mais prósperas, a distribuição espacial dos afrodescendentes geralmente segue um padrão de segregação geográfica, já que eles tendem a ser relegados a áreas precárias e carentes de serviços públicos. Em Montevidéu, por exemplo, embora a concentração de afro-uruguaios nos ricos bairros litorâneos fosse inferior a 5% em 2006 e 2011, ela chegava a 40% nos bairros periféricos mais pobres. No total, cerca de três em cada quatro afro-uruguaios viviam em bairros de renda baixa e renda média baixa. Por outro lado, embora a população branca nos bairros de renda baixa e renda média baixa tenha ficado ligeiramente acima de 45%, ela representava quase 100% da população que vivia nos bairros costeiros mais ricos.¹¹⁹ Um padrão semelhante se verifica na área metropolitana do Rio de Janeiro, onde a maioria da população branca de classe média está concentrada na zona sul, ao passo que a população não branca

reside nas zonas norte e leste, principalmente nos subúrbios pobres da Baixada Fluminense, cuja reputação negativa é motivada por seus índices de criminalidade e pela precariedade dos serviços públicos.¹²⁰

A desigualdade urbana pode reforçar a exclusão em outras áreas da vida social. As favelas aumentam notavelmente a exposição dos afrodescendentes à criminalidade e à violência, por exemplo, ao mesmo tempo em que ampliam a divisão entre aqueles que se beneficiam plenamente da infraestrutura urbana e aqueles que não o fazem.¹²¹ Da mesma forma, a população que vive em favelas também pode ser estigmatizada na vida cotidiana, o que limita suas oportunidades de trabalho e seu acesso aos mercados e a outros serviços públicos.¹²² Por fim, em países com leis que protegem os direitos fundiários de afrodescendentes (como o Brasil e

119 Maria Bucheli e Wanda Cabela, *Perfil Demográfico y Socioeconómico de la Población Uruguaya según su Ascendencia Racial* (Montevideo, Uruguay; Instituto Nacional de Estadística, 2006); Wanda Cabela, Mathías Nathan e Mariana Tenenbaum, *La Población Afro-Uruguaya en el Censo 2011; Atlas Sociodemográfico de la Desigualdad del Uruguay* (Montevideo, Uruguay; Instituto Nacional de Estadística, 2013).

120 Edward Telles, *Race in Another America*, 199.

121 Banco Mundial, *Inclusion Matters*, 134.

122 Edward Telles, *Race in Another America*, 211. Ver também UN-Habitat, *World Cities Report 2016. Urbanization and Development: Emerging Futures (Key Findings and Messages)* (Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2016), 4; e Robin E. Sheriff, *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2001).

a Colômbia), tais disposições geralmente não são aplicáveis a áreas urbanas.

Mesmo em cidades onde os afrodescendentes compõem a maioria da população (e até representam uma parte significativa da classe média), eles não estão protegidos de outras formas de exclusão. Um exemplo disso é Salvador da Bahia, no Brasil. Salvador é a quarta maior cidade do Brasil e um importante destino turístico. A cidade simboliza a cultura negra e a herança africana, manifestada em sua culinária regional, na religião, na dança, na música e em outras expressões culturais.¹²³ Na verdade, mais de um em cada cinco baianos se identifica como preto (negro). É a maior concentração de negros no país, o que contrasta com a tendência mais comum dos afro-brasileiros a se declararem pardos (miscigenados). No entanto, embora pelo menos 77% de todos os baianos abrace sua identidade afro-brasileira, em 2011 os afrodescendentes da Bahia eram representados por somente 11% de seus deputados estaduais e, em Salvador, eles tinham apenas 46% dos assentos na Câmara de Vereadores.¹²⁴ Além disso, Salvador está entre as cidades mais perigosas para jovens afrodescendentes no país¹²⁵, com uma das mais altas taxas de letalidade policial.¹²⁶

Em Cartagena das Índias, na Colômbia – outro importante porto de escravos durante o período colonial – os afro-colombianos representam mais de 36% dos residentes, mas apresentam lacunas significativas no acesso à educação e a empregos qualificados.¹²⁷ Além disso, com o crescimento do

turismo, os bairros que têm uma conexão mais profunda com a comunidade negra – como, por exemplo, Getsemaní – estão lentamente sendo gentrificados à medida que aumenta a demanda imobiliária. Embora as melhorias na infraestrutura e na redução da criminalidade tenham beneficiado os antigos moradores de Getsemaní, a indústria turística em expansão está forçando os afro-colombianos a venderem suas casas e se deslocarem para bairros mais pobres e perigosos na periferia da cidade.¹²⁸

Um dos aspectos mais difusos das favelas na América Latina é sua associação com níveis mais altos de criminalidade e violência. A América Latina é, de fato, a região mais violenta do mundo¹²⁹, e os afrodescendentes são as principais vítimas. O Brasil é um caso bem documentado. No país, os afrodescendentes são historicamente super-representados entre as vítimas de homicídio, uma tendência que só piorou nas últimas décadas.

Mais de 60.000 pessoas são assassinadas no Brasil a cada ano, o que faz do país um dos mais violentos do mundo.¹³⁰ Contudo, a violência não afeta todos os brasileiros da mesma maneira. O *Atlas da Violência 2017* mostra que 92% das vítimas de homicídio são homens (principalmente jovens entre 15 e 29 anos), e 71% são afrodescendentes.¹³¹ De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, elaborado pelo governo, em 2015 os jovens afrodescendentes tinham 2,7 vezes mais chances de serem mortos do que os jovens brancos.¹³² Em alguns estados, como Alagoas e Amapá, a probabilidade era

123 Edward Telles, *Race in Another America*, 213.

124 Conforme argumenta Judith Morrison, "a situação é ainda mais grave no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde os afro-brasileiros representam 44% e 32% da população, respectivamente, mas detêm apenas 7% e 3% dos assentos na Câmara de Vereadores, respectivamente." Ver Judith A. Morrison, "Social Movements in Latin America", 258.

125 Christen A. Smith, *Afro-Paradise: Blackness, Violence, and Performance in Brazil* (Urbana, IL: University of Illinois Press, 2016), 4.

126 Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo* (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e FLACSO Brasil, 2013), http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf.

127 Carlos Augusto Viáfara López e Fernando Urrea Giraldo, "Efectos de la raza y el género en el logro educativo y estatus socio-ocupacional para tres ciudades colombianas," *Revista Desarrollo y Sociedad*, 58 (2006): 115–63.

128 Melissa M. Valle, "The Discursive Detachment of Race from Gentrification in Cartagena de Indias, Colombia," *Ethnic and Racial Studies* (2017): 1–20, <https://doi.org/10.1080/01419870.2016.1274419>.

129 Laura Chioda, *Stop the Violence in Latin America: A Look at Prevention from Cradle to Adulthood*, Latin American Development Forum (Washington, DC: World Bank, 2017).

130 O Brasil responde por mais de 10% de todos os homicídios do mundo, apesar de ter menos de 3% da população. Ver Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, *Global Study on Homicide 2013* (Vienna: United Nations Publication, 2014). Segundo a ONG mexicana Seguridad, Justicia y Paz, em 2017, 17 das 50 cidades mais violentas do mundo encontravam-se no país.

131 Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Luis Iván Valencia, Olaya Hanashiro, Pedro Henrique G. Machado e Adriana dos Santos Lima, *Atlas da Violência 2017* (IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017), http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf.

132 Secretaria de Governo da Presidência da República, Brasil, *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes* (São Paulo: Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017), http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relatório.pdf.

12,1 e 11,9 vezes maior, respectivamente. Entre afrodescendentes de todas as idades no Brasil, o risco de se tornar vítima de homicídio é 23,5% maior do que entre a população branca.¹³³ Para as jovens afrodescendentes, a exposição ao homicídio era 2,2 vezes maior do que para as mulheres brancas na faixa etária de 15 a 29 anos.

Ainda mais preocupante foi o fato de a taxa de homicídios entre afro-brasileiros ter aumentado em 18% durante a última década, ao passo que a taxa para vítimas brancas diminuiu em 12%. O número de homicídios disparou em todas as regiões. Naquelas com maiores concentrações de afro-brasileiros, como o Nordeste, os índices passaram de 186 por 100.000 habitantes em 2002 para 375 por 100.000 em 2008. No estado do Rio Grande do Norte, a taxa de homicídios de afrodescendentes aumentou em mais de 330%.¹³⁴ Para fins de comparação, as taxas de homicídio de afro-brasileiros são mais de quatro vezes superiores às taxas encontradas nos países considerados mais violentos do mundo.¹³⁵

No entanto, a exposição à criminalidade e à violência entre os afrodescendentes não é um problema exclusivo do Brasil. Em toda a região, os afrodescendentes relataram estarem sujeitos a níveis mais altos de vigilância e tratamentos hostis em espaços públicos, incluindo maus-tratos pelas forças policiais.¹³⁶ Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os afrodescendentes estão sujeitos à “dupla vitimização”, pois tendem a ser excluídos da proteção das forças estatais de segurança e são, também, mais propensos a sofrer violência institucionalizada, inclusive por meio de mais rigor no tratamento judicial.¹³⁷

A onda de criminalidade e violência no Brasil levou o governo federal a relançar, em 2017, o Plano Juventude Viva, uma parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O programa visava a criar oportunidades de inclusão social nos municípios que apresentam os jovens afrodescendentes apresentam maior vulnerabilidade à violência.

Por outro lado, áreas com altas concentrações de afrodescendentes também criaram organizações populares que lutam por moradia e direitos fundiários, bem como infraestrutura e serviços urbanos. Um exemplo positivo é Gamboa de Baixo, um bairro litorâneo da cidade de Salvador da Bahia que abriga cerca de 350 famílias (aproximadamente 2.000 habitantes). Localizado na Baía de Todos os Santos, o bairro fica no pé de uma colina, logo abaixo de um bairro de classe média, uma rodovia e vários pontos turísticos. Embora seja uma área de imóveis muito valorizados, organizações de base chefiadas por mulheres conseguiram impedir novos projetos de urbanização que ameaçavam desalojar os moradores, muitos dos quais trabalham na pesca ou como trabalhadores domésticos em residências próximas. Desde a década de 1980, as organizações de mulheres também conseguiram expandir os programas sociais e a assistência pública; deram início a programas comunitários de saúde e educação; combateram o abuso policial e o uso de perfis raciais; e conscientizaram a população sobre a importância dos direitos fundiários no espaço urbano, especialmente para as mulheres, que apresentam índices mais elevados de exclusão.¹³⁸ Em suma, esses esforços revelam o potencial das organizações afrodescendentes para promover mais justiça e mudança social nas cidades.

133 Segundo dados de 2010, quase duas vezes mais jovens afro-brasileiros sofreram violência física ou foram feridos por forças policiais ou agentes de segurança privada do que brasileiros brancos (Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2013*).

134 Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Luis Iván Valencia, Olaya Hanashiro, Pedro Henrique G. Machado e Adriana dos Santos Lima, *Atlas da Violência 2017*.

135 O país com a mais alta taxa de violência do mundo por anos seguidos até 2013 foi Honduras, então com uma taxa de homicídios próxima a 80 por 100.000 habitantes. Em 2017, El Salvador ganhou a reputação de mais violento, apresentando uma taxa de homicídios de mais de 100 por 100.000.

136 Eduardo Bonilla-Silva, *Racism without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in America* (Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2014), 105.

137 Ver Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *The Situation of People of African Descent in the Americas*, 11.

138 Keisha-Khan Perry, *Black Women against the Land Grab: The Fight for Racial Justice in Brazil* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013).

Pobreza e acesso aos mercados



A primeira década do milênio foi uma das mais bem-sucedidas da história da América Latina, tanto em crescimento econômico quanto em redução da pobreza. Mais de 80 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2002 e 2012, e a classe média expandiu-se para mais de um terço da população. Os afrodescendentes beneficiaram-se desses ganhos junto com outros latino-americanos. Houve uma redução da diferença histórica de renda que os separa dos brancos e dos mestiços¹³⁹, e a probabilidade de as famílias afrodescendentes serem pobres vem diminuindo. Ainda assim, os benefícios da chamada “década de ouro” não foram uniformemente distribuídos, e os afrodescendentes se beneficiaram menos que os brancos e mestiços, o que resultou na perpetuação de várias lacunas e em taxas de pobreza acima da média.

Estas diferenças coincidem com as conclusões de um estudo recente do Banco Mundial¹⁴⁰ que verificou que, apesar das condições econômicas favoráveis dos anos 2000, um em cada cinco latino-americanos ainda sofria de pobreza crônica no final da década. Em outras palavras, eram pobres no começo e ao final de uma década de crescimento generalizado. O relatório, que serve como um dos pilares analíticos para este estudo, também revelou que, embora a pobreza afete indivíduos em contextos rurais e urbanos, ela tende a ser geograficamente concentrada e é de difícil superação, uma vez que o crescimento econômico por si só não é suficiente para tirar os cronicamente pobres da pobreza. Neste estudo, queremos demonstrar que existe uma importante sobreposição entre os resultados do estudo sobre pobreza crônica e a situação dos afrodescendentes na região. Em um estudo anterior, demonstramos uma conexão semelhante entre a pobreza e os povos indígenas¹⁴¹, o que confere uma face predominantemente étnico-racial à exclusão na América Latina.

Ademais, a prolongada desaceleração econômica verificada a partir de 2012, seguida por uma contração de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) regional em 2015, levou à suspensão da redução da pobreza na região em 2015 e à estagnação da classe média¹⁴², podendo colocar em risco os ganhos sociais alcançados na década anterior. Mais uma vez, nas páginas seguintes demonstraremos que os afrodescendentes correm o risco de serem desproporcionalmente afetados por essa reversão dos avanços, pois, durante a “década de ouro”, eles não apenas experimentaram transições menores para fora da pobreza, mas também experimentaram transições maiores para a pobreza.

POBREZA MONETÁRIA

A última década trouxe boas notícias para os afrodescendentes. Eles se beneficiaram significativamente da tendência generalizada de redução da pobreza na região. Entre 2005 e 2015, mais de 50% das famílias afrodescendentes que viviam com menos de US\$ 5,5 por dia saíram da pobreza no Brasil e no Uruguai, e mais de 20% delas no Equador e no Peru.¹⁴³ Além disso, a probabilidade de os afrodescendentes serem pobres, quando comparados com pessoas que vivem em domicílios com condições socioeconômicas semelhantes, diminuiu significativamente em toda a região. Tal probabilidade reduziu-se quase pela metade no Brasil e no Equador, e em mais de um terço no Uruguai. Embora os dados disponíveis para avaliar as tendências de pobreza étnico-racial na região sejam limitados no escopo e no tempo, essas tendências positivas são generalizadas e confirmadas por muitas outras fontes, inclusive censos e estudos especializados. Podemos dizer, portanto, que houve uma melhoria considerável das condições de vida de muitos afrodescendentes durante a última década, o que representa, de fato, boas notícias.

139 Em 2015, a diferença de renda entre a população afrodescendente e não afrodescendente no Brasil, no Equador, no Peru e no Uruguai havia declinado. O Brasil e o Uruguai apresentaram o declínio mais forte na diferença de renda. Como mencionado no capítulo introdutório, a análise da pobreza baseia-se nos únicos seis países com variáveis étnico-raciais disponíveis (com poder estatístico suficiente). Esses seis países representam quase 85% dos afrodescendentes na América Latina.

140 Renos Vakis, Jamele Rigolini e Leonardo Lucchetti, *Left Behind*.

141 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*.

142 Banco Mundial, *Social Gains Show Signs of Stagnation in Latin America*.

143 Neste relatório, a medição da pobreza adota, como referência, a linha de pobreza global de US\$ 5,5 por dia (Poder de Paridade de Compra – PPC de 2011). As famílias são consideradas pobres se a sua renda per capita for inferior a este limiar de US\$ 5,5 por dia. A pobreza extrema é medida com base na linha de pobreza global de US\$ 3,2 por dia (PPC de 2011).

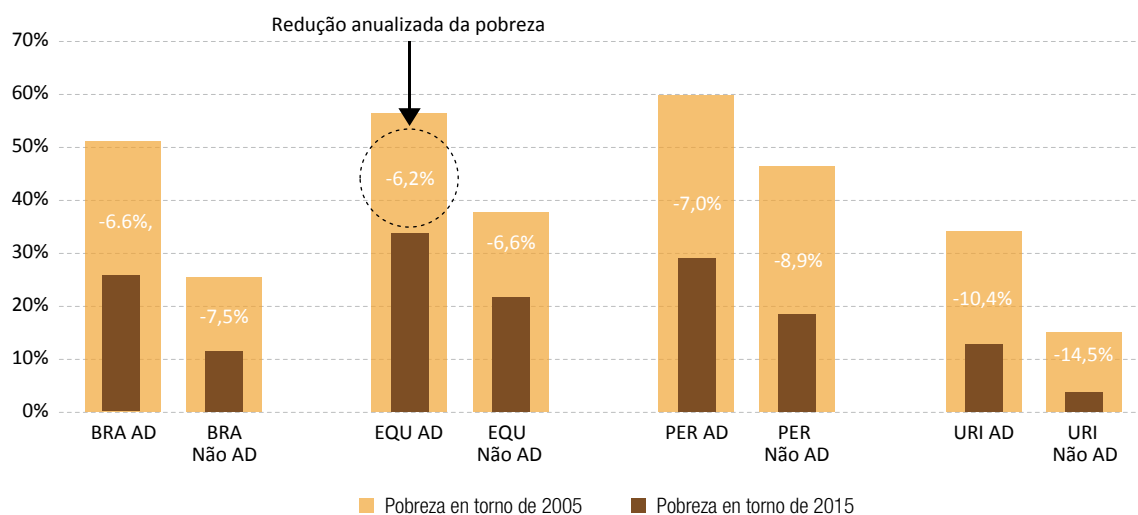
No entanto, os não afrodescendentes obtiveram avanços ainda maiores; portanto, muitas lacunas presentes no início da década ainda se verificavam no final dela. Por exemplo, embora os afro-peruanos e os afro-uruguaios tenham gozado de uma redução anualizada dos índices de pobreza de 7% e 10%, respectivamente, entre 2005 e 2015, a redução da pobreza entre os não afrodescendentes nesses países foi de 9% e 14,5%, respectivamente, o que aumentou a distância relativa entre os dois grupos (figura 8). As lacunas atuais são, na verdade, consideráveis. A pobreza é duas vezes maior entre os afrodescendentes no Brasil; três vezes maior no Uruguai; e mais de 10 pontos percentuais mais alta na Colômbia, no Equador e no Peru (figura 9, anexo F).

Consequentemente, os afrodescendentes são super-representados entre os pobres e os extremamente pobres da região. Em 2015, eles representavam 38% da população total dos seis países latino-americanos para os quais existem dados, mas consistiam em 47% dos pobres e 49% dos extremamente pobres.¹⁴⁴ Juntamente com os povos indígenas, eles representavam cerca de 58% dos extremamente pobres e cerca de 55% dos pobres nesses países, o que destaca o peso da desigualdade étnico-racial em países que, até não muito tempo atrás, acreditavam representar “democracias raciais.”

O impacto da recente desaceleração econômica variou de país a país. A contração econômica de 2015 afetou a todos no Brasil: os índices de

Figura 8

Redução anual média da pobreza entre 2005 e 2015



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Obs.: Com base na linha da pobreza global de US\$ 5,5/dia (PPC de 2011).

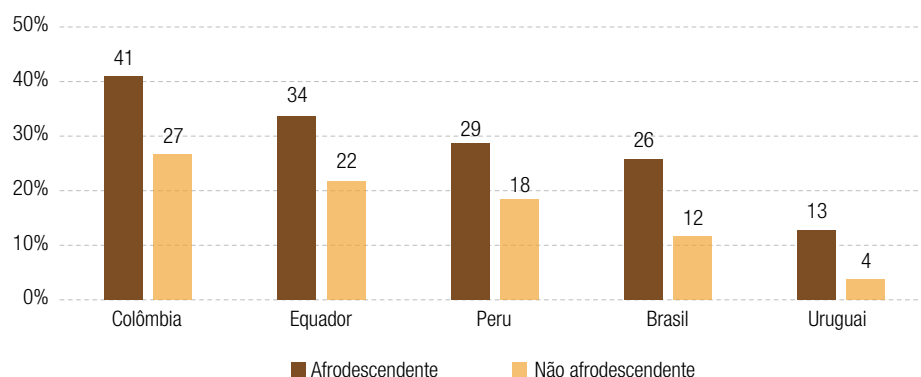
BRA = Brasil, ECU = Equador, PER = Peru, URY = Uruguai.

AD = afrodescendente; Não-AD = não afrodescendente (não inclui a população indígena).

144 Embora sejam poucos, esses seis países representam quase 85% da população total de afrodescendentes da região.

Figura 9

Pobreza em 2015 por raça (US\$ 5,5 por dia, PPC de 2011)



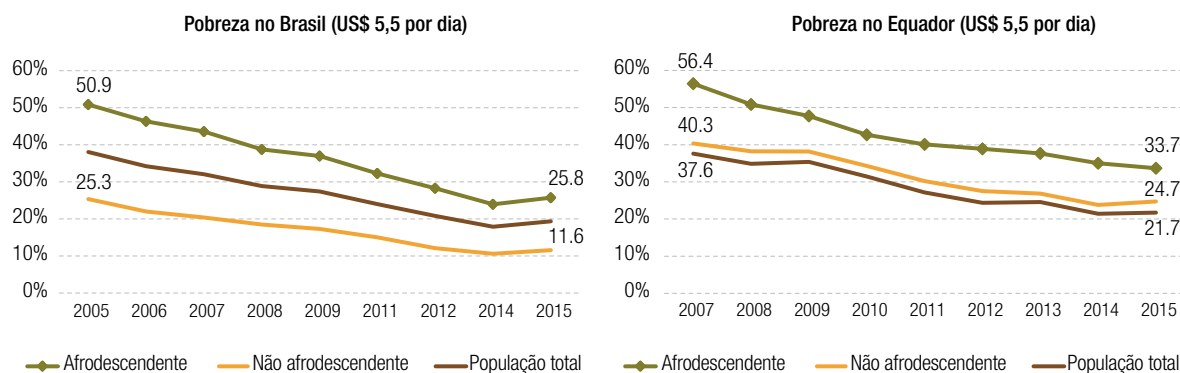
Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

pobreza aumentaram entre os afrodescendentes e a população em geral (figura 10). Um estudo recente sobre o Brasil mostrou que, mesmo no melhor cenário, a desigualdade e a pobreza também teriam aumentado em 2016 e 2017, embora o grupo de “novos pobres”, como os autores os chamaram, teria sido formado, provavelmente, por trabalhadores mais jovens e qualificados do setor de serviços, residentes em áreas urbanas do Sudeste e, em sua maioria, brancos.¹⁴⁵ No Equador, embora a contração

econômica de 2015 tenha levado à estagnação da redução da pobreza como um todo, a população afrodescendente continuou a apresentar ligeiros declínios na pobreza. O Peru e o Uruguai não enfrentaram contrações econômicas em 2015, mas sim uma contínua desaceleração econômica. No Uruguai, contudo, a pobreza aumentou entre a população afrodescendente, mas permaneceu estagnada nos outros grupos, ao passo que, no Peru, a pobreza permaneceu estagnada para todos (figura 10).

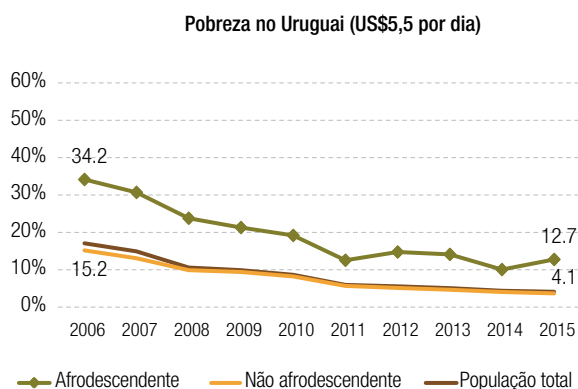
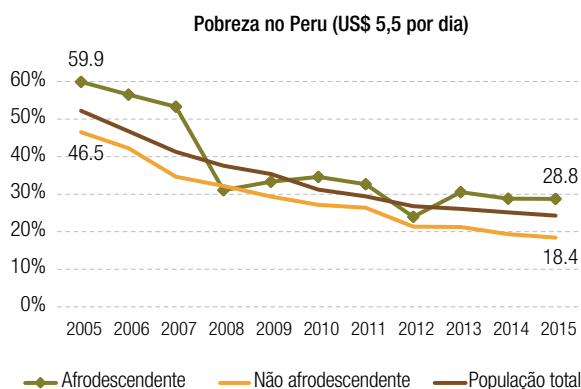
Figura 10

Tendências de pobreza no Brasil, Equador, Peru e Uruguai (2005-2015)



continua

145 Ver Banco Mundial, *Social Gains Show Signs of Stagnation in Latin America*.

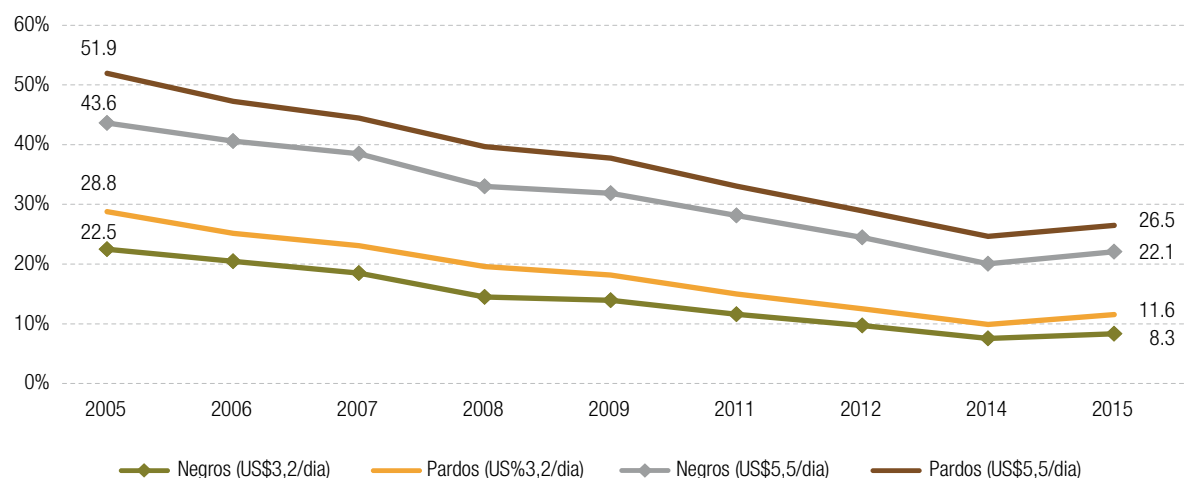


Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial). O termo "não afrodescendente" exclui a população indígena.

No Brasil, os dados disponíveis permitem observar uma distinção (no desempenho econômico e em outros aspectos) entre os afrodescendentes que se identificam como pretos ou negros e aqueles que se descrevem como pardos. Embora ambos os subgrupos estejam consideravelmente abaixo dos brancos e mestiços em termos de renda, e ambos corram maior risco de empobrecimento

durante uma crise econômica, as taxas de pobreza são ligeiramente diferentes entre os dois. Em geral, os afrodescendentes que se descrevem como pretos têm desempenho ligeiramente melhor que aqueles que se identificam como pardos ao longo do tempo, contrariamente ao que poderiam sugerir as relações históricas entre os dois e grande parte da literatura sobre o tema (figura 11).¹⁴⁶

Figura 11 Pobreza no Brasil: populações negra e parda



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

146 Ver, por exemplo: Marvin Harris, "Race Relations in Minas Velhas"; Carl N. Degler, *Neither Black nor White*.

Vários estudos tentaram explicar esse resultado contraintuitivo. Eles descobriram que o *status* socioeconômico está se tornando cada vez menos relevante para a previsão da identificação individual de raça ou cor no país.^{147,148} Isso se deve provavelmente à perseverança das organizações afrodescendentes, que promoveram a adoção do termo “negro” e a adoção generalizada de políticas raciais e multiculturais. Esses processos provocaram uma inversão na tendência regional histórica dos afrodescendentes de se identificarem com categorias miscigenadas. Os afrodescendentes instruídos cada vez mais se identificam com o termo negro, que é “mais escuro” e denota um comprometimento político (ou seu equivalente preto, utilizado nas pesquisas domiciliares).¹⁴⁹ Nesse cenário, é possível que pessoas que se identificam como pretas nas pesquisas domiciliares sejam mais propensas a serem influenciadas pela política dos movimentos sociais negros e, portanto, tenham níveis mais elevados de educação e renda que as pessoas que se identificam como miscigenadas (pardas), que é uma categoria historicamente adotada para compensar o estigma da identificação como negros.

Dada a relevância econômica dos afrodescendentes para a região – um quarto da força de trabalho – e sua representação desproporcional entre os pobres, reduzir as desigualdades entre afrodescendentes e o resto da população não é apenas importante em si, como um meio de construir sociedades mais justas e prósperas, mas também é importante para a região como um todo, pois esse grupo representa o núcleo dos cronicamente pobres.

De fato, nascer de pais afrodescendentes aumenta consideravelmente a probabilidade

de crescer em um lar pobre, o que oferece às crianças afrodescendentes um começo desigual e desvantajoso na vida e contribui para cimentar um círculo secular de pobreza que impede o pleno desenvolvimento de seu potencial. No Brasil, por exemplo, a comparação entre famílias com características semelhantes (localização urbana ou rural, número de dependentes, estado civil, escolaridade, idade e gênero do chefe da família, entre outros aspectos) revela que a probabilidade de ser pobre aumenta em quase 7% se o chefe da família for afrodescendente (figura 12).¹⁵⁰ Na Colômbia, no Equador e no Uruguai, embora um pouco mais baixas, as probabilidades de a família ser pobre simplesmente pelo fato de ser chefiada por um afrodescendente é de 4% a 6% maior do que para o resto da população.

A armadilha da pobreza aflige muitos afrodescendentes e é exacerbada por outras dimensões, tais como as disparidades encontradas entre ambientes rurais e urbanos, ou aquelas associadas ao gênero do chefe de família. É necessário dedicar atenção especial a tais dimensões. Por exemplo, as famílias afrodescendentes rurais são mais severamente afetadas pela pobreza que as urbanas. Em 2015, entre famílias afrodescendentes semelhantes, a probabilidade de pobreza aumentava em até 38% no Peru, 16% no Brasil e 13% na Colômbia se a família fosse rural (figura 13). Embora as disparidades entre os ambientes urbano e rural afetem a todos na região, as famílias afrodescendentes rurais são mais propensas a serem pobres, mesmo se comparadas às famílias rurais com condições similares, mas chefiadas por alguém sem ascendência africana. Esses últimos são quase 8% menos propensos a serem pobres no Brasil, por exemplo (figura 14).

147 Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “The Brazilian System of Racial Classification,” 1159.

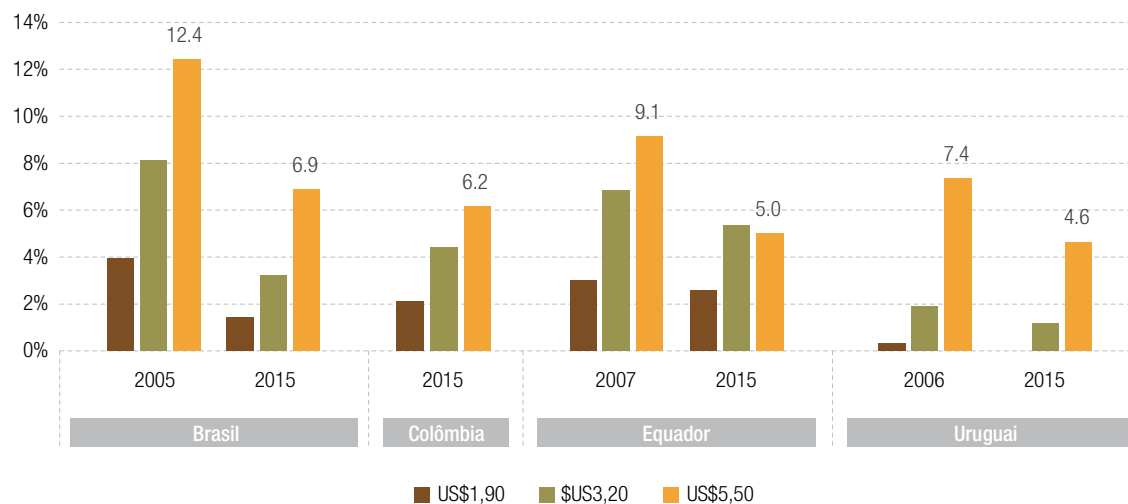
148 Edward Telles e Tianna Paschel, “Who is Black, White, or Mixed Race?”.

149 Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Fabiana Montovanele e Luiz M. Carvano, eds., *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009–2010 (Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça)* (Rio de Janeiro: Garamond, 2011).

150 Os resultados do Panamá e do Peru são estatisticamente insignificantes para os dois anos e todas as linhas. Os resultados estatisticamente insignificantes sugerem que, mantendo constantes todas as outras características, ser afrodescendente não tem efeito sobre o *status* de pobreza da família. No caso do Peru, isso pode ser devido ao tamanho relativamente pequeno da população afrodescendente daquele país (cerca de 2% no censo e na pesquisa). Conforme verificado em resultados anteriores, o Panamá continua a apresentar resultados positivos ou neutros para os domicílios chefiados por afrodescendentes. Ver quadro 8 sobre o Panamá para uma possível explicação desse fenômeno.

Figura 12

Aumento da probabilidade de ser pobre se o chefe da família for afrodescendente em vez de não afrodescendente, mantendo constante todo o resto

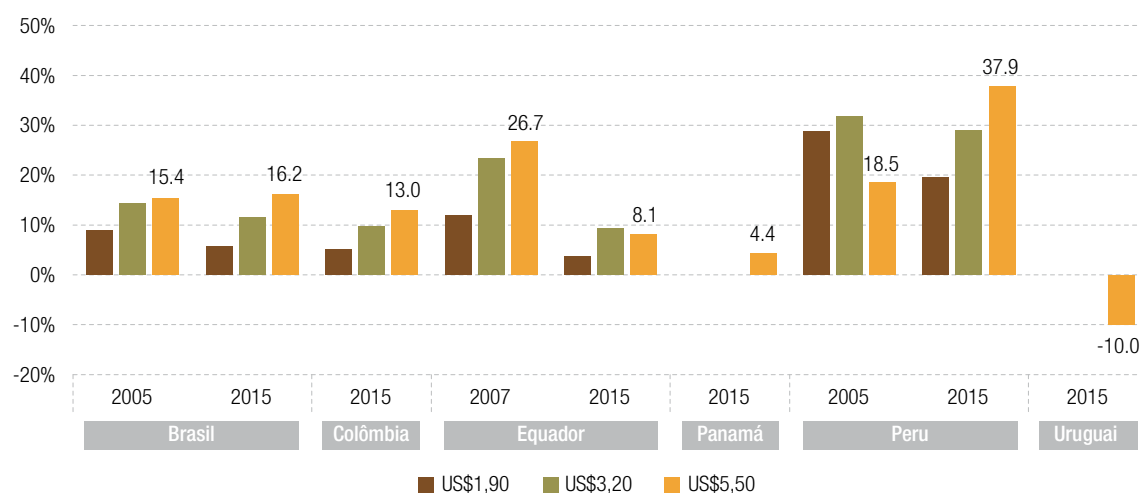


Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Nota metodológica: Regressão MQO do estado de pobreza dos domicílios (abaixo das linhas de pobreza global de US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia), adotando como variáveis de controle a raça, a área (urbana/rural), o sexo do chefe da família, o estado civil, o nível de escolaridade, a coorte etária, o número de filhos (se 2 ou mais filhos, ou não) e o tamanho da região local (definido pela população do país). A população indígena não está incluída. Estas probabilidades são estatisticamente significantes (pelo menos $p < 0,01$).

Figura 13

Aumento da probabilidade de ser pobre se o chefe de família for afrodescendente residente em área rural



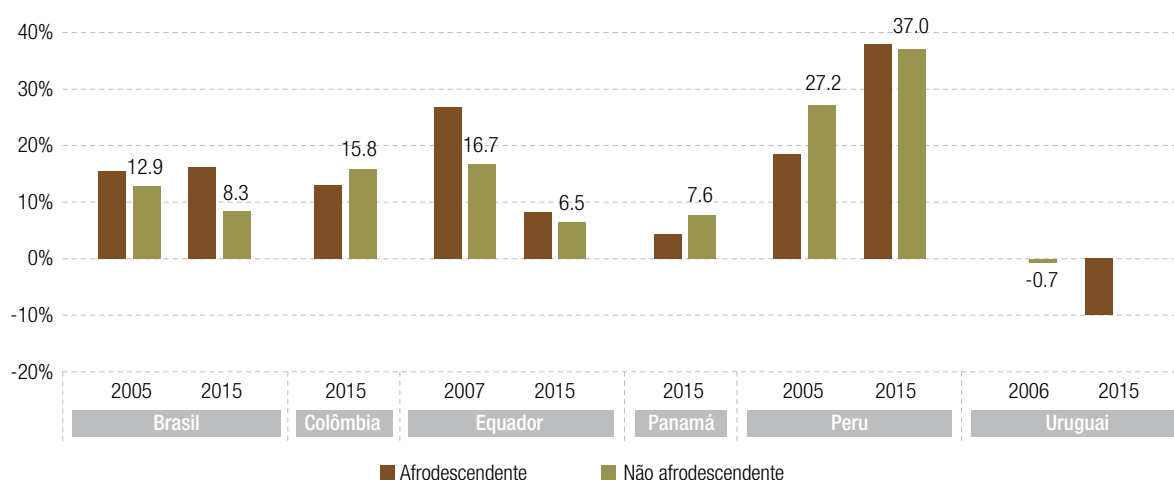
Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Da mesma forma, a probabilidade de ser pobre é maior entre as famílias chefiadas por mulheres afrodescendentes em todos os países para os quais existem dados estatisticamente significantes. Mantendo constantes todos os outros aspectos, as famílias afrodescendentes chefiadas por homens apresentam menor probabilidade de serem pobres na Colômbia (12%), no Brasil (7%) e no Uruguai (6%). No

Brasil, o único país para o qual temos dois pontos de referência (2005 e 2015), a situação é ainda mais preocupante: houve um aumento dessa probabilidade, que era de 5,4% em 2005 (figura 15). Novamente, embora as disparidades de gênero tendam a afetar todos os domicílios em todos os países, os domicílios afrodescendentes tendem a ser mais fortemente impactados (figura 16).

Figura 14

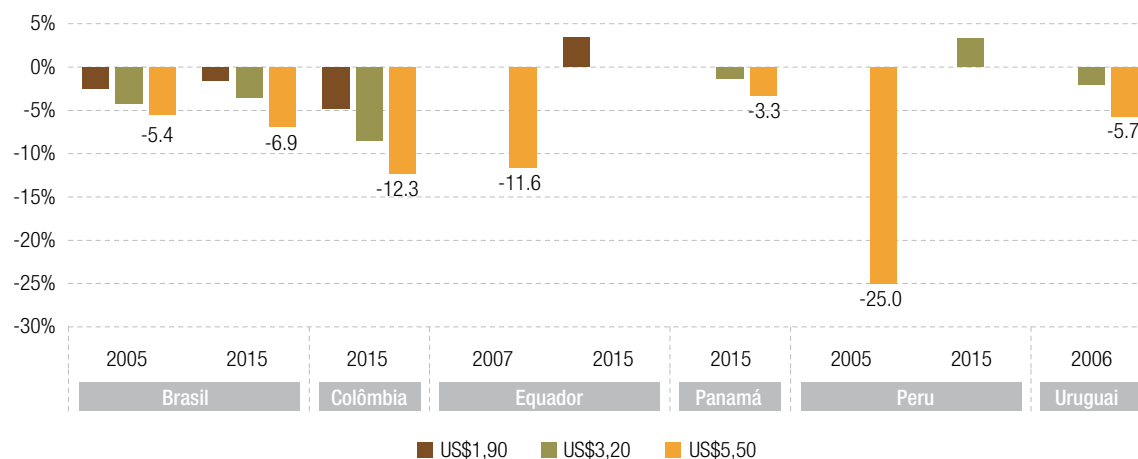
Aumento da probabilidade de ser pobre se o domicílio for rural; famílias afrodescendentes versus não afrodescendentes



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).
O termo "não afrodescendente" também exclui a população indígena.

Figura 15

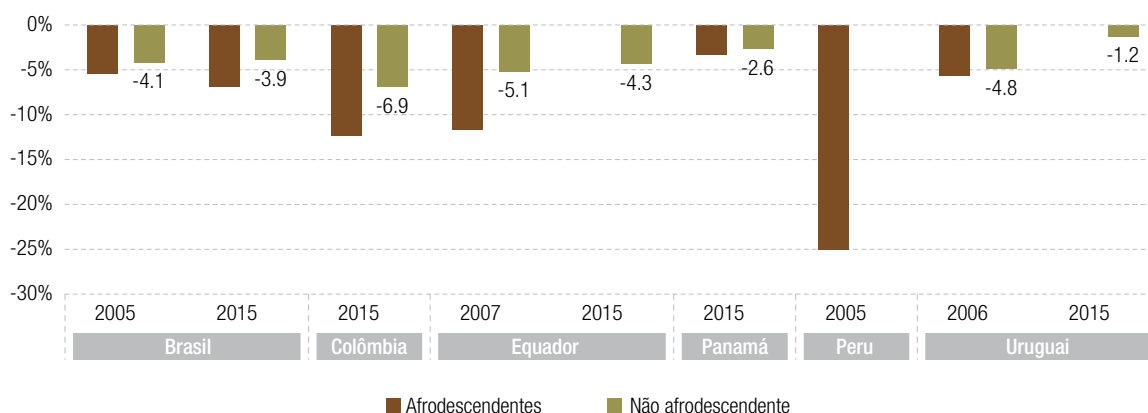
Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe da família afrodescendente for homem em vez de mulher



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Figura 16

Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe da família for homem; famílias afrodescendentes versus não afrodescendentes



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).
O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

DEIXADOS PARA TRÁS

A mistura de uma longa história de exclusão e de processos contemporâneos de discriminação estrutural – que resultam em uma maior probabilidade de pobreza na ausência de fatores contextualmente desvantajosos – faz dos afrodescendentes um dos segmentos mais persistentemente pobres da América Latina. Em outras palavras, assim como acontece com os povos indígenas, é improvável que o crescimento econômico generalizado ajude um grande número de afrodescendentes a sair da pobreza. As experiências demonstram que eles precisam de políticas direcionadas para ajudá-los a superar as barreiras estruturais que impedem seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Os afrodescendentes são, portanto, desproporcionalmente representados entre os que foram deixados para trás na última década de crescimento econômico e redução da desigualdade. Ou seja, o número de

afrodescendentes que entraram e saíram pobres da última década é muito superior ao dos brancos e mestiços. Isso significa que os afrodescendentes têm menos mobilidade econômica ascendente do que seus compatriotas. As estimativas de mobilidade indicam que a probabilidade de pobreza crônica é 2,5 vezes maior entre os domicílios afrodescendentes do que entre os domicílios não afrodescendentes.

Mais uma vez, embora os dados sejam limitados a poucos países e anos, as diferenças são consideráveis e consistentes em toda a amostra disponível. A pobreza crônica (definida como domicílios que se encontravam em situação de pobreza tanto no primeiro quanto no último ano do período em estudo)¹⁵¹ afetou uma em cada quatro famílias afrodescendentes no Equador entre 2009 e 2015 (figura 17), e quase uma em cada cinco no Brasil e no Peru. No Uruguai, país reconhecido por seus baixos níveis de desigualdade, a pobreza crônica afetou cerca de quatro vezes mais famílias afrodescendentes no período 2009-2015.

151 Os autores deste relatório adotaram uma abordagem não paramétrica para estimar a mobilidade econômica intrageracional baseada na publicação de Leonardo Ramiro Lucchetti *Who Escaped Poverty and Who Was Left Behind?*. Este artigo propõe uma adaptação não paramétrica de uma técnica paramétrica desenvolvida recentemente para produzir estimativas pontuais de mobilidade econômica intrageracional na ausência de dados longitudinais que acompanhem indivíduos ao longo do tempo. O método prevê a renda ou consumo individual passado com base em características observáveis invariantes no tempo, o que permite estimar a mobilidade para dentro e para fora da pobreza, bem como a renda domiciliar ou o crescimento do consumo, a partir de dados transversais. O estudo valida esse método por meio da amostragem de seções cruzadas repetidas de dados longitudinais reais de três países da região da América Latina e da comparação da técnica com a mobilidade dos painéis. Em geral, o método funciona bem nas três configurações; com raras exceções, todas as estimativas estão dentro dos intervalos de confiança de 95% de mobilidade do painel. A qualidade das estimativas não depende, em geral, do nível de sofisticação das especificações do modelo de bem-estar subjacente. Os resultados são encorajadores, mesmo para aquelas especificações que incluem poucas variáveis invariantes no tempo como regressoras.

Graças à contínua redução da pobreza em toda a região, a probabilidade de pobreza crônica diminuiu entre os períodos de 2009-2012 e 2012-2015 em todos os países e entre todas as raças. Ainda assim, a probabilidade de as famílias afrodescendentes serem cronicamente pobres durante o período de desaceleração de 2012-2015 foi ainda mais alta no Equador, no Peru e no Uruguai.

Em consonância com o exposto acima, as famílias afrodescendentes apresentaram, com poucas exceções, índices menores de transição para fora da pobreza e, mais preocupantemente, índices mais elevados de transição para a pobreza que as famílias não afrodescendentes entre 2009 e 2015. De 2009 a 2012, os domicílios afrodescendentes no Brasil, no Equador e no Uruguai tiveram taxas de transição mais baixas para fora da pobreza (34%, 32% e 41%, respectivamente) que as famílias não afrodescendentes (40%, 39,6% e 44%) (figura 18). A única exceção foi o Peru, onde os domicílios chefiados por afrodescendentes e os domicílios não afrodescendentes apresentaram índices semelhantes (32,3% e 30,3%, respectivamente). Da mesma forma, a taxa de famílias afrodescendentes que caíram na pobreza de 2009 a 2012 foi maior que a de não afrodescendentes no Brasil (10,3% versus 5,3%),

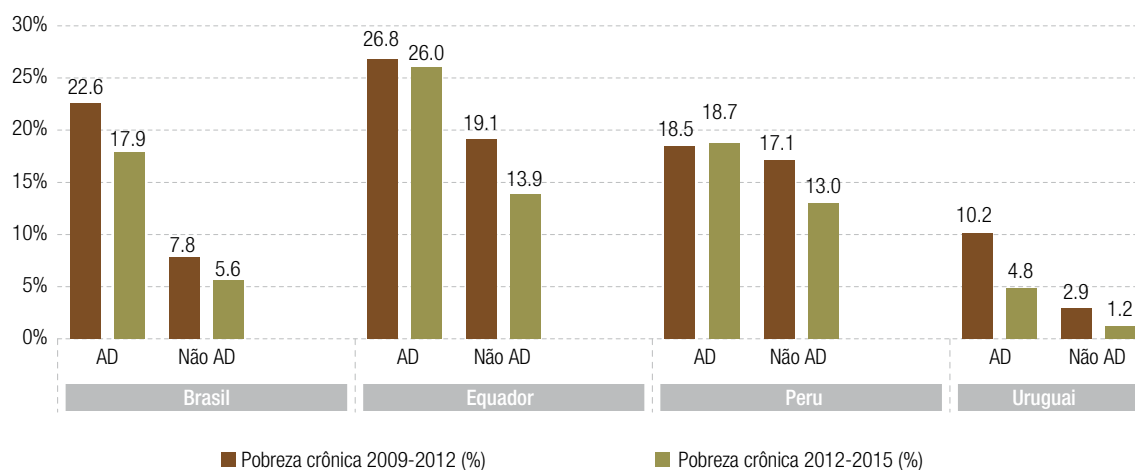
no Equador (21% versus 8,8%) e no Uruguai (7,2% versus 3,1%).

Ademais, a desaceleração econômica observada a partir de 2012 impactou negativamente tanto os afrodescendentes quanto os não afrodescendentes, diminuindo suas taxas de redução da pobreza (exceto para os afrodescendentes no Uruguai e no Equador) e aumentando suas taxas de aumento da pobreza (exceto entre os afro-equatorianos) (figura 18 e anexo H).

As diferenças nas transições para dentro e fora da pobreza, bem como no número de famílias vivendo em pobreza crônica, devem-se, em parte, à maior proporção de famílias afrodescendentes pobres no espectro inferior da distribuição de renda e, portanto, mais longe da linha de pobreza. Tais famílias requerem aumentos de renda mais significativos para saírem da pobreza e, portanto, mesmo se melhorarem consideravelmente sua situação de vida, podem ainda permanecer abaixo da linha de pobreza. Elas também tendem a ter menores retornos aos ativos e menos oportunidades de renda, de modo que exigem políticas direcionadas que as ajudem a cobrir a maior distância que precisam percorrer para romper a barreira de US\$ 5,5 per capita por dia (a linha

Figura 17

Pobreza crônica em famílias afrodescendentes e não afrodescendentes

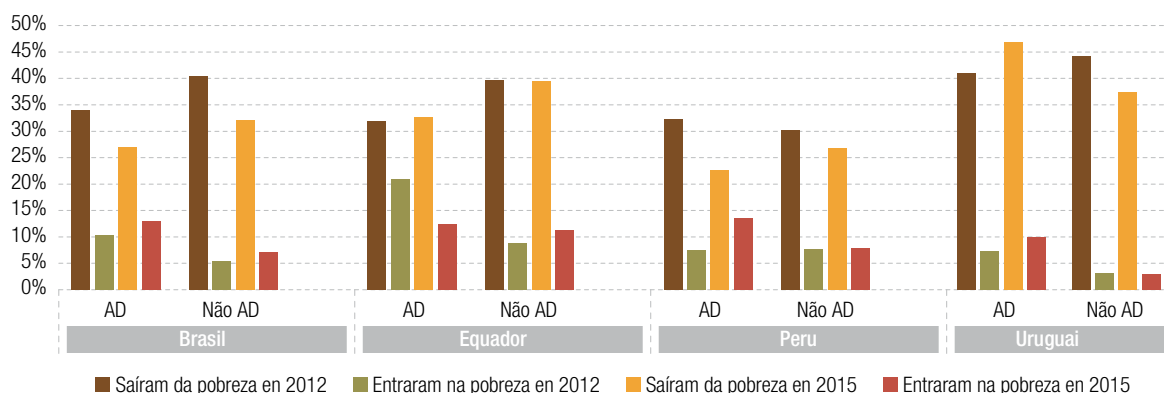


Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial) e na publicação de Leonardo Ramiro Lucchetti, *Who Escaped Poverty and Who Was Left Behind?*.

AD = afrodescendente; Não-AD = não afrodescendente (não inclui a população indígena).

Figura 18

Transições de pobreza entre afrodescendentes e não afrodescendentes



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial) e na publicação de Leonardo Ramiro Lucchetti, *Who Escaped Poverty and Who Was Left Behind?*.

Obs.: As famílias afrodescendentes apresentaram taxas menores de transição para fora da pobreza e taxas maiores de transição para a pobreza que os brancos e mestiços nos períodos de 2009 a 2012 e de 2012 a 2015.

AD = afrodescendente; Não-AD = não afrodescendente (não inclui a população indígena).

de pobreza global adotada pelo Banco Mundial para os países de renda média alta). A diminuição dessa distância até a linha de pobreza (também conhecida como índice do hiato da pobreza) foi, de fato, menor para as famílias afrodescendentes pobres do que para as famílias brancas ou mestiças. No Uruguai e no Peru, por exemplo, os domicílios afrodescendentes pobres registraram uma queda média anual de 12% e 9%, respectivamente, no período 2005-2015, ao passo que as famílias não afrodescendentes observaram um declínio de quase 16% e 11%, respectivamente (tabela 6).

Por outro lado, a diferença de renda entre afrodescendentes e outros grupos tem se

reduzido ao longo do tempo (de 19% em 2005 para 11% em 2015)¹⁵², bem como a probabilidade de pobreza.¹⁵³ A educação parece ser a chave para compreender essas tendências positivas. No Brasil, por exemplo, a conclusão do ensino primário pode reduzir a probabilidade de pobreza entre afrodescendentes em mais de 9%, ao passo que a conclusão do ensino secundário e terciário pode reduzir tal probabilidade em 16% e 23%, respectivamente. Na Colômbia, no Equador, no Peru e no Uruguai, a conclusão do ensino superior pode reduzir de 12% a 32% a probabilidade de pobreza. Esses resultados são altamente significativos, pois sugerem a necessidade urgente de investimento em políticas de inclusão educacional de orientação racial, de

Tabela 6

Declínios anuais médios no Índice de Hiato de Pobreza (FGT1) em torno de 2005-2015

Categoria	Brasil	Equador	Peru	Uruguai
Afrodescendentes	-8,1%	-5,5%	-9,0%	-12,0%
Não afrodescendente/população indígena	-8,6%	-7,4%	-10,6%	-15,5%

Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

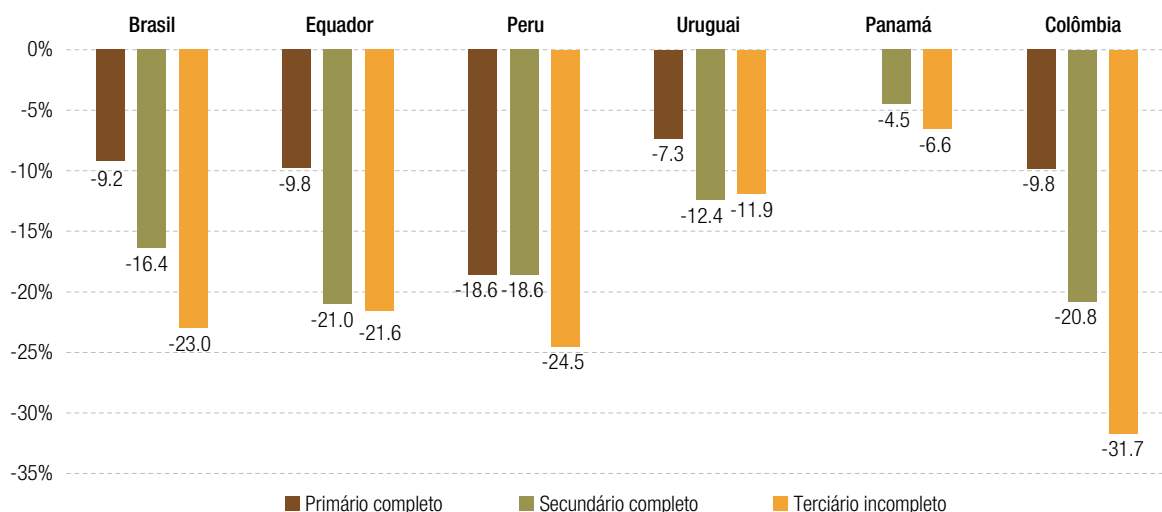
Obs.: Equador – anos 2007, 2015; Uruguai – anos 2006, 2015.

152 Dados agregados relativos ao Brasil, Equador, Peru e Uruguai.

153 Nos países para os quais temos dados relativos a mais de um período, as tendências mostram que a probabilidade de pobreza se o chefe de família for afrodescendente tem diminuído ao longo do tempo no Brasil, no Equador e no Uruguai, considerando todas as linhas de pobreza analisadas.

Figura 19

Diminuição da probabilidade de ser pobre se o chefe de família afrodescendente concluir o ensino primário, secundário ou terciário



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

forma a romper o ciclo de pobreza crônica que aflige um número desproporcional de domicílios afrodescendentes. Eles também representam uma esperança em relação ao impacto de médio e longo prazos das políticas altamente eficazes de inclusão universitária de afrodescendentes que o Brasil vem implementando há mais de uma década, e que se transformaram em lei nacional em 2012 (figura 19).

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A persistência das diferenças nos níveis de pobreza entre afrodescendentes e não afrodescendentes e a tendência mais alta de famílias afrodescendentes permanecerem pobres ao longo do tempo podem ser parcialmente atribuídas à maneira como os afrodescendentes entram no mercado de trabalho. O nível de escolaridade e o retorno que recebem de seus investimentos em educação desempenham, sem dúvida alguma, papéis fundamentais nesse processo.

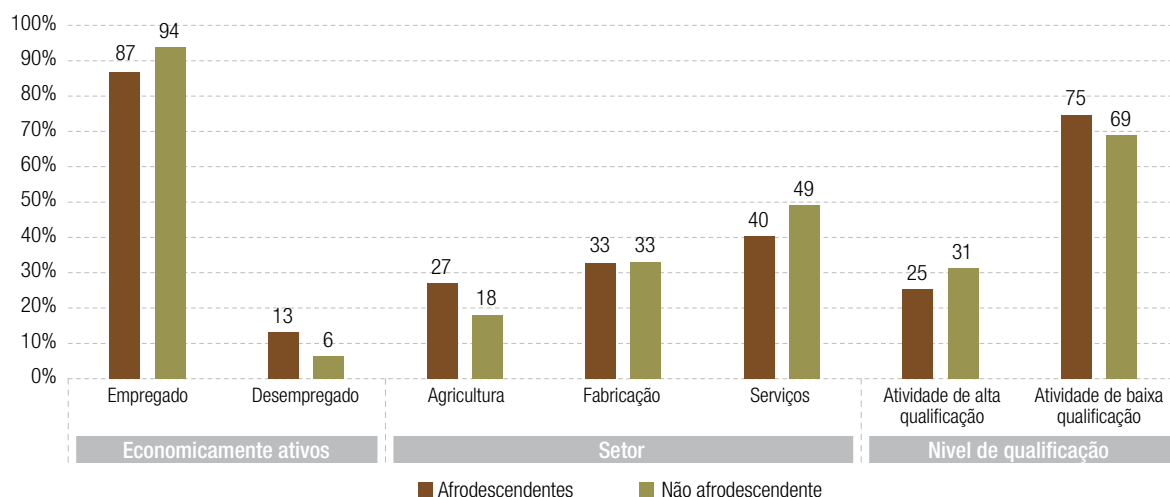
Em geral, os afrodescendentes apresentam índices de desemprego mais altos em todos os países. Entre os que estão empregados, a maioria desempenha funções de baixa qualificação.

Em média, os afrodescendentes apresentam quase o dobro da taxa de desemprego de não afrodescendentes em muitos países: cerca de 13% contra 6%. Além disso, cerca de 75% da população afrodescendente desempenha funções de baixa qualificação, em comparação com cerca de 69% da população não afrodescendente (figura 20). Contudo, as diferenças entre os dois grupos são ainda mais acentuadas quando analisamos regiões específicas dentro de um mesmo país. No departamento de Chocó (Colômbia), por exemplo, o desemprego é quase duas vezes maior entre os afrodescendentes do que entre a população branca e mestiça (menor em número), ao passo que, em nível nacional, a diferença entre os dois grupos é mínima.

Os afrodescendentes também são mais propensos a trabalhar no setor informal na maioria dos países, levando em consideração todos os outros fatores. No Brasil e no Uruguai, a probabilidade de emprego informal é cerca de 3% maior para os trabalhadores afrodescendentes. O Brasil não apresentou melhoras neste indicador entre 2005 e 2015 (figura 21). Contrariando essa tendência, no Equador os afrodescendentes apresentavam 3,5% menos probabilidade de trabalhar no setor informal em 2015.

Figura 20

Situação e tipo de emprego entre afrodescendentes e não afrodescendentes



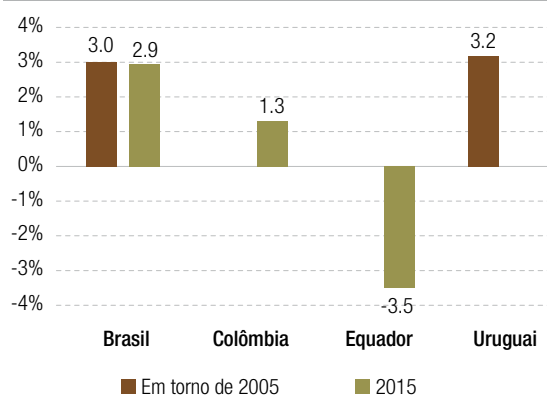
Fonte: Censos nacionais.

O termo “não afrodescendente” não inclui a população indígena.

No entanto, a maior lacuna entre afrodescendentes e não afrodescendentes está relacionada aos níveis de renda. De acordo com o último censo do Brasil (2010), os afrodescendentes que desempenham atividades profissionais ganham, em média, 40% menos que seus pares brancos, ao passo que os agricultores ou pescadores qualificados ganham 51% menos. Mais preocupante que isso é o fato de as diferenças salariais terem aumentado entre as duas últimas rodadas de censos. Em 2000, os afro-brasileiros ganhavam, em média, 51% menos que os outros brasileiros; em 2010, eles ganhavam 54% menos. Um dos grupos mais vulneráveis do país era formado por mulheres afro-brasileiras, que não apenas ganhavam, em média, 46% menos que as brasileiras brancas, mas também recebiam 32% menos que os afrodescendentes do sexo masculino.

Figura 21

A probabilidade de trabalhar no setor informal é maior se a pessoa for afrodescendente no Brasil, na Colômbia ou no Uruguai



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

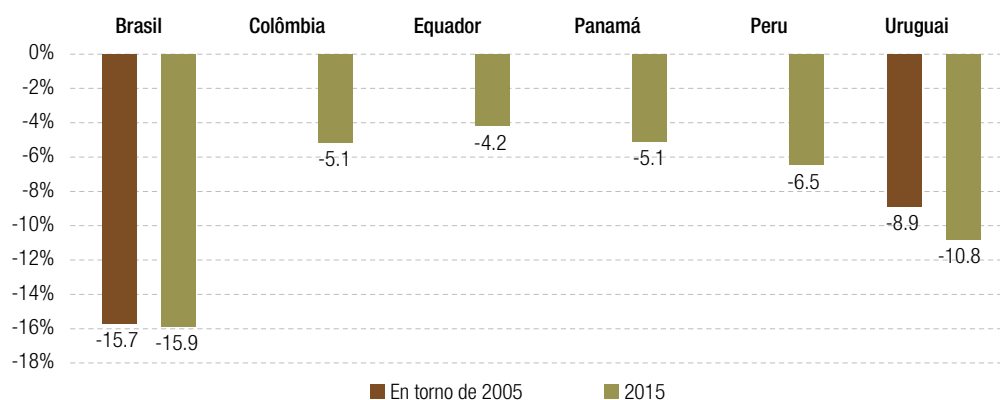
Em muitos países a diferença salarial aumenta proporcionalmente ao nível de escolaridade. Mesmo no Panamá, onde afrodescendentes vivem, em geral, em condições melhores que o resto da população (provavelmente devido a um viés de autorrelato – ver quadro 8 sobre o Panamá), os trabalhadores afrodescendentes perdem terreno para outros panamenhos à medida que aumenta sua escolaridade: com o nível primário completo, eles ganham, em média, 18% mais que os brancos, mas, quando completam o ensino universitário, ganham 11% menos. O mesmo se verifica em todos os países, com diferentes graus de severidade. No Brasil, a diferença salarial tende a ser mais acentuada entre os afro-brasileiros que desempenham funções altamente qualificadas e com altos salários (por exemplo, eles ganham 40% menos na categoria “legisladores, altos funcionários públicos e gestores”). Essa associação entre escolaridade e a ampliação da diferença salarial parece indicar que o retorno dos investimentos em educação está sendo retido por

outros fatores, como a segregação profissional ou a discriminação salarial.

Na verdade, em uma comparação entre trabalhadores com a mesma escolaridade, idade, gênero, estado civil, experiência, setor profissional e característica familiares – mas de raças diferentes – os afrodescendentes tendem a ganhar 16% menos em todos os tipos de emprego no Brasil; 11% no Uruguai; e 6,5% menos no Peru. Mantendo constantes todas as outras características, um trabalhador afrodescendente ganhava quase 16% menos no Brasil em 2015. No Uruguai, um trabalhador afrodescendente provavelmente ganharia quase 11% menos; no Peru, 6,5% menos; e na Colômbia, no Equador e no Panamá, de 4% a 5% menos (figura 22). O impacto de uma comparação similar entre trabalhadores rurais varia de país para país. Contudo, é provável que os trabalhadores rurais negros ganhem menos no Brasil, no Equador e no Uruguai, mas ganhem mais no Panamá (figura 23).

Figura 22

Diminuição da renda horária para membros de famílias afrodescendentes urbanas em relação a famílias não afrodescendentes urbanas

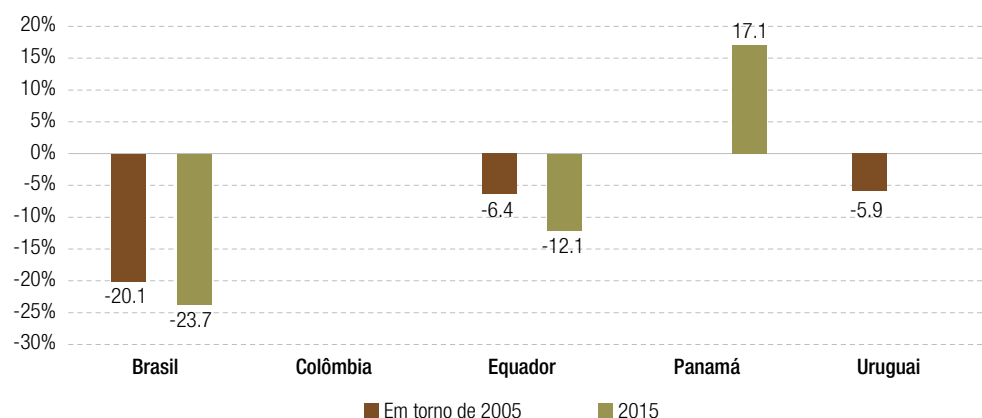


Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Obs.: Efeitos marginais estimados usando regressões MQO sobre a renda horária de todas as ocupações, adotando como variáveis de controle a etnia; o gênero; a experiência (definida como experiência potencial, que é igual à diferença entre idade e anos de escolaridade menos seis anos); o estado civil; a escolaridade (primário completo, secundário completo e terciário); a coorte etária (18–24, 25–44, 45–54, 55–65 anos de idade); o número de filhos no domicílio; o tipo de trabalho (trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos e trabalhadores não assalariados); o *status* de informalidade; o setor de trabalho (incluindo construção; comércio; manufatura; transporte; mineração e serviços públicos; e outros serviços); e o fato de a pessoa estar em uma pequena região residencial (definida pela população). As observações incluem apenas pessoas de 15 a 65 anos de idade, fora do setor agrícola e residentes em áreas urbanas. Estas probabilidades são estatisticamente significantes (pelo menos $p < 0,01$).

Figura 23

Diminuição da renda horária para membros de famílias afrodescendentes rurais em relação a famílias não afrodescendentes rurais



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Obs.: Efeitos marginais estimados usando regressões MQO sobre a renda horária de todas as ocupações, adotando como variáveis de controle a etnia; o gênero; a experiência (definida como experiência potencial, que é igual à diferença entre idade e anos de escolaridade menos seis anos); o estado civil; a escolaridade (primário completo, secundário completo e terciário); a coorte etária (18–24, 25–44, 45–54, 55–65 anos de idade); o número de filhos no domicílio; o tipo de trabalho (trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos e trabalhadores não assalariados); o *status* de informalidade; e o fato de a pessoa estar em uma pequena região residencial (definida pela população). As observações incluem apenas pessoas de 15 a 65 anos de idade, no setor agrícola e nas áreas rurais. Estas probabilidades são estatisticamente significantes (pelo menos $p < 0,01$).

Os diferenciais salariais foram atribuídos a vieses discriminatórios ou à segregação ocupacional por vários outros estudos.¹⁵⁴ No Uruguai, por exemplo, um país considerado uma exceção ao típico padrão latino-americano de desigualdade acentuada, um estudo descobriu que a discriminação é responsável por metade da diferença salarial entre homens, e por 20% da diferença entre as mulheres.¹⁵⁵ A disparidade salarial é ainda maior entre os trabalhadores na base da distribuição salarial, o que indica que a discriminação tem efeitos mais profundos sobre os trabalhadores mais pobres e menos instruídos do que sobre aqueles que estão no topo da pirâmide.

No Brasil, um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento baseado em dados coletados em 117 das 500 maiores empresas do país revelou um gargalo hierárquico para os afrodescendentes,

que leva a uma representação cada vez menor desse grupo nos níveis mais altos de emprego.¹⁵⁶ Segundo o estudo, os afro-brasileiros representam 57,5% dos aprendizes nessas empresas, mas apenas 36% de todos os funcionários, 26% dos funcionários com funções de supervisão, 6% dos gerentes, 5% dos executivos e apenas 5% dos membros dos conselhos de administração. A situação é ainda pior para as mulheres afro-brasileiras: elas compõem menos de 11% da força de trabalho analisada no estudo (10% dos trabalhadores, 8% dos supervisores e 1,6% dos executivos). A grande maioria das empresas pesquisadas relatou não ter tomado medidas para incentivar ou aumentar a presença de afrodescendentes em qualquer nível profissional, apesar de reconhecer que a participação de afrodescendentes nos níveis gerenciais estava abaixo do que deveria ser.

154 Ver Nora Lustig, *Fiscal Policy and Ethno-Racial Inequality in Bolivia, Brazil, Guatemala and Uruguay*, CEQ Working Paper No. 22 (2015); Néstor Gandelman, Hugo Nopo e Laura Ripani, "Traditional Excluding Forces: A Review of the Quantitative Literature on the Economic Situation of Indigenous Peoples, Afro-descendants, and People Living with Disability," *Latin American Politics and Society* 53, no. 4 (2011): 147–79; Edward Telles e o Projeto sobre Etnia e Raça na América Latina (Perla), *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America* (Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014); Juan Pablo Atal, Hugo Nopo e Natalia Winder, *New Century, Old Disparities: Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America*, IDB Working Paper Series, No. IDB-WP-109 (2009), <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/89150/1/IDB-WP-109.pdf>.

155 Marisa Bucheli e Rafael Porzecanski, "Racial Inequality in the Uruguayan Labor Market," 136.

156 Instituto Ethos, *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil* (Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016).

No Uruguai, um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2013¹⁵⁷, que consistia em pesquisas e entrevistas aprofundadas, constatou que os afro-uruguaios estavam sub-representados em cargos gerenciais nos setores público e privado, bem como em organizações da sociedade civil (organizações sem fins lucrativos, sindicatos, universidades, associações empresariais, organizações políticas e grupos de mídia). Com base em uma amostra de 6.787 gestores, o estudo constatou que os afrodescendentes representavam apenas 0,8% da força de trabalho gerencial do país, e que a maioria deles trabalhava na região metropolitana de Montevideo. O setor privado (composto por empresas de médio e grande porte) tinha apenas 0,2% de diretores executivos afrodescendentes. Os afrodescendentes em cargos gerenciais apontaram as desvantagens estruturais e a discriminação como os fatores que reforçam esse padrão.

AINDA ASSIM, OTIMISTAS...

Por outro lado, embora os afrodescendentes na região se percebam como um grupo discriminado¹⁵⁸, eles têm uma visão mais otimista do futuro que os outros grupos, incluindo os brancos, os mestiços e os povos indígenas. Segundo o *Latinobarómetro*, em 2013 um número maior de afrodescendentes acreditava que seus filhos estariam melhor no futuro (24% versus 22% entre os não afrodescendentes) ou muito melhor no futuro (14% versus 11,6% entre os não afrodescendentes).¹⁵⁹ Os países com resultados aspiracionais mais positivos foram o Brasil, o Panamá e o Paraguai. A população afro-brasileira

tem as perspectivas mais positivas da região, o que pode ser parcialmente explicado pelo número de políticas de ação afirmativa bem-sucedidas implementadas entre 2000 e 2015.

O otimismo dos afrodescendentes parece estar aumentando lentamente ao longo do tempo. O percentual de afrodescendentes que consideravam que seus filhos estariam “em situação melhor e muito melhor” passou de 41% em 2007 para 51% em 2013. Os afrodescendentes também avaliam a situação dos pais como pior de maneira consistentemente mais alta que os não afrodescendentes. Os afrodescendentes não somente têm uma perspectiva mais positiva sobre vida de seus filhos, mas também sobre sua própria situação econômica futura. Em 2015, mais de metade dos afrodescendentes (54%) esperava estar melhor no ano seguinte, ao passo que menos da metade da população não afrodescendente tinha a mesma expectativa (49%) (figuras 24 e 25). Os afrodescendentes também têm uma visão mais positiva da importância do voto, com mais de 69% declarando que seu voto pode transformar o futuro, em contraste com apenas 61% de não afrodescendentes que pensam o mesmo. Por fim, os afrodescendentes sentem ter maior probabilidade de mobilidade social. Os entrevistados que se classificaram como “classe baixa e média baixa” diminuiu de 70% em 2011 para 64% em 2015. Esse padrão é visível não apenas no *Latinobarómetro*. No Peru, uma pesquisa constatou que um número maior de afro-peruanos percebeu melhoras nos últimos cinco anos em áreas como acesso a assistência médica, educação, emprego, renda e moradia.¹⁶⁰

157 Eduardo Bottinelli Freire, Nadia Mateo Simeone e Franco González Mora, “Mapa político y de liderazgo de la población afrodescendiente del Uruguay,” in *Situación socioeconómica y mapa político y de liderazgo de la población afrodescendiente del Uruguay*, ed. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Panama City: United Nations Development Programme, 2013).

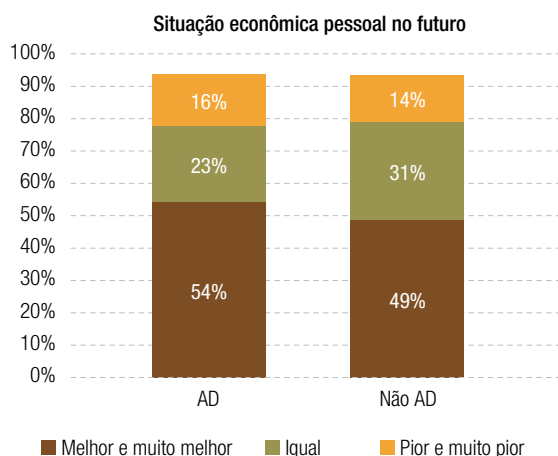
158 Em 2011, 43,7% dos afrodescendentes brasileiros afirmaram pertencer a um grupo discriminado (um resultado quase 1,7 vez maior do que o dos não afrodescendentes).

159 Aproximadamente 29,5% das famílias afrodescendentes e não afrodescendentes consideravam que seus filhos permaneceriam na mesma situação que elas. Contudo, apenas 6,6% das famílias afrodescendentes responderam que seus filhos estariam em situação muito pior, ao passo que 9,3% das famílias não afrodescendentes responderam dessa forma.

160 Martín Benavides, Juan León, Lucía Espezuza e Alejandro Wangeman, *Estudio Especializado sobre Población Afroperuana* (Lima: Ministerio de Cultura y Grupo de Análisis para el Desarrollo, 2015).

Figura 24

Percepções sobre a situação econômica futura: afrodescendentes versus não afrodescendentes

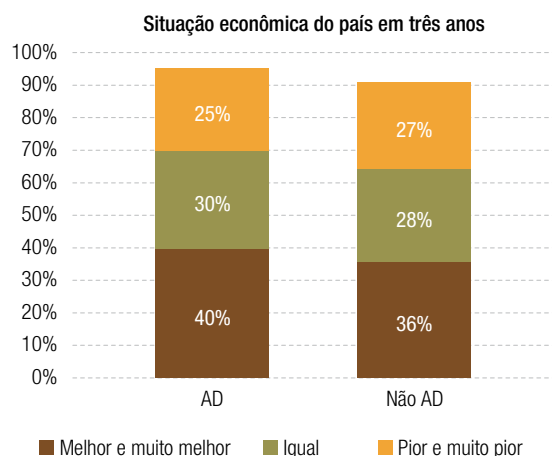


Fonte: *Latinobarómetro* (2015).

AD = afrodescendente; Não AD = não afrodescendente (não inclui a população indígena).

Figura 25

Percepções sobre a situação econômica do país em três anos: afrodescendentes versus não afrodescendentes



Fonte: *Latinobarómetro* (2015).

O otimismo dos afrodescendentes na América Latina ecoa a perspectiva positiva dos afrodescendentes pobres na América do Norte.¹⁶¹ Seu otimismo tem sido atribuído a uma maior capacidade de resiliência adquirida por meio da exclusão persistente ao longo de gerações, bem como ao apoio de organizações de base e redes de segurança locais, que contribuem para um maior senso de esperança e possibilidade.¹⁶² Os afrodescendentes também têm uma longa história de luta e trabalho coletivo, desde as comunidades de escravos fugitivos dos séculos XVIII e XIX até seu envolvimento em sindicatos e partidos políticos no início do século XX.¹⁶³ Essa longa história de mobilizações e negociações sociais – que começou em um dos mais terríveis capítulos de exploração em massa e deslocamento da história da humanidade – também pode ter

reforçado entre eles a noção de que mudanças positivas são possíveis.

A visão otimista dos afrodescendentes sobre o futuro não significa que eles estejam satisfeitos com sua atual situação socioeconômica e política. De fato, quase 47% dos afrodescendentes estão profundamente insatisfeitos com a democracia em seu país (em comparação com 28% dos não afrodescendentes). Eles também manifestam menos confiança nos partidos políticos, no Congresso e, no caso do Brasil, no Judiciário. Quase 74% dos afrodescendentes não se sentem politicamente representados por seu governo (em comparação com 71% dos não afrodescendentes). Ainda assim, 79% deles votaram nas últimas eleições presidenciais (mais do que os 76% dos não afrodescendentes que votaram).

161 "Why are black poor Americans more optimistic than white ones?" BBC, 30 de janeiro de 2018.

162 Carol Graham, *Happiness for All? Unequal Hopes and Lives in Pursuit of the American Dream* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017); Carol Graham, Sergio Pinto e John Juneau II, *The Geography of Desperation in America* (Brookings, July 24, 2017).

163 George Reid Andrews, *Afro-Latin America*.

Da mesma forma, os afrodescendentes persistentemente relatam mais discriminação que os entrevistados brancos e, em alguns países (como o Brasil e a Colômbia), com quase o dobro da frequência. Logo, sua visão otimista do futuro precisa ser considerada juntamente com a avaliação negativa de suas condições atuais.

Os afrodescendentes avaliam positivamente o conjunto recente de reformas multiculturais implementadas na região. Em 2013, a maioria dos afrodescendentes considerou que, nos últimos 10 anos, seu país havia feito progressos significativos no reconhecimento das línguas, tradições e práticas culturais dos afrodescendentes e povos indígenas (47%). O resultado entre brancos, mestiços, ou povos indígenas foi de 37%. Portanto, embora os afrodescendentes sejam pragmáticos e críticos de suas atuais condições socioeconômicas e políticas, eles permanecem esperançosos de que as coisas mudarão ou continuarão a mudar. Ademais, eles reconhecem os processos democráticos e as reformas jurídicas progressivas aprovadas recentemente como o caminho certo para alcançar esse futuro positivo.

O otimismo dos afrodescendentes é importante para o desenvolvimento por vários motivos. Vários estudos demonstraram que uma consequência

generalizada de padrões sustentados de exclusão, tais como aqueles vivenciados por afrodescendentes, é o fato de a pobreza crônica reduzir a capacidade de encontrar formas de sair da pobreza ou de imaginar um futuro diferente e mais positivo. Estudos sobre pobreza crônica revelaram que o estado de espírito – as aspirações e o bem-estar psicológico – afeta as trajetórias de vida das pessoas e suas implicações para as políticas sociais. A discriminação étnico-racial não apenas leva a um menor acúmulo de capital humano, mas também pode instigar um senso de impotência nas pessoas, que as desencoraja de participar da sociedade. Os povos indígenas, em contraste com os afrodescendentes, compartilham uma visão mais negativa de seu futuro e do futuro dos seus filhos, o que reflete uma apreciação pessimista de suas oportunidades dentro do atual sistema socioeconômico.¹⁶⁴ O otimismo dos afrodescendentes é, portanto, um recurso inestimável para a região, pois reflete seu desejo de melhorar a situação, desde que tenham as condições certas para fazê-lo. De fato, as políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil para melhorar a representatividade de afrodescendentes nas universidades foram adotadas pelos jovens afro-brasileiros, o que transformou de maneira decisiva a composição racial do sistema educacional brasileiro, de forma a melhor refletir a composição racial do país.

164 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*, 75.

Acesso à educação



Ao longo dos últimos anos, a América Latina obteve enormes avanços na expansão da cobertura de seu sistema educacional a todas as áreas do continente, principalmente no ensino primário e secundário. O acesso ao ensino primário é praticamente universal em grande parte da região, e o acesso ao ensino secundário mais que dobrou desde a década de 1980. No entanto, conforme destacou um recente Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, frequentar aulas não é necessariamente a mesma coisa que aprender, e os estados latino-americanos geralmente não cumprem suas promessas de educação, especialmente no caso de crianças pobres e vulneráveis.¹⁶⁵

A educação é o fator mais importante para explicar a redução da probabilidade de pobreza e da diferença de renda entre afrodescendentes e não afrodescendentes na última década (ver capítulo anterior). No entanto, muitos dados indicam que a região não vem conseguindo atingir o tremendo potencial da educação em termos de inclusão étnico-racial. Para as crianças afrodescendentes, a educação apresenta, de fato, muitos desafios, não apenas porque elas estão super-representadas entre os pobres e os vulneráveis, mas também porque os ambientes escolares constituem uma das áreas onde a discriminação estrutural se manifesta mais fortemente. Isso se deve tanto às persistentes e marcantes desigualdades de acesso quanto às representações precárias e preconceituosas nos livros didáticos e nas salas de aula.

O progresso alcançado na última década em termos de acesso ao ensino primário e secundário certamente beneficiou os afrodescendentes.¹⁶⁶ O número de afrodescendentes que não havia

concluído o ensino primário e secundário caiu entre as duas últimas rodadas de censos. Alguns países criaram ou fortaleceram programas existentes de ação afirmativa para o ensino superior, o que provocou resultados positivos nos índices de matrícula e desempenho. Outros adotaram legislações antidiscriminação para a educação, bem como outras medidas visando à incorporação de conteúdos de história, línguas e cultura afrodescendentes nos currículos nacionais. No entanto, apesar dessas medidas positivas, ainda existem muitas lacunas, e os sistemas educacionais continuam a excluir os afrodescendentes em diversos níveis.

ESCOLARIDADE E FREQUÊNCIA ESCOLAR

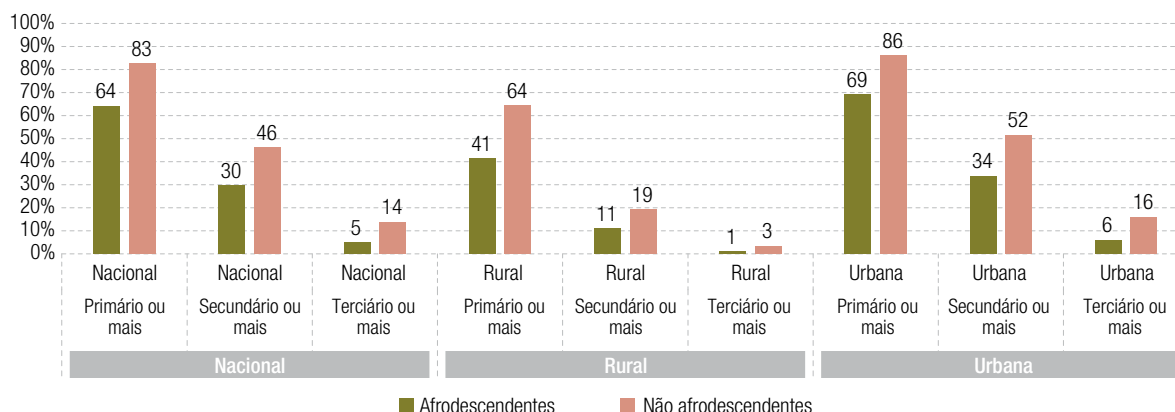
A população afrodescendente apresenta níveis significativamente mais baixos de escolaridade na maioria dos países. Em média, cerca de 64% dos membros de famílias afrodescendentes concluíram o ensino primário. O índice entre a população não afrodescendente é de 83%. Em relação aos níveis mais avançados, apenas 30% concluíram o ensino médio (46% entre os não afrodescendentes), e apenas 5% concluíram o ensino superior ou mais (versus 14%). O nível de escolaridade é ainda menor nas áreas rurais para ambos os grupos, embora a diferença entre os dois seja particularmente nítida no ensino primário rural. Nas áreas urbanas, a escolaridade é geralmente mais alta entre ambas as populações, mas a população não afrodescendente supera a população afrodescendente em todos os níveis, principalmente no ensino superior, no qual os índices de acesso são quase duas vezes maiores entre os não afrodescendentes (figura 26).

165 Banco Mundial, *World Development Report 2018: Learning to Realize Education's Promise* (Washington, DC: World Bank, 2018), 38; ver também Guillermo Cruces, Carolina García Doméni e Leonardo Gasparini, "Inequality in Education: Evidence for Latin America," in *Falling Inequality in Latin America: Policy Changes and Lessons*, ed. Giovanni Andrea Cornia (Oxford: Oxford University Press, 2014), 338.

166 Ver também Luis F. López-Calva e Nora Lustig, eds., *Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?* (Washington, DC: Brookings Institution Press, 2010).

Figura 26

Escolaridade entre membros de famílias afrodescendentes e não afrodescendentes



Fonte: Censos nacionais.

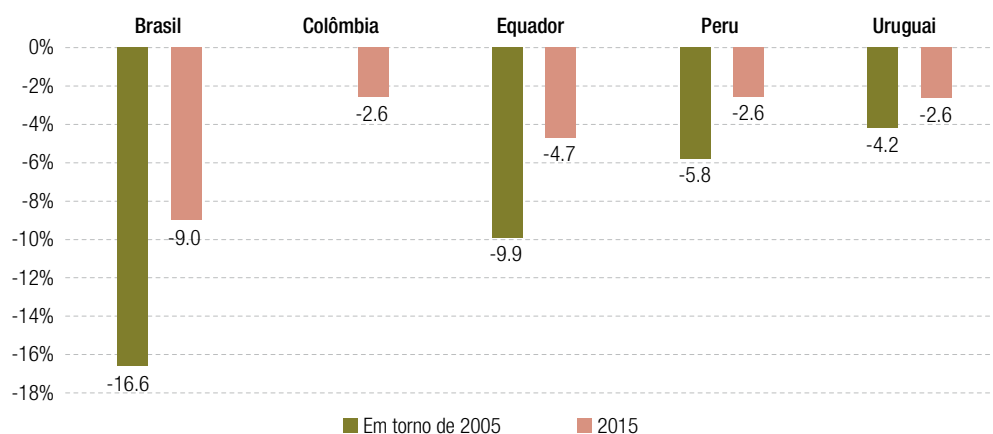
O termo "não afrodescendente" não inclui a população indígena.

Os afrodescendentes têm menor probabilidade de concluir o ensino fundamental levando em consideração todas as outras características, embora tenha havido alguma melhora ao longo do tempo. No Brasil, por exemplo, em 2015 os jovens afrodescendentes com idade entre 15 e 25 anos tinham 9% menos probabilidade de concluir o ensino fundamental do que os não afrodescendentes.¹⁶⁷ Isso representou uma

melhora em relação a 2005, quando os jovens afrodescendentes eram quase 17% menos propensos a concluir aquele nível de ensino (figura 27). A diferença é menor para a Colômbia, o Equador, o Peru e o Uruguai, onde os jovens afrodescendentes têm de 3% a 5% menos probabilidade de concluir o ensino fundamental que os jovens não afrodescendentes (mantendo constantes todos os demais aspectos).

Figura 27

Diminuição da probabilidade de concluir o ensino primário se a pessoa for de uma família afrodescendente



Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

¹⁶⁷ Esse resultado adota como variáveis de controle o gênero, o estado civil, a localização geográfica (rural ou urbana) e o fato de a família residir em uma área de baixa densidade populacional.

Em contraste, os resultados para o ensino secundário não apresentaram melhoras significativas em nenhum país durante a última década. Pelo contrário, atualmente as lacunas são mais acentuadas, e a probabilidade de conclusão é muito menor (mantendo constantes todas as outras variáveis). Um dos resultados mais marcantes foi verificado no Uruguai, onde os afrodescendentes tinham uma probabilidade 24% menor de concluir o ensino médio em 2015 (em comparação com os uruguaios brancos com características socioeconômicas, idade, gênero e outras características semelhantes). Isso representa um declínio em relação à década anterior (cerca de 19%) (figura 28). Nos outros países com dados disponíveis, como o Brasil, o Equador e o Peru, a probabilidade de concluir o ensino médio é cerca de 15% menor para os alunos afrodescendentes.

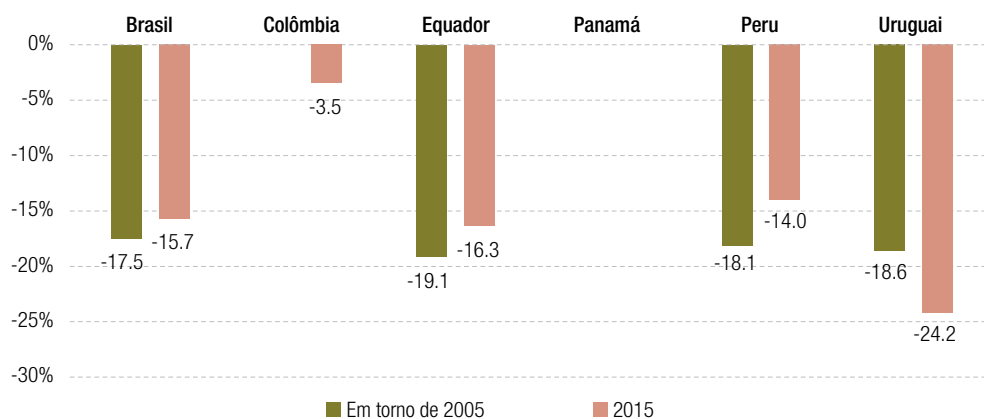
Além disso, os afrodescendentes apresentam índices mais altos de evasão e abandono escolar nos níveis primário e secundário. Na Colômbia, por exemplo, os jovens afrodescendentes têm uma probabilidade maior de defasagem escolar,

bem como de evasão e abandono escolar.¹⁶⁸ No Uruguai, a média de evasão e abandono escolar entre crianças afro-uruguaias (abaixo de 18 anos) é de duas em cada três, ao passo que a média nacional é de uma em cada três crianças.¹⁶⁹ Alguns dos principais fatores que determinam a evasão escolar no Uruguai são a pressão familiar para entrar cedo no mercado de trabalho; a discriminação em cargos altamente qualificados e com altos salários (o que impede os afrodescendentes de cursarem faculdades); e a baixa qualidade das instalações e programas educacionais.

Em relação ao gênero, as meninas afrodescendentes em idade escolar tendem a obter resultados iguais ou ligeiramente melhores que seus colegas do sexo masculino em todos os países no nível primário. Além disso, elas superam os meninos no nível secundário em todos os países, exceto em El Salvador. Os resultados mais notáveis foram observados no Uruguai e no Panamá, onde as meninas afrodescendentes ficaram de 7 a 4 pontos percentuais acima de seus colegas do sexo masculino (figuras 29 e 30).

Figura 28

Diminuição da probabilidade de concluir o ensino secundário se a pessoa for de uma família afrodescendente versus uma família não afrodescendente



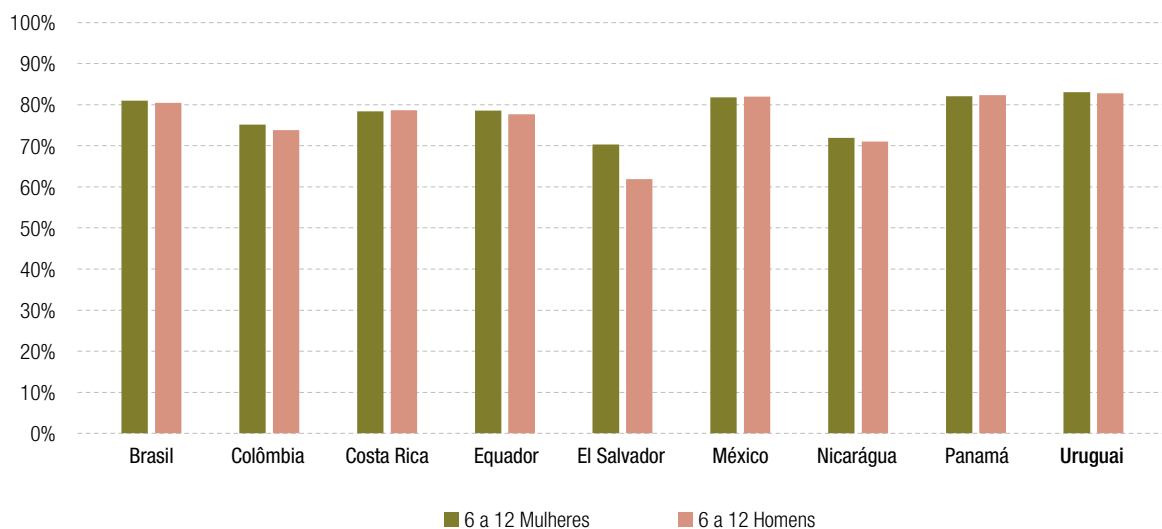
Fonte: Cálculos dos autores com base no Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

168 Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Completar la escuela: un derecho para crecer, un deber para compartir* (Panama City: UNICEF, 2012), 66.

169 Wanda Cabella, Mathías Nathan e Mariana Tenenbaum, "La población afro-uruguaya en el Censo 2011," in *Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay*, fascículo 2, coord. Juan José Calvo (Montevideo: Programa de Población, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2013), 53.

Figura 29

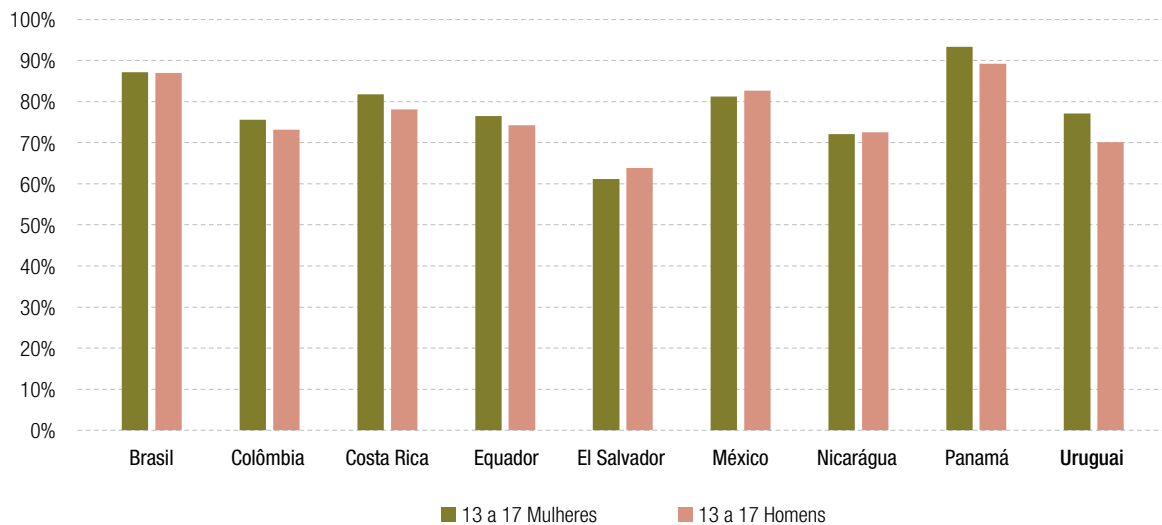
Frequência escolar de afrodescendentes na faixa etária de 6 a 12 anos por gênero



Fonte: Censos nacionais.

Figura 30

Frequência escolar de afrodescendentes no ensino médio na faixa etária de 13 a 17 anos



Fonte: Censos nacionais.

No ensino superior, as lacunas são muito mais acentuadas. Um recente relatório do Banco Mundial revelou que a probabilidade de indivíduos não brancos ingressarem em instituições de ensino superior é 15 pontos percentuais menor na América Latina e no Caribe. No Brasil, em particular, a diferença chega a 18 pontos percentuais.¹⁷⁰ O ensino superior também tende a favorecer as populações urbanas.¹⁷¹ Em áreas urbanas, 9% dos afrodescendentes concluíram o ensino superior, ao passo que, nas áreas rurais, o índice é de somente 1,6%.¹⁷²

Os afrodescendentes são sistematicamente sub-representados entre os latino-americanos com 25 anos com ensino superior. Em outras palavras, embora nos 10 países listados na figura 31 os afrodescendentes representem 25% da população com 25 anos ou mais, eles constituem, em média, apenas 12% dos que possuem ensino superior. A única exceção é o Panamá, cuja população afrodescendente é preponderantemente urbana

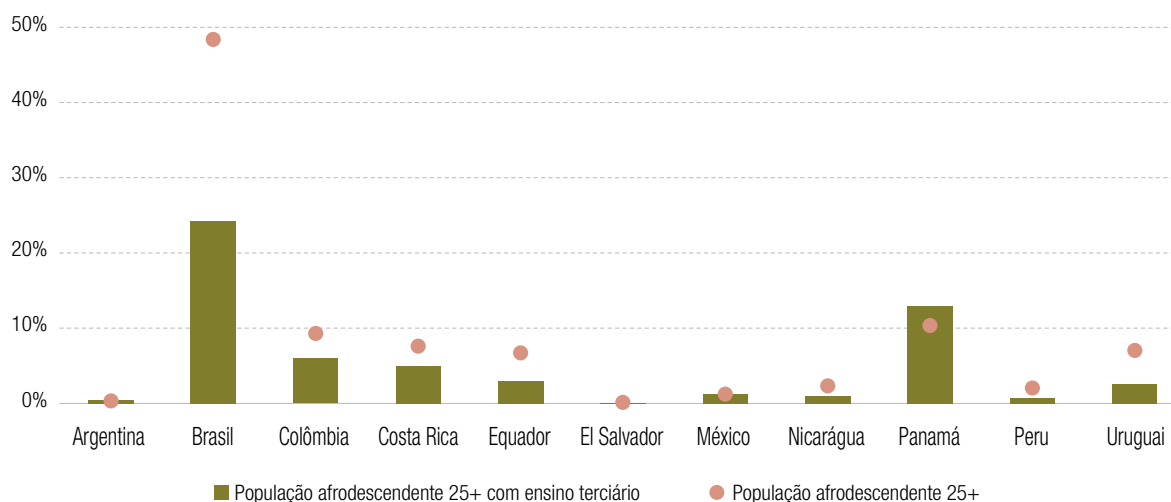
(ver quadro 8 para uma possível explicação desse desvio no Panamá, onde os afrodescendentes menos instruídos podem estar subnotificando sua identidade racial nos censos nacionais).

DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A discriminação desempenha um papel importante para a compreensão de algumas das desigualdades e resultados educacionais. Os sistemas educacionais de toda a região não promovem o reconhecimento das identidades afrodescendentes; pelo contrário, eles contribuem para a promoção de representações estereotipadas e folclóricas. Embora a maioria dos países da América Latina assegure o direito universal à educação¹⁷³, há um contraste entre o tipo e a qualidade dos serviços educacionais disponíveis para afrodescendentes e não afrodescendentes. No Uruguai, por exemplo, a proporção de crianças afrodescendentes

Figura 31

Parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais (geral) versus parcela afrodescendente da população com 25 anos ou mais com nível superior



Fonte: Censos nacionais.

170 María Marta Ferreyra, Ciro Avitabile, Javier Botero Álvarez, Francisco Haimovich Paz e Sergio Urzúa, *At a Crossroads: Higher Education in Latin America and the Caribbean* (Washington, DC: World Bank, 2017), 80.

171 No Brasil e na Venezuela, onde foram coletados dados sobre as populações negras (indivíduos identificados como pretos e negros/afrodescendentes) e pardas/miscigenadas (*mulatos e morenos*), não foram observadas diferenças no primeiro grupo, ao passo que, no último, foi identificada apenas uma ligeira melhoria na educação primária e secundária dos *morenos*.

172 Inclui a Argentina (17,6% versus 8%), Honduras (8,5% versus 3,5%), o México (19,3% versus 4,7%) e o Panamá (21% versus 8,6%).

173 Ver Tanya Katerí Hernández, *Racial Subordination in Latin America*, 75.

matriculadas em escolas particulares (em vez de públicas) é de 1 em cada 13, ao passo que a proporção de crianças brancas é de 1 em cada 4.¹⁷⁴ Embora esse dado, por si só, diga pouco sobre a qualidade da educação recebida pelas crianças afrodescendentes, ele sugere maneiras informais, e talvez indiretas, de segregação no ensino, determinadas por outros fatores tais como o local de residência e o *status* socioeconômico da família.

A ausência de financiamento público, a inadequação das instalações e materiais didáticos e a falta de apoio aos professores são outros fatores que limitam o desempenho de jovens e crianças afrodescendentes em toda a região.¹⁷⁵ As famílias afrodescendentes também enfrentam obstáculos relativos aos gastos com educação, tais como as mensalidades escolares, o transporte e os insumos. As escolas frequentadas por afrodescendentes tendem a ter menos professores por série, ou uma oferta incompleta de séries.¹⁷⁶ Escolas deficientes podem exacerbar as lacunas étnico-raciais no longo prazo e influenciar os resultados de aprendizagem.¹⁷⁷ Em escolas de alta qualidade no Brasil, por exemplo, a diferença no desempenho de alunos brancos e afrodescendentes diminuiu significativamente (sem desaparecer completamente). Em escolas de baixa qualidade, por outro lado, a diferença racial no desempenho escolar atingiu seu ápice.¹⁷⁸

Além disso, há poucos estudantes afrodescendentes nas instituições de ensino superior mais seletivas e competitivas da América Latina, que continuam a observar uma super-representação de estudantes de famílias brancas e mais ricas. A expansão do ensino superior verificada nos últimos 15 anos concentrou-se em programas técnicos de dois anos, ensino à distância e novas universidades privadas de qualidade inferior, que parecem estar absorvendo a maioria das novas coortes de famílias pobres e não brancas.¹⁷⁹

Além disso, as escolas frequentemente contribuem para promover representações generalizadas de latino-americanos negros.¹⁸⁰ Na Argentina e no Uruguai, por exemplo, verificou-se que a dinâmica da sala de aula cria um ambiente hostil aos afrodescendentes, o que contribui para o abandono e evasão escolar precoces.¹⁸¹ Em 2013, um livro de leitura obrigatória para alunos do segundo ano provocou polêmica no Peru após retratar a origem da “raça negra” como resultado de um banho em água lamacenta (figura 32) – ainda mais quando se considerava o fato que um dos valores e atitudes que a leitura pretendia promover nos exercícios de acompanhamento era a “higiene”. O livro foi logo retirado do currículo nacional, mas representações como essa – algumas mais sutis que outras¹⁸² – são comuns em toda a região. Observou-se que os livros didáticos colombianos carecem de discussões aprofundadas sobre diferenças raciais e étnicas¹⁸³,

174 Wanda Cabella, Mathías Nathan e Mariana Tenenbaum, “La población afro-uruguaya en el Censo 2011,” 55.

175 Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *The Situation of People of African Descent in the Americas*.

176 Unicef, *Completar la escuela*, 105.

177 Barbara Bruns e Javier Luque, *Great Teachers: How to Raise Student Learning in Latin America and the Caribbean* (Washington, DC: World Bank, 2015), 5.

178 Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “As relações entre educação e raça no Brasil: um objeto em construção,” in *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*, eds. Sergei Soares, Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Maria Eugênia Ferrão (Brasília: IPEA/Ford, 2005), 5–20, citado em Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Natalino Neves da Silva e Nigel Brooke, “Brazil,” in *The Palgrave Handbook of Race and Ethnic Inequalities in Education*, eds. Peter A. J. Stevens e A. Gary Dworkin (Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014), 158–9.

179 María Marta Ferreyra, Ciro Avitabile, Javier Botero Álvarez, Francisco Haimovich Paz e Sergio Urzúa, *At a Crossroads: Higher Education in Latin America and the Caribbean*, 78.

180 Observou-se que os livros didáticos influenciam os pontos de vista de professores e alunos em questões de raça e discriminação. Ver Elizabeth Castillo Guzmán, “La letra con raza, entra.” Racismo, textos escolares y escritura pedagógica afrocolombiana,” *Pedagogía y Saberes* 34 (2011): 61–73. Ver também María Isabel Mena García, “La ilustración de las personas afrocolombianas en los textos escolares para enseñar historia,” *Historia Caribe* 15 (2009): 105–22.

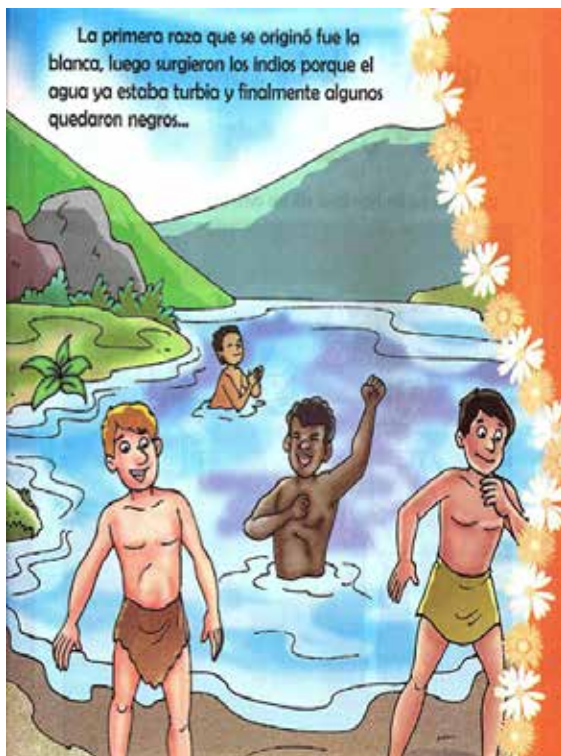
181 Margarita Sanchez, Maurice Bryan e MRG Partners, “Afro-descendants, Discrimination and Economic Exclusion in Latin America” (Minority Rights Group International, 2005), <http://minorityrights.org/wp-content/uploads/old-site-downloads/download-78-Afro-descendants-Discrimination-and-Economic-Exclusion-in-Latin-America.pdf>.

182 O termo “cor de pele” é regularmente usado nos sistemas escolares da região para descrever o bege. Isso faz parte da naturalização, na linguagem cotidiana, dos traços raciais brancos como representativos de características humanas adequadas. Em geral, uma miríade de termos e expressões domina a linguagem cotidiana na América Latina. Esses termos associam afrodescendentes a comportamentos antissociais (desordenados, selvagens, sujos, ou pouco inteligentes) e, em geral, retrata-os com características animalescas.

183 Sandra Soler Castillo, “Pensar la relación análisis crítico del discurso y educación: el caso de la representación de indígenas y afrodescendientes en los manuales escolares de ciencias sociales en Colombia,” *Discurso & Sociedad* 2, no. 3 (2008): 642–78.

Figura 32

“El Origen de las Razas”



Fonte: Aromas, Editorial San Marcos, Lima, 2010.

Obs.: O texto na imagem (em espanhol) diz: “A primeira raça a surgir foi a raça branca; depois vieram os índios, porque a água já estava lamacenta; e, no final, alguns saíram pretos...” (tradução dos autores).

descrições precisas da distribuição geográfica dos afro-colombianos e representações das contribuições afro-colombianas para o país além dos campos da música, do esporte e da dança.¹⁸⁴

Durante a década de 1990, as autoridades brasileiras concentraram sua atenção nos livros didáticos para evitar a disseminação de mensagens preconceituosas e discriminatórias. O Programa Nacional do Livro Didático ajudou a ajustar o

comportamento das editoras e autores de livros escolares. Contudo, ainda persistem resultados desiguais. Os livros didáticos continuam a retratar os afro-brasileiros como vítimas passivas, em vez de agentes históricos ativos que contribuíram para o país de maneira significativa, especialmente em relação a seu papel na abolição da escravidão e sua luta por uma sociedade mais justa.¹⁸⁵ O sociólogo Marcel Paixão destaca que ainda se observam resultados desiguais apesar das regulamentações, pois a discriminação raramente é expressa de maneira direta, mas sim na forma de expectativas e incentivos sociais. Em outras palavras, “as ferramentas educacionais exprimem com mais facilidade conceitos racialmente estereotipados e preconceituosos por esses estarem frequentemente mascarados no espírito de ideias tradicionais, engraçadas ou jocosas”.¹⁸⁶

Por fim, nos países em que as comunidades afrodescendentes têm o inglês ou uma língua indígena como sua “língua materna”, a educação bilíngue permanece ausente ou é inadequadamente implementada.¹⁸⁷

O acesso à educação é uma prioridade fundamental para as organizações afrodescendentes na América Latina, conforme o apelo da Declaração de Durban¹⁸⁸ por maiores esforços para garantir o acesso universal à educação e a adoção de políticas para prevenir a discriminação no ambiente escolar.¹⁸⁹ Embora a região tenha introduzido medidas importantes para expandir o acesso aos sistemas nacionais de educação, algumas organizações afrodescendentes consideram os programas de etnoeducação um instrumento fundamental, embora ainda negligenciado, para transmitir sua história e conhecimento cultural às gerações futuras (quadro 9).

184 Os livros escolares descrevem os afro-colombianos quase exclusivamente em relação à escravidão. Ver Eduardo Restrepo e Axel Rojas, “Políticas curriculares en tiempos de multiculturalismo: proyectos educativos de/para afrodescendientes en Colombia,” *Curriculo sem Fronteiras* 12, no. 1 (2012): 157–73.

185 Ver Amílcar Araújo Pereira, “From the Black Movement’s Struggle to the Teaching of African and Afro-Brazilian History,” in *Race, Politics, and Education in Brazil: Affirmative Action in Higher Education*, eds. Ollie A. Johnson III e Rosana Heringer (New York: Palgrave Macmillan, 2015), 69.

186 *Ibid.*, 25.

187 Por exemplo, na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Ver Margarita Sanchez, Maurice Bryan e MRG Partners, “Afro-descendants, Discrimination and Economic Exclusion in Latin America.”

188 Declaração e Programa de Ação de Durban, adotados na Conferência Mundial contra o Racismo, Durban, África do Sul, 2001.

189 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Situación de las personas afrodescendientes*.

A região deu passos importantes – embora desiguais – rumo à elaboração e promoção de políticas de etnoeducação para afrodescendentes. A Guatemala promulgou várias leis antidiscriminação para a educação (por exemplo, o Decreto n.º 81, 2002), declarou a língua garífuna como um idioma oficial (Decreto n.º 19, 2003), e tomou medidas para institucionalizar a educação bilíngue intercultural. Honduras, por meio da Lei Fundamental de Educação (*Ley Fundamental de Educación* – Decreto n.º 262, 2011), possibilitou a incorporação de conteúdos nos currículos escolares que refletem as características linguísticas, culturais e históricas de cada região. A Nicarágua, por meio da Lei Geral de Educação (*Ley General de Educación* – Lei n.º 582, 2006), criou o Sistema Educacional Autônomo Regional, responsável pela gestão de programas de educação bilíngue intercultural, adaptando o sistema nacional às necessidades particulares de cada departamento e apoiando iniciativas de capacitação de professores afrodescendentes em todos os níveis. Outros países, como a Argentina, a Bolívia, a Costa Rica, o Peru e o Uruguai, também adotaram leis antidiscriminação e estão trabalhando para incorporar a história, a cultura e a língua afrodescendentes em seus currículos escolares.

A Colômbia oferece lições importantes para a região sobre os desafios que enfrentam os programas de etnoeducação. Os afro-colombianos se mobilizaram durante décadas em favor de programas de etnoeducação, o que resultou em mudanças jurídicas significativas. A Constituição de 1991, a Lei 70 de 1993, a Lei 115 de 1994, o Decreto n.º 804 (1995) e o Decreto n.º 2249 (1995) apoiam a elaboração de programas adaptados para afro-colombianos. Tais esforços resultaram em programas de capacitação de professores afrodescendentes, na inclusão de conteúdos afro-colombianos nos currículos escolares e na criação da Cátedra de Estudos Afro-colombianos, que inclui um conjunto obrigatório de diretrizes que determina que instituições públicas e privadas – no ensino primário e secundário – ensinem conteúdos da história e cultura afro-colombianas. A Cátedra foi criada com o objetivo de adaptar o sistema nacional de educação às necessidades dos afrodescendentes e encontrar formas de transmitir a história das comunidades negras a todos os colombianos. Ela também foi considerada uma ferramenta para aumentar a conscientização sobre formas passadas e presentes de discriminação. No entanto, após vários anos de existência, essas iniciativas geraram resultados mistos. Apesar da robustez do apoio jurídico oferecido aos programas atuais, um estudo descobriu que tais programas são mais impulsionados por iniciativas individuais que por políticas sistemáticas em todo o país. Muitas iniciativas também carecem de recursos financeiros e apoio logístico para a formação de professores. Por fim, uma vez que as instituições de ensino superior continuam a adotar normas nacionais para a matrícula de novos alunos, algumas instituições são desencorajadas de elaborar programas que, embora enfatizem a herança afro-colombiana, possam reduzir potencialmente o tempo destinado às disciplinas comuns do nível superior.¹⁹⁰

A MUDANÇA RUMO À INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL

As políticas de ação afirmativa implementadas nas últimas duas décadas alcançaram vários graus de sucesso.¹⁹¹ Esses programas não são igualmente distribuídos na região e têm escopo menos abrangente que aqueles implementados

na Índia, na Malásia ou nos Estados Unidos, que incluem disposições sobre emprego e sobre o setor público.¹⁹² Contudo, alguns países, como o Brasil, a Colômbia e o Uruguai, são reconhecidos por seus esforços de ação afirmativa e oferecem lições valiosas para o resto da região. O Brasil possui o conjunto mais abrangente de políticas de ação afirmativa para o ensino superior.

¹⁹⁰ Eduardo Restrepo e Axel Rojas, "Políticas curriculares en tiempos de multiculturalismo."

¹⁹¹ Conforme argumenta André Cicalo, "O conceito de ação afirmativa baseia-se em uma versão revisada do princípio universalista da igualdade, prevendo que o Estado reconheça a diferença e corrija a vulnerabilidade dos grupos socialmente identificáveis mediante medidas corretivas especiais que não sejam especificamente baseadas em classes." André Cicalo, *Urban Encounters: Affirmative Action and Black Identities in Brazil* (New York: Palgrave Macmillan, 2012), 3.

¹⁹² Tanya Katerí Hernández, *Racial Subordination in Latin America*.

A adoção de programas de ação afirmativa na educação tem sido gradual. Ela começou no ano 2000 com um sistema de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro¹⁹³ e atingiu seu ápice em 2012, quando a Lei Federal 12.711/2012 instituiu políticas nacionais para os afrodescendentes e outras três categorias de estudantes sub-representados nas universidades públicas: (a) estudantes que frequentaram escolas públicas de ensino médio; (b) estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas; e (c) estudantes indígenas, pardos e negros de baixa renda.¹⁹⁴ Em 2015, 80% das universidades estaduais e 100% das instituições federais já haviam adotado essas políticas. Em nível estadual, 80% das universidades adotaram um sistema que reserva uma cota especial para candidatos sub-representados. Duas delas implementaram um sistema pontuado, que confere pontos adicionais no exame de admissão à universidade para esses grupos.¹⁹⁵ As políticas de ação afirmativa também incluíram programas de financiamento para o ensino superior; bolsas institucionais e bolsas para afrodescendentes de baixa renda; e a inclusão da cultura e história afro-brasileira nos currículos escolares.¹⁹⁶ Embora esses programas tenham gerado certo grau de polêmica, uma pesquisa de 2010 do Lapop constatou que 66% dos brasileiros apoiavam as políticas de cotas para afrodescendentes¹⁹⁷, e mais de 90% dos entrevistados também apoiavam o ensino da história e cultura afro-brasileira.¹⁹⁸

Os programas de ação afirmativa começaram a mudar a composição racial das universidades públicas brasileiras, tornando-as mais representativas da composição racial da sociedade brasileira. Na verdade, em 2002 apenas 2% dos estudantes de 18 a 26 anos matriculados em universidades públicas se declaravam negros, e 18% se identificavam como pardos; à época, os afrodescendentes nessa faixa etária equivaliam a 49% da população total. Pouco mais de uma década depois, em 2015, o número de negros matriculados aumentou para 6,3%, ao passo que o número de matrículas de pardos subiu para 41%. Naquele ano, os afrodescendentes representavam cerca de 57% da população entre 18 e 26 anos (figura 33).

Em relação ao desempenho, os programas de ação afirmativa também vêm produzindo resultados positivos.¹⁹⁹ Um estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas constatou que, em 48 dos 55 cursos de graduação, os estudantes cotistas obtiveram pontuações superiores – em média – às dos não cotistas. Outro estudo, realizado pela Universidade de Brasília, que reserva uma cota de 20% para afrodescendentes, não encontrou diferenças no desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas. Uma avaliação da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual do Rio de Janeiro também não observou diferenças no desempenho acadêmico de todo o corpo

193 A universidade inicialmente aprovou uma cota de 40% para estudantes afrodescendentes e miscigenados (pretos e pardos), mas, posteriormente, a Assembleia Legislativa Estadual reformou o sistema e instituiu cotas de “20% para negros autodeclarados; 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino; e 5% para outros estudantes com deficiência e indígenas brasileiros, no total.” Ver Tanya Katerí Hernández, *Racial Subordination in Latin America*, 153–4.

194 Desde o início dos anos 2000, o Brasil também vem implementando programas de ação afirmativa para o emprego. Além disso, em 2002 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir; e, em 2011, o estado do Rio de Janeiro instituiu uma cota de 20% para afrodescendentes e povos indígenas em concursos públicos. Ver Rosana Heringer e Ollie A. Johnson III, “Introduction,” in *Race, Politics, and Education in Brazil: Affirmative Action in Higher Education*, eds. Ollie A. Johnson III e Rosana Heringer (New York: Palgrave Macmillan, 2015).

195 João Feres Júnior, Verônica Toste e Luiz Augusto Campos, “Affirmative Action in Brazil: Achievements and Challenges,” in *Race, Politics, and Education in Brazil: Affirmative Action in Higher Education*, eds. Ollie A. Johnson III e Rosana Heringer (New York: Palgrave Macmillan, 2015), 189.

196 André Cicalo, *Urban Encounters*, 4.

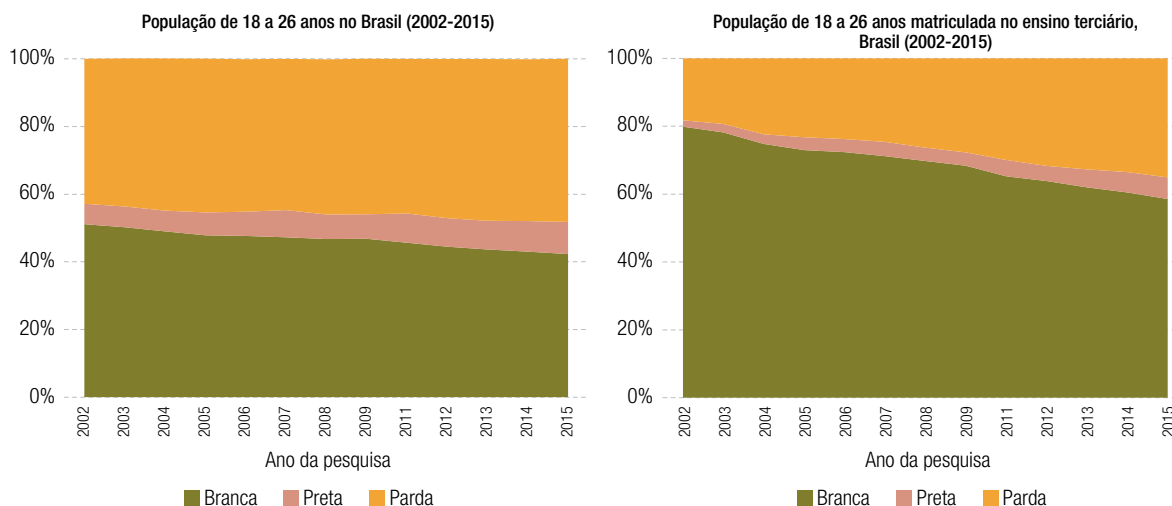
197 A pesquisa abrangeu cinco principais regiões geográficas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e incluiu 1.500 entrevistados (dos 1.449 que relataram sua cor, 44 eram pardos e 14 eram pretos). Ver João Feres Júnior, Verônica Toste e Luiz Augusto Campos, “Affirmative Action in Brazil,” 193.

198 Gladys Mitchell-Walthour, “Afro-Brazilian Support for Affirmative Action,” in *Race, Politics, and Education in Brazil: Affirmative Action in Higher Education*, eds. Ollie A. Johnson III e Rosana Heringer (New York: Palgrave Macmillan, 2015), 137.

199 João Feres Júnior, Verônica Toste e Luiz Augusto Campos, “Affirmative Action in Brazil,” 193.

Figura 33

População com idade entre 18 e 26 anos no Brasil (esquerda) e população com idade entre 18 e 26 anos matriculada no ensino terciário (direita), por raça, 2002–2015



Fonte: Censos nacionais.

discente. Constatou-se, também, que a ação afirmativa aumentou as expectativas acadêmicas dos estudantes de ensino médio potencialmente aptos a receber benefícios de admissão, como, por exemplo, uma crescente demanda por cursos preparatórios para o vestibular gratuitos e acessíveis.²⁰⁰ Apesar desses progressos, os programas de ação afirmativa ainda precisam tratar da diferença entre o alcance educacional e a inserção no mercados de trabalho, que ainda desfavorece jovens profissionais afrodescendentes, especialmente em funções mais competitivas (ver seção anterior).

O caso brasileiro é motivo de otimismo, mas a ação afirmativa não deve ser vista como um passo isolado ou uma política mágica para eliminar a influência da questão racial no acesso à educação. As

políticas de ação afirmativa podem gerar resultados louváveis no ensino superior. Contudo, se não forem superados os obstáculos que afetam crianças e jovens afrodescendentes nos níveis primário e secundário, o impacto dos sistemas de cotas será limitado. Na verdade, o resultado final pode ser até pior: eles podem não beneficiar, de forma alguma, os mais pobres ou vulneráveis. É improvável que os afrodescendentes mais excluídos tenham a formação educacional ou os recursos econômicos para se beneficiarem das cotas, o que pode acabar por propiciar novas formas de segregação. Apesar do progresso geral das últimas décadas, a sub-representação persistente de afrodescendentes nas principais instituições acadêmicas dos Estados Unidos tem sido atribuída a deficiências na forma como eles são incluídos nos ensinos primários e secundários.²⁰¹

200 A admissão a universidades públicas ocorre por meio de exames chamados vestibulares. Embora, em teoria, os vestibulares sejam meritocráticos, os alunos que cursam escolas secundárias particulares têm mais chances de obter pontuações melhores e ser admitidos. As escolas secundárias particulares gozam de mais recursos e geralmente oferecem cursos preparatórios especiais para os vestibulares. Ver João Feres Júnior, Verônica Toste e Luiz Augusto Campos, "Affirmative Action in Brazil," 180.

201 "Even With Affirmative Action, Blacks and Hispanics Are More Underrepresented at Top Colleges Than 35 Years Ago," *New York Times*, 24 de agosto de 2017.

Na Índia, na Malásia e na África do Sul, onde as políticas de ação afirmativa também obtiveram resultados positivos, persistem alguns padrões preexistentes de discriminação. Todos destacam a falta de atenção a pré-condições estruturais que limitam a capacidade dos grupos excluídos de se beneficiarem das oportunidades disponíveis. Na Índia, apesar da criação de uma cota de 22,5% em empregos públicos, universidades e cargos eletivos para promover igualdade de condições às castas e tribos, esses grupos continuam sub-representados nas escolas e nos escalões mais altos do funcionalismo público.²⁰² Na África do Sul, foram estabelecidas medidas de ação afirmativa em 1997 para reparar os efeitos do *apartheid*. Contudo, tais medidas ainda encontram uma série de obstáculos, tais como a falta de políticas raciais de admissão em muitas universidades; a segregação continuada em muitas instituições de ensino superior; e a persistente sub-representação de estudantes negros entre a população universitária.²⁰³

Na Malásia, após uma série de distúrbios de motivação racial em 1969, o governo aprovou várias medidas de ação afirmativa destinadas a ajudar os grupos raciais excluídos (os *bumiputeras*, ou “filhos da terra”), que eram considerados inferiores pelos chineses e indianos. Essas medidas incluíam cotas e bolsas de estudo para universidades públicas; cotas para empregos nos setores público e privado; e benefícios preferenciais para o acesso a moradias públicas e a compra de imóveis residenciais. À medida em que o país se tornou mais próspero, no entanto, alguns questionamentos foram levantados sobre

a parcialidade dessas políticas em prol das elites urbanas e ricas entre os *bumiputeras*.²⁰⁴

Apesar dessas falhas, a ação afirmativa expandiu significativamente a participação de grupos excluídos em todos os casos, inclusive no Brasil. No entanto, o caminho para a educação inclusiva requer uma abordagem holística, atenta às diferenças contextuais que afetam jovens e crianças afrodescendentes. Em alguns casos, transferências condicionadas de renda podem contribuir para eliminar barreiras de acesso, principalmente quando a baixa renda e a incapacidade de arcar com os custos relacionados à educação prejudicam a frequência escolar de crianças afrodescendentes.²⁰⁵ Em outros casos, os afrodescendentes sofrem exclusão não devido à falta de acesso, mas porque residem em áreas com serviços educacionais precários. Nesta seção, referenciamos estudos da Argentina, do Brasil e do Uruguai que demonstram como dinâmicas de ensino discriminatórias, tratamentos diferenciais e representações degradantes em livros didáticos podem ter impactos negativos nos resultados escolares e nos índices de evasão e abandono escolar. A eliminação dessas barreiras pode exigir uma série de abordagens, tais como capacitação; revisão de currículos e livros didáticos; e campanhas de conscientização.²⁰⁶ Portanto, a plena inclusão educacional precisa tratar das necessidades de cada contexto específico desde o início. Ela deve começar pela inclusão de afrodescendentes em programas focados nos níveis iniciais de ensino e acompanhar essas crianças e jovens durante todo o ciclo educacional.

202 Ver P. S. Krishnan, “Indian Social Justice versus American Affirmative Action and the Case of Higher Education,” in *Equalizing Access: Affirmative Action in Higher Education in India, United States, and South Africa*, eds. Zoya Hasan e Martha C. Nussbaum (New Delhi: Oxford University Press, 2012); Sonalde Desai e Veena Kulkarni, “Changing Educational Inequalities in India in the Context of Affirmative Action,” *Demography* 45, no. 2 (2008): 245–70; Ashwini Deshpande, *Affirmative Action in India and the United States* (Washington, DC: World Bank, 2005).

203 Ver Saleem Badat, “Redressing the Colonial/Apartheid Legacy: Social Equity, Redress, and Higher Education Admissions in Democratic South Africa,” in *Equalizing Access: Affirmative Action in Higher Education in India, United States, and South Africa*, eds. Zoya Hasan e Martha C. Nussbaum (New Delhi: Oxford University Press, 2012).

204 Ver Hwok-Aun Lee, “Affirmative Action in Malaysia: Education and Employment Outcomes since the 1990s,” *Journal of Contemporary Asia* 42, no. 2 (2012): 230–54; “Race-based Affirmative Action is Failing Poor Malaysians,” *The Economist*, 18 de maio de 2017.

205 Ariel Fiszbein, Norbert Schady, Francisco H. G. Ferreira, Margaret Grosh, Niall Keleher, Pedro Olinto e Emmanuel Skoufias, *Conditional Cash Transfers Reducing Present and Future Poverty* (Washington, DC: World Bank, 2009).

206 Emanuela di Gropello, ed., *Meeting the Challenges of Secondary Education in Latin America and East Asia: Improving Efficiency and Resource Mobilization* (Washington, DC: World Bank, 2006).

Rumo a um marco de inclusão étnico-racial



Durante a última década, os afrodescendentes alcançaram muitos avanços em termos de acesso a serviços, redução da pobreza e reconhecimento. No entanto, com exceção dos povos indígenas, eles ainda são mais pobres do que os outros latino-americanos, possuem menos anos de escolaridade, são mais frequentemente vítimas de crimes e violência, tendem a viver em áreas carentes e enfrentam barreiras invisíveis no mercado de trabalho. Muitas dessas desvantagens são confirmadas quando os afrodescendentes são comparados a indivíduos e famílias de outras raças que vivem em condições semelhantes. Ou seja, mantendo constantes todas as outras variáveis (por exemplo, escolaridade, setor de emprego, residência urbana ou rural, ou número de dependentes no domicílio), os afrodescendentes ainda são mais propensos a serem pobres, menos propensos a concluir a educação formal em todos os níveis e mais propensos a receber menos por empregos semelhantes. Isso resulta em menores chances de mobilidade social, o que é ainda mais grave.

A discriminação estrutural desempenha um papel central na explicação de muitas dessas lacunas. Vários estudos e pesquisas de opinião demonstram que os latino-americanos têm, em geral, um alto nível de consciência sobre as desvantagens estruturais enfrentadas pelos afrodescendentes. Além disso, a América Latina tende a aceitar a existência de causas históricas e estruturais para isso, em vez de culpar as vítimas pelas diferenças²⁰⁷. A região também goza de um robusto marco jurídico e adere a acordos internacionais que protegem os afrodescendentes contra todas as formas de discriminação racial. Apesar disso, na América Latina a pobreza é desproporcionalmente associada a minorias étnico-raciais. Isso ocorre porque a discriminação

está enraizada em expressões informais da vida cotidiana que naturalizam hierarquias étnico-raciais e reforçam seus vieses associados. Isso inclui desde piadas²⁰⁸ e práticas de seleção profissional até a aplicação de perfis raciais por autoridades policiais e judiciais²⁰⁹, sem que os indivíduos sequer percebam sua existência ou efeitos.²¹⁰ Logo, embora a discriminação estrutural possa ser vista por muitos como “culpa de ninguém”²¹¹, ela faz parte de instituições e prejudica o acesso dos afrodescendentes a mercados, serviços e espaços, conforme demonstrado ao longo deste relatório. A discriminação dificulta, portanto, o caminho rumo à inclusão social, pois reduz a capacidade dos afrodescendentes de realizar todo o seu potencial humano.²¹²

Apesar do crescente reconhecimento das formas estruturais de discriminação étnico-racial e da ampla evidência de suas consequências socioeconômicas, a região demorou a incluir políticas e programas voltados especificamente aos afrodescendentes, o que só aconteceu recentemente. O marco jurídico de proteção aos direitos dos afrodescendentes permanece irregular, incompleto e fortemente influenciado pela legislação antirracismo. Além disso, possui limitada capacidade de fiscalização. Apesar das evidentes lacunas relativas à educação e à inclusão no mercado, apenas uma minoria de países tem disposições específicas relativas a emprego e educação em sua legislação. Além disso, mesmo em países onde os afrodescendentes são identificados como minoria étnica e, portanto, gozam da proteção das leis e acordos internacionais relativos aos direitos dos povos indígenas e tribais, os governos frequentemente descumprem a legislação no caso das comunidades afrodescendentes.²¹³

207 Edward Telles e Stanley Bailey, “Understanding Latin American Beliefs about Racial Inequality,” *American Journal of Sociology* 118, no. 6 (2013): 1559–95; Graziella Moraes Silva e Marcelo Paixão, “Mixed and Unequal: New Perspectives on Brazilian Ethnoracial Relations,” in *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*, 211.

208 Christina A. Sue e Tanya Golash-Boza, “‘It Was Only a Joke’: How Racial Humour Fuels Colour-Blind Ideologies in Mexico and Peru,” *Ethnic and Racial Studies* 36, no. 10 (2013): 1582–98.

209 Jennifer Roth-Gordon, *Race and the Brazilian Body: Blackness, Whiteness, and Everyday Language in Rio de Janeiro* (Durham, NC: Duke University Press, 2017).

210 Banco Mundial, *Inclusion Matters*, 77–8.

211 Paul Farmer, “An Anthropology of Structural Violence,” in *Partner to the Poor: A Paul Farmer Reader*, ed. Haun Saussy (Berkeley: University of California Press, 2010).

212 Ver também Philippe Bourgois, “Treinta años de retrospectiva etnográfica sobre la violencia en las Américas,” in *Guatemala: violencias desbordadas*, eds. Julián López García, Santiago Bastos e Manuela Camus (Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2009).

213 No Brasil, por exemplo, das 2.159 comunidades certificadas pelo governo até o momento (principalmente nos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais), apenas 24 receberam títulos de propriedade da terra (ver quadro 11). Na Colômbia, onde os afrodescendentes têm *status* de minoria étnica de acordo com a Lei 70 de 1993, o governo demorou a conceder terras agrícolas ou produtivas às comunidades afro-colombianas, um direito raramente negado às comunidades indígenas.

Apesar disso, a perseverança dos representantes e estudiosos afrodescendentes vem provocando mudanças nesse cenário. Embora lentamente, muitos países vêm adotando, de maneira gradual, reformas que aumentam a visibilidade dos afrodescendentes em debates sobre políticas públicas.²¹⁴ A maioria dos institutos de estatística incluiu variáveis étnico-raciais nos censos nacionais e em um conjunto cada vez maior de pesquisas domiciliares e outras ferramentas estatísticas. Além disso, vários países (em número menor, mas crescente) vêm implementando ou expandindo programas de ações afirmativas e direcionadas.²¹⁵ Essa experiência oferece um pano de fundo para a identificação de estratégias de redução das lacunas étnico-raciais, de forma a permitir que os países desenvolvam marcos para a implementação de abordagens afrocêntricas de inclusão social.

Ao longo do relatório, enfatizamos que a exclusão social dos afrodescendentes é um problema multifacetado, pois eles enfrentam desvantagens cumulativas, oportunidades desiguais e falta de respeito e reconhecimento. Nesta última seção, reconhecemos a complexidade e a especificidade de cada país, pois tais considerações são necessárias para a elaboração de políticas. As soluções não podem ser as mesmas em todos os lugares; elas precisam ser adaptadas às condições específicas de cada país e situação. Portanto, não oferecemos recomendações específicas, mas indicamos alguns elementos que, na nossa opinião, devem ser considerados durante a elaboração de políticas destinadas a melhorar as oportunidades e capacidades dos afrodescendentes, respeitando e reconhecendo sua dignidade como parceiros indispensáveis nos esforços para acabar com a pobreza na região e levá-la a um caminho de crescimento inclusivo e sustentável.

COMEÇAR COM UM BOM DIAGNÓSTICO

Um ponto de partida para o desenvolvimento de um conjunto coerente de políticas destinadas a promover a inclusão social de afrodescendentes é reconhecer que sua população é altamente heterogênea, tanto cultural quanto socioeconomicamente. Essas diferenças também

se manifestam entre diferentes países e dentro deles, e, portanto, nenhuma solução atenderá a todas as situações. Muito provavelmente as políticas destinadas aos afrodescendentes envolverão vários setores e níveis de governo. É importante que elas levem em consideração as desvantagens sobrepostas que impedem o pleno desenvolvimento do potencial desse grupo em todos os ambientes, situações e momentos.

Existem também grandes diferenças entre famílias de afrodescendentes. Os domicílios chefiados por mulheres tendem a ter um desempenho pior do que aqueles chefiados por homens, e algumas categorias raciais tendem a ter melhores resultados do que outras em diferentes países (miscigenados versus negros, por exemplo). Essa diversidade de situações produz diferentes formas de exclusão, que exigem métodos aprimorados de coleta de dados, bem como melhores estruturas analíticas para promover a inclusão social.

A crescente desagregação de dados com base em características étnicas e raciais foi fundamental para desenvolver uma melhor compreensão sobre os impactos da discriminação estrutural nos afrodescendentes, bem como sobre as áreas em que eles são desfavorecidos e sobre as oportunidades e lições disponíveis para preencher essas lacunas. A região fez um tremendo progresso nesse sentido, mas reverter séculos de invisibilidade estatística não é algo realizável da noite para o dia, ou simplesmente por meio da inclusão de variáveis nos censos. Ainda é necessário afinar alguns aspectos relativos a como é feita a contagem dos afrodescendentes; como são formuladas as perguntas nos censos e pesquisas domiciliares; e como devem ser incorporados os afrodescendentes aos principais registros estatísticos naqueles lugares em que isso ainda não ocorre – mais notadamente, nos registros de educação, saúde e criminalidade/violência. Ademais, a experiência de toda a região demonstra que a inclusão estatística deve acompanhar outras políticas destinadas a reverter uma prolongada história de estigmatização e invisibilidade (quadro 10). Ela deve, também, incluir uma análise cuidadosa e a recalibração das estatísticas produzidas atualmente.

214 Edward Telles e o Projeto sobre Etnia e Raça na América Latina (Perla), *Pigmentocracies*.

215 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*, 117.

O Peru possui uma das geografias humanas mais diversas e complexas da região, mas poucos sabem que os afrodescendentes representam mais de 2% de sua população. O último censo nacional que incluiu dados sobre os afro-peruanos ocorreu em 1940. Desde então, eles permaneceram, em grande parte, invisíveis ao Estado como uma categoria distinta até serem reintroduzidos em 2017 (no momento da elaboração deste relatório, os dados ainda não estavam disponíveis para análise). O governo do Peru percebeu, no entanto, que compreender seu *status* era fundamental para o avanço de sua pauta de inclusão social.

Com o apoio do Banco Mundial, o Ministério da Cultura do Peru lançou, em 2013, uma série de atividades destinadas a aumentar a visibilidade dos afro-peruanos, conscientizar a população sobre sua situação e promover sua inclusão na pauta política mais ampla. Essas atividades incluíram a produção de informações estatísticas em âmbito nacional por meio de uma pesquisa especializada e a elaboração das variáveis étnico-raciais validadas utilizadas no censo de 2017.

O trabalho analítico foi acompanhado por uma campanha de comunicação e engajamento que visava a estimular debates dentro e fora da comunidade afro-peruana (figura 34). O uso de material audiovisual e de testemunhos de alta qualidade demonstrou-se eficaz para alcançar a população afro-peruana e estimular sua participação, tanto na pesquisa nacional especializada quanto no censo que viria a seguir.²¹⁶

Figura 34

“Orgulhosamente afro-peruano” – parte de uma campanha de fotos e vídeos elaborada pelo Ministério da Cultura do Peru e pelo Banco Mundial em 2013



216 Ver <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/10/14/Peru-negro-color-invisible>.

Os dados utilizados neste relatório representam apenas uma pequena fração das informações compiladas e processadas pelo Banco Mundial no contexto deste estudo. Como parte deste projeto, o Banco Mundial também criou um conjunto de ferramentas que oferecem um grande volume de informações adicionais e que podem viabilizar análises mais profundas. Em termos de escopo e profundidade, as ferramentas desenvolvidas para este relatório são melhores que as fontes anteriores disponíveis na região e nas bases de dados do Banco Mundial. O usuário deve levar em consideração as preocupações com os dados mencionadas no relatório, principalmente no que diz respeito às variações resultantes de diferentes autorrelatos e percepções (ver anexo B).

O acesso a dados estatísticos é apenas o primeiro passo para entender a exclusão social. No entanto, uma estrutura analítica que vise a promover a inclusão social deve ir além da medição e se perguntar o *porquê* da persistência de resultados negativos. Serão necessárias abordagens inovadoras e integrais para desvendar os muitos fatores interconectados que impõem obstáculos às famílias afrodescendentes. Melhorias no acesso ao ensino superior e uma representação justa em programas de ensino e livros didáticos, por exemplo, não produzirão resultados positivos se as barreiras invisíveis enfrentadas pelos afrodescendentes no mercado de trabalho não forem compreendidas e tratadas. Além disso, embora a pobreza e a exclusão estejam frequentemente interligadas, a exclusão pode ocorrer na ausência de pobreza. A sub-representação de profissionais afrodescendentes em cargos de gestão é um exemplo de exclusão não necessariamente relacionada à pobreza, mas que limita o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

A análise de grupos historicamente excluídos, como os afrodescendentes, precisa buscar formas ocultas de exclusão nos dados, como, por exemplo, distorções estatísticas produzidas pela subnotificação de categorias raciais desfavorecidas. A identificação com categorias que descrevem uma cor mais clara ou uma origem miscigenada, por exemplo, é adotada na maior parte da região para suavizar as implicações discriminatórias da autoidentificação como negro. Isso pode influenciar a análise estatística em

direções diferentes. O diagnóstico das situações vividas pelos afrodescendentes deve considerar esses aspectos não métricos e reconhecer a natureza fluida e contextual das identidades raciais.

CRIAR POLÍTICAS COM METAS CARAS, ESPECÍFICAS E MENSURÁVEIS

A elaboração de políticas voltadas à eliminação das lacunas étnico-raciais deve estabelecer metas específicas, com responsabilidades e competências de implementação bem definidas, bem como mecanismos de avaliação de progresso. A Década Internacional de Afrodescendentes das Nações Unidas oferece uma oportunidade única para promover metas específicas no âmbito regional. Lamentavelmente, no entanto, pouco progresso foi alcançado até agora, e os representantes dos afrodescendentes frequentemente reclamam que se trata de um mandato sem recursos. Não obstante, a região vem acumulando experiências que podem ajudar a elaborar estratégias para superar muitas das lacunas descritas neste relatório, além de servirem para unificar esforços rumo a metas específicas e monitoráveis ao longo do tempo.

Mais especificamente, a região realizou experimentos, durante as três últimas décadas, com políticas focalizadas nas populações afrodescendentes. Tais iniciativas são enquadradas em dois conjuntos distintos de acordos internacionais: as políticas focadas no direito à diferença cultural e à autodeterminação e que afirmam tal direito, inspiradas pelos princípios contidos na Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989, entre outros instrumentos, que chamaremos de etnopolíticas (por exemplo, a Lei 70 de 1993 da Colômbia); e aquelas que afirmam o direito à igualdade de tratamento e à não discriminação, inspiradas, entre outros, no Programa de Ação de Durban e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (por exemplo, a Lei 19.122 de 2013 do Uruguai e a Lei de Cotas Sociais de 2012 do Brasil), que chamaremos de políticas de igualdade racial. Um terceiro tipo de políticas, geralmente não enquadradas em um discurso de igualdade racial, refere-se a políticas gerais de desenvolvimento territorial em áreas com alta concentração de

Tabela 7

Políticas étnico-raciais implementadas na região

	Políticas étnicas	Políticas de igualdade racial	Desenvolvimento territorial
Marcos internacionais de referência	Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, Programa de Ação de Durban	Acordos e políticas intersetoriais
Discurso dominante	Etnia, direito à diferença	Raça, direito à igualdade de tratamento	Desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas
População-alvo	Comunidades afrodescendentes rurais, enclaves e minorias afroindígenas	População afrodescendente em geral que enfrenta desvantagens estruturais	Afrodescendentes residentes em regiões menos desenvolvidas
Tipo de reformas promovidas	Proteção e promoção de direitos coletivos	Políticas de inclusão social e igualdade de tratamento	Desenvolvimento multissetorial
Exemplos de políticas promovidas	Direitos territoriais, autonomia política, desenvolvimento motivado pela comunidade, etnoeducação, consulta e consentimento em processos decisórios (inclusão do consentimento livre, prévio e informado), reconhecimento cultural, recuperação e proteção da memória histórica, salvaguardas de desenvolvimento, proteção dos meios tradicionais de subsistência, cotas de representação política etc.	Ação afirmativa na educação e no trabalho, engajamento e representação política, revalorização das contribuições de afrodescendentes para a sociedade, conscientização, aplicação da legislação antirracismo, visibilidade estatística, acesso à justiça, prevenção de criminalidade e violência etc.	Desenvolvimento de infraestrutura, inclusão em sistemas nacionais de educação e saúde, conexão a mercados, moradia etc. (políticas que visam a uma melhor integração de regiões menos desenvolvidas, independentemente da raça)

afrodescendentes, que, conforme demonstra este relatório, tendem a estar entre as mais subdesenvolvidas e negligenciadas (tabela 7).

Esses conjuntos de políticas não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, eles promovem diferentes tipos de ações e são idealmente voltados a diferentes formas de exclusão, que frequentemente têm efeitos cumulativos sobre a mesma população. As etnopolíticas são mais assertivas na proteção dos direitos coletivos e da autodeterminação (por exemplo, direitos fundiários, etnoeducação e inclusão do consentimento livre, prévio e informado), ao passo que as políticas de igualdade racial se concentram mais na afirmação da igualdade de direitos individuais e na geração de oportunidades iguais (por exemplo, leis antidiscriminação, ações afirmativas e sistemas de cotas).

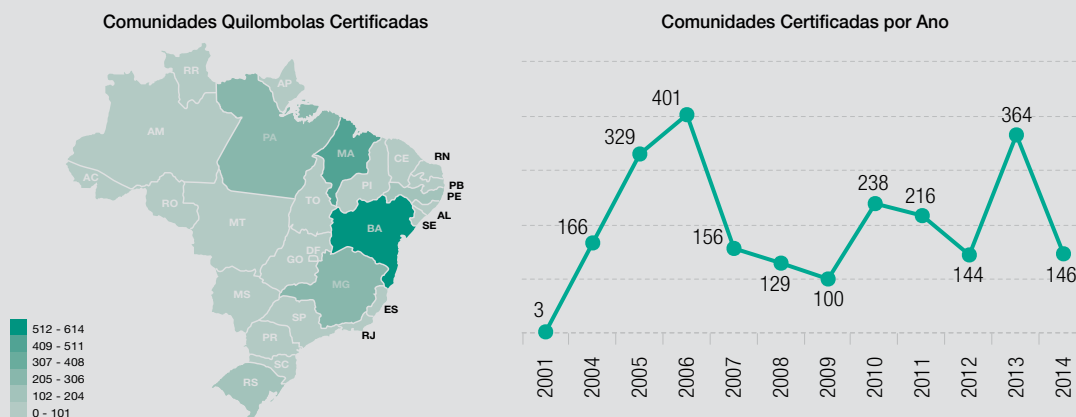
As políticas aplicadas no âmbito desses três marcos levaram a resultados heterogêneos. Frequentemente, há uma desconexão entre a criação de dispositivos jurídicos que protegem os direitos dos afrodescendentes e sua efetiva implementação, que é geralmente prejudicada por processos burocráticos emaranhados, falta de coordenação e a alta rotatividade de diferentes atores do governo (quadro 11). Outro problema recorrente é a falta de clareza sobre as necessidades e barreiras específicas enfrentadas pelos afrodescendentes em suas situações individuais e, portanto, sobre o tipo de estratégia política disponível para atender a essas necessidades. Em outras palavras, os afrodescendentes são frequentemente tratados como um grupo social homogêneo e, portanto, supõe-se que necessitam de um único tipo de políticas.

A Constituição brasileira concede direitos fundiários especiais às comunidades quilombolas (Artigo 68 do ADCT, 1988), uma mudança promulgada como forma de reparação em virtude das condições geradas pela escravidão. O governo também ratificou a Convenção n.º 169 da OIT e aprovou o Decreto 4.887 (2003), concedendo aos quilombolas o direito à autoidentificação e a títulos fundiários especiais. Apesar da robustez dos marcos jurídicos, o processo de titulação de terras quilombolas tem sido lento, pois as comunidades requerentes devem apresentar a documentação e passar por um longo processo judicial que pode, inadvertidamente, gerar exclusão.²¹⁷

Primeiramente, as comunidades quilombolas devem solicitar um “certificado de reconhecimento” da Fundação Cultural Palmares e fornecer provas de sua história específica, de suas práticas culturais e do uso tradicional da terra da comunidade. Caso as comunidades não consigam atender a esses critérios, elas correm o risco de serem formalmente ignoradas. Após a Fundação Cultural Palmares ter certificado uma comunidade quilombola, ela passa à categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. Uma vez certificada, a comunidade quilombola está habilitada a participar de programas governamentais específicos por meio do Programa Brasil Quilombola, inclusive para obtenção de infraestrutura de eletricidade e água, inclusão no programa de assistência social do Bolsa Família, acesso a serviços médicos e financiamento especial para escolas. Contudo, caso a comunidade não obtenha o «certificado de reconhecimento», ela não terá acesso a financiamento especial.²¹⁸

Após sua certificação, a comunidade quilombola pode solicitar a titulação da terra ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O processo de titulação pode levar até dois anos (dependendo do financiamento e da equipe do órgão), mas pode ser adiado se parte da terra estiver ocupada por proprietários privados (o que geralmente resulta em disputas judiciais ou indenizações pagas pelo Incra) ou se outras entidades públicas tiverem interesse no terreno. Dos 2.422 registros oficiais da Seppir²¹⁹, 2.159 comunidades foram certificadas (a maioria nos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais), mas somente 24 receberam as escrituras definitivas de suas terras (figura 35).

Figura 35 Comunidades quilombolas certificadas



Fonte: Seppir e Programa Brasil Quilombola. Disponível em: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1>.

217 Elizabeth Farfán-Santos, “Fraudulent’ Identities: The Politics of Defining Quilombo Descendants in Brazil,” *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology* 20, no. 1 (2015): 110–32.

218 Elizabeth Farfán-Santos, *Black Bodies, Black Rights: The Politics of Quilombismo in Contemporary Brazil* (Austin, TX: University of Texas Press, 2016), 119.

219 Ver <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1>.

Mais clareza no marco de políticas étnico-raciais ajudará a aprimorar o foco dos processos decisórios e a adaptar as estratégias de inclusão social para enfrentar os problemas reais que prejudicam os afrodescendentes em suas situações específicas. Por exemplo, a Colômbia é provavelmente o país que mais gerou precedentes em relação à inclusão de afrodescendentes no conjunto de instrumentos jurídicos inspirados na Convenção 169 da OIT. Nos termos da Lei 70, os afro-colombianos são protegidos por uma legislação que os coloca em pé de igualdade com os povos indígenas. Embora a estratégia tenha permitido avanços importantes em várias áreas (por exemplo, um gabinete especial foi criado dentro do Ministério do Interior; os afro-colombianos são incluídos nas consultas operacionalizadas pelo mesmo ministério; e dois assentos especiais estão reservados para eles no Congresso Nacional), essa abordagem não levou em conta as necessidades de desenvolvimento territorial dos afro-colombianos na costa do Pacífico, ou os preconceitos e barreiras no mercado de trabalho que impedem que afro-colombianos urbanos desenvolvam todo o seu potencial.

Portanto, é importante compreender as situações específicas que afetam os afrodescendentes e as reformas que eles desejam ver promovidas (com objetivos e indicadores de progresso), bem como as políticas disponíveis para alcançá-las. Também deve ser incentivada a coordenação entre diferentes atores e ferramentas que facilitem esse processo (por exemplo, ferramentas de compartilhamento de informações que facilitem a cooperação intersetorial; mecanismos de coordenação; e supervisão e responsabilidade de alto nível). Muitas vezes, as intervenções necessárias para ajudar os afrodescendentes a romper o ciclo de pobreza não exigem que o governo realize gastos substanciais nem adote programas direcionados. Pequenas modificações ou mudanças de escopo em programas preexistentes podem ser suficientes. De fato, experiências como o Progreso/Oportunidades, o programa mexicano de transferência condicionada

de renda, demonstram que mesmo as políticas que não são especificamente focalizadas podem ter efeitos positivos entre as minorias étnicas em termos de redução da pobreza e aumento das matrículas escolares.

Por exemplo, um relatório recente revelou que a prevenção da criminalidade e violência requer abordagens abrangentes e interconectadas – desde a gestação até a vida adulta – baseadas em uma compreensão profunda das condições subjacentes que tornam alguns indivíduos ou grupos mais propensos a serem vítimas ou a cometer crimes.²²⁰ Abordagens afrocêntricas para a prevenção da criminalidade e da violência exigem, portanto, uma revisão dos programas de educação e socialização, bem como uma mudança de mentalidade em relação aos preconceitos institucionais que levam à estigmatização e à criminalização dos jovens afrodescendentes, e que exacerbam as armadilhas de pobreza e criminalidade entre as comunidades afrodescendentes. Em geral, nenhuma dessas abordagens exige custos adicionais ou programas setoriais especializados, mas sim um maior nível de coordenação e os incentivos corretos para que vários setores (como programas de emprego juvenil, educação, justiça e segurança) trabalhem juntos para eliminar os ciclos de crime e violência que afetam muitas famílias afrodescendentes.

As políticas voltadas aos afrodescendentes também devem levar em conta o fato de suas situações serem mais frequentemente motivadas por múltiplas camadas de exclusão, de modo que abordagens unilaterais muitas vezes não conseguem produzir mudanças substanciais. Uma das principais áreas abordadas pela Lei 19.122 de 2013 do Uruguai é a discriminação no mercado de trabalho. O artigo 4 da lei, em particular, visa a corrigir as disparidades de empregos e salários, criando uma quota de 8% para afrodescendentes em empregos no setor público.²²¹ Embora a lei tenha sido recebida como uma medida governamental decisiva e muito positiva para superar desigualdades históricas

220 Laura Chioda, *Stop the Violence in Latin America*.

221 Um estudo de 2010 concluiu que os afrodescendentes ganham, em média, 35% menos por hora que os trabalhadores brancos realizando tarefas semelhantes. Além disso, para posições de baixa qualificação, a diferença salarial foi ligeiramente menor (22% menos), ao passo que, para cargos altamente qualificados e gerenciais, ele atingiu 82%. Ver Martín Iguini, Noelia Maciel, Fabiana Miguez e Oscar Rorra, "Análisis de la implementación de la Ley 19.122: la construcción de políticas públicas para la equidad étnico-racial desde la perspectiva de la sociedad civil," in *Horizontes críticos sobre afrodescendencia en el Uruguay contemporáneo: primera jornada académica sobre afrodescendencia*, Montevideo, 2016 (Montevideo: Investigaciones en Derechos Económicos, Sociales y Culturales, Dirección Nacional de Promoción Sociocultural – Ministerio de Desarrollo Social, 2017), 74.

entre os afro-uruguaios e outros cidadãos no acesso ao ensino e emprego públicos, a aplicação do sistema de cotas não tem sido fácil. Há, por exemplo, questionamentos relativos aos tipos de empregos públicos aos quais os afro-uruguaios têm tido acesso – mais frequentemente pouco qualificados e não gerenciais. Um recente relatório²²² baseado em dados do Ministério do Desenvolvimento Social revelou que, em 2014, apenas 1% de todos os novos contratados eram afrodescendentes, e aproximadamente 64% deles eram afiliados ao Ministério da Defesa como soldados de baixa patente. Naquele ano, apenas três instituições atingiram as cotas. Em 2015, houve um aumento de 143%, mas 79% dos novos empregos foram no Ministério da Defesa. Mais uma vez, apenas três instituições atingiram as cotas previstas. Por fim, em 2016, 1,8% dos novos empregos públicos foram para afrodescendentes mas, assim como nos anos anteriores, havia um número desproporcional de homens e uma falta de cargos altamente qualificados ou gerenciais (embora tenha se verificado um ligeiro aumento no número de cargos técnicos e profissionais em relação a 2014 e 2015).

A aprovação da lei uruguaia sobre a equidade racial é certamente louvável. No entanto, o lento progresso no preenchimento das cotas e a segregação da maioria das novas contratações previstas na lei para funções pouco qualificadas e com baixos salários reforçam a necessidade de uma abordagem integral para eliminar essas desigualdades históricas. A implementação da lei tem sido dificultada, segundo diversos relatórios, por inúmeros fatores, tais como as tradicionais diferenças educacionais²²³; a falta de capacitação e de planos institucionais para cumprir as cotas; a falta de um roteiro com marcos específicos para aumentar o emprego entre os afrodescendentes no setor privado; e a falta de uma política nacional

para combater o racismo e a discriminação.²²⁴ O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial também lamentou a ausência de medidas para melhorar a participação política entre os afro-uruguaios, dado o pequeno número deles em funções com poder decisório nos setores público e privado (0,8%).²²⁵

ALTERAR OS MODELOS MENTAIS QUE MOTIVAM A EXCLUSÃO DE AFRODESCENDENTES

A região também deve abordar as crenças e modelos mentais que motivam a exclusão de afrodescendentes. Há provas crescentes de que modelos mentais moldam as percepções dos indivíduos sobre eles próprios e sobre o mundo, influenciando não apenas como eles percebem e reconhecem certas oportunidades, mas também como agem (ou não) em relação a elas. Os modelos mentais podem, portanto, contribuir de maneira decisiva para a exclusão social e devem ser objeto de intervenções de políticas públicas.²²⁶ Já se demonstrou que aumentar a voz e a participação das pessoas em processos decisórios é uma maneira eficaz de combater modelos mentais negativos e estereótipos que impedem a inclusão de grupos sub-representados, por meio da reserva de cotas políticas, por exemplo, ou da sua inclusão em processos de consulta e desenvolvimento motivados pelas próprias comunidades.²²⁷ Da mesma forma, intervenções focadas em habilidades não cognitivas (tais como empatia, tolerância a opiniões diferentes e resiliência) poderiam se concentrar nas barreiras que reforçam a exclusão de afrodescendentes.²²⁸ Habilidades não cognitivas podem ser desenvolvidas em ambientes escolares, tanto nos estágios iniciais quanto na vida posterior dos indivíduos. Embora a maneira de medir seu efeito ao longo do tempo ainda seja motivo de debate,

222 Ver Martín Iguini, Noelia Maciel, Fabiana Miguez e Oscar Rorra, "Análisis de la implementación de la Ley 19.122," 69–84.

223 Escritório do Unicef no Uruguai, *La universalización de la educación media en Uruguay: tendencias, asignaturas pendientes y retos a futuro* (Montevideo: UNICEF, 2010), 66).

224 Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, *Observaciones Finales sobre los Informes Periódicos 21º a 23º Combinados del Uruguay* (2017), CERD/C/URY/CO/21–23, http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=1080&Lang=en.

225 Ibid.

226 Banco Mundial, *World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior* (Washington, DC: World Bank, 2015).

227 Karla Hoff, "Behavioral Economics and Social Exclusion: Can Interventions Overcome Prejudice?" Policy Research Working Paper no. 7198 (Washington, DC: World Bank, 2015), <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/21591/WPS7198.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

228 Um relatório recente descobriu que as habilidades não cognitivas foram instrumentalizadas como componentes-chave para a melhoria de resultados econômicos e escolares. Habilidades não cognitivas "fomentam a inclusão social e promovem a mobilidade econômica e social, a produtividade econômica e o bem-estar." Ver Tim Kautz, James J. Heckman, Ron Diris, Bas ter Weel e Lex Borghans, *Fostering and Measuring Skills: Improving Cognitive and Non-Cognitive Skills to Promote Lifetime Success* (OECD), 10.

a promoção de habilidades não cognitivas pode ser um mecanismo importante para promover a igualdade étnico-racial e construir ambientes sociais inclusivos.

Pesquisas sobre relações raciais nas escolas demonstraram que, em muitos países latino-americanos, o ambiente escolar repete e reforça assimetrias tradicionais entre brancos e afrodescendentes.²²⁹ As hierarquias raciais existentes no ambiente escolar manifestam-se de inúmeras formas, tais como a probabilidade diferencial de receber elogios ou críticas verbais; práticas não verbais de demonstração (ou não) de afeto; e práticas pedagógicas que – conscientemente ou não – reforçam os estereótipos raciais ou a invisibilidade dos afrodescendentes.

Um estudo sobre as ilustrações contidas em livros escolares realizado no Brasil na década de 1980 revelou que os brancos eram apresentados com mais frequência nos textos e imagens do que os membros de qualquer outro grupo racial. Além disso, eles tendiam a ser representados em posições de prestígio (como médicos ou pais de família). Os afrodescendentes geralmente apareciam, de forma estereotipada, em papéis subservientes (como empregadas domésticas ou trabalhadores da construção civil). Além disso, os brancos representavam situações profissionais mais diversificadas (36 ao todo), ao passo que os afrodescendentes foram representados em apenas 9 (principalmente em funções subalternas).²³⁰ Durante a década de 1990, no entanto, o governo brasileiro concentrou sua atenção nos livros didáticos para evitar a disseminação de mensagens preconceituosas e discriminatórias. O Programa Nacional do Livro Didático ajudou, nas duas últimas décadas, a ajustar o comportamento das editoras e autores de livros didáticos, demonstrando a possibilidade de transformar e monitorar a representação dos afrodescendentes nos livros escolares.²³¹

FORTALECER A VOZ E A PARTICIPAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES

A falta de reconhecimento não apenas torna as minorias étnico-raciais “invisíveis” nas estatísticas oficiais, mas também cria barreiras no acesso aos serviços e na sua capacidade de aproveitar as oportunidades disponíveis. Os afrodescendentes podem se excluir do desenvolvimento se sentirem que suas culturas, valores e dignidade podem vir a ser comprometidos. No Peru, um estudo de 2011 da Defensoria Pública revelou que cerca de 70% da população afro-peruana vitimada por alguma doença no ano anterior não havia procurado assistência médica devido à sua percepção de discriminação, mesmo quando residiam em áreas com disponibilidade de serviços públicos de saúde.²³² As experiências demonstram que a inclusão dos pontos de vista dos grupos excluídos é fundamental para evitar a reprodução de preconceitos que impedem o desenvolvimento. Ademais, ainda mais importante é constatar que tal inclusão pode motivar mudanças em comunidades aparentemente presas em ciclos crônicos de pobreza.

No entanto, o reconhecimento raramente ocorre sem a pressão de organizações que representam os grupos sociais excluídos. Os afrodescendentes possuem um longo histórico de negociações e engajamento político com a sociedade majoritária. As identidades negras não representaram uma resposta axiomática à escravidão ou ao racismo, mas sim “produtos contingentes da atuação e do trabalho cultural e político de articulação” dos próprios afrodescendentes.²³³ As legislações pró-afrodescendentes aprovadas em toda a região só foram possíveis graças à perseverança dos movimentos afrodescendentes. No entanto, até hoje esses indivíduos permanecem imensamente sub-representados nas arenas decisórias, tanto no âmbito privado quanto no público, pois encontram numerosos obstáculos para o exercício de seus direitos políticos,

229 Marcelo Paixão, *The Paradox of the “Good” Student: Race and the Brazilian Education System* (Washington, DC: PREAL, 2009); Wanda Cabella, Mathías Nathan e Mariana Tenenbaum, “La población afro-uruguaya en el Censo 2011.”

230 Regina Pinto, “A representação do negro em livros didáticos de leitura,” *Caderno de Pesquisas* 63 (Nov. 1987): 88–92, cited in Marcelo Paixão, *The Paradox of the “Good” Student*, 23.

231 Marcelo Paixão, *The Paradox of the “Good” Student*, 25.

232 Defensoria del Pueblo, *Los Afrodescendientes en el Perú: una aproximación a su realidad y al ejercicio de sus derechos* (Lima: Defensoría del Pueblo, 2011).

233 Tianna Paschel, *Becoming Black Political Subjects*, 13

econômicos e culturais.²³⁴ De fato, estima-se que toda a comunidade afrodescendente da América Latina seja representada por menos de 100 legisladores.²³⁵ Com poucas exceções, no entanto, os países da região têm relutado em reservar cotas para líderes ou partidos políticos afrodescendentes em sua arquitetura institucional, e tampouco têm estimulado a inclusão política de afrodescendentes por outros meios.

Expandir as oportunidades de voz e participação dos afrodescendentes ajudará a atender às necessidades e prioridades dessa população altamente heterogênea sem identificá-la com os estereótipos e vieses que historicamente dominaram o entendimento da região sobre suas situações. As experiências demonstram que, sem a participação das comunidades locais em todas as suas fases (desde a concepção até a implementação), os programas de desenvolvimento tendem a reproduzir preconceitos, antigos e novos, que impedem o seu sucesso. Em contraste, existe um amplo consenso na região sobre a necessidade de envolver as comunidades indígenas em programas e políticas de desenvolvimento.²³⁶

A região também deve investir mais na capacitação técnica e organizacional dos afrodescendentes por meio de suas organizações representativas. Isso é fundamental para ajudar os afrodescendentes a elaborar e transmitir uma visão comum de suas necessidades e aspirações de desenvolvimento em âmbito local, nacional e regional. A América Latina possui experiência e conhecimento suficientes para tratar de muitas das lacunas descritas neste estudo de maneiras que respeitem as identidades e a dignidade dos afrodescendentes. No entanto, para se beneficiar dessas lições e conhecimentos, a região deve reconhecer que os afrodescendentes são parceiros indispensáveis na trajetória de crescimento sustentável e prosperidade inclusiva.

APROFUNDAR O CONHECIMENTO REGIONAL EM ÁREAS CRÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E CONSTRUIR REPOSITÓRIOS DE BOAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS

O rápido aumento na inclusão estatística de afrodescendentes foi acompanhado por uma expansão igualmente rápida da literatura e de estudos especializados sobre o tema. Antigos paradigmas que norteavam a visão sobre relações étnico-raciais na região – como o mito da democracia racial – deram lugar a novas teorias mais consistentes sobre os motivos por trás da persistente exclusão das população afrodescendentes. Há, também, uma compreensão crescente sobre o papel dos afrodescendentes na formação histórica e atual da região. Este relatório resumiu algumas das mensagens que consideramos mais relevantes para fins de desenvolvimento.

No entanto, grande parte da pesquisa relevante ainda é limitada, tanto em escopo quanto em abrangência, a países ou populações específicas. Consequentemente, ainda se observam grandes lacunas analíticas e de dados em áreas críticas para os afrodescendentes, tais como seu estado de saúde ou as estratégias disponíveis para combater a onda de criminalidade e violência que aflige jovens afrodescendentes em muitos países da região. O estudo dos afrodescendentes latino-americanos também está desconectado das discussões e lições sobre inclusão social aprendidas em outras regiões – relacionadas à diáspora africana mais ampla e a outros grupos excluídos com base em sua identidade étnico-racial, por exemplo, ou às dificuldades enfrentadas pelo movimento contrário ao *apartheid* na África do Sul ou pelo movimento de direitos civis nos Estados Unidos.

234 Ver Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *The Situation of People of African Descent in the Americas*, 11; Edward Telles, "Race and Ethnicity and Latin America's United Nations Millennium Development Goals."

235 Judith A. Morrison, "Social Movements in Latin America," 258.

236 Banco Mundial, *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*.

As organizações afrodescendentes assumiram a liderança na tentativa de unir algumas dessas experiências. Representantes africanos e norte-americanos têm sido convidados para muitas reuniões regionais de afrodescendentes, mas a pesquisa permanece muito atrasada nesse aspecto. Um comparador comum para análises sobre políticas e desenvolvimento de afrodescendentes são os povos indígenas. Alguns grupos afrodescendentes – como os palenques na Colômbia, os garífunas na América Central e os quilombolas no Brasil – têm características que se alinham com as da população indígena, principalmente no que diz respeito à sua conexão histórica com territórios específicos; suas instituições decisórias e políticas distintas; e suas demandas por proteção de sistemas fundiários comunais. Esses grupos de afrodescendentes também estão expostos a ameaças semelhantes às que afetam os povos indígenas, que podem exigir as medidas de proteção incluídas na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. É necessária uma análise mais aprofundada para entender as ferramentas de leis e políticas que permitem tratar dos direitos e prioridades especiais desse segmento da população. No entanto, essa ênfase não deve se traduzir em estudos e debates sobre políticas focados unicamente em questões relevantes para uma minoria de comunidades afrodescendentes rurais. Apesar de serem argumentos importantes em si, eles não representam adequadamente as necessidades e pontos de vista da maioria da população afrodescendente, que nem é rural, nem é definida pela etnia. São necessárias mais pesquisas para entender os múltiplos aspectos da exclusão que afetam os afrodescendentes em uma escala mais ampla e extrair experiências de outros lugares. Mesmo em países onde segmentos da população afrodescendente dominam a arena política, como a República Dominicana e a Venezuela, persistem

padrões racializados de exclusão.²³⁷ Esses países exigem uma abordagem própria e específica ao seu contexto.

Ao longo deste relatório destacamos as lacunas persistentes na educação e no mercado de trabalho. Atualmente, a educação é a principal ferramenta disponível para transformar os termos da inclusão de afrodescendentes na região, mas a maioria dos países não está aproveitando ao máximo seu potencial. A região tem experimentado várias formas de educação bilíngue e intercultural para os povos indígenas desde a primeira metade do século XX, mas pouquíssimos países têm políticas voltadas especificamente para melhorar o acesso e os resultados entre crianças e jovens afrodescendentes. Além disso, embora existam algumas políticas focalizadas (com resultados heterogêneos), até o momento nenhum país desenvolveu um plano orgânico – em paridade com a educação bilíngue e intercultural – que articule esses esforços no âmbito de uma estratégia abrangente de inclusão étnico-racial. Dados sobre o ensino superior no Brasil revelam que mecanismos simples para garantir o acesso justo a universidades públicas podem ter um tremendo impacto na composição étnico-racial das instituições de ensino, ao mesmo tempo em que mantêm ou melhoram os resultados de desempenho. São necessárias pesquisas mais sistemáticas sobre a inclusão de conteúdos étnico-raciais apropriados nos livros didáticos e nas dinâmicas de sala de aula, bem como sobre a eliminação das barreiras estruturais e do racismo. As causas do baixo desempenho dos meninos afrodescendentes também exigem mais pesquisas, especialmente considerando que padrões similares em países da Ásia²³⁸, do Pacífico e do Caribe foram relacionados a estereótipos de gênero fomentados nos contextos domésticos e escolares. Tais estereótipos encorajam o abandono escolar precoce dos meninos.²³⁹ Por fim, a região poderia se beneficiar de pesquisas sobre políticas

237 Ver, por exemplo, Kimberly E. Simmons, *Reconstructing Racial Identity and the African Past in the Dominican Republic*; "Antihaitianismo: Systemic Xenophobia and Racism in the Dominican Republic," Council on Hemispheric Affairs, 29 de junho de 2017; Winthrop R. Wright, *Café con Leche*; Jesús María Herrera Salas, "Ethnicity and Revolution: The Political Economy of Racism in Venezuela," *Latin American Perspectives* 32, no. 2 (2005): 72–91; e Angelina Pollak-Eltz, "¿Hay o no hay racismo en Venezuela?" *Ibero-amerikanisches Archiv, Neue Folge* 19, no. 3/4 (1993): 271–89.

238 Um relatório sobre quatro países do leste asiático (Malásia, Mongólia, Filipinas e Tailândia) constatou que, embora o acesso à escola e o custo dos estudos tenham influenciado o abandono escolar masculino, a dinâmica de gênero que reforçava a percepção de que os meninos são independentes e podem ganhar dinheiro abandonando a escola também contribuiu negativamente para esse padrão. O relatório também identificou, entre os professores, ideias enraizadas de que os meninos seriam menos interessados, motivados ou capazes de aprender na escola. Ver Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Meninas, *Why are Boys Under-performing in Education? Gender Analysis of Four Asia-Pacific Countries*.

239 Usaid, *Measurement and Research Support to Education Strategy Goal 1. Boys' Underachievement in Education: A Review of the Literature with a Focus on Reading in the Early Years*, http://www.ungei.org/Boys_Underachievement.pdf.

específicas que possam promover a inclusão educacional de afrodescendentes, especialmente por meio da avaliação e da experimentação com abordagens voltadas à melhoria da educação primária e secundária.

Neste relatório também demonstramos uma desconexão significativa entre o nível de escolaridade e o retorno que os afrodescendentes obtêm de seu investimento em educação. Com qualificações e características socioeconômicas semelhantes, os trabalhadores afrodescendentes tendem a receber um salário consideravelmente menor que os brancos ou mestiços pelo mesmo tipo de emprego. Os diferenciais salariais podem ser, em grande parte, atribuídos a vieses discriminatórios. No entanto, as razões pelas quais essas barreiras invisíveis persistem – apesar dos avanços em leis e políticas progressivas observados nas últimas décadas – exigem mais atenção. A América Latina deve aproveitar a experiência acumulada em outras regiões para incorporar programas de diversidade e melhores práticas de inclusão no local de trabalho, mas os países precisam primeiramente ter acesso a uma avaliação completa dessas lacunas e da perda de renda e oportunidade que elas representam para os afrodescendentes e para as economias locais. A região também poderia se beneficiar de pesquisas qualitativas mais detalhadas que revelem os fatores que contribuem para a persistência de diferenciais salariais e outras barreiras no mercado de trabalho, mas que raramente são abordados em estudos quantitativos (tais como normas sociais, estereótipos ou crenças).

Outra área que merece uma análise mais profunda é o impacto das indústrias extrativistas nas comunidades afrodescendentes rurais. Um exemplo ilustrativo é o da Colômbia. Embora a região de Chocó tenha sido um epicentro de extração aurífera desde o início do período colonial, a mineração de ouro em suas diferentes modalidades continua a ser uma fonte de conflito.

Apesar de os afro-colombianos defenderem o direito de praticar a mineração artesanal (uma técnica não mecanizada chamada *barequear*, ou garimpo), que suporta a subsistência de milhares de mineiros e suas famílias, tal prática enfrenta inúmeras ameaças devido ao marco regulatório do país (que favorece investimentos em mineração em grande escala) e ao envolvimento de atores armados e membros do crime organizado.²⁴⁰ Em 2015, a Defensoria Pública da Colômbia descobriu que, das 165 concessões de mineração em Chocó, 51 estavam localizadas em áreas onde os afro-colombianos praticavam a mineração artesanal do ouro.²⁴¹ Atores armados e membros de organizações criminosas usam máquinas pesadas (tratores e barcos de dragagem) e uma grande quantidade de mercúrio, o que resulta em degradação ambiental e violações dos direitos humanos das comunidades afro-colombianas.²⁴²

Em 2013, o governo nacional lançou um processo que visava a formalizar o trabalho dos garimpeiros, fornecendo titulação das terras e treinamento e, ao mesmo tempo, reprimindo os garimpeiros ilegais. No entanto, as comunidades afro-colombianas muitas vezes carecem de recursos para obter suas escrituras e formalizar suas operações de mineração. Embora o governo pretenda formalizar todas as operações de mineração até 2032, 80% dos pedidos apresentados (3.114) foram negados, e 19.500 pedidos ainda aguardam notificação.²⁴³ Não obstante a lentidão do progresso, os ativistas afrodescendentes continuam a exercer pressão por mudanças nas práticas de mineração de ouro em Chocó e em outros lugares. Em 2018, apesar de ter sido ameaçada e posteriormente deslocada de sua cidade natal, Francia Márquez Mina recebeu o Prêmio Ambiental Goldman por seu trabalho de combate à mineração ilegal de ouro na região de Cauca e a projetos de grande porte que descumpriam as regras de consulta prévia.²⁴⁴

Outro aspecto de grande preocupação (que foi apenas ligeiramente abordado neste relatório) é a

240 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *Debida diligencia en la cadena de suministros de oro colombiana: el sector minero aurífero en Chocó*, <https://mneguidelines.oecd.org/Choco-Colombia-Gold-Baseline-ESP.pdf>.

241 Defensoria del Pueblo, *La minería sin control: un enfoque desde la vulneración de los derechos humanos delegada para los derechos colectivos y del ambiente* (Bogotá: Defensoría del Pueblo, 2015), 143.

242 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *Debida diligencia*, 12.

243 "Survival, Profit, and War: The Many Faces of Gold Mining in Colombia." North American Congress on Latin America, 9 de novembro de 2015.

244 "Así es Francia Márquez, la colombiana que ganó el 'Nobel' ambiental," DeJusticia, 24 de abril de 2018.

incidência muito maior de criminalidade e violência entre jovens afrodescendentes. Embora grande parte da violência vivida pelos afrodescendentes possa ser explicada por sua localização geográfica desfavorecida (eles têm uma concentração maior em favelas e regiões mais pobres em todos os países) e suas condições socioeconômicas, há provas abundantes em outras regiões – especialmente na América do Norte – de que preconceitos raciais exacerbam essa predisposição dos afrodescendentes a serem vítimas de criminosos e instituições (por exemplo, um tratamento judicial mais rigoroso e o uso excessivo da força pelos órgãos de segurança pública). Existem poucos dados étnico-raciais fora do Brasil. Contudo, somente no Brasil, até três em cada quatro vítimas de homicídio são afrodescendentes. Algumas experiências brasileiras também podem auxiliar a identificação de estratégias com foco racial, como o Plano Juventude Viva, recentemente relançado pelo governo brasileiro.

Por fim, as organizações multilaterais precisam entender e integrar melhor as necessidades e vozes dos afrodescendentes em suas operações e pautas políticas. Ao longo das últimas décadas, bancos multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, desenvolveram políticas e diretrizes robustas para salvaguardar comunidades indígenas. Tais políticas e diretrizes não somente protegem as comunidades dos efeitos indesejáveis do desenvolvimento, mas também buscam incorporar sua inclusão como parceiros-chave para o desenvolvimento (desde a concepção inicial dos projetos, e durante todo o seu ciclo de vida). O mesmo não acontece com muitas comunidades afrodescendentes, apesar de elas representarem uma grande parte das pessoas mais vulneráveis em muitos países. Uma

revisão dos Diagnósticos Sistemáticos de País e das Estratégias Nacionais do Banco Mundial, desenvolvida em conjunto com os países clientes da região e realizada no contexto deste estudo em 2016, demonstrou que os afrodescendentes ainda eram tratados apenas de forma esporádica nesses dois documentos-chave de política e engajamento operacional do Banco com os governos²⁴⁵, apesar da existência de estudos – antigos e novos – que evidenciavam as situações desfavorecidas dos afrodescendentes.

Por outro lado, em termos de projetos, os bancos de desenvolvimento carecem de um repositório de conhecimentos sobre melhores práticas e de informações fundamentais relativas ao impacto de seus projetos em comunidades afrodescendentes, uma vez que essas comunidades não são regularmente incluídas nas salvaguardas. Isso reduz a capacidade dessas instituições de alinhar esse segmento da população a seus objetivos de desenvolvimento. Além disso, desperdiça o benefício potencial das contribuições de mais de um quarto da população latino-americana para sua agenda de desenvolvimento. Nesse sentido, o novo Marco Social e Ambiental do Banco Mundial, que substituirá suas Políticas de Salvaguarda em 2018, oferece uma oportunidade para compensar essas deficiências, pois amplia o escopo dos requisitos de projeto para torná-los mais inclusivos, sustentáveis, geograficamente relevantes, participativos e sensíveis aos riscos e necessidades sociais. Este relatório oferece apenas um primeiro olhar sobre a multiplicidade de situações e desafios enfrentados por afrodescendentes na região da América Latina. Esperamos que ele subsidie o diálogo entre o Banco e a região à medida que se avança em direção a uma nova abordagem, com padrões mais elevados e sustentáveis.

245 A revisão incluiu 19 estratégias nacionais do Banco Mundial, em março de 2016, e constatou que, em apenas sete documentos, os afrodescendentes foram identificados como alvo específico ou população vulnerável. No entanto, desses 19 documentos, apenas um incluía uma abordagem estratégica para afrodescendentes e estabelecia um indicador de progresso específico (relacionado à saúde reprodutiva).

Anexos



Anexo A

Visibilidade dos afrodescendentes nos censos latino-americanos

	1810s	1820s	1830s	1840s	1850s	1860s	1870s	1880s	1890s	1900s
Argentina										
Bolívia			?	?				?		•
Brasil							•		•	
Chile	•									
Colômbia										
Costa Rica										
Cuba				•		•	•	•	•	•
República Dominicana										
Equador										
El Salvador							?	?	?	
Guatemala										
Honduras										?
México										
Nicarágua				•		•		•		?
Panamá										
Paraguai				•					?	
Peru		•					•			
Uruguai					•					
Venezuela										

Obs.: Os marcadores indicam a presença de uma variável sobre afrodescendentes no censo; o sombreado em cinza indica a disponibilidade de censos; e o sombreado mais claro realça o período de blecaute (ou seja., período em que apenas dois países registravam a presença de afrodescendentes). O símbolo “?” indica que o censo foi realizado, mas não há informações sobre as perguntas. Fonte: Mara Loveman, *National Colors*, 241.

	1910s	1920s	1930s	1940s	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	2000s	2010s
											•
											•
				•	•	•		•	•	•	•
	•								•	•	•
		•			•					•	•
	•		•	•	•		•	•		•	•
		•	•		•	•					
										•	•
			•								•
		•		•						•	
	?		•	•						•	•
											•
		•		?						•	•
	•	•	•	•							•
			?								•
				•							•
										•	•
											•

Anexo B

Painéis do LAC *Equity Lab* sobre afrodescendentes

Os dados utilizados neste relatório representam apenas uma pequena fração das informações compiladas e processadas pelo Banco Mundial no contexto deste estudo. Como parte do projeto total, o Banco Mundial também criou um conjunto de ferramentas (painéis de controle para visualização de dados) que oferecem um grande volume de informações adicionais que podem viabilizar análises mais profundas. Em termos de escopo e profundidade, as ferramentas desenvolvidas para este relatório são melhores que as fontes anteriores disponíveis na região e nas bases de dados do Banco Mundial. O usuário deve levar em consideração as preocupações com os dados mencionadas no relatório, principalmente no que diz respeito às variações resultantes de diferentes autorrelatos e percepções.

Foram criados três conjuntos de visualizações de dados: dois baseados em dados censitários de 13 países (utilizando *sites* dos ONEs e Ipums)²⁴⁶ e um baseado em dados de pesquisas de opinião realizadas em 18 países (usando o *Latinobarómetro*)²⁴⁷. Os dados censitários são divididos em um conjunto de painéis com informações em nível nacional (como, por exemplo, acesso a serviços) e um conjunto de painéis com informações em nível individual (por exemplo, dados sobre trabalho e educação).

DADOS CENSITÁRIOS

O primeiro conjunto de visualizações de dados utilizando dados censitários abrange o acesso a serviços e outras características em nível domiciliar. Ele inclui seis abas:

Variáveis disponíveis	Informação demográfica	Acesso absoluto ao painel	Serviços relativos do painel	Análise regional	Urbano/Rural
-----------------------	------------------------	---------------------------	------------------------------	------------------	--------------

O segundo conjunto de visualizações de dados utilizando dados censitários abrange variáveis de trabalho e educação em nível individual. Ele inclui abas semelhantes, além de uma relativa ao gênero. Os dados populacionais podem ser visualizados por etnia e país, bem como por sub-regiões dentro de cada país.

Em ambos os conjuntos de visualizações de dados, o usuário pode escolher a etnia de seu interesse e um grupo de interesse para a análise comparativa. As opções são as seguintes:

Seletor de etnia

Não PI – Não AD

AD

Não AD

Não PI não AD

PI

Todos

Moreno

Não moreno

Não negro

Negro

Não PI

246 Séries de Microdados de Uso Público Integradas (Ipums-International): Este é um projeto da Universidade de Minnesota dedicado a coletar, documentar, harmonizar e distribuir dados censitários de todo o mundo. Quando os dados do Ipums não estavam disponíveis ou não possuíam variáveis étnicas harmonizadas, o relatório usou dados censitários do *site* oficial do ONE usando a programação do sistema REDATAM. No total, 13 países foram incluídos: 12 censos, mais a Pesquisa de Medidas de Padrões de Vida do Peru de 2015.

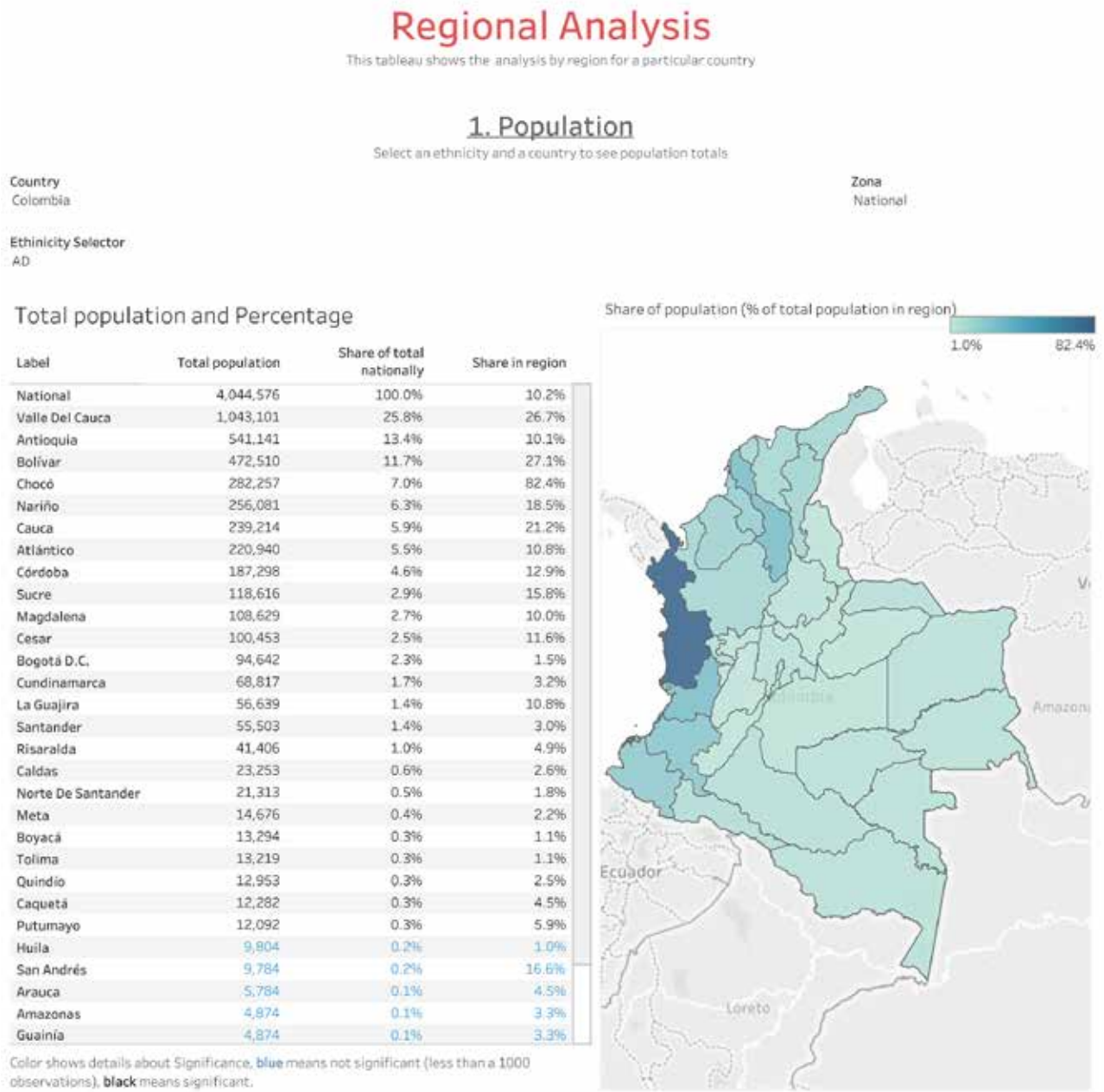
247 Ver www.latinobarometro.org e Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop) www.vanderbilt.edu/lapop.

Em nível domiciliar, as variáveis censitárias disponíveis (ou criadas) por país são as seguintes:

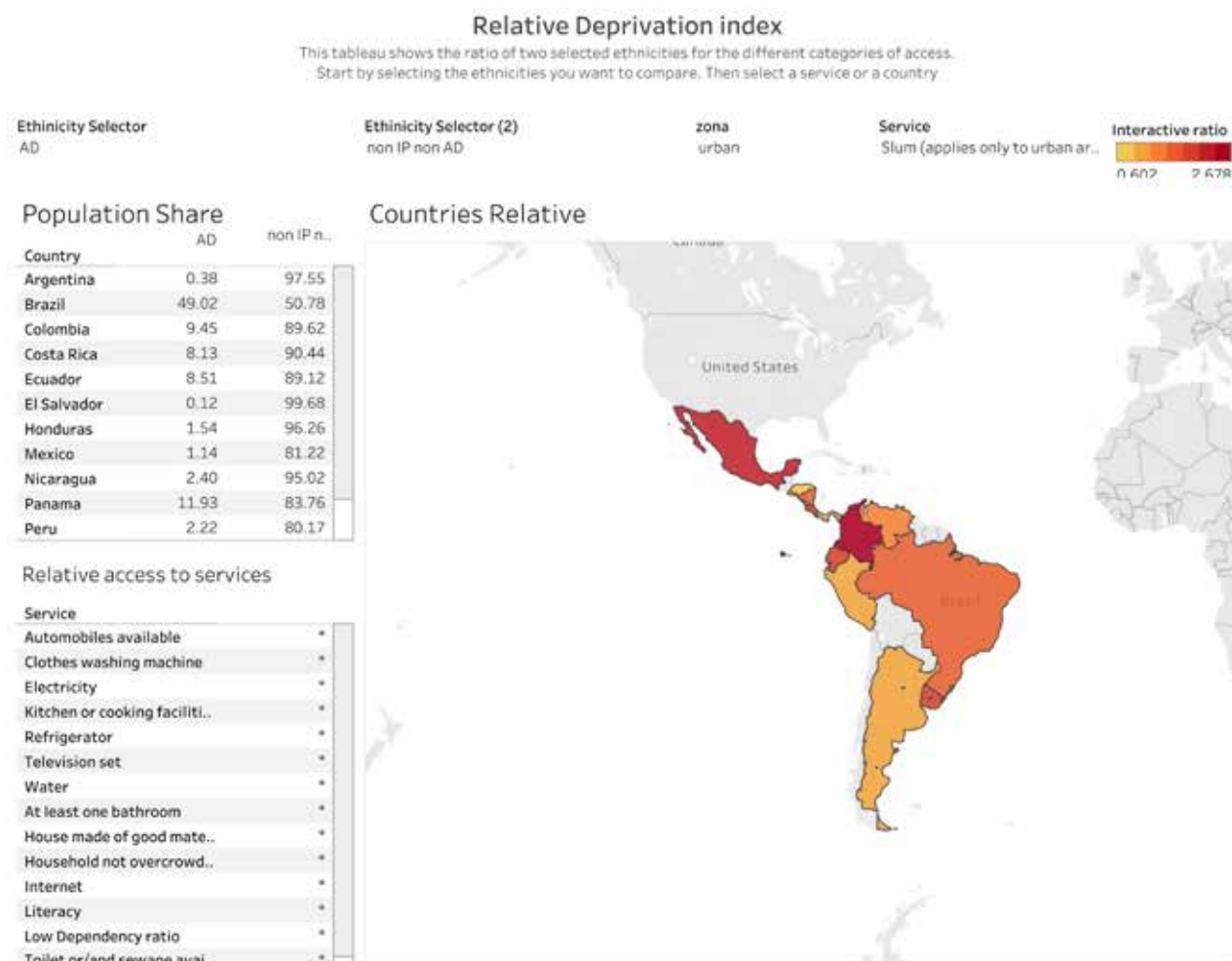
		PAÍS/AÑO												
Servicio		Argentina 2010	Brasil 2010	Colômbia 2005	Costa Rica 2011	Equador 2010	El Salvador 2007	Honduras 2013	México 2015	Nicarágua 2005	Panamá 2010	Peru 2015	Uruguai 2011	Venezuela 2011
Bienes	Automóviles disponibles		•	•	•		•		•	•	•	•	•	•
	Lavadora de ropa		•	•			•		•	•	•	•		•
	Computadora	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Internet		•		•	•	•	•	•	•	•		•	•
	Refrigerador	•	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•
	Disponibilidad de teléfono	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Televisor		•	•	•		•	•	•	•	•		•	•
Características de la vivienda	Al menos un baño		•	•										
	Electricidad	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Casa hecha de buenos materiales	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Casa no sobrepoblada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Cocina o instalaciones para cocinar	•		•		•	•	•	•	•			•	•
	Propiedad de la vivienda [...]	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Drenaje	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Inodoro y/o drenaje disponible	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Agua	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Características del hogar	Ocupación del sector primario		•	•	•	•	•		•	•	•			
	Ocupación del sector secundario		•	•	•	•	•		•	•	•			
	Ocupación del sector terciario		•	•	•	•	•		•	•	•			
	Ocupación altamente calificada		•		•	•	•		•	•	•			
	Inactividad		•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	
	Alfabetismo	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Baja tasa de dependencia	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
	Ocupación poco calificada		•		•	•	•		•	•	•			
	No desempleo en HH		•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	
	Desempleo		•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	
	Baja tasa de desempleo en HH		•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	

Exemplos de visualizações de painel a partir de dados censitários:

Variáveis disponíveis	Informação demográfica	Acesso absoluto ao painel	Serviços relativos do painel	Análise regional	Urbano/Rural
-----------------------	------------------------	---------------------------	------------------------------	------------------	--------------



Variáveis disponíveis	Informação demográfica	Acesso absoluto ao painel	Serviços relativos do painel	Análise regional	Urbano/Rural
-----------------------	------------------------	---------------------------	------------------------------	------------------	--------------



DADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO

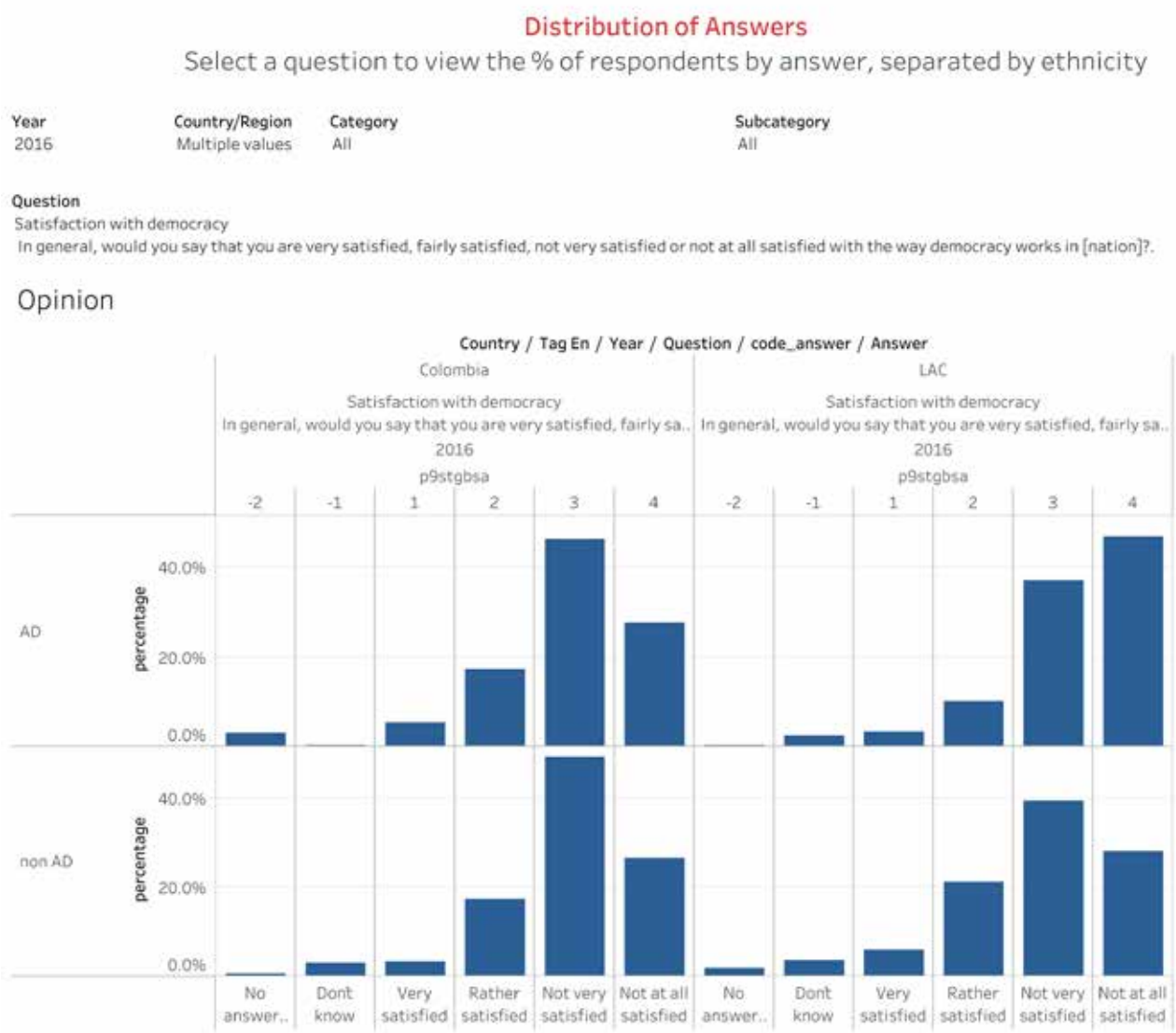
O terceiro conjunto de visualizações de dados é baseado em dados da pesquisa de opinião *Latinobarómetro* relativos a 18 países da América Latina. Ele inclui as seguintes seis abas:

Estrutura das perguntas	Opinião (%)	Sentir-se discriminado	Aspirações e percepções	População afrodescendente	Voz e representação
-------------------------	-------------	------------------------	-------------------------	---------------------------	---------------------

A aba intitulada “estrutura da pergunta” (question structure) contém informações sobre as questões disponíveis no *Latinobarómetro*, ao passo que três das outras abas destacam os resultados de um conjunto dessas perguntas (afrodescendentes versus não afrodescendentes). A aba sobre população apresenta o percentual de entrevistados por grupo étnico em todos os anos e países disponíveis.

Exemplos de visualizações de painel a partir de dados de pesquisas de opinião:

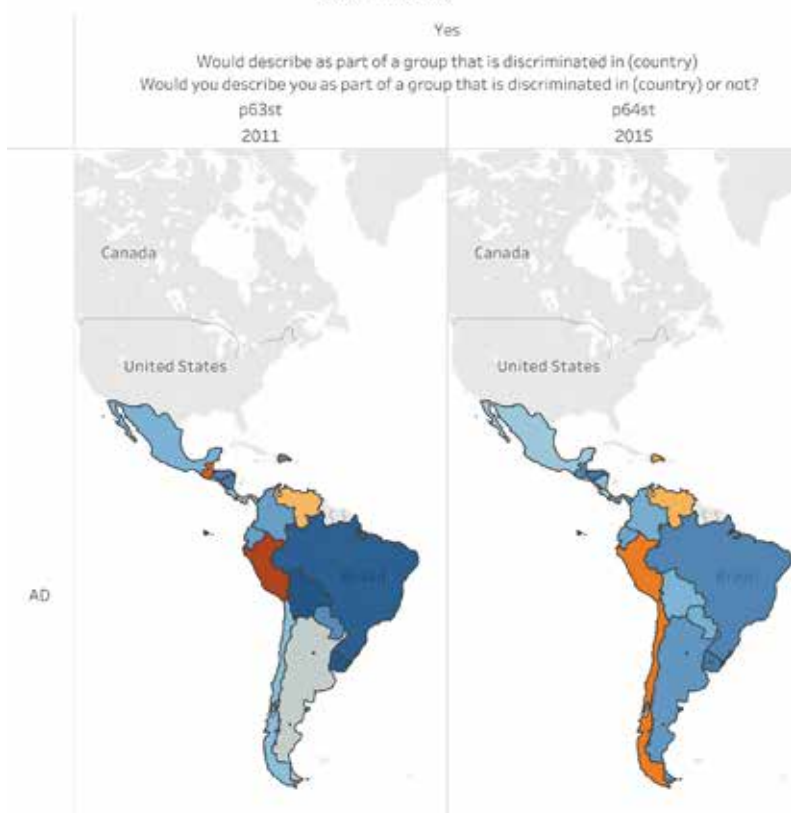
Estrutura das perguntas	Opinião (%)	Sentir-se discriminado	Aspirações e percepções	População afrodescendente	Voz e representação
-------------------------	-------------	------------------------	-------------------------	---------------------------	---------------------



Estrutura das perguntas	Opinião (%)	Sentir-se discriminado	Aspirações e percepções	População afrodescendente	Voz e representação
-------------------------	-------------	------------------------	-------------------------	---------------------------	---------------------

Being part of a discriminated group

Difference of AD vs non-AD for "Yes, I describe myself as part of a group that is discriminated"



Highlight Country

No items highlighted

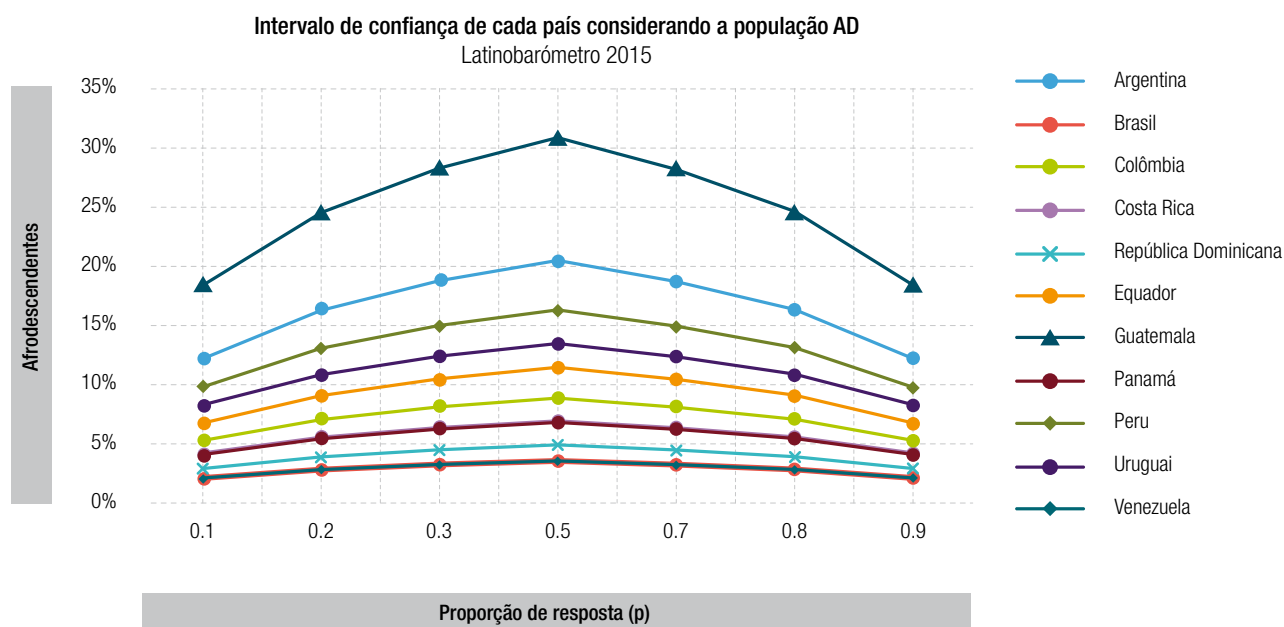
% of respondents to Yes, I describe myself as part of a group that is discriminated

Country	2011		2015	
	AD	non AD	AD	non AD
Argentina	17.9%	17.4%	24.9%	15.9%
Bolivia	52.4%	32.4%	31.3%	26.2%
Brazil	43.7%	25.8%	26.3%	14.2%
Chile	24.9%	21.4%	20.0%	28.3%
Colombia	25.2%	18.2%	14.0%	8.0%
Costa Rica	19.1%	16.6%	17.3%	16.2%
Dominican ..	22.5%	12.1%	15.6%	19.0%
Ecuador	23.1%	15.2%	14.9%	7.5%
El Salvador	11.1%	6.4%	10.4%	11.0%
Guatemala	19.7%	31.7%	30.3%	18.9%
Honduras	32.2%	19.3%	26.9%	12.7%
LAC	36.3%	21.6%	23.2%	15.9%
LAC withou..	17.4%	20.3%	16.4%	16.5%
Mexico	26.1%	20.9%	19.4%	17.8%
Nicaragua	28.2%	15.1%	15.3%	11.6%
Panama	12.7%	11.6%	20.6%	12.8%
Paraguay	24.6%	13.9%	23.6%	17.8%
Peru	11.5%	28.6%	11.1%	19.2%
Uruguay	33.3%	14.1%	25.0%	11.1%
Venezuela	11.3%	13.6%	15.8%	18.6%

Coloring indicates if the sample is big enough to draw statistically significant conclusions: Red indicates not significant. Green indicates significant but with reservations and Blue indicates significant at any level of answer percentage. Scrolling down will show the confidence interval of the answer.

Anexo C

Intervalos de confiança das pesquisas de opinião para o subconjunto entre afrodescendentes e não afrodescendentes (IC 95%)



O gráfico acima apresenta o nível de confiança esperado das respostas às pesquisas de opinião quando os resultados são divididos por etnia. No eixo horizontal, encontramos o índice de resposta (p) e, no eixo vertical, o intervalo de confiança. Por exemplo, se considerarmos a pergunta “Sexo do Entrevistado”, que oferece duas respostas possíveis, “Feminino” e “Masculino”, p seria o percentual de pessoas que responderem, digamos, Feminino. Nesse caso, a proporção de mulheres na população total deveria estar dentro do intervalo de confiança.

Por exemplo, os resultados da Guatemala são muito pouco confiáveis: uma pergunta que deveria resultar em uma taxa de resposta de 50% (por exemplo, sexo) pode aparecer em nossa amostra como uma resposta entre 20% e 80%. Isso se deve ao fato de a Guatemala registrar apenas 1% dos afrodescendentes, ter uma grande população (16,5 milhões) e adotar uma

amostra de apenas 1.000 pessoas, ou seja, 10 pessoas representam quase 170.000 indivíduos.

Por outro lado, países com uma grande população afrodescendente, como a Venezuela ou o Brasil (mais de 50%), e pequenas populações em relação à amostra ($N = 30$ mi para a Venezuela e 300 mi para o Brasil, $n = 1.200$) apresentam intervalos de confiança menores para quase todos os percentuais de respostas.

Para questões relacionadas à região (América Latina) ou a um grupo de países (região andina), os pesos de cada país são calculados usando os dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial sobre a população naquele determinado ano e, em seguida, agrupando os países. Isso significa que cada país atua como um estrato dentro do grupo de países da região. Isso pressupõe certo nível de padronização na amostra.

Anexo D

Construção de variáveis sobre afrodescendentes a partir de pesquisas de opinião

Latinobarómetro: A pergunta sobre etnia varia conforme o ano da pesquisa, como se vê a seguir. A pergunta é aberta, e, conforme a resposta, o entrevistador marca uma das opções:

Ano	Pergunta	Opções
2011	A qual raça você considera pertencer?	
2013	Com qual etnia ou raça você mais se identifica?	(1) Asiática; (2) Negra; (3) Indígena; (4) Mestiça; (5) Mulata; (6) Branca; (7) Outra raça; (8) Não soube responder; (9) Não quis responder
2015	Com qual etnia ou raça você mais se identifica?	
2016	A qual raça você considera pertencer?	

Foram considerados afrodescendentes aqueles que responderam ser de raça mulata ou negra. Devido às definições de moreno na Venezuela e de pardo/preto no Brasil, a definição de afrodescendente nesses dois países inclui os mestiços.

Lapop: A rodada de 2016 do Lapop identifica raça por meio da autoidentificação, mas a questão é contextual para cada país. Por exemplo, na Argentina a questão é: *¿Usted se considera una persona blanca, mestiza, indígena, negra, mulata, u otra? [Si la persona entrevistada dice Afro-argentina, codificar*

como (4) Negra]. No Brasil: *O (A) sr./sra. se considera uma pessoa branca, negra, parda, indígena ou amarela? [Se diz Afro-brasileira, codificar como (4) Negro (Preta)].* E na Venezuela: *¿Usted se considera una persona blanca, mestiza, indígena, negra, mulata, morena u otra? [Si la persona entrevistada dice Afro-venezolana, codificar como (4) Negra].*

Os afrodescendentes foram codificados como aqueles que se declararam Negros/Pretos (qualquer categoria), Morenos (na Venezuela), Mulatos/Pardos (no Brasil), Negros, Zambos.

Anexo E

Perguntas sobre etnia nos censos

A. Os seguintes países fazem parte do Ipums e padronizam a variável de raça, que é usada da mesma forma em todo o documento:

Pergunta no idioma original	Pergunta em inglês
Brazil	
A sua cor ou raça é	A sua cor ou raça é
☐ 1 Branca	☐ 1 Branca
☐ 2 Preta	☐ 2 Preta
☐ 3 Amarela	☐ 3 Amarela
☐ 4 Parda	☐ 4 Parda
☐ 5 Indígena	☐ 5 Indígena
Ecuador	
¿Cómo se identifica (...) según su cultura y Costumbres?	Como [o/a entrevistado/a] se identifica de acordo com sua cultura e costumes?
☐ 1 Indígena?	☐ 1 Indígena?
☐ 2 Afroecuatoriano/a Afrodescendiente?	☐ 2 Afro-equatoriano/a afrodescendente?
☐ 3 Negro/a?	☐ 3 Preto/a?
☐ 4 Mulato/a?	☐ 4 Mulato/a?
☐ 5 Montubio/a?	☐ 5 Montubio/a (camponês da costa)?
☐ 6 Mestizo/a?	☐ 6 Mestiço/a?
☐ 7 Blanco/a?	☐ 7 Branco/a?
☐ 8 Otro /a?	☐ 8 Outros?
El Salvador	
¿Es usted?	Você é:
☐ 1 Blanco	☐ 1 Branco/a
☐ 2 Mestizo (Mezcla de blanco con indígena)	☐ 2 Mestiço/a (entre branco e indígena)
☐ 3 Indígena	☐ 3 Indígena (vá para a questão 6b)
☐ 4 Negro (de raza)	☐ 4 Negro (por raça)
☐ 5 Otro	☐ 5 Outros

B. Os seguintes países fazem parte do Ipums e a variável de raça pode estar padronizada; no entanto, devido a particularidades na contagem, foram utilizadas as perguntas censitárias originais:

Pergunta no idioma original	Pergunta em inglês
Colômbia	
¿De acuerdo con su CULTURA, PUEBLO o RASGOS FÍSICOS, ... es o se reconoce como:	De acordo com sua cultura, grupo ou características físicas, o/a entrevistado/a é conhecido/a como: (básico)
[] 1 Indígena?	[] 1 Indígena
1.1 ¿A cuál PUEBLO INDÍGENA pertenece?	1.1 A qual povo indígena você pertence?
[] 2 Rom?	[] 2 Rom
[] 3 Raizal del Archipiélago de San Andrés y Providencia?	[] 3 Raizal do arquipélago de San Andrés e Providência
[] 4 Palanquero de San Basilio?	[] 4 Palenquero/a de San Basilio
[] 5 Negro(a), mulato(a), afrocolombiano(a) o afrodescendiente?	[] 5 Negro/a, mulato/a, afro-colombiano/a ou afrodescendente
[] 6 Ninguna de las anteriores?	[] 6 Nenhuma das opções acima
Costa Rica	
¿ [Nombre] se considera?	O [entrevistado] se considera...?
[] 1 negro(a) o afrodescendiente?	[] 1 Negro/a ou afrodescendente?
[] 2 mulato(a)?	[] 2 Mulato/a?
[] 3 chino(a)?	[] 3 Chinês/esa?
[] 4 blanco(a) o mestizo(a)?	[] 4 Branco/a ou mestiço/a?
[] 5 otro?	[] 5 Outros?
[] 6 ninguna?	[] 6 Nenhum?
México	
De acuerdo con su cultura, historia y tradiciones, se condera negra(o), es decir, afromexicana(o) o afrodescendiente?²⁴⁸	De acordo com sua cultura, história e tradições, você se considera negro/a, isto é, afro-mexicano/a ou afrodescendente?
[] 1 Si	[] 1 Sim
[] 2 Sí, en parte	[] 2 Sim, em parte
[] 3 No	[] 3 Não
[] 4 No sabe	[] 4 Não sabe

continua

248 A fim de manter consistência com os resultados dos ONEs, apenas os que responderam "[] Sim" são considerados afrodescendentes, o que significa uma população total de 1,38 milhão, ou 1,2% da população total. Se for considerada a opção de parcialmente afrodescendente, o número sobe para 1,97 milhão, ou 1,65% da população.

Pergunta no idioma original	Pergunta em inglês
Nicarágua	
¿A cuál de los siguientes pueblos indígenas o etnias pertenece [...]?	A qual dos seguintes povos indígenas ou comunidades étnicas pertence [a pessoa] pertence?
☐ 1 Rama	☐ 1 Rama
☐ 2 Garífuna	☐ 2 Garífuna
☐ 3 Mayangna-Sumu	☐ 3 Mayangna-Sumu
☐ 4 Miskitu	☐ 4 Miskitu
☐ 5 Ulwa	☐ 5 Ulwa
☐ 6 Creole (Kriol)	☐ 6 Crioulo (Kriol)
☐ 7 Mestizo de la Costa Caribe	☐ 7 Mestiço da costa caribenha
☐ 8 Xiu-Sutiava	☐ 8 Xiu-Sutiava
☐ 9 Naho-Nicarao	☐ 9 Naho-Nicarao
☐ 10 Chorotega-Nahua-Mange	☐ 10 Chorotega-Nahua-Mange
☐ 11 Cacaopera-Matagalpa	☐ 11 Cacaopera-Matagalpa
☐ 12 Otro	☐ 12 Outros
☐ 13 No sabe	☐ 13 Não sabe
Panamá²⁴⁹	
¿SE CONSIDERA USTED...:	Você se considera
☐ 1 Negro(a) colonial?	☐ 1 Negro/a Colonial?
☐ 2 Negro(a) antillano(a)?	☐ 2 Negro/a Antilhano/a?
☐ 3 Negro(a)?	☐ 3 Negro/a?
☐ 4 Otro? _ (especifique)?	☐ 4 Outro (especificar) ? ____
☐ 5 Ninguna?	☐ 5 Nenhuma das opções ?
Uruguai	
¿Cree tener ascendencia...	Você acredita ter ascendência: ²⁵⁰
☐ 1 Afro o Negra?	☐ 1 Africana ou negra?
☐ 2 Asiática o Amarilla?	☐ 2 Asiática ou amarela?
☐ 3 Blanca?	☐ 3 Branca?
☐ 4 Indígena?	☐ 4 Indígena?
☐ 5 Otra?	☐ 5 Outra ?

249 Ascendência negra ou africana: refere-se ao grupo social originalmente trazido da África para as Américas pelos europeus.

a. Negros Coloniais: descendentes de escravos africanos trazidos para o istmo durante a colonização espanhola.

b. Negros Antilhanos: descendentes de trabalhadores das Índias Ocidentais que falam francês, inglês ou outras línguas que vieram para o Panamá, principalmente durante a construção da Estrada de Ferro do Panamá, do Canal Francês no final do século XIX e do Canal da América do Norte.

c. Negros: pessoas com antepassados descendentes de escravos negros ou negros coloniais e/ou descendentes de antilhanos negros que falam inglês, francês ou outras línguas, migrantes em diferentes períodos do desenvolvimento nacional, que selecionaram essa opção por autoidentificação.

250 A pergunta permite várias respostas. Se assim for, a próxima questão perguntará a ascendência principal.

C. Para os seguintes países, é adotado o censo oficial do site do Órgão Nacional de Estatística:

Pregunta no idioma original	Pregunta em inglês
Argentina	
¿Ud. o alguna persona de esta hogar a afrodescendiente o tiene antepasados de origen afrodescendiente o africano (padre, madre, abuelos/as, bisabuelos/as)?	Você, ou alguém deste domicílio, é afrodescendente ou é de ascendência afrodescendente ou de origem africana (pai, mãe, avós, bisavós)?
[] 1 Sí	[] 1 Sim
[] 2 No	[] 2 Não
[] 3 Ignorado	[] 3 Não sabe
Honduras	
A que pueblo pertenece (nombre)?	A qual povo (nome) pertence?
[] 1 Maya-Chorti	[] 1 Maya-Chorti
[] 2 Lenca	[] 2 Lenca
[] 3 Miskito	[] 3 Miskito
[] 4 Nahua	[] 4 Nahua
[] 5 Pech	[] 5 Pech
[] 6 Tolupán	[] 6 Tolupán
[] 7 Tawahka	[] 7 Tawahka
[] 8 Garifuna	[] 8 Garifuna
[] 9 Negro de habla ingles	[] 9 Negro de língua inglesa
[] 10 Otro [Especifique]	[] 10 Outro (especificar)
Venezuela	
Según sus rasgos físicos, ascendencia familiar, cultura y tradiciones se considera:	De acordo com suas características físicas, ancestralidade, cultura e tradições, [ele/a] se considera:
[] 1 Negra/Negro	[] 1 Negro/a
[] 2 Afrodescendiente	[] 2 Afrodescendente
[] 3 Morena/Moreno	[] 3 Moreno/a
[] 4 Blanca/Blanco	[] 4 Branco/a
[] 5 Otra. ¿Cuál?	[] 5 Outro. Qual?

D. No caso do Peru, a PPV de 2015 (*Encuesta Nacional de Hogares – Enaho*) é usada:

Por sus antepasados y de acuerdo a sus costumbres, ¿Ud. se considera:	Segundo seus antepassados e costumes, você se considera:
[] 1 Quechua?	[] 1 Quechua?
[] 2 Aymara?	[] 2 Aymara?
[] 3 Nativo o Indígena de la Amazonía?	[] 3 Nativo/a ou Indígena da Amazônia?
[] 4 Negro/ Mulato/Zambo/Afro peruano?	[] 4 Negro/a / Mulato/a / Zambo/a / Afro-peruano/a?
[] 5 Blanco?	[] 5 Branco/a?
[] 6 Mestizo?	[] 6 Mestiço/a?
[] 7 Otro?	[] 7 Outro?
[] 8 No sabe?	[] 8 Não sabe?

Anexo F

Pobreza no Brasil, Equador, Peru, Uruguai, Panamá e Colômbia em US\$ 3,2 e US\$ 5,5 por dia (2011 PPC)

	Brasil		Equador		Peru	
	2005	2015	2007	2015	2005	2015
Pobreza (%)						
US\$ 3,2 por dia						
Afrodescendentes	28,0	11,0	28,2	15,9	31,7	11,9
Não-Afro-Não-PI	11,4	4,2	17,0	7,0	24,7	7,3
População Total	19,7	8,0	19,2	9,4	30,7	10,3
US\$ 5,5 por dia						
Afrodescendentes	50,9	25,8	56,4	33,7	59,6	29,0
Não-Afro-Não-PI	25,3	11,6	37,6	21,7	46,5	18,3
População Total	38,1	19,4	40,3	24,7	52,1	24,2
Hiato de Pobreza						
US\$ 3,2 por dia						
Afrodescendentes	10,9	4,0	10,3	5,5	14,2	3,9
Não-Afro-Não-PI	4,2	1,6	6,2	2,2	9,2	2,5
População Total	7,6	2,9	7,3	3,3	12,5	3,4
US\$ 5,5 por dia						
Afrodescendentes	23,2	9,9	23,9	13,5	27,5	10,7
Não-Afro-Não-PI	10,2	4,1	15,2	7,0	20,4	6,7
População Total	16,7	7,3	16,9	8,8	24,9	9,1
Amostra ('000)						
Não Ponderada						
Afrodescendentes	216,7	202,9	4,1	5,3	1,7	2,6
Não-Afro-Não-PI	185,6	147,7	65,4	91,1	45,6	72,1
População Total	403,2	352,2	75,9	112,4	86,2	119,5
Ponderada						
Afrodescendentes	91,041	109,156	526	750	603	745
Não-Afro-Não-PI	91,777	91,784	12,015	14,218	15,175	20,592
População Total	183,183	201,699	13,492	16,294	28,121	31,811
População de AD/total (p)	49,7%	54,1%	3,9%	4,6%	2,1%	2,3%

	Uruguai		Panamá	Colômbia
	2006	2015	2015	2015
Pobreza (%)				
US\$ 3,2 por dia				
Afrodescendentes	8,7	2,5	2,7	19,3
Não-Afro-Não-PI	3,1	0,6	3,1	10,4
População Total	3,6	0,7	6,1	11,9
US\$ 5,5 por dia				
Afrodescendentes	34,2	12,7	7,6	40,9
Não-Afro-Não-PI	15,2	3,7	9,1	26,6
População Total	17,1	4,1	14,5	28,8
Hiato de Pobreza				
US\$ 3,2 por dia				
Afrodescendentes	1,8	0,5	0,9	7,1
Não-Afro-Não-PI	0,6	0,1	0,9	3,6
População Total	0,8	0,2	2,0	4,3
US\$ 5,5 por dia				
Afrodescendentes	9,8	3,1	2,6	16,9
Não-Afro-Não-PI	4,0	0,9	3,0	9,8
População Total	4,6	1,0	5,4	11,0
Amostra ('000)				
Não Ponderada				
Afrodescendentes	22,4	5,1	6,7	64,2
Não-Afro-Não-PI	224,2	114,4	27,6	694,7
População Total	256,9	121,5	42,4	781,6
Ponderada				
Afrodescendentes	253	149	631	3,686
Não-Afro-Não-PI	2,686	3,262	2,754	41,235
População Total	3,066	3,467	3,964	46,528
População de AD/total (p)	8,3%	4,3%	15,9%	7,9%

Anexo G

Pobreza crônica no Brasil, Equador, Peru e Uruguai, em torno de 2009-2012 e em torno de 2012-2015

	Brasil			Equador		
	AD	Não-AD	Total	AD	Não-AD	Total
Pobreza crônica 2009-2012 (%)	22,6	7,8	16,1	26,8	19,1	19,2
Amostra obs.	50.578	38.501	89.079	729	12.515	13.244
	57%	43%	100%	6%	94%	100%
Pobreza crônica 2012-2015 (%)	17,9	5,6	12,7	26,0	13,9	14,5
Amostra obs.	53.762	37.792	91.554	1.137	19.668	20.805
	59%	41%	100%	5%	95%	100%

Fonte de dados: Dados do Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Obs.: Os resultados são limitados à amostra de domicílios com chefes de família entre 25 e 65 anos de idade. Os modelos subjacentes incluem características dos domicílios que não variam com o tempo, efeitos fixos sobre a região e interações entre características dos domicílios que não variam com o tempo e efeitos fixos. Estimativas baseadas em $\gamma = 0,5$. Os indivíduos pobres são aqueles com uma renda per capita inferior a US\$ 5,5 por dia. As linhas de pobreza e as rendas são expressas em \$/dia em PPC de 2011.

AD = afrodescendente; Não-AD = não afrodescendente (não inclui populações indígenas - PI).

	Peru			Uruguai		
	AD	Não-AD	Total	AD	Não-AD	Total
Pobreza crônica 2009-2012 (%)	18,5	17,1	17,1	10,2	2,9	3,3
Amostra obs.	297	11.469	11.766	1.345	28.723	30.068
	3%	97%	100%	4%	96%	100%
Pobreza crônica 2012-2015 (%)	18,7	13,0	13,3	4,8	1,2	1,3
Amostra obs.	489	14.549	15.038	1.490	29.393	30.883
	3%	97%	100%	5%	95%	100%

Anexo H

Transição condicional no Brasil, Equador, Peru e Uruguai

Em torno de 2009-2012

Em torno de 2009-2012	Brasil			Equador		
	AD	Não-AD	Total	AD	Não-AD	Total
Percentual de pobres em 2009 que saíram da pobreza em 2012	34,0	40,4	35,3	31,9	39,6	40,2
Percentual de não pobres em 2009 que entraram para a pobreza em 2012	10,3	5,3	7,7	21,0	8,8	9,8
Amostra obs.	50.578	38.501	89.079	729	12.515	13.244
	57%	43%	100%	6%	94%	100%

Em torno de 2012-2015

Em torno de 2012-2015	Brasil			Equador		
	AD	Não-AD	Total	AD	Não-AD	Total
Percentual de pobres em 2012 que saíram da pobreza em 2015	27,0	32,0	27,8	32,7	39,5	39,7
Percentual de não pobres em 2012 que entraram para a pobreza em 2015	12,9	7,0	10,1	12,3	11,3	11,3
Amostra obs.	53.762	37.792	91.554	1.137	19.668	20.805
	59%	41%	100%	5%	95%	100%

Fonte de dados: Dados do Sedlac (Cedlas e Banco Mundial).

Obs.: Os resultados são limitados à amostra de domicílios com chefes de família entre 25 e 65 anos de idade. Os modelos subjacentes incluem características dos domicílios que não variam com o tempo, efeitos fixos sobre a região e interações entre características dos domicílios que não variam com o tempo e efeitos fixos. Estimativas baseadas em $\gamma = 0,5$. Os indivíduos pobres são aqueles com uma renda per capita inferior a US\$ 5,5 por dia. As linhas de pobreza e as rendas são expressas em \$/dia em PPC de 2011.

Em torno de 2009-2012		Peru			Uruguai			
		AD	Não-AD	Total		AD	Não-AD	Total
	Percentual de pobres em 2009 que saíram da pobreza em 2012	32,3	30,3	31,0		41,0	44,2	42,9
	Percentual de não pobres em 2009 que entraram para a pobreza em 2012	7,4	7,6	7,6		7,2	3,1	3,2
Amostra obs.		297	11.469	11.766		1.345	28.723	30.068
		3%	97%	100%		4%	96%	100%

Em torno de 2012-2015		Peru			Uruguai			
		AD	Não-AD	Total		AD	Não-AD	Total
	Percentual de pobres em 2012 que saíram da pobreza em 2015	22,6	26,8	26,6		46,8	37,4	38,1
	Percentual de não pobres em 2012 que entraram para a pobreza em 2015	13,5	7,8	7,8		10,0	3,0	3,4
Amostra obs.		489	14.549	15.038		1.490	29.393	30.883
		3%	97%	100%		5%	95%	100%





GRUPO BANCO MUNDIAL